

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
MESTRADO EM GEOGRAFIA

Anderson Camargo Rodrigues Brito

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE:
o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos
no Baixo das Palmeiras, Crato/CE

Recife
2016

ANDERSON CAMARGO RODRIGUES BRITO

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE:
o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos
no Baixo das Palmeiras, Crato/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.

Área de concentração: Espaço agrário, movimentos sociais e políticas públicas.

Recife
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

B862t Brito, Anderson Camargo Rodrigues.
Transformações territoriais no Cariri cearense : o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixo das Palmeiras, Crato/CE / Anderson Camargo Rodrigues Brito. – 2016.
308 f. ; il. : 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.
Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Recursos hídricos - Desenvolvimento. 3. Bacias hidrográficas - Brasil. 4. Movimentos sociais. I. Gonçalves, Claudio Ubiratan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-78)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO**



ANDERSON CAMARGO RODRIGUES BRITO

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE. O CINTURÃO DAS ÁGUAS DO
CEARÁ (CAC) E O CONTEXTO DE CONFLITOS NO BAIXIO DAS PALMEIRAS EM CRATO-CE**

Dissertação aprovada, em 17/03/2016, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
(1º examinador – orientador – PP GEO/DCG/UFPE)

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira
(2ª examinadora – PP GEO/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez
(3º examinador Geografia/UFPR)

**RECIFE – PE
2016**

À minha mãe, Socorro, e ao meu pai, Manoel.

Aos meus irmãos, Andrêzza, Kelven e Carol.

Aos sobrinhos Julia e Luiz e a meu cunhado Edinaldo.

Aos nossos ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha caminhada geográfica para cursar o mestrado e fazer a pesquisa, recebi contribuições de muitas pessoas, que estenderam as mãos, abriram os braços, os caminhos, os sorrisos e as portas, e, por vezes, andaram comigo, fazendo dessa trajetória uma realização coletiva. Entenderam as distâncias e ausências, os momentos de reclusão, ouviram-me e ajudaram como puderam. A todos(as) meu sincero sentimento de gratidão.

À minha mãe, Socorro, pela inspiração, força e coragem. Uma mulher do sertão de Pernambuco que enfrentou as dificuldades de seu tempo, que criou seus filhos e filhas alimentando a ideia de todos entrarem na universidade. Ao meu pai, Manoel, pela garra de toda sua vida, agricultor, pedreiro, sábio e sonhador.

Às minhas irmãs Andrêzza, pela cumplicidade em tudo na minha vida, e Carol, cuja força de vontade me inspira. Ao meu irmão Kelven, pela parceria e alegria compartilhadas. A Edinaldo, pela paciência e disponibilidade. A Julia e Luiz, pelos carinhos, sorrisos, abraços que reconstroem nossas forças.

Aos meus familiares, minhas avós e meus avôs, pela sabedoria partilhada, tios, tias, primos e primas. É uma enorme alegria encher a casa de Vovó no Mutirão com esses encontros.

À professora e amiga Roberta Piancó, pessoa muito solidária e humana, que muito admiro e que tem construído com muito esmero uma escola de pesquisadores de Geografia Agrária do Cariri. Aos amigos do GEA de todas as formações.

Ao professor e amigo Claudio Ubiratan, pelas orientações no trabalho, parcerias, por incentivar e indicar caminhos que percorri nesses dois anos, que somaram de maneira especial em minha formação como pesquisador, como militante.

Aos(Às) moradores/as das comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras, por terem me recebido em suas casas, partilhado suas histórias de vidas, cotidianos, lutas, espaços de cultivo, momentos de refeições, celebrações, festas. Sou muito grato a todos(as), sobretudo, a Liro, Mikally, Gabriel, Zé de Teta, César, Seu Assis, Cristina, Rejane, Antônio e todos(as) os(as) companheiros(as) do Fórum Popular das Águas do Cariri.

Aos amigos do LEPEC, pelo carinho, pela partilha de saberes: os momentos de troca de conhecimentos com vocês foram de grande importância para construção da dissertação,

Anamaria, Xando, Luan, Mercedes, João, Negão, Juliana, Dinho, Mariana, Tonha, Josafá, Saulo e Bruna.

A Suana e a Nacho, pelos diálogos e parcerias pela Várzea e por vários lugares. A Fabiano, pelas leituras e contribuições, e a toda Legião do Mal. Vida longa aos(às) pesquisadores/as militantes!

À Professora Ana Rivas e a Claudia Hernandez, por terem me recebido em Tucumán, pelos diálogos e contribuições. Aos amigos Colo Colorau, Flora Oliveira e Agustín Jose, pelo carinho, conversas e pelos caminhos percorridos pelas ruas tucumanas.

À Professora Mônica Cox, a Rodrigo Dutra, a Marco Mitidiero, a Sonia Ribeiro e a Jorge Montenegro pelos profícuos diálogos ao longo da construção do trabalho.

Aos Professores Levi Furtado e Amaro Alencar e a todos(as) os(as) companheiros(as) do LEAT/UFC, por terem me recebido na instituição durante a Mobilidade Discente e pelas relevantes contribuições à pesquisa.

Aos amigos e às amigas de várias caminhadas, Sibelle e Miguel, pelas cumplicidades e contribuições; Hilda e Daniel, pela parceria; Wagner, Alisson e Carlos pelas alegrias.

Aos(às) companheiros(as) da CPT (Comissão Pastoral da Terra), com os(as) quais tive a felicidade de militar junto, construindo atividades educativas para formação de quadros para o movimento. Uma alegria especial ter conhecido Tiago Thorlby, poeta provocador, Marluce, as Renatas, Plácido, Vanúbia, Denis, Geovani, Lindolfo e muitos(as) outros(as).

Aos(Às) militantes de movimentos dos sociais do Cariri, que muito me inspiram e com os quais tenho profunda alegria de conviver e aprender – as negras Verônica e Valéria Carvalho, João do Crato, Paulinho Fuísca, Manoel Leandro, Ronald Albuquerque, Nininha Maciel, Socorro da ACB, entre outros.

À Diretora Rejane Sóter, a Virgínia Canhoto e aos professores(as) da Escola Juvêncio Barreto, sobretudo, à amiga Beatriz. Aos estudantes, que cruzaram meus caminhos como professor, que foram verdadeiros rios que passaram por minha vida, carregados de juventude e sabedoria.

Aos amigos que me acolheram na Várzea, Daniel Abaquar e Gabriela Carvalho, lugar onde vivi momentos felizes e aprendi muito.

Aos(Às) amigos(as) Michele Félix e Berg Marinho, pela acolhida em Aracaju, e Ícaro Cardoso, pelas ajudas com os mapas. Aos colegas de turma do mestrado do PPGEIO, turma 2014. Aos amigos da Vila Donina, sobretudo, Allan, Juccia, Raiza e André, a Judson (pelos sempre divertidos e proveitosos encontros), Ohana, e Patrícia, pelas parcerias.

Às noites sonoras de Recife e Olinda, aos batuques dos Afoxés, Maracatus e Cocos de Roda. A essas expressões culturais que anunciam a negritude dessas cidades e alimentam minha alma. Axé!

À natureza, fonte de toda poesia e inspiração, às chuvas, aos rios e aos pássaros.



“Los pueblos de gesto antiguo

Me gustan los pueblos chicos de gesto antiguo
Son gente que da la mano y saluda al sol
Que sabe ganar la vida y ganar la muerte
Allá me voy a vivir
Con gente que planta un árbol y enciende
amor.

Me iré por aquel camino que lleva al pueblo
Que crece entre la ternura que da el maíz
Me iré con la lucha a cuestras y el alma abierta
Allá me voy a vivir
Con toda la fuerza antigua de mi raíz.

La gente estará cantando la vida nueva
Que esta creciendo en los pueblos chicos
Los pueblos de gesto antiguo
Con gente que da la mano.

Me voy a cantar con ellos hasta que el alba
Rocié el campo de aroma puro.
Sencillo como la lluvia
Profundo como la paz.

Los pueblos de gesto antiguo se dan la mano
Los pueblos se dan la mano para vencer
Los pueblos que van creciendo como los
vientos
Allá me voy a vivir
En ese pueblo tan chico que va a nacer”

(Mercedes Sosa – La Mamancy, 1976)

RESUMO

O Cinturão das Águas do Ceará (CAC) é uma grande obra hídrica, extensão da Transposição do Rio São Francisco, que pretende integrar as onze macrobacias cearenses com um fluxo permanente de 30 m³/s, mediante canais, túneis e sifões. Com previsão de término para as próximas quatro décadas, prevê a construção de três trechos e seis ramais, com extensão total de cerca de 1.300 km. O trecho 01, entre os municípios de Jati e Nova Olinda, teve iniciada sua construção em julho de 2013. A nossa hipótese é que essa ousada investida do Estado é fruto de um acúmulo técnico-normativo que remonta à atuação de instituições como DNOCS e BNB, desde a década de 1960, que, mais especificamente após a década de 1980, com os “governos das mudanças”, vem estruturando o estado para atuação extrativa de empresas do agrohídronegócio. Constatamos, com nossa investigação, que a obra tem seus sentidos territoriais alinhados com os desejos de investimentos em expansão da agricultura tipicamente capitalista, irrigada pelos sertões cearenses, e com os projetos de mineração. Também, que o CAC está em consonância com os recentes investimentos no Brasil e na América Latina, do PAC e IIRSA, que têm aprimorado a inserção desse continente na economia globalizada como fornecedor de *commodities*. Esse contexto tem sido facilitado pela ascensão de um grupo político ao poder, no Brasil, nas primeiras décadas do século XXI, que ratificou, na centralidade da relação capital/trabalho no país, a expansão do agrohídronegócio e da mineração, pondo as empreiteiras como um dos principais agentes políticos nessa conjuntura. O resultado desse processo na região do Cariri é a sobreposição de conflitos territoriais. A grande obra hídrica que utiliza como álibi o enfrentamento às secas se soma ao ambiente de conflitualidade da questão agrária, caracterizada por intensa concentração de terra. Como resposta, os movimentos sociais têm se articulado e construído entidades que questionam a forma como os governos no Ceará vêm desenvolvendo a obra – sem diálogos com a população sobre as reais necessidades de uma construção que, só no trecho 01, já superou em 50% o valor estimado, evitando, esclarecimentos acerca dos dados sobre suficiência hídrica da região do Cariri e dos processos de indenizações às comunidades que têm sido prejudicadas com a passagem das estruturas. A culminância desses movimentos que se opuseram ao paradigma do enfrentamento às secas, nas últimas décadas, é a apresentação de denúncias de violações gravíssimas dos direitos das comunidades tradicionais, bem como a construção de alternativas políticas ao desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista no semiárido, expondo como estratégias de enfrentamentos os modos de vida e os saberes das populações que vivem nos sertões.

Palavras-Chave: Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Cariri. Conflitos. Estado. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The Water Belt of Ceará (“Cinturão das Águas do Ceará”-CAC) is a large water enterprise, an extension of the São Francisco transposition, which aims to integrate eleven macrobasins of Ceará with a constant water flow of 30 m³ / s, through canals, tunnels and siphons. It also includes the construction of three sections and six branches, with a total length of about 1,300 km, to be ready in the next four decades. The construction of section 01, between the towns of Jati and Nova Olinda, started in July 2013. Our hypothesis is that this bold strategy of the State is the result of a technical and normative accumulation dating back to the work of institutions such as DNOCS and BNB since the 1960s, which, more specifically after the 1980s, with the "government of change", has been corroborating with the extractive actions of companies dedicated to the agrohydrobusiness. We have observed, through our research, that the work has its territorial directions aligned with the demands for investments of a typical capitalist agriculture, irrigated by the hinterlands of Ceará and by the mining projects. Also, we have verified that CAC is coherent with recent investments in Brazil and Latin America, the PAC and IIRSA, which have enhanced the integration of the continent in the global economy as a supplier of commodities. This integration has been facilitated by the rise of a political group in Brazil in the first decades of the century, which ratified the centrality of the capital/labor ratio in the country, the expansion of agrohydrobusiness and mining projects, putting contractors as the major political players at this juncture. The result of this process in Cariri is the overlapping of territorial conflicts. The great work that uses water as an alibi facing drought adds to the conflict environment of the agrarian question, characterized by an intense concentration of land. In response, the social movements have been articulated and built organizations that question the way governments in Ceará have been developing this enterprise - without public dialogue about the real needs of a construction that already in its first section has already exceeded 50% the estimated value, avoiding explanations about the data on water sufficiency of the Cariri and compensation processes to communities that have been affected with the passage of its structures. The culmination of these movements who opposed the confrontation paradigm of droughts in recent decades, is the presentation of reports of serious violations of traditional communities' rights, as well as the construction of political alternatives to the development of a typical capitalist agriculture in the semiarid region, exposing livelihoods and knowledge of people living in the hinterland as fighting strategies.

Keywords: Belt of Ceará Waters (CAC). Cariri. Conflicts. State. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Túnel Veneza, entre as cidades de Abaiara e Missão Velha	115
Figura 02 – Barragem de Jati	116
Figuras 03, 04 e 05 – Túnel Cabeceira	118
Figuras 06 e 07 – Comunidade Barro Branco, Barbalha/CE – 2013/2015	119
Figura 08 – Canteiro de Obras no município de Barbalha, Comunidade Barro Branco	120
Figura 09 – Túnel Arajara	121
Figura 10 – Local onde será a saída do Túnel Arajara	121
Figura 11 – Túnel Carnaúbas	122
Figura 12 – Interior do Túnel Carnaúbas	123
Figuras 13 e 14 – Túnel Carnaúbas 2013/2015	123
Figuras 15 e 16 – Túnel Arajara	124
Figuras 17 e 18 – Sifão Pai Mané. Crato/CE	124
Figuras 19 e 20 – Baixio das Palmeiras, Crato/CE	125
Figura 21 – Estratigrafia da Bacia Sedimentar do Araripe	138
Figura 22 – Esquema explicativo do complexo hídrico da Bacia Sedimentar do Araripe	140
Figura 23 – Telhas d’água da fonte de Batateira	145
Figura 24 – Ruínas do engenho do sítio fundão	146
Figuras 25 e 26 – ZEA 07 - 2009/2015 - Degradação ambiental	156
Figuras 27 e 28 – Limites FLONA e APA	160
Figura 29 – Casa de Dona Naninha	164
Figuras 30 e 31 – Oficina de Cartografia	165
Figura 32 – Sementes expostas durante o IV Seminário	168

Figuras 33 e 34 – Oficina de Cartografia	169
Figuras 35 e 36 – Oficina de Cartografia	169
Figuras 37 e 38 – Comunidades do Baixio das Palmeiras	170
Figura 39 – Macaúba	176
Figura 40 – Delegacia Sindical do Baixio das Palmeiras	206
Figuras 41 e 42 – Espaço de criação de Dona Nena	219
Foto 43 – Espaço de Cultivo Irrigado Camponês	219
Figura 44 – Colheita da Banana	223
Figura 45 – Transporte da Banana	223
Figuras 46, 47, 48 e 49 – Família de seu Zé Izídio	224
Figura 50 – Roça de Dionísio Caetano	230
Figura 51 – Colheita	231
Figuras 52 e 53 – Comunidade Oitis	246
Figura 54 e 55 – Casas que serão afetadas com o CAC	246
Figuras 56 e 57 – Comunidade Chapada	249
Figuras 58 e 59 – Casa de moradores, Comunidade Chapada	249
Figuras 60 e 61 – Didi Poeta	251
Figuras 62 e 63 – Invasões de propriedades	252
Figuras 64 e 65 – Visita de integrantes do GEA ao Baixio das Palmeiras	253
Figuras 66 e 67 – Projeto Percursos Urbanos Cariri	260
Figura 68 – Manifestação pelas ruas do Crato	264
Figura 69 – Grafite no centro do Crato	264
Figura 70 – Protesto na Expocrato 2013	267
Figura 71 – Folder explicativo sobre o CAC	268
Figura 72 – Folder lançado pela Associação Rural do Baixio das Palmeiras	268

Figuras 73, 74, 75 e 76 – Protesto na rua São Pedro Juazeiro do Norte	269
Figuras 77 e 78 – III Seminário das Comunidades do Baixo	272
Figuras 79 e 80 – Audiência Pública na Cidade do Crato	277
Figura 81 – IV Seminário	278
Figuras 82 e 83 – Oficinas durante o IV Seminário das Comunidades do Baixo. Oficinas	280
Figuras 84, 85, 86, 87, 88 – IV Seminário das Comunidades do Baixo	280

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Conflitos envolvendo terra/água no Brasil entre 2015 e 2010	90
Gráfico 02 – Trabalho de pessoas escravizadas no Cariri	187
Gráfico 03 – Calendário Agrícola	228

QUADROS

Quadro 01 – Resumo hídrico para os diferentes cenários	128
Quadro 02 – Distância aproximada do Cariri para capitais do Nordeste e outras regiões	130
Quadro 03 – Exportações de melão Ceará e Brasil (2010 - 2014)	291

TABELAS

Tabela 01 – Conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil entre 2005 e 2010	88
Tabela 02 – Imóveis rurais por categoria no Cariri	126
Tabela 03 – Demanda hídrica nas áreas de influência do CAC	128

MAPAS

Mapas 01 e 02 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil 2005	91
---	----

Mapas 03 e 04 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil 2006	91
Mapas 05 e 06 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil 2007	92
Mapas 07 e 08 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil 2008	92
Mapas 09 e 10 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil 2009	93
Mapas 11 e 12 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil 2010	93
Mapa 13 – Mapa do CAC	100
Mapa 14 – Adutoras previstas como extensão do CAC	101
Mapa 15 – Trecho 01 do CAC, entre os municípios de Jati e Nova Olinda	114
Mapa 16 – Sub-bacia do Rio Salgado	150
Mapa 17 – APA Chapada do Araripe e FLONA Araripe – Apodi	158
Mapa 18 – Comunidades do Baixio das Palmeiras. Mapa de Sementes	171
Mapa 19 – Comunidades do Baixio das Palmeiras e limite com o Distrito de Barbalha	172
Mapa 20 – Comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
AGB	Associação de Geógrafos do Brasil
ACB	Associação Cristã de Base
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANA	Agência Nacional das Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASDISC	Ação Social Diocesana Santa Cruz do Sul
BEC	Banco do Estado do Ceará
BLADEX	Banco Latino-Americano de Exportações
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BOC	Bloco Operário Camponês
BSA	Bacia Sedimentar do Araripe
CAB	Curso de Aprendizagem Bancária
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
CALIGEO	Centro Acadêmico Livre de Geografia
CAN	Comunidade Andina
CDE	Comissão de Direção Executiva
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIC	Confederação das Indústrias do Ceará
CIMI	Comissão Indigenista Missionária
CIPP	Complexo Industrial Portuário do Pecém
COELCE	Companhia Energética do Ceará

COGERH	Companhia de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Ceará
COMVIDAS	Comissão de Qualidade de Vida e Meio Ambiente
CONERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVT	Centro Vocacional de Treinamento
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA/RIMA	Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais
ELIRU	Escolas de Líderes Rurais
ERA	Encontro Regional de Agroecologia
EREGENE	Encontro Regional de Estudantes de Geografia do Nordeste
EXPOFAM	Exposição da Agricultura Familiar
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Ceará
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FIC	Federação das Indústrias do Ceará
FLONA	Floresta Nacional do Araripe
GEA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
ICC	Instituto Cultural do Cariri
ICMBio	Instituto de Biodiversidade Chico Mendes
IFCE	Instituto Federal de Educação do Ceará
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra as Secas
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará
IPHAN	Instituto Nacional do Patrimônio Histórico
LCT	Legião Cearense do Trabalho

LEPEC	Laboratório de Estudos sobre Espaço Agrário e Campesinato
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MLDM	Movimento de Luta em Defesa da Moradia
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAJE	Programa de Assistência Jurídica Estudantil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PISF	Projeto de Integração do São Francisco
PROCAMPO	Programa de Apoio a Formação à Formação Superior em Licenciatura do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RENAP	Rede Nacional de Educadores Populares
RESAB	Rede de Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro
RL	Ramal Leste
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano

SEMACE	Secretaria de Meio Ambiente do Ceará
SESC	Serviço Social do Comércio
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TDE	Técnico em Desenvolvimento Econômico
UDN	União Democrática Nacional
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URCA	Universidade Regional do Cariri
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical
ZEAS	Zonas Especiais Ambientais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO SUL DO ESTADO DO CEARÁ	32
2.1 Grandes obras e Capitalismo	32
2.2 O desafio de pensar o Cariri	34
2.2.1 Processos de (des)construção das formas de produção espacial no Vale do Cariri (1500–até hoje)	41
2.2.2 Cariri, conflitos fundiários e transformações territoriais entre 1889-1930 (1882 – até hoje).....	499
2.3 A construção do Cariri e a inserção nas políticas nacionais desenvolvimentistas (1930 – até hoje)	54
2.4 A transição para as políticas neoliberais de (des) envolvimento (1986 - até hoje)	65
3 AS (DES)CONTINUIDADES DO MODELO LIBERAL-PERIFÉRICO E OS CONFLITOS ENVOLVENDO ÁGUA NO BRASIL	74
3.1 IIRSA e PAC: (des)continuidades das intervenções em infraestrutura na América Latina	74
3.1.1 (Re)construção do paradigma extrativo-exploratório.....	74
3.1.2 IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana.....	79
3.1.3 O PAC e o Cinturão das Águas do Ceará.....	81
3.2 Espacialização dos conflitos envolvendo água no Brasil: 2005-2010	86
3.3 O CAC – Cinturão das Águas do Ceará	94
4 O CONTROLE DA NATUREZA A E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS NO CARIRI	134
4.1 Cariris, caminhos e entroncamentos	134
4.2 Os caminhos das águas entre as nascentes e o vale	137
4.2.1 Telhas d’água: (des)continuadas estratégias de controle dos usos da água no aquífero superior	141

4.2.2 Aquíferos médio e inferior	147
5 FORMAÇÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES DO BAIXIO DAS PALMEIRAS	162
5.1 Produção camponesa do espaço e territorialidade.....	210
6. O BAIXIO PREOCUPADO: OS CONFLITOS PELA PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES FRENTE AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CAC.....	234
6.1 Conflito de paradigmas	234
6.2 A sobreposição de conflitos territoriais com o CAC e a organização política das comunidades.....	241
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	286
REFERÊNCIAS	294
ANEXOS - Obras hídricas estratégicas no Ceará entre 1960 - 2015.....	307

1 INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado que ora apresentamos é fruto de um conjunto de reflexões realizadas, nos últimos dois anos, sobre a região do Cariri cearense, sul do Estado, mais especificamente acerca das relações entre Estado, desenvolvimento e conflito e as transformações territoriais ensejadas no processo de desenvolvimento do capitalismo na referida região. É, pois, uma pesquisa científica no âmbito da geografia agrária e, como tal, uma ação política de tentativa de entendimento das relações sociais estabelecidas nos processos de produção espacial no campo.

Compreendemos a pesquisa como um trabalho social embebido de significados, concepções, escolhas, que muito revelam as ausências e os excessos do sujeito social que empreende o olhar sobre um determinado conjunto de relações, o produto final, na sua completude e nas suas nuances, revela o pesquisador e as singularidades de seu tempo histórico.

Falamos, assim, desde um lugar do mundo, e, a partir desse, emitimos, na pesquisa que realizamos, considerações sobre o que os sentidos alcançam e a mente consegue ruminar. Essa dissertação é resultado do trabalho de um jovem pesquisador – um sujeito que cotidianamente se faz alimentado por paradigmas que acolheu e rejeitou ao longo de sua trajetória, por relações contraditórias que compõem suas visões de mundo. Dessa forma, as opções metodológicas da pesquisa são um dos principais indicativos sobre o lugar de onde se anuncia o ponto de vista.

Os princípios herdados dos paradigmas, os conceitos e as categorias de análise são reveladores não somente do trabalho, mas do sujeito enquanto pessoa, seus pensamentos, suas contradições. Também a forma de envolvimento com os sujeitos pesquisados, as estratégias de aproximação e a adoção de uma postura crítica frente ao contexto que empreende o olhar são nuances, mas nada de maneira ocasional: são, senão, opções conscientes ou inconscientes que alimentam o fazer a pesquisa.

Outro aspecto revelador do lugar de onde se fala é a trajetória do pesquisador na sua aventura educativa de permanente aprendiz de geografia – ela guarda informações sobre as influências teórico-metodológicas e as atividades políticas e profissionais nesse ensejo.

Essa caminhada pelo estudo de geografia foi iniciada ainda na educação básica, quando o encantamento pela disciplina nos levou à graduação na Universidade Regional do

Cariri. Tendo se iniciado no Distrito de Cariri-Mirim/PE e concluído em Juazeiro do Norte/CE, em 2005, transitando nas sinuosas curvas da Chapada do Araripe, entre os Estado de Pernambuco e Ceará, a educação básica foi concluída em 2005, abrindo portas para o ingresso no curso de geografia já no ano seguinte.

Duas atividades influíram decisivamente a caminhada durante a graduação na Universidade Regional do Cariri (URCA): o movimento estudantil e a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária (GEA). No movimento estudantil, compomos gestões do Centro Acadêmico Livre de Geografia (CALIGEO), onde foram construídos eventos acadêmicos que debateram variadas temáticas, sempre buscando integrar nas discussões os movimentos sociais. Compôs, também, a Coordenação Regional dos Estudantes de Geografia do Nordeste (CEREGENE), integrada por uma geração de estudantes de vários estados do Nordeste, sobretudo, Ceará, Bahia e Alagoas, ocasião em que participamos da construção de três Encontros Regionais de Estudantes de Geografia, os EREGENE's.

No GEA, sob a orientação da Professora Roberta Piancó, desenvolvemos pesquisas sobre educação do campo e construção de sujeitos sem-terra. Essa atividade e o convívio com o grupo, que se destaca em estudos geográficos na região, exigiu de todos um envolvimento político com a temática. Além de realizar a pesquisa, a docente orientava o grupo a contribuir com a construção de articulações que pensavam educação contextualizada para a região, como RESAB, Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação. Neste contexto, houve uma contribuição com a construção de um curso de graduação em educação do campo – PROCAMPO, no qual houve a satisfação de se ministrarem disciplinas.

Nesse sentido, o ato de pesquisar em minha formação teve como sinônimo o envolvimento. A autocobrança sempre existiu, enquanto grupo de pesquisa, em razão da necessidade de se construir um retorno social das nossas pesquisas para as comunidades pesquisadas. Assim, construímos projetos de extensão, como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), no Assentamento 10 de Abril, no Crato/CE – um projeto que diagnosticou, com metodologias de convivência, as principais problemáticas do assentamento, seguidas de ações focadas nos resultados obtidos. Construímos, também, sob a coordenação do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), o mapeamento das comunidades rurais negras do Cariri – um estudo que diagnosticou as comunidades em que vivem descendentes de pessoas escravizadas na região.

A entrada no GEA, a contribuição com suas atividades acadêmicas e políticas, a convivência com professores (as) e jovens graduados (as) contemporâneos, foi, sem dúvidas,

o que provocou o meu encantamento pela Geografia Agrária. Nos encontros semanais, debatíamos clássicos da geografia agrária brasileira e as possibilidades de pesquisa para o Cariri, o envolvimento com os movimentos sociais na região e a realização de encontros acadêmicos. De longe, pode-se dizer que o paradigma da permanência e a recriação do campesinato no campo no Brasil foi a corrente de pensamento que mais influenciou minhas leituras, atividades acadêmicas e políticas nesse período.

Concluída a graduação, o ingresso no serviço público se deu como professor da rede pública estadual de ensino do Ceará, no ano de 2010. Viviam entre o cotidiano de aprendizagem de um jovem professor, as atividades políticas docentes da categoria e o desafio de não se distanciar da pesquisa acadêmica e do GEA, para, quando possível, tentar seleção de mestrado.

Nesse período, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária passava por uma crise interna, dada a constatação de que todos os seus estudos, desde suas primeiras atividades, em 2004, eram direcionados a assentamentos de reforma agrária, sobretudo, o 10 de abril. Os movimentos sociais, as entidades que atuam no campo e mesmo a URCA solicitavam dados e explicações que não tínhamos sobre o processo de formação das comunidades tradicionais da região. Somado a esse contexto, houve, um decréscimo de participantes, ocasionado pela conclusão do curso pelos graduandos. Constatamos, também, que, de modo geral, existem poucas pesquisas sobre comunidades rurais da região do Cariri.

Acreditamos que o contexto em que vivia o GEA nesse momento era, também, reflexo da geografia agrária brasileira e da sua formação nas últimas décadas. Muitos pesquisadores e grupos de estudos dedicaram atenção especial aos contextos de conflitos envolvendo a formação de assentamentos rurais, sobretudo, os pesquisadores do paradigma da permanência e da recriação do campesinato. A crise do MST com a ascensão do PT ao poder, concomitante com o decréscimo das ocupações de terras, acompanhada da ampliação da violência e expropriação, tornavam a questão agrária mais complexa. Nesse contexto, também, novos movimentos sociais se tornam importantes sujeitos dos conflitos territoriais no Brasil – quilombolas, indígenas, movimento de mulheres, MAB, entre outros –, exigindo uma postura de presença mais diversificada desses pesquisadores.

O grupo passou a fazer visitas às comunidades rurais aos finais de semana, sondagens iniciais, pequenas entrevistas e fotografias. As primeiras visitadas foram Urucongo e Baixo das Palmeiras, ambas no Crato. Sobre o Urucongo, o GEA tem um estudo de iniciação científica. Esse foi o nosso primeiro contato direto com as comunidades que estudamos no

mestrado. De início, constatamos o ambiente de conflitualidade envolvendo a terra – onde muitas famílias, por não possuírem títulos das propriedades em que moram há décadas, têm seus cotidianos invadidos por imposições e ameaças dos que se dizem donos dos terrenos – e que seria construído nesse espaço o Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Assim, o GEA passou a contribuir com as atividades políticas da comunidade, e, dada essa oportunidade, passamos a construir nosso projeto de pesquisa para a seleção de mestrado.

O curso de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia na UFPE foi iniciado em 2014, sob a orientação do Prof. Cláudio Ubiratan Gonçalves, passando este pesquisador a compor o Núcleo de Estudos sobre Agroecologia e Campesinato, que se transformou, no ano seguinte, no Laboratório de Estudos sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC). Além do cotidiano convívio com os membros desse coletivo de pesquisadoras/es, que se reúnem semanalmente para discutir um programa de temas que dialoga com as pesquisas do grupo, duas outras atividades proporcionadas pelo LEPEC muito contribuíram para minha formação nesse período: a atividade de intercâmbio realizada na Argentina e na Bolívia, bem como a aproximação com a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Tendo sido recebido pelas professoras Ana Rivas e Claudia Hernandez, na Universidad Nacional de Tucumán – UNT, foi cursada uma disciplina com a temática que envolvia os estudos sobre descolonialidade, fazendo incursões pelo nordeste argentino e pela Bolívia, onde foi possível dialogar com pesquisadoras/es de Geografia. Essas atividades nos legaram leituras sobre descolonialidade que muito contribuíram com a construção da presente dissertação.

Nos aproximamos da CPT por ocasião do curso de Residência Agrária Jovem, ligado ao PRONERA e ao CNPq. Nessa ocasião, contribuí com um programa educativo para o curso, que tem como princípio a pedagogia da alternância e é composto por jovens de comunidades camponesas e quilombolas e posseiros de todas as regiões do estado de Pernambuco, tais como Castanho, Varzinha dos Quilombolas, Barra do Dia. Um dos principais objetivos do curso é a formação política de jovens para atuação na base de movimentos sociais, tendo esse conjunto de práticas educativas contribuído muito para minha formação. Nesse âmbito, foi possível participar do Congresso Nacional da CPT, em Porto Velho/RO, e da construção do Projeto de Especialização ligado ao PRONERA em Conflitos territoriais das comunidades tradicionais, que terá início em 2016.

Depois de cursadas as disciplinas do PPGEQ, foi realizado o Estágio Docência na disciplina Geografia Agrária da Zona Tropical, o qual proporcionou a experiência de

construção de atividade educativa para formação em geografia, bem como a realização de práticas de campo, uma das quais para o Baixo das Palmeiras. Houve a participação, também nesse período, em importantes eventos na área de Geografia – ENGA na UFRN; SINGA, na UFG; ENANPEGE na UNESP de Presidente Prudente; SETED, na USC na Espanha, entre outros –, oportunidades nas quais foi apresentada a presente pesquisa, quando em andamento, recebendo diversas contribuições.

Para construção do referencial teórico desta dissertação, três disciplinas influenciaram decisivamente na adoção de uma corrente de pensamento e na construção de uma proposta de interpretação da região do Cariri: “Para além da globalização: em direção a uma proposta de escalas”, ministrada por Andreas Novy; “A terra e o homem no Brasil: estruturação espaço territorial da sociedade brasileira”, ministrada por Ruy Moreira; e “Agroindústria e organização do espaço no Brasil”, ministrada por Claudio Ubiratan.

As duas primeiras exerceram influência na adoção do método materialista histórico como orientação da construção da pesquisa. Os professores que mediarão essas disciplinas construíram diferentes periodizações para pensar o Brasil sob a orientação da teoria da regulação. Diferentes abordagens, mas muitos pontos de convergência levaram a pesquisa à indagação: é possível e necessário construir uma proposta de periodização para compreender o Cariri?

Na terceira disciplina, além de serem realizados profícuos debates sobre o contexto contemporâneo de desenvolvimento do capitalismo, foi feita uma prática de campo para o Rio Grande do Norte e o Ceará, regiões de expansão da agricultura irrigada e *locus* de atuação de grandes empresas – algumas das quais multinacionais, que atuam em locais públicos estruturados pelo Estado. Este campo fez pensar o Ceará em uma perspectiva escalar mais ampla e entender que as transformações territoriais ensejadas no Baixo e no Médio Jaguaribe nas últimas décadas – junto com a expansão do turismo comercial no litoral Leste, a suficiência hídrica da capital, Fortaleza, e a implementação do Complexo Industrial Portuário do Pecém (CIPP) – são produtos sociais de um tempo histórico caracterizado pela ascensão de um grupo político ao comando do estado, que colocou na ordem do dia a urgência de grandes obras hídricas, com discurso alinhado ao combate às secas, mas com reais sentidos territoriais alinhados ao desenvolvimento extrativo do capital.

Nas três últimas décadas, estruturou-se um eixo de (des) envolvimento, integrando, hidricamente, as bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, de Banabuiú, Baias Metropolitanas e Curu. O resultado dessa investida técnica é caracterizada pela internacionalização da

economia cearense, como especialista no fornecimento de *commodities* de inserção barata nos mercados globais, e a conversão dos sentidos territoriais das grandes obras hídricas, que outrora eram atributo das políticas dos coronéis e agora servem à expansão do agrohídronegócio. O legado desse tempo histórico foi a construção de 7 transposições hídricas e 153 açudes, com capacidade de armazenamento de 18 bilhões de m³ de água, metade de todo o Nordeste. De posse de toda essa estrutura hídrica, o Ceará inicia em 2013 a construção do CAC. Nesse sentido, as reflexões proporcionadas pela disciplina “Agroindústria e organização do espaço no Brasil” nos levaram a um questionamento que cumpre centralidade na dissertação: quais os sentidos territoriais do CAC?

Após esse caminhar, foi estruturado o objetivo geral da dissertação, qual seja, entender as transformações territoriais na região do Cariri provocadas pelo CAC, a formação das comunidades tradicionais da chapada do Araripe e a sobreposição de conflitos ensejada por essa grande obra. Também, os objetivos específicos: desenvolver um raciocínio teórico-metodológico estruturado em uma periodização que ajude a entender a formação da região do Cariri e as transformações territoriais impostas pela dinâmica capitalista de produção do espaço; compreender os processos de formação das comunidades tradicionais do Baixo das Palmeiras; e compreender o ambiente de sobreposição de conflitos na região do Cariri proporcionado pela recente investida do Estado em realizar o CAC.

Havia, pois, o desafio de pensar o Cariri e o seu processo de formação, entender as dinâmicas territoriais ensejadas pelo desenvolvimento do capitalismo na região, orientado pelos teóricos da vertente regulacionista, e, principalmente, que essa interpretação servisse de suporte para entendimento das comunidades que ora estão sendo atingidas pelo CAC. Os referidos teóricos pensam o processo de expansão do capitalismo mediante duas variáveis, Estado e desenvolvimento, e procuram compreender períodos de relativa estabilidade político-econômica, a cultura política gerada por essa ocasião, as estruturas do Estado, as instituições, bem como os períodos de rupturas, as crises que geram câmbios, sucessão de sistemas políticos, ou mesmo de gerações políticas mais ou menos alinhadas com os signos do desenvolvimento do capitalismo de seu tempo.

É característica desses estudiosos prezar pela pesquisa do que se convém chamar de política formal, as disputas institucionais dos partidos ou grupos políticos para domínio das instituições do Estado, ou mesmo as regiões e predomínios de grupos eleitorais ou blocos de poder. Outrossim, são comuns nos estudos sobre o Cariri as investidas intelectuais no âmbito da política formal, da industrialização, da urbanização, das redes e fluxos de mercadorias, das

informações e dos comandos. Passa ao largo dos estudos geográficos a formação de organizações populares do campo e da cidade, salvo dos estudos relevantes que se dedicaram a entender a formação de comunidades extrativistas que vivem no topo da Chapada do Araripe ou estudos sobre assentamentos rurais.

De modo geral, predominam sobre o Cariri três projetos de interpretação: os estudos da igreja, que elegeram seus heróis e bispos e exerceram muita influência nos estudos dos brasilianistas que se aventuraram por essa região; as interpretações conservadoras dos componentes do ICC, responsáveis por forjarem uma imagem do “Cariri oásis”, berço da cultura, fruto de um entendimento que saúda os colonizadores como responsáveis por esses legados; e a interpretação dos estudos científicos, sobretudo a partir do último quartel do século XX, caracterizada pelo exercício de influência dos dados gerados pela SUDENE e, mais recentemente, pelas transformações implementadas pelo Estado nas cidades, políticas públicas de integração, regionalização, educação, entre outras.

Concebendo a metodologia de construção dos trabalhos científicos não como algo dado que se precisa aplicar à realidade a qual se deseja entender, negando a noção modelo metodológico, deparamo-nos com um desafio no decorrer da pesquisa: a opção metodológica que realizamos não levava em conta, nos seus principais estudos, a formação de organizações populares e comunidades tradicionais. O diálogo com estudos descoloniais nos levou a buscar, na realidade e nos sujeitos, as orientações para a pesquisa. As histórias de vida, bem como a literatura sobre a região, instruíram que as comunidades que estudamos exerceram e sofreram influência do processo de formação da região do Cariri, que suas formações estão ligadas a fenômenos sociais – como as secas, o latifúndio, a sedição de Juazeiro, o cangaço, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto – e aos fluxos migratórios para Amazônia e para o Sudeste.

Isso nos levou a construir o segundo capítulo como uma tentativa de entendimento das transformações territoriais que ocorreram na região do Cariri no processo de desenvolvimento do capitalismo. Buscamos na literatura sobre a formação do Estado brasileiro na transição do século XIX para o XX e constatamos que ocorreram fenômenos sociais na referida região que sofreram influência do desenvolvimento do capitalismo naquele momento, bem como influíram na constituição da composição política do estado do Ceará e do Brasil das décadas seguintes. Os movimentos populares do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, Canudos e Sedição de Juazeiro, com suas singularidades e divergências latentes, têm pontos comuns na peleja da igreja católica contra o Estado pretensamente liberal que se constituía.

No segundo tópico do segundo capítulo, buscou-se entender a transição entre o “período dos coronéis” e os “governos das mudanças”. O período entre o declínio do Estado Novo e o Golpe de 1964 estabeleceu no Ceará elites políticas regionais que disputavam o comando do Estado – o momento é caracterizado pela formação de outros grupos políticos, que, por vezes, conseguiam cargos no legislativo, mas tinham como local de atuação os sindicatos. Representando o pensamento conservador religioso, a Legião Cearense do Trabalho. Outras entidades que divergiam diametralmente das ligadas ao catolicismo, o Partido Comunista Brasileiro, Bloco Operário Camponês.

A recorrência oposicionista nas eleições, acompanhada da origem dos políticos que assumiam o Estado nesse período, indica que o perfil dos coronéis que atuavam na política cearense era notoriamente diferente da exercida por políticos em outros estados, como Bahia e Pernambuco, pois esses não conseguiram compor um grupo político que se perpetuou no comando. Destaca-se, nessas quase três décadas, o governo do militar Virgílio Távora, último antes do golpe militar – não tendo sido interrompido por essa ocasião –, havendo, inclusive, retornado ao cargo durante o regime militar por indicação. Em seus dois governos, Távora implementou a política de infraestrutura que contribuiu com a expansão da indústria na capital e no interior, mediante a política de distritos industriais, que culminaram com a constituição da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Entre as décadas de 1960 e 1980, merece destaque também a atuação de duas instituições federais, de diferentes enfoques, que provocaram decisivas mudanças na cultura política do estado. O DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), que construiu importantes **fixos** ligados ao armazenamento de água, que mais tarde deram suporte aos grandes perímetros irrigados, e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), que, mais alinhado com a ideologia desenvolvimentista em voga reverberada pela SUDENE, concedia empréstimos para os projetos de desenvolvimento, também atuando na estruturação de cursos ligados à formação empresarial. Muitos dos egressos desses cursos passaram a compor o alto escalão estatal e de grandes empresas que se instalavam no Ceará e em outros estados do Nordeste. O BNB forja com seus processos educativos a figura do executivo e do político com afáveis relações com as transformações do capitalismo naquele momento.

Um novo grupo político havia sido formado por essa conjuntura e se manteve, até quando a si foi conveniente, na composição dos coronéis, sob o respaldo dos militares. Com a abertura política em 1985, esses jovens empresários se articulam em torno da figura de Tasso Jereissati e conseguem vencer os “coronéis”, imprimindo no estado uma política neoliberal,

caracterizada pelo arrocho fiscal, pela redução dos gastos estatais e pelos incentivos estrutural e fiscal para o desenvolvimento do agrohidronegócio.

O Ceará passou a conceber um grande projeto de desenvolvimento para as próximas décadas, que exercia centralidade nas obras hídricas com destinos prioritários mirados para os vales e tabuleiros férteis, RFM e CIPP (Complexo Industrial Portuário do Pecém), novos pontos gravitários para onde correriam as águas. Os resultados dessas três décadas de “governos de mudanças” foram repetidos projetos de barramento dos corpos hídricos, integrações de bacias e construção de perímetros públicos irrigados, à disposição de uso extrativo de grandes empresas.

O produto mais elaborado dessas sucessivas investidas do estado em estruturar o Ceará para receber investimento no agronegócio é o CAC, que, utilizando-se do discurso de legitimação das secas, pretende percorrer os espaços não atendidos pelas grandes obras que o precederam, redesenhando os caminhos das águas para construção do que o Estado brasileiro tem chamado de **sinergia hídrica** – em outras palavras, a integração das águas da Transposição do Rio São Francisco com bacias hidrográficas caracterizadas por escassez de água.

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela ascensão de um grupo político de origem popular ao poder. Os seus governos não representaram, no horizonte da relação capital-trabalho, nenhuma ruptura com o modelo de desenvolvimento que vinha sendo constituído nas décadas anteriores por governos neoliberais. Momento em que cumpre papel central no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as empreiteiras e as empresas do agronegócio, ambas setores da economia, passaram a gerar saldos positivos na balança comercial, possibilitando a quitação das dívidas do Estado e uma reserva financeira, e, mais que isso, a consolidação da inserção do Brasil na economia global como exportador de *commodities* – que, tendo valor baixo no mercado, necessitam de grandes extensões para conseguirem lucros exequíveis. O resultado dessa conta foi a devastação dos cerrados e das caatingas e o processo de expropriação veloz e violento de comunidades tradicionais, contexto que analisamos no terceiro capítulo.

O CAC é fruto desse contexto, em que as empreiteiras cumprem papel central na conflituosa relação capital-trabalho no Brasil. Tendo sido proposta pela VBA (empresa cearense), teve iniciada a sua construção em julho de 2013, quando as empreiteiras que venceram o processo licitatório deram início à construção do trecho 01, entre os municípios cearenses de Jati e Nova Olinda, com 149 km. Possui extensão total de cerca de 1.300 km e

previsão de término para as próximas quatro décadas. De modo geral, os três trechos e quatro ramais farão circular 30 m³/s de água imprópria para o consumo humano, com controle de vazão, podendo ser interrompida em tempo real; parte da obra será subterrânea e todo o projeto do entorno monitorado por câmeras. Os sentidos territoriais do CAC estão alinhados com investimentos em mineração no centro-norte do Estado, os projetos de expansão turística do Litoral Oeste, abastecimento da RFM e Região metropolitana do Cariri. Podendo, no percurso dessas extremidades, serem desenvolvidos novos perímetros irrigados, como bem salientam os estudos de viabilidade da obra, e foi destacado no tópico três do capítulo três.

Constatamos que esse contexto de expansão das grandes obras hídricas no Brasil tem provocado sobreposição de conflitos territoriais. Mediante análise de dados da CPT, verificamos que, desde o ano de 2005 – quando a entidade passa a contabilizar os conflitos específicos envolvendo obras hídricas, período também de ascensão das obras do PAC –, esses são sempre superiores a todas as categorias dos conflitos por água (poluição, limite de acesso, entre outros). Organizamos em tabelas e gráficos e especializamos em mapas que demonstram a quantidade de conflitos que ocorreram e também a de famílias envolvidas. É, assim, possível perceber o crescimento no Ceará após a implementação da obra Eixão das Águas (antigo Canal da Integração).

Nos capítulos cinco e seis da dissertação, detemo-nos a entender as relações de sobreposição de conflitos ocasionadas pelo CAC na cidade do Crato, mais especificamente nas comunidades do Baixio das Palmeiras. Depois de realizada uma análise sobre os processos de Controle da natureza e da geopolítica das águas no Cariri (capítulo quatro), partindo do pressuposto de que as concentrações fundiárias e de renda no vale da Chapada do Araripe só são possíveis com exploração excessiva do trabalho e da natureza, analisamos os caminhos das águas nos três domínios do aquífero da Bacia Sedimentar do Araripe (BSA) – aquíferos superior, médio e inferior –, a formação da sub-bacia do Rio Salgado e os principais processos de degradação ambiental. Constatamos em nosso trabalho de campo que o Estado não disponibiliza todos os dados oficiais sobre a real suficiência hídrica da região do Cariri. Curiosamente, estudos realizados pela CPRM atestam uma quantidade vultosa de água de boa qualidade nos aquíferos médio e inferior, fato que põe em questionamento obras hídricas para atender a região. A COGERH até fez estudos que contestam esses dados, porém não foram publicados.

No primeiro tópico do quinto capítulo, construímos uma reflexão em torno da formação das comunidades do distrito de Baixio das Palmeiras. Para isso, realizamos

entrevistas semiestruturadas com mulheres e homens que vivem no Baixio e buscamos na literatura informações pertinentes ao assunto. Detectamos que o processo de formação das comunidades está relacionado a alguns fenômenos, como a colonização da região, as romarias, a Sedição de Juazeiro, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e o Cangaço. Realizamos, ainda, por ocasião da elaboração desse tópico, atividades educativas de cartografia social com estudantes da educação básica das comunidades e dialogamos sobre temas como agricultura camponesa e sementes crioulas, além de produzirmos mapas utilizando sementes das comunidades. Além das falas dos sujeitos pesquisados, esses mapas nos demonstram o sentimento de pertencimento ao lugar, o conhecimento sobre o espaço e a história de formação das comunidades do Baixio.

No último tópico da dissertação, analisamos aspectos mais diretamente relacionados aos conflitos enfrentados pelos sujeitos que se reproduzem enquanto camponeses (as) nas comunidades do Baixio das Palmeiras, os quais são relacionados à posse da terra, às constantes ameaças que sofrem, aos sistemas de trabalho, ao pagamento da meia pelas terras utilizadas para cultivo, e à sobreposição de conflitos com o anúncio do CAC. As comunidades organizam um movimento social desde 2010, que questiona a forma como o Estado vem desenvolvendo a referida obra e que tem proporcionado ricos debates sobre obras hídricas e a questão ambiental no Cariri, tendo se articulado com outros movimentos do próprio Ceará e de outros Estados.

Nosso processo de formação como pesquisador nos levou a construir uma pesquisa com base nos princípios do que Giarracca (2008) chamou de “investigación militante”, partindo do pressuposto de que “los movimientos sociales son [hoy] los unicos capaces de generar pensamientos para el bien común, nos desafía en estos acompañamientos desde nuestros lugares universitários” (ESTEVA et. al, 2008, p. 07).

Compreendemos que esse paradigma de pesquisa encara as dualidades consagradas pela academia de sujeito/objeto, teoria/prática, estrutura/ação e confere ao conhecimento científico um caráter de compromisso social. Colocamo-nos, enquanto pesquisadores, como iguais aos sujeitos pesquisados (as), entendendo o nosso conhecimento anterior ao ato político/social da pesquisa como fruto de socializações e diálogos. Realizamos as entrevistas entendendo que, “todas as pessoas e todas as culturas são fontes de saber” (BRANDÃO & BORGES, 2007, p. 26) e que “qualquer teoria científica é uma interpretação entre outras e vale pelo seu teor de diálogo, não pelo seu acúmulo de certezas” (mesma obra, p. 57). Assim, adotaremos como método de investigação a pesquisa-militante, entendendo-a como um

ambiente pedagógico de diálogo de saberes, buscando contextualizar os processos estudados/vivenciados em uma realidade social tomada como uma totalidade em uma estrutura e uma dinâmica.

Foi nesse sentido que utilizamos a voz dos sujeitos pesquisados (as) na construção do trabalho científico, entendendo que são os conhecedores por excelência dos lugares que vivem e das situações política de conflitos que vivenciam. Muito embora construamos uma reflexão que sintetiza as vivências da pesquisa, a voz das pessoas que vivem no Baixio das Palmeiras aparece como sujeito no trabalho que ora apresentamos. A vivência nas comunidades, as atividades educativas nas escolas e a participação nas mobilizações políticas muito nos ajudaram nesse processo.

Assim, no nosso entendimento, os princípios de objetividade e neutralidade no processo de produção do conhecimento científico não são, senão, uma quimera, ou mesmo dogmas alinhados com a construção do saber científico como uma verdade absoluta e com o não envolvimento político social com os processos estudados.

No entendimento de Giarracca (2008), essa modalidade de *conocimiento* é fruto da contemporânea crise paradigmática que põe em xeque as verdades impostas pelas instituições formais de produção de conhecimento. Esses processos fizeram com que se constatasse que “en la América Latina, en los últimos catorce años [desde 1994] se abre un nuevo capítulo en la relación entre intelectuales y compromisos con los movimientos sociales” (p. 124). Dessa forma, buscamos em todos os espaços ter uma presença crítica/reflexiva que repercutiu na elaboração do nosso trabalho, evitando pensamentos pré-estabelecidos sobre os diferentes lugares onde estivemos, pautando questionamentos que fazem parte da nossa compreensão de mundo e da geografia.

2 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO SUL DO ESTADO DO CEARÁ

Nesse capítulo da dissertação, encaramos o desafio metodológico da pesquisa geográfica. Partimos do pressuposto de que o CAC tem provocado sobreposição de conflitos territoriais na região do Cariri e que esse, em seu processo de concepção e execução, é resultado do processo de expansão da produção espacial capitalista. Sentimos, pois, a necessidade de entender as transformações territoriais no Cariri ensejadas no processo de desenvolvimento do capitalismo e propor uma periodização para compreender a região.

2.1 Grandes obras e Capitalismo

A construção de grandes obras de integração regional – sejam ligadas, por exemplo, à comunicação, à produção, ao escoamento, à contenção dos corpos hídricos, à rede viária ou à ferroviária – expressam o desenvolvimento expansionista do capitalismo, ou seja, a expansão física e simbólica do sistema de produção racionalizada de valor de troca. Possibilitam, assim, formas de uso e de exploração da natureza e das pessoas para (re)produção de mais valia global e garantem usos racionalizados do espaço pelo capital.

São, pois, uma constante no capitalismo. As formas de integração revelam o papel desempenhado por aquela região na divisão internacional do trabalho e os eixos de exploração e produção do espaço. A expansão integradora das grandes obras não está desconectada dos processos de reestruturação produtiva, do avanço tecnológico e das estratégias de **desenvolvimento** elaboradas para as regiões.

Estamos afirmando, pois, que a integração promovida por esses objetos, recheados de intencionalidades, funções e comandos, que realizam desejos de sujeitos que financiam, pensam e projetam, é produção do espaço, sendo, assim, estratégias que mobilizam força de trabalho, recursos financeiros e articulação política para apropriação do espaço. Dessa maneira, sobrepõem ordens, éticas, valores, culturas e impõem a esses lugares, tidos muitas vezes como vazios, a lógica da exploração e do valor.

O Estado não somente opera essas mudanças como legitima a expansão e integração, bem como impõe um discurso de nacionalidade. Nesse sentido, apontamos que as grandes

obras de integração no Brasil ratificam e legitimam a centralidade e nacionalidade como discurso e potencializam a transformação de modos de produção e vida mais complexos com níveis diferenciados de integração à economia capitalista mundializada.

Esse processo mobiliza um dos setores mais dinâmicos do capitalismo, o da engenharia e da construção civil. Dessa forma, mesmo em momentos de concepção ou execução incitam-se mudanças no espaço e movimentam-se recursos financeiros que fazem a concepção dessas estratégias de ampliação das relações capitalistas de produção e exploração do espaço.

Outrossim, mobilizam sujeitos em diversas escalas com diferenciado poder de intervenção: desde agentes financiadores internacionais – que não somente financiam projetos como também impõem suas composições –, multinacionais presentes no Estado – que orientam investimentos e solicitam facilidades para exploração dos processos de construção das grandes obras e formas de usos –, os Estados – que negociam e legitimam por meio de estudos meramente formais que desejam mais impor necessidade e urgência do projeto do que entender os impactos possíveis dos empreendimentos –, as comunidades, pequenas cidades e povos tradicionais – que, via de regra, não são consultados de maneira decisiva sobre essas iniciativas.

A execução dessas ações leva para os lugares transformações sem precedentes. Desde o crescimento corpulento da população, abrasado por fluxos migratórios, a alterações dos modos de vida, circulação, comunicação e comércio, podendo essa região ter crescimento desordenado e, em um curto período de tempo, urbanizar-se, abrindo a localidade a influências políticas, culturais e econômicas de várias escalas. Ainda é comum o deslocamento sem a devida compensação de populações, (re)produção da natureza, (des)organizando os fluxos de água e energia, a biodiversidade, os caminhos e as matas e impondo ritmo e tempo racionalizados e formas de usos exploratórios/destrutivos. Políticas dessa natureza são integradas e acompanhadas de investimentos que potencializam os desejos de usos dos lugares, em que são instalados, por exemplo, centros educativos, entre outras ações, que, em conjunto, invariavelmente, recebem o epíteto de desenvolvimento.

É nessa perspectiva que estudamos o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), um grande projeto elaborado pelo Estado, que está em construção desde o ano de 2013. Entendemos que o CAC tem provocado a sobreposição de conflitos territoriais. Para isso, julgamos necessário entender os processos de formação territorial da região do Cariri e as transformações

territoriais ensejadas no processo de expansão do capitalismo como projeto civilizatório moderno/colonial.

Pretendemos, ao longo dessa análise, entender como se dá o processo de construção dos grandes projetos hídricos no Ceará, a disposição atual dessas estruturas, o direcionamento econômico-financeiro que elas atendem, bem como investigar os sentidos territoriais da instalação do CAC na região do Cariri.

2.2 O desafio de pensar o Cariri

Pensar os contextos dos conflitos, acordos e projetos que culminaram na formação territorial do Brasil sob um olhar geográfico se apresenta como um desafio, dada a complexidade contida nas relações que compõem os processos – uma vez que a constituição do território e a imposição do discurso nacional ocorreram a partir da convergência de intencionalidades e ações que emanam de diferentes contextos. Sendo o Brasil um país de dimensões continentais e de população de composição diversificada, o avanço de políticas de cunho nacionalista foi acompanhado de intensos e peculiares conflitos. Por um lado, o Estado, em formação, realizava acordos com as lideranças políticas locais para efetivar projetos pensados a partir do contexto de dependência e os desejos de expansão das nações centrais do capitalismo; por outro, as populações se afirmavam, compostas por uma amálgama de ancestralidades que envolviam os saberes e ritos dos povos originários pré-lusitanos, que não se compunham de matriz única, mas de diferentes racionalidades, como saberes e sabores africanos e a matriz judaico-cristã que há séculos se impõe com relações de colonialidade. Nesse sentido, esses processos a que nos propomos pensar são constituídos de uma intensa diversidade política, de relações de poder, de relações entre sociedade e natureza, de territorialidades.

A diversidade populacional estava expressa não somente nos traços linguísticos, na diversidade nutricional ou na cor da pele, mas também nas crenças e religiosidades. Mesmo a religião católica se constituindo como hegemônica a partir das relações de poder desde o período colonial, com os diversos templos e espaços de formação e doutrinação judaico-cristã, não era ela universal em dois sentidos: pelo fato de haver grande quantidade de religiões de

matrizes africanas e originárias, algumas dessas sincréticas entre si e com o catolicismo; também, pelo fato da diversidade de exercício do próprio catolicismo. O catolicismo **formal**, imposto por Roma, entra em sérios conflitos com manifestações cristãs que destoam de seus ditames e exigem autonomia. Essa é uma das questões que se colocam centrais nos conflitos na virada do século em vários locais do Brasil.

Outro desafio que acompanha esse desejo de síntese é o **tempo**. Sobre qual perspectiva metodológica encarar uma periodização? Que acontecimentos políticos nacionais, globais e locais nos orientam à composição de uma interpretação? Usamos como chave de interpretação, nesse contexto, a relação entre **Estado, desenvolvimento e conflito** nas mudanças territoriais no sul do Ceará. Para isso, urge a necessidade de enxergar o contexto histórico dos processos locais e precisar quais são as relações estabelecidas com o desenvolvimento da sociedade capitalista na transição do século XIX para o século XX. Também, de determinar as imposições políticas no Brasil para a modificação e constituição de um Estado que, mesmo timidamente, desponta internacionalizado, convergindo intencionalidade e culminando em conflitos.

Seguramente, muitas periodizações para pensar o Brasil foram construídas por diferentes teóricos em diferentes contextos. Seus temas, olhares, métodos e categorias exigiram esse exercício de reflexão. Acreditamos que a construção de periodizações para pensar o desenvolvimento do capitalismo em um país não se constitui como universais. Para construção de nossa reflexão, optaremos pelas orientações dos estudos sobre o Brasil que se utilizaram da teoria **regulacionista**.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo dissocia de maneira dialética e contraditória o poder econômico e o poder político e que essa relação funda o Estado como mediador das relações econômicas e políticas de trabalho, expansão e circulação de mercadorias, a teoria regulacionista se apresenta como uma perspectiva marxista para entender os momentos de ruptura e de estabilidade¹. Segundo Novy (2002), estudos que seguiram essa perspectiva buscaram realizar periodizações do capitalismo em países de acordo com os contextos políticos e econômicos, nacionais e internacionais.

A teoria da regulação surgiu em oposição a uma concepção de tempo lógico, portanto, repetível a qualquer hora. Ao invés dela, ela opera com a concepção de um

¹ “Dentro do horizonte de estabilidades e rupturas e crises na totalidade social – tomando-se o problema das variadas relações entre economia capitalista e formas políticas que lhe correspondem -, nas décadas finais do século XX foi produzida uma série de reflexões de correntes teóricas que podem ser denominadas de *regulação*.” (MASCARO, 2013, p. 112)

tempo histórico e baseia-se num modelo de fases da evolução histórica, que percorre determinadas etapas na direção de um tempo objetivo. Mas o componente da teoria da ação desse enfoque enfatiza que o capitalismo não obedece a nenhuma lei própria de acumulação de capital. (NOVY, 2002, p. 74).

O âmbito da análise das teorias da regulação está na compreensão de categorias econômicas da sociedade capitalista que consigam acoplar, para além das categorias que existem, termos gerais da reprodução social. (MASCARO, 2013). Para os adeptos da teoria regulacionista, duas categorias se apresentam como centrais no processo de análise da conjuntura de desenvolvimento do capitalismo: **regimes de acumulação e modo de regulação**.

A primeira categoria dá conta das próprias dinâmicas econômicas constituintes de cada uma das fases do capitalismo². A segunda categoria busca compreender as específicas articulações do econômico com o político e o social nessas mesmas fases. Regimes de acumulação e modo de regulação não são ferramentas que trabalham com objetos sociais distintos, mas ênfases em determinadas relações constituídas nesses mesmos objetos sociais.

O regime de acumulação é justamente o processo produtivo em suas mais variadas escalas e fases do processamento e da circulação de mercadorias. “No interior da reprodução social capitalista cada uma das grandes fases se assenta sobre o modo de produção e extração de mais-valor e de obtenção de lucro” (MASCARO, 2013, p.56). Nesse contexto, a produção de mercadoria (valor-de-troca) é estimulada em detrimento das variadas formas contraditórias e com relativa autonomia de produção, modos de vidas dentro com cotidianos mais complexos de trabalho e propriedade e se inserem no sistema produtivo capitalista de maneira não rentista como, por exemplo, o camponês³.

O regime de acumulação abrange também os processos mais gerais do trabalho e das relações entre sociedade/natureza, mas também âmbitos jurídicos, políticos e institucionais suficientes e próprios à reprodução do capital. Como nos alude Mascaro (2013, p.113),

Além de serem constituídas objetivamente por tais formas sociais, as classes trabalhadoras agem no contexto dessas instituições, incorporando no mais das vezes seus valores médios – respeito à ordem, aos contratos, à propriedade privada, ao Estado. Não é somente o que é explicitamente público que entra nessa conta

² “As teorias da regulação, buscando consolidar a análise de categorias intermediárias da economia capitalista, almejam encontrar modos de estabilidade parcial numa dinâmica histórica geral de instabilidade, assentando-se, assim, sobre a perspectiva de que o capitalismo necessariamente é portador de crise.” (MASCARO, 2013, p. 114).

³ Segundo Oliveira (2008), os camponeses no Brasil se inserem na produção capitalista de mercadoria mediante relações de trabalho não rentista, na medida em que produzem valor-de-uso com os seus trabalhos, mas não estão à margem das relações rentistas justamente pelo fato de não produzirem tudo que necessitam.

institucional, mas também uma rede vasta e estrutural que perpassa entidades, sindicatos, igrejas, escolas, famílias, culturas e meios de comunicação de massa.

Modo de regulação pode ser compreendido como o contexto político, cultural e institucional movido pelo Estado e pelas organizações políticas no sentido de estabilizar os processos produtivos⁴. Dito isso, não podemos supor que haja uma ação mecânica do Estado para salvar as investidas do capital privado⁵, nem tampouco que é esse o único agente nesse contexto. Podemos citar, como exemplo, políticas de incentivo ao consumo, para dar vazão à ampliação de produção, ou mesmo políticas de estímulo à urbanização. Essas ações não podem existir sem a participação conjunta de instituições como igreja, escola, associações políticas, entre outras.

A construção do modo de regulação está associada à hegemonia do desenvolvimento do capitalismo. Assim, processos educativos, formais e informais, abordam de maneira consensual como legítimas relações de exploração do trabalho, naturalização da divisão de classes sociais, da pobreza, das desigualdades, entre outras. Para a consolidação do mesmo, não se isenta do uso de ações mais coercivas para impor um padrão de poder hegemônico. São usados atributos como legalidade, moralidade, violência, expropriação e expulsão para legitimar a perpetuação da concentração da propriedade privada e da exploração do trabalho.

Essas instituições que corroboram com a construção de um modo de regulação hegemônico compõem o Estado, de maneira direta ou indireta. Por exemplo, na medida em que o Estado realiza concessões para instituições midiáticas, permite que veículos de comunicação massifiquem noções de natureza, trabalho e consumo. Assim, essas instituições não são somente financeiras ou empresariais, mas são também educativas e doutrinárias.

Todavia, também de maneira contraditória, ações contra hegemônicas que realizam processos de socialização que questionam os padrões de poder podem compor o Estado e estar no núcleo de organização de políticas para a população. Sempre com muito esforço. Exemplifica-se com os projetos de educação popular, realizados por movimentos sociais que exigem recursos do Estado e constroem currículos e ações educativas que questionam o

⁴ “Um modo de regulação [...] estabiliza relações sociais em um espaço de poder ao que parece, similarmente a um termostato, que deve regular a temperatura interna em um prédio. Trata-se de auto regulação, sendo que a regulação social é um processo de estabilização dos padrões de ação [...]. Um modo de regulação pode ser definido como interligação de regras explícitas, modos de negociação e normas sociais. Como isso condiciona processos complexos, a regulação subtrai uma parte à apreensão direta pela ação e se afigura então como mão invisível.” (NOVY, 2006, p. 68).

⁵ Considerando que a burguesia não é uma classe uniforme, nem tampouco homogênea. Podemos apresentá-la coesa no sentido de que os seus componentes corroboram e realizam exploração do trabalho, no entanto, no interior dessa classe existem contradições e conflitos que colocam setores em disputas por prioridades de investimentos, mas que não questionam as formas de exploração rentista do trabalho e da natureza.

desenvolvimento do capitalismo. Essas articulações são reflexos de continuadas ações de socialização das ações políticas, que culminam na formação de movimentos, coletivos, pastorais, ONGs e ligas, que, mediante pressão, exigem a criação de seções no Estado que destinem recursos às suas ações.

Queremos com isso afirmar que o Estado não é o ente monolítico de poder, nem tampouco as grandes empresas. E que as ações de investidas de **tomar o poder do Estado** não são suficientes para (des)construir a ideologia da exploração do trabalho, do consumo, do machismo, nem tampouco são essas ações desnecessárias.

Nesse sentido, o modo de regulação age de maneira ideológica. Por exemplo, ao impor a forma de organização neoliberal, estimula-se a realização de espaços e instituições privadas em detrimentos de públicas. Agindo com investimentos financeiros públicos, acompanhados por discursos aliados ao belo, imponente, desenvolvido, limpo ou moderno, o Estado empreende a conversão de espaços públicos ou ações de interesse fundamental, como educação, saúde, abastecimento de água a instituições privadas intencionadas na obtenção ampliada de lucro. Na ação das empresas multinacionais, por exemplo, produz-se um discurso que qualifica sua ação como desenvolvimento, progresso, avanço, ou mesmo prática, veloz, ágil. Essas empresas agem de modo compartimentado no mundo, impondo diferentes relações de trabalho e exploração da natureza.

A construção do modo de regulação não pode ocorrer sem ser acompanhada de um pensamento científico que a legitime, assim como instituições internacionais que promovam a expansão convincente e impositiva desse **modelo**. É comum, hoje, muitas instituições imponem seus ditames econômicos e sociais mediante a concessão de empréstimos, para cuja renovação ou aquisição, uma pauta de investimentos é indicada pela instituição credora; assim como é possível afirmar que organizações supranacionais policiam com frequência as políticas sociais e nacionais dos países e aplicam penalidades comerciais para os que destoem as relações de poder impostas pelas multinacionais. Nesses organismos, as multinacionais são protegidas em detrimento da autonomia dos países.

O modo de regulação está contraditoriamente associado ao regime de acumulação na medida em que as instituições políticas, como o Estado, corroboram e agem no sentido de legitimar e ampliar os processos produtivos.

Dentro desse contexto teórico-metodológico, Andreas Novy (2002) desenvolve um raciocínio geográfico de periodização de acordo com estudos dos modos de acumulação e de regulação construídos no Brasil desde os processos iniciais de colonização. O autor usa as

variáveis **Estado** e **desenvolvimento** para pensar a expansão do capitalismo no Brasil e entende que essa pode ser sistematizada da seguinte maneira:

- 1 – Modo colonial de desenvolvimento sob dominação europeia (1500 – 1822);
- 2 – Modo nacional de desenvolvimento, orientado segundo instâncias externas, sob dominação britânica (1822 – 1929);
- 3 – Modo de desenvolvimento centrado no estado-nação, sob dominação dos Estados Unidos (1929 – 1982);
- 4 – Destruição do modo de desenvolvimento centrado no estado-nação e na dominação dos Estados Unidos (a partir de 1982).

Para o referido autor o período compreendido entre 1500 e 1822 representa a incidência e ocaso da influência lusitana na organização territorial brasileira, após 1822, Novy identifica ascensão da influência britânica nesses aspectos. O segundo período seria caracterizado por um momento de transição na formação político-econômica do Brasil, onde os marcos para firmação desses momentos são, o processo de independência formal do país, a proclamação da república e a construção do liberalismo excludente. A partir de 1929, com a crise estrutural do capitalismo o autor identifica uma reestruturação na orientação político-econômica e a construção do que Furtado (2010) chama de modelo brasileiro, uma estratégia de desenvolvimento que tinha no centro de sua atuação políticas protetivas para expansão da indústria nacional, mediante uma política de exportação por substituição de importação, com a crise na década de 1980 o autor identifica a gênese das política neoliberais que promoveram ruptura do modelo anterior, essas são., de maneira geral as chaves interpretativas utilizadas por Novy (2002).

Acrescentamos a essa reflexão o caráter contraditório que ocorre no processo de desenvolvimento do capitalismo e acreditamos que as propostas de periodização não podem ser encaradas como marcos históricos isolados de contextos. Assim, aceitamos a provocação de Porto-Gonçalves (2006) em nos alertar que as investidas europeias para dominação do **novo mundo** não podem ter datadas suas influências com a independência territorial forjada por uma elite nacional, sob orientação inglesa. Esse autor, inspirado nas ideias de Aníbal Quijano nos sugere o termo **colonialidade** para designar as marcas do processo de dominação lusitana na construção do Brasil. A instituição da colonialidade do saber, do poder e do ser. Os processos de negação das línguas, das territorialidades, dos ritos, dos processos de trabalho, da organização das moradas e das aglomerações. Todos são processos de dominações físicas e simbólicas que impõem um padrão de poder com racionalidade judaico-

cristã, masculina, branca, heterossexual e eurocentrada. Esse padrão de poder tem a posse da terra como substrato de exercício da dominação e, quando questionado por movimentos contra hegemônicos, as elites coesas, muito embora não homogêneas nas formas de pensar e agir, utilizam-se de violência simbólica e física para impor esse padrão de poder baseado na perpetuação da propriedade concentrada da terra.

Esse padrão de poder não se construiu como ermo – as transferências de populações negras escravizadas, que culminaram em processos de genocídio na África, a escravização indígena, a captura de conhecimentos sobre as florestas no processo de colonização, por exemplo, compõem elementos importantes para o saque de bens naturais tornados recursos e mercadorias de construção do capitalismo moderno-colonial. Tudo tecido a partir de processos de dominação que se perpetuam nas relações entre os países, mudando os sujeitos e as formas de exploração.

Queremos com essas afirmações considerar que os processos de constituição das grandes propriedades, a escravização negra e indígena, a expulsão dos povos originários da costa do país, por exemplo, são processos mais associados ao período da colonização, mas exercem forte influência na organização da sociedade, não podendo ser tratados como marcas ou expressões do passado.

Para Porto-Gonçalves (2012), utilizar na periodização a expressão, até hoje, nos marcos identificados pelo autor contribuiu para expressar a ideia de (des)continuidade do exercício de influência dos acordos políticos que influenciaram nos processos de formação territorial. Essa noção dialoga com o entendimento de Santos (1994), quando nos alude que o espaço é resultado de um acúmulo desigual dos tempos. Assim sua constituição reverbera, de maneira desigual e contraditória, exercício de influência de diferenciados sujeitos/agentes em tempos/espacos distintos.

Nesse sentido, podemos considerar que esses quatro períodos na formação do capitalismo no Brasil se constituíram mediante momentos de crises e estabilização e forjaram um padrão de poder centrado na posse concentrada da propriedade que se perpetuou sem rupturas, mesmo com os processos de modernização. É fundamental essa constatação na análise sobre o Brasil, pois percebemos que a posse concentrada da terra perpetua relações de poder forjadas nos processos de colonização. Esse contexto nos mostra que, para manter essa conjuntura política de concentração, foram necessárias alianças entre formas de reprodução ampliada do capital, tais como industrial e latifundiário, de modo a garantir a exploração do trabalho – uma vez que posse de terra significa posse de instrumento de trabalho e de

condições de reprodução de seus modos de vida, impondo sua ausência a condição de vendedores de força de trabalho aos trabalhadores e trabalhadoras.

Dentro dessa perspectiva, concordamos com Porto-Gonçalves (2006) que as relações de colonialidade compõem a base de formação territorial do Brasil e que essas precisam ser consideradas como muito influentes nas formas de organização contemporânea das cidades e do campo. Assim como, considerando salutar o esforço de síntese de Novy e indispensável as ideias propostas por Porto-Gonçalves, sugerimos a seguinte periodização, que servirá de base para interpretação do desenvolvimento do capitalismo na região do Cariri cearense:

- 1 – Processos de (des)construção das formas de produção espacial no Vale do Cariri (1500... até hoje).
- 2 – Cariri, conflitos fundiários e transformações territoriais entre 1889-1930 (1822... até hoje).
- 3 – A **construção** do Cariri e a inserção nas políticas nacionais desenvolvimentistas (1930... até hoje).
- 4 – O novo Ceará e as políticas neoliberais de (des)envolvimento (a partir de 1982... até hoje).

2.2.1 Processos de (des)construção das formas de produção espacial no Vale do Cariri (1500–até hoje)

A região do Cariri está localizada ao sul do estado do Ceará, a cerca de 500 km da capital, Fortaleza. Encontra-se em um local com peculiares formas de organização social e disposição de bens naturais, observando o contexto que a circunda. Ela se encontra inserida no sertão brasileiro, região caracterizada pela escassez e pela concentração de chuvas em períodos curtos do ano, tendo havido períodos de grandes secas, com expressivos impactos socioambientais. A sazonalidade das chuvas com regularidade diferenciada das observadas nas regiões litorâneas, por diversificados fatores, acompanhada da construção histórica, política e territorial da posse concentrada da terra, do subsolo e de fontes de água, legou a essa região situações de movimentos migratórios, graves índices de desigualdades sociais, conflitos e processos de resistência.

A peculiaridade encontrada constitui uma **área de exceção** (AB'SABER, 2010), com presença de floresta similar à encontrada no litoral úmido e se dá por uma elevação de relevo, capricho dos movimentos de formação da superfície da terra, que barram na porção cearense a circulação das massas de ar, dada sua elevação, que pode chegar a 1000 metros⁶ de altitude. Esse conjunto de fatores criou uma incidência mais elevada de chuvas no Vale do Araripe e, por conseguinte, uma formação de fontes de água, que compõem nascentes de rios perenes.

O processo de produção do espaço geográfico da região apresenta vestígios de ocupações e movimentos populacionais muito antigos. Sete sítios arqueológicos catalogados por Limaverde (2006) apontam a presença de trabalhos, cultos religiosos e representações gráficas que podem ser associados ao final do holoceno.

Antes da invasão lusitana, variados povos originários estabeleceram aglomerações fixas na região. Povos da nação Kariri (THÉBERGE, 2001; LINDOSO, 2006). Estes pertencentes à matriz **etnolinguística** Gês (ou Tapuias), mais especializados com atividades de caça e coleta, mas também desenvolvedores de complexos cultivos e do aproveitamento nutricional diversificado (MOREIRA, 2011). Estudos apontam que povos Kariris viviam no Vale da Serra do Araripe no momento de encontro com os colonizadores, mas, devido ao processo de destruição de registros e aldeamentos desses para implantação de vilas, não se pode afirmar por quanto tempo esses povos habitaram o vale. De posse da noção de que os povos de matriz Gê eram **seminômades** (RIBEIRO, 2010), observar a composição dessa matriz etnolinguística e a disposição no espaço ajuda a compreender o processo de formação da região do Cariri.

Lindoso (2006), citando trabalho de Th. Pompeu Sobrinho, apresenta a disposição dos Gês ou Tapuias nas áreas que hoje designamos por sertão. Esse autor nos apresenta a organização da “civilização Tapuia” em três áreas culturais **protocoloniais indígenas** do Nordeste, situadas entre o rio São Francisco, ao sul, e o Rio Paraíba, ao norte, estando assim distribuídas:

a) litorânea povoada pelos tapuias da costa, projetava-se até a chapada da Ibiapaba, no Ceará, e pelos sertões do vale do São Francisco; b) sublitorânea povoada pelos Tarairius, com duas subnações: 1. Jadonins, 2. Canindés; c) a do interior, (sertão) da Bahia, sul do São Francisco, sertão do Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Povoada pelos Kariri. (LINDOSO, 2006, p. 29, apud TH. POMPEU SOBRINHO, 1956).

⁶ DNPM. **Análise Hidrogeológica da Bacia Sedimentar do Araripe**. Departamento Nacional de Produção Mineral, Crato: 2008.

Havia, nesse contexto, predominância dos povos Tarairius e Kariris nas áreas hoje designadas como interior do Nordeste. Ambos compunham a raiz etnolinguística Gê ou Tapuia, havendo, no entanto, uma diversidade cultural considerável. Th. Pompeu Sobrinho (1956), citado por Lindoso (2006), designa os nomes dos grupos que formavam as nações Tarairiu e Kariri. São Tarairiu: Jandoins, Kanindé, Paiaku, Jenipapo, Jenipabuçu, Javó, Kamaçu, Tukuriju, Arariu, Xukuru⁷ ou Xacó. E são Kariri: Kipéas (Bahia), Dzubukuas (Bahia e Pernambuco), Bultrim (Paraíba), Sabulas (Bahia), Kaririaçu e Kariu (Ceará). Além das nações citadas, o pesquisador apresenta outra nação, de matriz Gê, que vivia na região supracitada, Fulniô⁸, em três grupos: Uah'ônas, Techh'ili e Wleioso.

São marcantes algumas diferenças de traços culturais existentes entre Tarairiu e Kariri. Os elementos linguísticos entre esses grupos são diferenciais. A cultura tarairiu se caracteriza e se diferencia da cultura kariri pela presença ou ausência em uma delas de traços culturais endocanibalismo, o uso e fabricação de rede de dormir, a ausência de agricultura, a prática de atividades natatórias, a arte oleira, o uso de botoques nas orelhas e de tembetás nos lábios, uso e fabricação de alpercatas de palhas trançadas, de propulsor de dardos e a ocultação do pênis com a dobra da pele dos testículos levantada e presa com atilho ao corpo. (LINDOSO, 2006, p. 29, apud TH. POMPEU SOBRINHO, 1956).

Os avanços territoriais dos processos de colonização/**colonialidade** implicaram instalações físicas de gestão exploratória e religiosa da região – inicialmente, nas áreas próximas ao litoral para a criação de gado, o qual se destinava à tração das tecnologias e alimentação da força de trabalho empregada no litoral. Seguindo os principais rios, paulatinamente, instalavam vilas (ANDRADE, 2010). A participação religiosa foi fundamental para o processo de dominação lusitana dos indígenas. As regiões de predominância dos povos Kariri e Tarairiu, nas proximidades do Rio São Francisco, foram **colonizadas** pelos padres capuchinos, como nos afirma Lindoso (2006). Segundo esse autor, a ação dos religiosos provocou sincretismo entre os povos, na medida em que esses se uniam entre si para sobrevivência, com a cultura judaico-cristã, que impunha não somente a cosmologia eurocentrada da noção de Deus, homem, mulher, sexo, entre outros temas, mas também de trabalho, propriedade, moralidade, de um processo de colonialidade imposto pela

⁷ O povo Xucuru vivencia ainda hoje relações de conflitos para a posse e regulamentação das suas terras na cidade de Pesqueira/PE. Essa comunidade apresenta traços indígenas latentes e conhece muitas palavras da língua falada por seus antepassados.

⁸ O povo Funiô fala a língua yatê, ainda hoje com fluência. Pesquisas de Lindoso (2006) indicam que muitas de suas palavras e expressões são compostas por fusão da língua originária com o português. O autor afirma, ainda, que muitos de seus integrantes são bilíngues. Podemos constatar essa afirmação do autor em visita de campo no ano de 2014, quando conversamos com o Pajé da comunidade, que nos falou sobre o histórico da própria comunidade e sobre os processos educativos de ensinamento da língua originária.

força, pela educação e pela organização dos povos em aldeamentos com rituais católicos educativo-doutrinários, visando a um processo de pacificação.

A expansão lusitana não ocorreu sem conflitos: os Tapuias eram conhecidos pelos colonizadores, além de língua travada, como valentes, indomáveis, traiçoeiros e cruéis (Ribeiro, 2010). No processo de criação de currais apontado em estudos de Pompeu Sobrinho (1956) em afluentes do São Francisco, Pajeú e Brígida, no último quartel do século XVII, houve conflitos que exigiram o recuo dos colonizadores. Segundo o autor, essa primeira tentativa de ocupação colonial da área fora frustrada, por invasão dos **bárbaros** Tapuias: “as investidas advindas do litoral de Pernambuco viram-se na necessidade de deixar completamente o lugar em dezembro de 1697” (1956, p. 189). Essa investida legou aos colonizadores conhecimento sobre uma área úmida com vegetação densa e verde o ano inteiro, diferente das áreas no entorno ocupadas e com fontes de água perenes.

A gente de armas que antes de 1700 se aproximava do Cariri, sem lhes transpor as raías, geralmente, o que somente teria acontecido raro e eventualmente, e isto mesmo com pouca profundidade nas ilhargas orientais de riacho dos Porcos, colhera, entretanto, informes mais ou menos pormenorizados da região e, certamente, divulgada as impressionantes qualidades e condições das terras aos superiores e diferentes, das que habitualmente encontrava nos sertões de São Francisco e das Piranhas. (POMPEU SOBRINHO, 1956, p. 203)

A expansão dos colonizadores culminou em um grande conflito que envolveu enorme quantidade de povos em toda a região que hoje denominamos Nordeste. Por um lado, refletia o enfrentamento entre Portugal e Holanda na conquista do território açucareiro pernambucano e por outro a destruição desses povos apresentava-se como demanda para o sucesso da expansão territorial lusitana pelo interior do continente. Moreira (2011) classifica esse conflito como **contraespaço**, assim como as organizações quilombolas que ocorrem nas décadas seguintes. Esse refletia o nível de organização dos povos indígenas e o caráter defensivo dos seus espaços e modos de vida. Estavam em disputa duas racionalidades para a (re)produção do espaço geográfico.

O estopim [do conflito] é o aprisionamento pelos portugueses do cacique dos Janduís, uma das tribos tapuias aliadas aos holandeses durante a ocupação. [...] Promovendo ataques os janduís se internalizaram no sertão, ai se instalando num entrechoque com o avanço das fazendas de gado. Até que eclode a guerra. O ano é de 1687. O centro do primeiro confronto é o vale do rio Açu, situado no caminho entre o Pernambuco e o Ceará, numa posição privilegiada do caminho do ‘sertão de fora’, longe se propagando pelos demais vales fluviais do litoral norte. De Açu a Rebelião chega rapidamente a Mossoró e Apodi. Avançando pelo interior do Rio Grande do Norte e chegando ao Ceará e Piauí, até abarcar toda a costa do litoral norte. A guerra se estende até 1699, quando um armistício firmado entre o Cacique

Canindé dos Jundaís – e principal tribo em guerra, com 14 mil índios, 5 mil dos quais armados com arcos e armas de fogo – e o governo geral põe termo ao conflito. (MOREIRA, 2011, p. 54).

O conflito ganhou grandes proporções e se constituiu como verdadeiro massacre dos povos originários, com a desorganização de seus aldeamentos. No Ceará, os principais enfrentamentos foram nas proximidades do Rio Jaguaribe, onde foram mortos muitos combatentes.

Esse contexto explica porque somente no século XVIII⁹ se fizeram as primeiras concessões de sesmarias no alto rio Salgado¹⁰. Desde então, começara ali o povoamento, que não mais devia sofrer apreciável interrupção. Os sertões do alto Piranhas, do Açú e do Jaguaribe repovoaram-se rapidamente, sobretudo depois de 1707, ano em que se fizeram as mais numerosas concessões de sesmarias (POMPEU SOBRINHO, 1956).

O avanço dos portugueses no Cariri se deu em meados do século XVIII, estimulados pela configuração de vale, terras férteis e regimes de chuvas mais intensos que o sertão circundante. Principalmente oriundo das Províncias de Pernambuco e Bahia, os colonizadores encontraram no Cariri, um **oásis** para desenvolver atividades de criação de gado, para suprir a necessidade nutricional e motora dos engenhos de açúcar do litoral e para a tração das tecnologias de moendas e transporte. (FIGUEIREDO FILHO, 2012 [1973]).

Logo no início do século, desde 1707, foram concedidas as primeiras sesmarias que culminaram em processos – pequenas aglomerações na região do Cariri e no Jaguaribe. No Cariri, de maneiras dispersas, as pequenas aglomerações se constituíam nas margens do rio Batateiras, onde hoje é o limite entre as cidades do Crato e de Juazeiro, e nas proximidades da cachoeira de Missão Velha. No local onde havia o aldeamento principal dos povos Kariris foram construídos estruturas religiosas católicas e prédios da administração da Coroa.

Os sesmeiros que decidiram por organizar aglomerações no vale advinham de Pernambuco, das proximidades do São Francisco e Bahia, principalmente, mas também de Alagoas e do litoral do Ceará. A ocupação das planícies do Jaguaribe foram, majoritariamente sesmeiros vindos do Rio Grande do Norte. Os bandeirantes convocados pelo Governador Geral da Bahia para capturar indígenas e destruir povoados originários, na **Guerra dos**

⁹ “Realmente, no fim do século XVII não podia o povoamento do Cariri operar-se, sobretudo provindo do sul, em vista do desassossego consequente das luas que reinavam na região intermediária, o alto Piranhas e as cabeceiras do grande rio, a leste e ao sul do Cariri.

¹⁰ “No Ceará, entretanto, os índios fugiam para lugares mais escusos, se abrigavam nas serras menos ambiciadas pelos colonos criadores de gado, ou rendiam-se à discricção dos invasores, senão ficavam em aldeias, sob a proteção dos missionários que lhes angariavam terras e ferramentas para o sustento dos habitantes; alguns índios se fizeram agregados dos fazendeiros, e quem bons sérvios no trato do gado.” (p. 25).

Bárbaros, não fixaram atividades econômicas no vale. Pacificados ou expulsos os índios, as concessões se multiplicavam tanto do Piranhas, como Jaguaribe e Cariri (POMPEU SOBRINHO, 1956).

A pequena aglomeração foi instituída cidade em 1764 e a atividade de criação de gado foi, paulatinamente, sendo empurrada para as áreas de fronteira nos estados do Piauí, Paraíba e Pernambuco, na medida em que crescia a atividade de plantio de cana-de-açúcar. Deela Cava (2014) sinaliza forte influência de Pernambuco nessa atividade e afirma que a Coroa, inclusive, proibiu a atividade pecuária no vale como medida de estimular o cultivo de cana para o consumo local e regional.

Essas aglomerações iam ganhando corpo e, aos poucos, formando vilas habitadas por pessoas que vinham ao Vale do Cariri, migrando das longas estiagens ou seduzidos pelos relatos feitos por cronistas ou jornais da época – que representavam essa região como ‘oásis’, local vocacionado para agricultura, celeiro do sertão. Assim, outro modo de produção espacial ia se impondo às formas de organizações indígenas, instituindo propriedade, empurrando as criações para áreas de fronteira de gado e aderindo a produção em grandes extensões de cana-de-açúcar.

Para Reis Junior (2014), no vale do Cariri, a realização de uma nova formação social a partir da colonização portuguesa levou ao surgimento de uma sociedade que herdou concepções clássicas e também medievais de organização e hierarquia, porém, com graduações que levavam em conta a cor, a condição social, a ocupação profissional e principalmente, a distinção jurídica entre livre e escravo, com princípios hierárquicos baseados na escravidão.

Para esse autor, a força de trabalho que movia a dinâmica produtiva da região na transição do século XVIII para o século XIX eram os escravos, que serviam com reserva e riqueza ou expoente do poder de cada senhor de engenho e os trabalhadores livres, principalmente **moradores** e posseiros, que se dedicavam especialmente ao cultivo de culturas alimentícias das vilas que cresciam. A produção camponesa era vendida em incipientes feiras, as quais eram locais de encontros, debates políticos e manifestações culturais.

Pesquisas documentais de Reis Junior (2010) demonstram que o trabalho escravizado se fazia presente, de forma constante e considerável. O estudo aponta que, entre os anos de 1850 e 1860, no Crato, havia presença de 1 a 10 escravos, em média, por propriedade – algumas propriedades de maior porte e plantio chegaram a ter entre 20 e 30 escravos.

Além desses fluxos migratórios forçados, mediante a venda de pessoas negras escravizadas, muitos negros e negras vieram em diferentes tempos para o Cariri entre os séculos XVIII e XX, sejam nas romarias ou em conjuntos de pessoas escravizadas fugidas de quilombos ou de engenhos no litoral. Esse fato é atestado pela marcante presença de religiões de matriz africana hoje na região do Cariri. Em recente estudo coordenado pelo GRUNEC – Grupo de Valorização Negra do Cariri e Cáritas Diocesana do Crato, **Mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri** (2010), constatamos a presença de 25 comunidades quilombolas ou negras na região. O estudo apresenta, ainda, que em todo o Ceará existem 80 comunidades constituídas por remanescentes do trabalho escravo, algumas delas, como as do Cariri, buscam reconhecimento formal para posse da terra.

Esse contexto da presença marcante da população negra no Cariri justifica o fato de Della Cava (2014) afirmar que na transição do século XIX para o XX o pequeno aglomerado chamado **Joaseiro**, com cerca de duas mil pessoas, maioria moradores, era constituído principalmente por negros e negras, que, como os (as) indígenas e colonizadores já estabelecidos no Pernambuco ou na Bahia, são, portanto, alicerce do processo de ocupação e produção do espaço geográfico caririense.

Queremos com esse breve apanhado histórico sinalizar que até a transição do século XIX para o XX no vale do Cariri estavam sobrepostas de maneira contraditória e conflitante pelo menos três formas de organização socioterritorial e de produção do espaço, considerando que o espaço é produzido pelas sociedades mediante o trabalho e que sua disposição, organização e usos reflete o conjunto de concepções ensejadas no processo de relações entre homens/mulheres e a natureza. Assim, à medida em que as sociedades produzem espaço, fazem-se enquanto grupos, com peculiares e relações de hierarquias, poder que de maneira simbólica e física é impresso nas construções e representações.

Uma primeira modalidade foi culminância de ocupações milenares que foram (des)construídas mediante fluxos migratórios em busca de melhores condições de cultivo e organização social. Pouco conhecemos da materialidade dos povos originários que estavam onde hoje estão construídas as cidades do Crato, de Juazeiro do Norte, de Barbalha e das demais que compõem o vale do Cariri, mas o conhecimento sobre a sua matriz etnolinguística nos autoriza dizer que essas estavam dispostas em organizações circulares com complexas relações de propriedade, divindades e produções. Eram povos conhecedores das florestas e

legaram para as comunidades tradicionais que vivem hoje no entorno da chapada do Araripe importantes saberes sobre ervas medicinais, usos e contenção de água, cultivos entre outros¹¹.

Uma segunda modalidade ou forma de organização e produção do espaço se constituiu mediante o genocídio, que culminou no extermínio, incorporação ou expulsão dos povos originários dessas áreas para o estabelecimento de vilas com a predominância da criação de gado. Esse processo de destruição das ancestralidades originárias se dá de forma contínua no tempo, não havendo marco que sinalize seu fim ainda hoje. Mas não assegurou o desaparecimento por completo desses modos de vida, uma vez que muitos costumes, palavras, ritos e práticas foram perpetuadas por comunidades tradicionais ao longo dos séculos. Nesse sentido, podemos dizer que o padrão de produção espacial rentista, privado, com noções judaico-cristãs e exploratório do trabalho não foi implantado no vale do Cariri, mas construído, forjando uma identidade regional que incorpora de forma subalternizada as ancestralidades negras e indígenas. A consequência desse processo são usos desiguais das bonanças do **oásis**, bem como a instituição de propriedade e a expulsão de comunidades tradicionais sempre que necessário para expandir usos rentistas e exploratórios das terras/águas da chapada do Araripe, bem como dos homens e das mulheres.

Essa segunda modalidade se caracterizava por ocupação não contínua, que predominou até o final do século XVIII. Pequenas vilas como Crato, Jardim e Missão Velha eram locais de morada dos donos de terras e suas organizações repercutiam a atividade da pecuária.

Um terceiro modo de produção espacial vai se impondo com a redução da atividade pecuária: em alguns lugares sua proibição e, em consequente, o crescimento do cultivo e do processamento de cana-de-açúcar. Segundo Figueiredo Filho (1958), já em 1765, havia 37 engenhos de produção de mel e rapadura; segundo Oliveira (2004), estava em vias de construção na transição do século XVIII para o XIX no vale uma sociedade agrária com características senhoriais através das relações e dependência pessoal. Nesse contexto, o uso de trabalho escravo é intenso, porém, não exclusivo, na medida em que havia trabalho pago ou relações de parceria.

¹¹ O século XIX está marcado, na história do Brasil por inúmeras visitas mais ou menos prolongadas de viajantes europeus, entre elas, a do naturalista Inglês George Gardner (1836/1841), que, em “Viagem ao interior do Brasil”, descreveu suas impressões ao chegar na Vila Real do Crato: “Toda a população da vila chega a dois mil habitantes, na maioria todos índios ou mestiços que deles descendem (...). Os habitantes desta parte da província, geralmente conhecidos pelo cognome de Carirís, são famigerados no país por sua rebeldia às leis” (LIMAVERDE, 2013, p. 12).

Não queremos com essa reflexão supor que existem ordens de tempos e importância de fatos que constroem o Cariri. Avaliamos que as sobreposições de formas de produção do espaço não superam com transições as influências, os modos de vidas e as ancestralidades, mas a incorporam de maneira subalternizada ou destrutiva em alguns casos – na medida em que se estabelecem modos de organização com racionalidade lusitana, que refletem na construção de prédio legislativo, cadeia e praça e igreja, dispostos em um quadrante central da aglomeração urbana. O Vale do Cariri passa a receber influências diretas e indiretas de lugares distantes, como Portugal, Recife, Bahia, entre outros. Esse fluxo de comunicação e circulação de pessoas, ideias e comandos já existia com os povos indígenas, vide as batalhas, as incorporações de povos/línguas e os acordos entre esses – passam a serem incorporados sujeitos que impõem seus modos de pensar e suas ambições com as terras e águas, mediante a força militar e os processos educativos religiosos ou formais. Inicialmente, deu-se de maneira mais efêmera e dispersa, depois, de modo mais efetivo e exploratório com a introdução do cultivo de cana-de-açúcar e a incorporação do trabalho escravo.

2.2.2 Cariri, conflitos fundiários e transformações territoriais entre 1889-1930 (1882 – até hoje)

Intensos processos de imposição, centralidade e construção de discursos impositivos de Estado-nacional ocorreram entre os anos de 1889 e 1930, período em que muitos teóricos se reportaram às transformações político-territoriais em voga na região do Cariri para entender o Brasil. Marco de ascensão e decadência do principal movimento de cunho religioso, cultural e político no Cariri cearense, a **Sedição de Juazeiro** provoca profundas alterações na configuração territorial da região, na medida em que é produzida por um contexto local de manifestação da diversidade da expressão católica. É enfrentada pelo catolicismo formal e apresenta relações de convivência e conflito com o poder nacional que se instituía.

O período sinalizado entre 1822-1930 representa, para alguns autores, momento de transição no processo de construção do capitalismo no Brasil (FURTADO, 1972; MOREIRA, 2011; ANDRADE, 2000; NOVY, 2006; FERREIRA & DELGADO, 2011), no qual, paulatinamente, impõe-se um novo conjunto de relações internacionais, em que Portugal apresenta decadente influência nos processos decisórios. A Inglaterra, enriquecida, pelo

caloroso processo de industrialização passa a construir relações de dominação, mediante a concessão de empréstimos e o investimento em infraestrutura no país. As relações com os ingleses legam, além de ampliada estruturação de transporte ferroviário, a exigência à abolição da escravidão.

Esse contexto estimula a expansão da produção de café e o paulatino ocaso das antigas áreas de produção de cana-de-açúcar, fato que, segundo Furtado (2005), ocorreu por dois motivos: por essas economias, heranças do período colonial, estarem atreladas ao trabalho escravo, impedindo processos acumulativos e de circulação de dinheiro e mercadorias e criando relações pouco produtivas e muito dependentes do capital internacional (que, por sua vez, tornou-se vulnerável às constantes crises do consumo de açúcar); bem como a produção mais eficiente em outros locais do planeta.

Gradativamente, o café se expande de modo rentista para o interior de São Paulo, como nos elucida Ianni (2004), ocupando antigas plantações de açúcar para o consumo local. A abolição formal da escravidão e o estímulo à migração provocou crescimento das cidades. Rapidamente, o Rio de Janeiro se torna um grande centro urbano e de comércio para atender novas camadas da população crescente, construindo uma nova elite urbana. Esse contexto enseja radicais mudanças na forma de produção e organização do espaço brasileiro.

O artifício de constituição do Estado no Brasil possui raízes no período colonial, no entanto, de forma mais sistemática a partir da segunda metade do século XIX e início do século seguinte, as elites nacionais pactuaram no sentido de construir instituições centralizadoras, de modo a proteger seus investimentos e legitimar suas ações de exploração da força de trabalho da sociedade e dos bens naturais. Nesse momento, o mundo vivia a efervescência dos processos de industrialização. As noções de **vertigem** e de **aceleração do tempo**¹² ganhavam cada vez mais espaço nas organizações das cidades, acompanhados da racionalização dos processos produtivos e de circulação de mercadorias. A vida cotidiana das pessoas era cada vez mais invadida por transportes de velocidades, como trens e automóveis, bem como por meio de comunicações, como rádios, telégrafos, que provocavam câmbios nas relações sociais.

Viam-se repercutir no Brasil as transformações políticas, técnicas e culturais do capitalismo na transição do século, que requereu mudanças na forma política do Estado, nas estruturas das cidades e na eficiência em extrair e exportar dos países pobres.

¹² NEVES, 2011.

A crença no “progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais”, sob condição de padronização de conhecimento e produção, era praticamente forte. Por isso, o modernismo resultante era “positivista, tecnocêntrico e racionalista”, ao mesmo tempo que era imposta a obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiões dos gostos refinados. A “modernização” de economias europeias ocorria velozmente, enquanto todo o impulso da política e do comércio era justificado como agente de um benevolente e progressista “processo de modernização” no terceiro mundo. (HARVEY, 2013 p. 42).

Os investimentos estrangeiros no país, acompanhados pela ampliação do cultivo de café no Sudeste forjam uma nova elite urbana, muito embora de posses e atividades econômicas rurais. Esse contexto força a decadência da escravidão formal, provocando enfraquecimento contínuo da curta e decadente Monarquia Nacional (1822-1889). Fausto (1997) nos fala que nesse período houve ascendência da classe média urbana, que se constituía de pequenos produtores artesanais, fabris e comerciantes.

Militares proclamaram a república em 1889 e, nos primeiros governos, tumultuados por crises políticas e econômicas, instituíram uma constituinte, reprimiram movimentos monarquistas com veemência e todas as manifestações expressas contra os governos provisórios de Deodoro da Fonseca e de seu sucessor eleito, Floriano Peixoto. Esses presidentes não abriram mão de instituir estado de sítio, nem tampouco de perseguição política, para concluírem seus mandatos. Nesse sentido, dois aspectos despontam na formação do Estado brasileiro na transição do século: o seu caráter **militar**, uma vez que a República foi instituída mediante golpe de Estado e todas as organizações que eram consideradas revoltosas e ameaçadoras à centralidade do poder foram destruídas; e o seu caráter **agrário**, expresso nas repetidas manobras políticas e financeiras para expandir cultivos de cana-de-açúcar e café. Como demonstra Ianni (2004), analisando o processo de expansão do cultivo de café para o oeste paulista, a cessão de terras, realização de obras de infraestruturas para o escoamento dessas mercadorias e também o estímulo a migração de estrangeiros para trabalharem nesses cultivos, facilitaram a expansão do monocultivo pela região. Fato este igualmente demonstrado por Andrade (1994), quando nos apresenta numerosos empréstimos concedidos aos cultivos de cana-de-açúcar em Pernambuco e Alagoas, muitos dos quais perdoados¹³.

O Estado constituído paulatinamente construía uma nova cultura política, baseado nas ideias positivistas. Segundo Flores (2011), muito dos que compuseram a constituinte tiveram influências das ideias positivas em estudos na Europa. Essa cultura política forja símbolos e

¹³ Outra evidência que corrobora com essa ideia é a composição da constituinte para pensar a primeira constituição republicana, que, segundo Flores (2011), estava em mais de dois terços composta por representantes dos latifundiários.

heróis para sua afirmação – a bandeira, com forte inspiração de um pensamento elitista e o destaque às ações de Tiradentes como heroicas. Muito embora antenado com ideias positivas de racionalização da ação política, Neves (2011) indica que essa conjuntura não rompeu com a centralização do poder, nem com o autoritarismo expressamente criticado da Monarquia.

O produto mais elaborado dessa conjuntura política **Republicana** foi a Constituição de 1891, que, inspirada nas ideias federalistas dos Estados Unidos, combatia a centralidade da Monarquia. A nova constituição regia também a centralidade aos direitos individuais, deixando de lado preocupação com o bem público, ou seja, virtude pública ou cívica que está no cerne das ideias de república. Essas premissas funcionam como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil.

Flores (2011) nos afirma que, fundamentados em moldes teóricos externos, os constituintes de 1891 centralizaram suas preocupações na organização do poder e na definição das instâncias de decisão, deixando de lado os problemas sociais e a participação política ampliada em um país que apresentava desigualdades sociais e um contexto de elevado racismo, bem como de centralidade do exercício de poder na posse da terra, que conferiam a condição de miséria para grande parte da população.

Associando esses dois eixos principais da Constituição que se colocavam naquele momento ao processo histórico de formação do país, é forjado o fortalecimento do poder local dos donos de terras, estimulando a aproximação desses à política formal, como também conferindo liberdade de ação aos latifundiários no âmbito econômico. Essa conjuntura enredou o poder dos coronéis locais, um importante expoente da formação da sociedade brasileira. Esses se organizavam em oligarquias regionais e perpetuavam posses de terras e definição dos rumos políticos institucionais de acordo com seus interesses. Esse contexto de exclusão política não teria tido êxito se o controle da posse da terra no âmbito formal não tivesse sido assegurado à elite do país, instituído com a Lei de Terras em 1850.

Se o federalismo possibilita o surgimento de oligarquias e coronéis poderosos em seus respectivos âmbitos de atuação, a predominância dos interesses individuais impede que os temas da nação e da cidadania adquirissem posição de centralidade política dos constituintes. (NEVES, 2011, p. 98).

Esse ambiente político/econômico/cultural ganha o epíteto de **liberalismo excludente** (FAUSTO, 1997; FLORES, 2011; IANNI, 2004; HERMANN, 2011) e impõe um sistema político baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria no processo de participação política. Coronelismo, oligarquias, política dos governadores e pacto dos

coronéis fazem parte do vocabulário político para o entendimento desse período. O liberalismo excludente lança bases para a construção da cultura política do Brasil e passa a ser questionado por movimentos urbanos logo na década de 1920, apresentando declínio na sua organização na década de 1930, na Era Vargas. No entanto, as relações de mandonismo e a condução das instituições mediante interesses de grupos ou famílias, fortalecidos nesse período, perpetuam-se e se (re)fazem nas relações política no Brasil.

Na transição do século XIX para o XX, no Brasil, foram construídas relações políticas e econômicas que influem diretamente no processo de produção e organização do espaço no Cariri cearense. Um primeiro aspecto a destacar nesse sentido são os movimentos populacionais. Até meados do século XIX, a coroa portuguesa conseguia impor domínio territorial sobre os sertões com a morte e expulsão de vários povos Gês ou Tapuais. Com a imposição do domínio lusitano, um intenso fluxo de pessoas procurou o vale do Cariri para estabelecer fazendas de criação de gado – essas relações se intensificam com o cultivo de cana-de-açúcar na segunda metade do século XVIII. Outro intenso fluxo migratório ocorre na transição do século XIX para o XX, com o fenômeno religioso do **milagre** e com a atração de devotos, retirantes, comerciantes, médicos, artesão etc. Esse processo culminou na conversão de Joaseiro em um verdadeiro **empório** cultural e comercial do Nordeste e o Padre Cícero, na principal liderança política, fato que suscitou a formação de comunidades tradicionais na chapada do Araripe, com variadas formações, entre elas o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

Outro aspecto desse importante momento foi o processo de câmbio, militar comandado pela elite agrária nacional, do Império à República. A consolidação da política dos coronéis fortaleceu o poder dos latifundiários, na medida em que esses passavam a compor a política formal e decidir segundo seus interesses na construção e manutenção das instituições do Estado. É notório, nesse contexto, a centralidade que o Padre Cícero exerce enquanto figura política: uma espécie de líder entre os coronéis, não somente místico, milagreiro, curandeiro, mas também político no sentido formal da palavra, tendo sido esse Deputado Federal. E sua decadência política, no final da vida, é fruto da nova composição das estruturas políticas do país, sinalizadas pelo processo de centralização da “revolução” de 1930. No entanto, a cidade de Joaseiro, hoje Juazeiro do Norte, continuou crescendo e é hoje uma das mais importantes na região Nordeste.

Assim, ocorreram, nesse período, no Ceará, processos que influenciaram e foram influenciados diretamente pelo desenvolvimento do capitalismo como sistema que se

mundializava e impunha relações rentistas de produção, processos de crises entre Estado e igreja em várias escalas (desde o Vaticano com a república, à igreja nacional com os **catolicismos** locais), bem como a imposição da república militarizada sobre o império.

2.3 A construção do Cariri e a inserção nas políticas nacionais desenvolvimentistas (1930 – até hoje).

A transição do século XIX para o XX marca definitivamente a formação das instituições e da sociedade, de um modo geral, no estado do Ceará, por esse lugar do mundo repercutir e reverberar, a seus modos, a conjuntura dinâmica de afirmação do capitalismo como um padrão societário positivo e a emergência de entendimentos contrários a essa premissa. As certezas nas técnicas, os meios de comunicação, a expansão da indústria e os bens de consumo, que, para além de meros adornos, constituíam-se como signos ou comandos de comportamento, alinhados com a construção do discurso de “avanço”, o positivo era introduzido de maneira veloz, provocando irreversíveis modificações.

Conformava-se um ambiente caracterizado pela fragmentação e efemeridade. “A única coisa que segurava a modernidade era a insegurança” (HARVEY, 2013, p. 35). Os efeitos originários do desenvolvimento constantes na esfera da produção de bens e riquezas, a sofisticação dos meios de produção capitalistas, os avanços na ordem política democrática, confirmando o projeto burguês de sociedade, geravam expectativas otimistas no que diz respeito à modernização (CORDEIRO JR., 2010). Acirraram-se as premissas que concebiam o desenvolvimento capitalista como obrigatório, as noções que afirmavam a nacionalidade em construção e os movimentos anticapitalistas, já com significativas expressões no Brasil.

Variados movimentos surgiram nessa conjuntura: desde premissas que combatiam o laicismo republicano e as instituições científicas a movimentos culturais afirmativos de uma diversidade linguística, liberais constitucionistas, empresariais, comunistas, militares, estadistas, integralistas com inspiração fascista, entre outros. O resultado desse dinâmico momento foi a construção de instituições como sindicatos, ordens religiosas ou segmentos do catolicismo, instituições militares, instituições financeiras, escolas literárias ou com vertentes artísticas – todas concatenadas por um Estado que, para se afirmar, lançou mão de se impor militarmente em diferentes momentos.

No Ceará, como nos alude Cordeiro Jr. (2010), tivemos, além dos movimentos que indicamos no tópico anterior, um processo de padronização ideológica e de afirmação de

grandes correntes de pensamento. Representavam as mais diferentes propostas de intervenção na ordem social e cultural, desde os manifestos modernistas em defesa da renovação dos valores estéticos, até os esforços de intelectuais que sugeriam um conjunto de reformas. “Os objetivos dessas reformas era aperfeiçoar, ou mesmo alterar profundamente a sociedade construída nos seios das lutas entre antigos que persistiam e o novo que pronunciava na ousadia experimentalista das vanguardas políticas e artísticas” (p. 318).

Em linhas gerais, no debate especificamente político, eram dois os principais campos de produção intelectual que se destacavam. De um lado o pensamento liberal, defendendo as ideias individuais e econômicas; do outro, o marxismo, propondo a realização do socialismo. Ambos se levantaram contra a tradição enraizada em privilégios de classe, direitos resultantes de uma forte hierarquização social. Destoavam-se, porém, quanto ao objetivo final a se conquistados ao fim desse confronto e, também, quanto a estratégia e tática a serem assumidas instrumentos de conquista de poder (CORDEIRO JR., 2010, p. 318).

Arrogando-se que estruturavam uma terceira via os intelectuais católicos, embasados na teoria da crise da modernidade, tecendo severas críticas ao individualismo, provocado pela urbanização e relações de trabalho assalariada se articularam e construíram entidades políticas. Com inspiração em movimentos fascistas portugueses e italianos, criticavam o ateísmo comunista. Fundaram o movimento integralista brasileiro. No Ceará, com um caráter diferenciado, sindicalista, como nos alude Parente (2010).

A igreja católica se posiciona nesse ambiente de relações políticas no campo conservador. Mesmo havendo divergência entre correntes (nem todos seguiam o movimento integralista), firmava-se contrária a movimentos que questionavam a exploração do trabalho de forma veemente. Através de periódicos como **O Nordeste**, cobravam-se das instituições do Estado incipiente respostas combativas a manifestações e à articulação de trabalhadores.

Fundada em 1931, a Legião Cearense do Trabalho (LCT), ligada à Ação Integralista Brasileira, constituía-se como uma ordem educativa. Apresentavam-se como entidade que buscava a promoção de mudanças éticas e morais, bem como atuante no combate às injustiças cometidas pelos empregadores, não necessariamente ansiando por mudanças políticas. Como nos alude Cordeiro Jr. (2007), a atuação legionária no interior das organizações trabalhistas se caracterizava pela defesa intransigente da renovação moral da sociedade, elaborando um discurso de convencimento que combinava as demandas próprias do mundo do trabalho e as necessidades de formação cidadã legionária. Em pouco tempo, tornou-se uma das entidades mais fortemente representadas devido à adesão de entidades ligadas à tradição e ao

assistencialismo. Chegou a congregar 71 entidades e cerca de 20 mil trabalhadores assalariados e autônomos.

Teciam críticas à sociedade capitalista embasados na Encíclica do Papa Leão XIII de 1891:

Nessa encíclica, são expostas as questões graves de desorganização social instauradas pelo capitalismo da Revolução Industrial e sua repercussão nos diversos aspectos da existência humana. A bula ressaltava a esfera religiosa invadida pelo laicismo materialista. Questionava essa realidade social que se fundamentava no despego às coisas da espiritualidade. A partir desse documento, foram levantadas a problemática da tecnologia aplicada à produção e ao desamparo do trabalhador, o desenfreado consumismo reforçando a valorização do artificialismo etc., a partir dos quais se evidenciava a natureza negativa do capitalismo (CORDEIRO JR., 2007, p. 319).

Muito embora criticasse o capitalismo como um sistema de produção que afastava o homem da natureza, tranquilidade, solidariedade, enaltecendo a convivência harmoniosa, essa postura não representa uma tomada de posição contrária à sociedade de classes. O LCT apresentava em suas ações preocupações eminentemente éticas e morais. Um discurso que refutava o crescimento do comunismo e se imputava como combatentes desta vertente no Brasil.

O discurso legionário é uma apologia enfática aos aspectos positivos do trabalho, à medida que permite ao homem desenvolver suas qualidades morais e se aproximar, então, dos desígnios de Deus. O trabalho é condição essencial que permite o engrandecimento moral e a elevação espiritual, uma garantia para o indivíduo que seu esforço de transformação da natureza resulta também em uma transformação em seu interior. No plano do convívio social, o trabalho é a condição indispensável de controle dos instintos que repousam na estrutura biológica do homem. Sua finalidade civilizadora é, pois, promover a docilização de espírito egoísta e competitivo que pretende se sobrepor a todos, amansando a selvageria que habita nos indivíduos (CORDEIRO JR., 2007, p. 338).

Estruturou-se, pois, um movimento moralista, conservador e pouco dissidente da estrutura social. Buscava suas bases políticas no projeto civilizatório judaico/cristão, de onde partira suas noções de homem, mulher, sociedade. O legado de sua ação sindical foi a despolitização das questões sociais nessas entidades, especializando-se nos assistencialismos.

Por sua vez, o movimento comunista construía instrumentos institucionais de atuação política, como Partido Operário, fundado em 15/06/1890, mais tarde o PCB, o Partido Socialista, fundado em 1919, e o Bloco Operário Camponês (BOC), em 1927. Construía também materiais de divulgação de sua ideologia, como o jornal **O combate**, de 1891, jornal

Ceará Socialista¹⁴, da década de 1920 e o **Trabalho Gráfico**, do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de Fortaleza. Espaços de socialização e de reivindicação como a greve dos empregados da **Light** em 1925, e a articulação da passeata da fome foram reprimidos sob exigência dos periódicos católicos, alegando esses que seriam momentos de baderna na capital do estado.

A revolta da população pobre de Fortaleza [novembro de 1925] foi contra o aumento dos preços das passagens dos bondes e do novo horário implantados pela Light para bondes de 2ª classe. [...]. A população enfurecida quebra os bondes, entrando em confronto com a polícia, que intensifica o policiamento, na praça do Ferreira, como o esquadrão da cavalaria. Os populares elegeram uma comissão para que fosse ao palácio levar seu protesto ao governo e pedir ao mesmo providencia sobre os preços e horários dos bondes (SOUZA, 2007, p. 291).

O PCB enfrenta, antes de sua ilegalidade, dificuldades no Ceará, sendo perseguido pelos governos e acusado pela mídia católica de estruturar golpe. Os governos estaduais intervencionistas durante o Estado Novo de Cordeiro de Mendonça (1931-1935) e Menezes Pimentel (1937-1945) são mais hostis, perseguindo com veemência os atos políticos. O curto governo intervencionista de Felipe Moreira Lima (1934-1935) reconhece o direito à manifestação e à legitimidade de grupos políticos que divergem do governo, concepção liberal. Nesse período, há, segundo Souza (2007), uma efervescência de atos políticos, um dos fatores que contribuem para a queda do interventor federal Moreira Lima. Ademais, na Câmara de Vereadores de 1945, no pleito que elegeu como prefeito Acrísio Moreira da Rocha (que chegou a interventor, indicado por Eunício Gaspar Dutra), dos 21 vereadores eleitos, oito eram do PCB, que, com sua conduta partidária centralista, chegaram a ameaçar o referido prefeito de impeachment (PARENTE, 2007). Este fato que demonstra que o partido teve força no estado.

Essa conjuntura nos leva a concordar com o pensamento de que no Ceará não se construiu uma política caracterizada por poderosas oligarquias que se mantinham no poder por décadas (PARENTE, 2007; CORDEIRO JR., 2007; GONÇALVES, 2006) – muito embora o latifúndio, substrato político por excelência de exercício de poder nas grandes oligarquias de Pernambuco e Bahia, por exemplo, tenha sido uma constante no Ceará no século XX. Fatores como o impacto das secas impediram a consolidação de um bloco de poder que conseguiu se firmar no controle do estado incipiente até, pelo menos, meados da

¹⁴ “O partido socialista, como estratégia de sobrevivência, no jornal *Ceará Socialista*, afirma que não são comunistas, nem anarquistas, mas socialistas, isto é, socialistas reformistas. Contudo, não impede a perseguição política.” (SOUZA, 2007, p. 290).

década de 1980. Cremos que influenciou para essa conjuntura, também, o fato de o Ceará, somente no início do XVIII, ter recebido famílias como donatárias, quando, a partir de então, formaram-se as principais vilas.

Três grupos políticos disputavam as instituições e concebiam as políticas estatais em benefício próprio: os Távora, tendo como expoente representante Virgílio Távora, militar formado Comandante no Rio de Janeiro, sobrinho de Juarez Távora do movimento Tenentista; os Bezerras, no Cariri, de onde veio Adauto Bezerra, governador do estado, por indicação, também militar, formado Oficial do Exército pela Academia Militar das Agulhas Negras no Rio de Janeiro, irmão gêmeo de Humberto Bezerra, que foi prefeito de Juazeiro do Norte; da região norte, cidade de Sobral, Chico Monte e seu grupo político.

Somente na década de 1960, a capital do Ceará consolida lideranças políticas importantes na política estadual, como Carlos Jereissati e Cesar Cals – na capital a política teve também com uma lógica própria à do populismo de então. “As lideranças como Acrísio Moreira da Rocha eram típicas das políticas de massa” (PARENTE, 2007, p. 387).

Outro aspecto que reforça a premissa que no Ceará não houve a formação de grandes oligarquias como blocos de poder que se perpetuaram no contexto político antes de 1980 é o fato de muitas das lideranças políticas, como Gonzaga Mota, Carlos Jereissati, Cesar Cals e Virgílio Távora não terem como suas atividades econômicas principais a atividade agrícola, diferindo da figura clássica do coronel, atribuída à política nordestina. Alguns eram, inclusive, juristas, empresários ou militares. Muito embora as famílias permanecessem com posses no campo, não se constituía essa como principal atividade econômica, como no caso dos Bezerras, que passaram à atividade industrial. Essas lideranças, por vezes, conciliavam essas atividades, como no caso de Dr. José Sabóia de Albuquerque, expoente liderança de Sobral, ligada à UDN, que “era proprietário de fábrica de tecido naquele município e 16 fazendas de gado no Ceará e Piauí” (PARENTE, 2007, p. 250).

A fragilidade das elites políticas cearenses se revela com toda clareza no período da redemocratização, de 1945 a 1964, quando o padrão dominante foi, indubitavelmente, a recorrência oposicionista, isto é, a cada eleição o governador não conseguia eleger seu sucessor. Não era o padrão brasileiro (PARENTE, 2007, p. 283).

Nesse sentido, concordamos com Gondim (2007), quando afirma que a utilização do termo “coronéis” para figuras políticas cearenses (sobretudo os que se revezaram no poder, mediante disputa eleitoral ou por indicação, entre os anos de 1960 e 1980) não tem o mesmo significado da expressão utilizada para designar lideranças políticas de oligarquias de estados

como Bahia ou Pernambuco, por exemplo. Segundo a mesma autora, essa expressão ganha força no momento em que passa a ser negada por um grupo político que se dizia novo, passando a agregar aos coronéis a noção de atraso.

Isso também não quer dizer que esses grupos políticos não se utilizavam de táticas políticas recorrentes em seu tempo, como o clientelismo, pois, como nos alude Parente (2007), o clientelismo não é sinônimo de coronelismo, de oligarquias fortes internamente, mas um mecanismo tradicional de criar fidelidade quando a ideologia não consegue.

Dava-se na região do Cariri nesse período a comemoração do centenário de ascensão do Crato a Vila, fato que ocorreu em 1853. Um grupo de médicos, advogados, padres, políticos e professores passaram a reunir esforços para construir o Instituto de Cultura do Cariri – ICC. Uma entidade que girava em torno de uma revista de publicação mensal, Itaytera, com relatos de viagens, notas sociais, política, economia e temas gerais. O ICC buscava reinterpretar o passado da cidade do Crato, associando a esse um sentido de glória, vitória, heroísmo, construindo valorizações positivas de determinados eventos e passagens. O projeto de defesa intransigente do Cariri foi construído com base em um moralismo elitista de cidade como símbolo de liberdade, prosperidade, berço da cultura. Uma tentativa do que Viana (2014) chama de **cratenizar** o Cariri.

Essa busca de legitimação do lugar social do ICC estendia-se também à tentativa de corroborar a imagem do Crato, e de seus moradores, como terra de gente ordeira e civilizada, para a qual os membros do Instituto deveriam ser os primeiros a dar exemplo. De tal maneira, o artigo catorze do estatuto estabelece critérios que norteiam o sócio passível de suspensão: [...] conduzir-se mal em sessão ou na sociedade, tendo recebido advertência na primeira vez e censuras públicas na segunda. [...] menosprezar de público os atributos e objetivos do Instituto, seus fins e organização (p. 86).

Elegeram como marco histórico na construção social da região que enalteciam como gloriosa a sua participação **heroica** na **Revolução Pernambucana**, fato que associavam à entrada de imigrantes, tendo sido, segundo seus pensamentos, essa região privilegiada de receber como moradores comerciantes advindos de Icó, Rio Grande do Norte e Pernambuco, uma noção colonial de superioridade e autopromoção. Associavam às famílias que foram primeiras proprietárias de terras da região adjetivos de heróis, desbravadores.

Alguns dos membros do ICC lançaram volumes sobre a história do Cariri, como José Alves de Figueiredo e Irineu Pinheiro. Obras memorialistas com relevante importância para entender a região. Abordavam os colonizadores como desbravadores, guerreiros cultos.

Na verdade, fomos povoados por homens que eram portadores de certo grau de civilização, todavia os exploradores que avançavam por sertão a dentro em paragens inóspitas não distinguiam pelas letras, nem por conhecimento de certo valor intelectual. Foram seres humanos fortes, que não temiam, de forma alguma, enfrentar as asperezas do meio, em luta contínua contra a natureza e o brando silvícola que, apesar de dominado pela barbárie, sabia defender sua gleba com unhas e dentes (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 03).

Além da família de Irineu Pinheiro, os familiares de outros membros do ICC foram incluídos como **civilizadores** do Crato e do Cariri. Nesse sentido, não parece exagero inferir que o grupo reunido em torno do ICC advogava em causa própria, pois na sua maioria era composta por descendentes dos *civilizadores* da região do Cariri (VIANA, 2014).

Nota-se, pois, que vivia a região do Cariri um contexto de segregação social fortíssimo, pois, reunia na metade do século XX descendentes de pessoas escravizadas, que viviam na cidade ou como moradores nos sítios ou distritos (contexto que analisaremos com mais detalhe no capítulo 3), descendentes de indígenas e uma elite conservadora que repetia e reinventava suas genealogias como objeto de afirmação e superioridade. O núcleo urbano que congregava essa organização social conflituosa traduzia a estrutura da sociedade respondendo à noção que pessoas negras ou indígenas eram inferiores.

Era a cidade do Crato, já nesse período, embebida do discurso do desenvolvimento, da modernidade, onde se celebrava a chegada de automóveis e se propagandeava a estruturação moralista e elitista da cidade, que compunham um discurso de exaltação do Estado Novo.

Em Crato não há mendigos, pode-se afirmar, porque ninguém os vê, ninguém os percebe. Eles não aparecem nas ruas da cidade... aos sábados as levas de pestilentos enchiam as calçadas em lúgubre procissão de cegos, aleijados, ulcerosos, maltrapilhos apelando pela caridade pública. (JORNAL O ESTADO, 1942, *apud* SOUZA, 2007).

Entre os anos de 1945 e 1964, o final do Estado Novo e o golpe civil militar, ocorre um curto período onde os chefes do executivo eram escolhidos mediante voto. Se constrói no estado do Ceará uma conjuntura caracterizada pela atuação estatal mais sistemática, bem como pela emergência de lideranças políticas alinhadas com pensamento desenvolvimentista, como Virgílio Távora, eleito Governador em 1962 e Carlos Jereissati, eleito senador no mesmo ano. Esse contexto influirá, de maneira decisiva, na construção de projetos e empreendimentos econômico-financeiros oriundos de um pensamento desenvolvimentista na região do Cariri.

O Estado atua de maneira mais sistemática mediante a instalação de órgãos federais, como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, uma ampliação da antiga

Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS, de 1909, tornada autarquia federal em 1963. Até 1952, foi a única instituição a construir e gerenciar grandes obras no Nordeste, como os açudes de Orós, Banabuiú e Araras, tendo atuado em outras obras de infraestrutura como pistas de pouso, portos, hospitais, estradas, perímetros irrigados e estratégicas obras, como a ferrovia Fortaleza – Brasília (hoje BR-020). O DNOCS, nesse período, chegou a ser considerado a maior construtora de obras da América Latina.

O Banco do Nordeste do Brasil – BNB, criado em 1950, com sede em Fortaleza, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada em 1959, com sede em Recife, foram instituições que atuaram no sentido de questionar o perfil das elites nordestinas, na tentativa de desenvolver uma cultura política liberal propensa a investimentos ligados à industrialização na região. Mais especificamente o BNB, por ter tido sede no Ceará, realizou formação técnica de gestores públicos e privados que passaram a atuar nas variadas áreas do estado e em empresas que se instalavam no Nordeste.

Na década de 1950, período da criação do BNB e da SUDENE, existiam três instituições de interesse para o desenvolvimento da região: o DNOCS, em funcionamento desde 1909, a CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), criada em 1947, e a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), criada em 1945, todas muito comprometidas com o clientelismo político. A preocupação, então, era fazer com que o BNB e a SUDENE cumprissem efetivamente um papel político e econômico explicitado pela ideologia nacional desenvolvimentista, qual seja, a de estimular a criação de um sistema industrial de base regional no Nordeste. No período da chamada guerra fria, eram instrumentos ideológicos poderosos que objetivavam modernizar as tradicionais elites da região (PARENTE, 2001, p. 71).

As eleições para o executivo de 1962, última antes do golpe civil militar, representam um momento emblemático na política cearense. Persifal Barroso, então governador pelo PTB, rompe com seu partido por enfrentar oposição interna de Carlos Jereissati. Filia-se ao PTN e arvora a candidatura de Virgílio Távora da UDN, que, nesse período, era Ministro da Aviação e Obras do governo de Juscelino Kubitscheck, e deixa o referido cargo em decorrência de seu partido ter rompido com o governo federal, mas conta, como Jereissati, com simpatia do então presidente que tinha como Ministro do Trabalho um político do PTB.

Carlos Jereissati, natural de Fortaleza, já era considerado na década de 1930 como um dos mais ricos da capital cearense. É, porém, na década de 1950, no auge do modelo de substituição de importação, que se torna o maior importador brasileiro de tecidos de linho tropical, lã e casimira, em grande maioria, provindos da Inglaterra (PARENTE, 2007).

A liderança de Carlos Jereissati era diferente da de Virgílio Távora. Enquanto Jereissati é o verdadeiro fruto do nacional-desenvolvimentismo, em que sua liderança é estimulada pelo governo da União comprometida em a construção do capitalismo nacional, embora com práticas tradicionais, a de Távora apensar de moderna na sua realização, e mais comprometida com o tradicional na sua prática de fidelidade. Essa diferença não impede Virgílio Távora de agir como agente dessa modernização-conservadora, consciente de que era uma necessidade para a sua própria sobrevivência política. Carlos Jereissati era um empreendedor econômico aliado com a política, uma personagem que, de certa forma, enquadrou-se no modelo de liderança elaborada pelo nacional-desenvolvimentismo. Assim ele caiu nas graças de Getúlio Vargas e de João Goulart, presidente do PTB nacional, estimulando uma liderança mais moderna na região. No Ceará, Carlos Jereissati era filho político de Edgar de Arruda. Foi deputado federal entre 1954 e 1958, mostrou sua força política na eleição para o senado em 1962. (PARENTE, 2007, p. 112).

O súbito falecimento de Jereissati, em 1963, aos 43 anos de idade, não permitiu que, nesse período, herdeiros políticos atuassem diretamente no cenário político cearense. O golpe civil-miliar de 1964 não retirou do governo Virgílio Távora pelo fato de sua atuação política não representar dissidência ao momento político que se constituía.

A atuação de Távora representa para o Estado a construção das bases que permitirão o posterior processo de crescimento da indústria; ações como a eletrificação do estado, advinda de Paulo Afonso. O seu segundo mandato, em 1973, indicado por Geisel, representa, por um lado, a crise das lideranças que se consolidaram como “coronéis” e investimentos mais significativos em infraestrutura no Ceará.

Sua administração centrava-se no propósito de dinamizar o modelo de desenvolvimento do estado. Tinha clareza que a industrialização era a forma de produção mais adequada para mudanças qualitativas, não só para a economia estadual, mas para que as elites se fortalecessem e se consolidassem (GONÇALVES, 2005).

Desse modo, o período governado por Távora desencadeou transformações no Ceará e no Cariri. Uma ação de impacto na tentativa de dinamizar a economia foi a criação da CODEC (Companhia de Desenvolvimento do Ceará), definida como uma empresa mista de controle acionário do Estado e com a tarefa de promover a industrialização do Ceará. A companhia de desenvolvimento estadual procurou ocupar os espaços que a SUDENE não conseguiu preencher, devido ao dirigismo dos recursos voltados principalmente para Bahia e Pernambuco. [...]. No quadro da infraestrutura, verificamos a concretização de três companhias de distribuição de energia elétrica, a CELCA em 1962 – atendendo o Cariri, a CONEFOR em 1964 – voltada para Fortaleza e a CENORTE em 1965 – atendendo a região polarizada por Sobral. A meta rodoviária de interligar Crato via o município de Boa Viagem até o porto de Camocim não foi atingida. E no que diz respeito ao abastecimento de água, em convênio com a SUDENE e o DNOCS, foi construída a adutora de Acarape que ampliou a oferta de 25 milhões de litros para 60 milhões de litros, atendendo o distrito industrial de Fortaleza. (GONÇALVES, 2005, p. 96).

O autor ainda destaca, nesse período, na região do Cariri, o Projeto Azimow – uma ação do governo norte-americano, quando o então presidente Kennedy desenvolveu uma política de aliança para o progresso. Previa a atuação de universidades americanas na prestação de serviços relacionados à assistência técnica direcionada à implementação de indústrias. Realizou-se um diagnóstico de mercado, força de trabalho e mercado consumidor para diagnosticar as possibilidades de instalação de indústrias na região do Cariri.

Segundo Gonçalves, na mesma obra, o programa restringiu ao diagnóstico superficial da problemática e a execução de medidas paliativas dentro do conjunto maior de interesses que envolviam as esferas de poder estadual e federal. As políticas não estavam integradas, nem articuladas ao território.

De acordo com as análises técnicas, foram julgando viáveis, dentro da coerência desenvolvimentista, seis empreendimentos econômico-financeiros, que foram direcionados à atuação no mercado sub-regional, sendo eles:

CECASA – Cerâmica do Cariri S. A, IESA – Industria Eletroaquinad, LUNA, IMOCASA – Indústria de Moagem do Cariri S. A, IBACIP – Industria Barbalhense de Cimento Portland S. A e INAESA – Indústria de Alimentos Enlatados S.A. Os investimentos para aquisição de equipamentos e funcionamento foram financiados pelo BNB, CODEC, UFC e SUDENE. [...]. Das empresas que entraram em funcionamento, apenas a IBACIP e a CECASA chegaram a operacionalizar até a década de 1990. As demais encerraram suas produções ainda na década de 1960 (GONÇALVES, 2005, p. 98).

No âmbito estadual, seguiram os governos indicados pelos presidentes militares e ascenderam ao cenário político como lideranças Cesar Cals (indicado Governador pelo general Figueiredo, seguindo orientações de militares de Recife) e Aduino Bezerra. Ambos militares, sendo Cals tecnocrata, sem atuação militante pretérita à sua indicação como Governador em 1971, ano que, também, filia-se ao ARENA. Tem como vice-governador Humberto Bezerra, irmão de Aduino, ambos do Cariri.

Aduino Bezerra teve como vice-governador Waldemar Alcântara, político ligado a Virgílio Távora. Sua administração, entre 1975 e 1978, é marcada pelos projetos de saneamento básico da capital cearense, iniciando, ainda, a rodovia Morada Nova Crateús (deixando concluída até Santa Quitéria) e a rodovia Crato-Campos Sales. Foi responsável, também, pela interiorização do Banco do Estado do Ceará (BEC) (PARENTE, 2007).

Auxiliadora Lemenhe apresenta a liderança de Aduino Bezerra como ambivalente entre o moderno e o tradicional, cuja origem não advém da propriedade da terra, mas se utiliza do clientelismo. O prestígio político ainda não estava consolidado antes

dos governos militares, pois Humberto Bezerra teve que disputar sua indicação pela UDN com o médico oriundo de um município vizinho, Mauro Sampaio, o “médico dos pobres”. (p. 404).

Sucedeu a administração de Bezerra, novamente, Virgílio Távora. Agora, indicado por Ernesto Geisel, faz o seu segundo mandato consolidando as políticas industriais iniciadas no primeiro. Realiza obras estruturais do sistema Pacoti-Riachão, energização rural e o término do distrito industrial, além da construção do centro administrativo e da conclusão das obras do Castelão. Realizou várias rodovias e reformou o porto Mucuripe.

Embora as obras fossem em todo o Estado, prioriza-se a RMF, principalmente após sua institucionalização em 1973. As obras, nesse período, começam a conferir a Fortaleza as primeiras características de região metropolitana. Nesse sentido, podemos ainda citar a criação dos conjuntos habitacionais, iniciados a partir da década de 1970 e, desde então, não pararam mais devido à necessidade de suprir a demanda por habitação, intensificada pelas migrações. Em destaque, inicialmente, as cidades de Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, como as primeiras da região metropolitana a possuírem esta criação do capital para abrigar a mão-de-obra, diminuindo despesas com deslocamento e formando um mercado consumidor para os produtos. (ARAÚJO, 2007 p. 101).

Com o fim do governo de Távora, ansiavam as três principais lideranças do estado por indicar o sucessor, ou, ser o candidato, intenção de Adauto Bezerra. O acordo que existia entre Távora, Cals e Bezerra ruiu, pondo em decadência um momento político em que esses exerciam importante influência na política cearense. Com a abertura política, em 1985, cada um dos “coronéis” integrou-se a partidos diferentes. O então presidente, João Batista de Figueiredo, convidou os três para resolver o impasse de quem concorreria às eleições para o executivo cearense, dado fato de a abertura política possibilitar pleitos eleitorais.

Desse modo, a primeira eleição direta para governo teve, no Ceará, três candidatos e um acordo nitidamente patrimonialista. Os coronéis ainda permaneceram unidos e esse mito foi reforçando o da invencibilidade, pois ganharam a eleição com um técnico do Banco do Nordeste e professor de Economia da Universidade Federal do Ceará, Luiz Gonzaga Mota. O PMDB lançou seu presidente, Mauro Benevides, que embora derrotado, foi o mais votado em Fortaleza. O Partido dos Trabalhadores (PT) marcou presença com o municipalista Almério Barreira. (PARENTE, 2007, p. 407).

Em uma combinação que ficou conhecida como Acordo de Brasília, Gonzaga Mota, indicado por Virgílio Távora, foi escolhido para ser candidato a Governador, o vice da chapa seria indicado por Adauto Bezerra e o candidato ao senado, o próprio Virgílio Távora, o candidato a prefeito de Fortaleza caberia a Cesar Cals indicar. “Termina assim de forma

melancólica, e mesmo dramática (...), um pacto das elites para dar sobrevivência à política dos coronéis, que se iniciou com o governo de César Cals” (PARENTE, 2007, p. 407).

2.4 Transição para as políticas neoliberais de (des)envolvimento (1986 – até hoje)

Nessa conjuntura de decadência da geração dos “coronéis”, um grupo político cada vez mais coeso, articulado em torno de instituições liberais como Confederação da Indústria do Ceará – CIC e Federação das Indústrias do Ceará – FIC, lançam-se no cenário político estadual nas eleições de 1986. Assim, Adauto Bezerra fora derrotado por uma reconhecida liderança empresarial dessa geração política: Tasso Jereissati – um jovem político com consolidada carreira empresarial, incumbido de gerir o grupo empresarial da família após a morte de seu pai, Carlos Jereissati. Fato esse que consolida esse bloco de poder no comando do estado até hoje.

Em geral eles eram jovens, com idade entre 35 e 45 anos, tinham formação universitária e tinham assumido cargos de direção em empresas que pertenciam a suas respectivas famílias. Vale ressaltar que os grupos Jereissati e J. Macedo, que atuam, respectivamente, no setor de *shopping center* e de alimentos, eram classificados entre os 300 maiores do País, de acordo com a *Gazeta Mercantil*. Som o comando dos novos líderes, o CIC transformou-se em importante fórum de debate, e nele gestava a candidatura de um jovem empresário ao governo do Ceará. (GONDIM, 2007, p. 414).

Sob um discurso de renovação política e com severas críticas aos “coronéis”, esse grupo político se adjudicava ser responsável por mudança no perfil político e combatiam nos seus discursos o clientelismo. Sobre esse aspecto, concordamos com Gondim (2007), quando nos alude que é preciso reconhecer que as transformações ocorridas na sociedade e na política cearense não foram assim tão súbitas, nem devem ser creditadas ao voluntarismo de novas lideranças, pois na década de 1980 o Banco do Nordeste completara trinta anos de atuação no estado, e, como nos alude Parente (2001), um dos principais mecanismos de atuação da instituição era na formação de jovens nas áreas de administração, tendo como base princípios da racionalidade desenvolvimentista.

Um dos principais espaços de formação sócio-política que provocaram mudanças nos perfis político e empresarial cearenses foram os cursos oferecidos pelo BNB desde 1957, quando o então presidente da instituição, Raul Barbosa, implementou o Curso de Aprendizagem Bancária – CAB. Com um programa político-pedagógico embasado em

princípios técnicos gerenciais para empresas e políticas públicas, o curso durava três anos. Ingressavam aos quinze anos na instituição jovens já como funcionários, trabalhavam como aprendizes por duas horas e as demais seis horas tinham aulas. Por ingressarem cedo na instituição, aposentavam-se também com idade abaixo da média e estavam à disposição de empresas e órgãos estatais. A concorrência do curso era, em média, de vinte concorrentes para uma vaga e eram disponibilizadas 30 vagas por ano. O alto escalão do banco, bem como destacados empresários e políticos foram **cabistas**, expressão utilizada para os egressos da instituição.

No segundo governo de Virgílio Távora, em 1980, são nomeados dois técnicos do BNB: um para Secretário de Planejamento, o economista Luiz Gonzaga Fonseca Mota, e o outro para Secretário da Fazenda e depois Secretário da Indústria e Comércio, o também economista do BNB, professor da UFC, Firmo de Castro. São duas indicações técnicas com objetivos muito pontuais de transformar o Ceará no terceiro polo industrial do Nordeste. Virgílio Távora, como governador indicado, contrata os trabalhos desse técnico e, no final, diz que é ele que o implementará. (PARENTE, 2001, p. 77).

Nesse sentido, até o governador Gonzaga Mota, também professor da UFC, fora egresso de curso realizado pelo BNB. Ademais de cumprirem cargos importantes no Ceará em órgãos do Estado, os **cabistas** eram requisitados a assumir funções estratégicas em outros estados no Nordeste,

Além da recuperação do Banco do Estado do Ceará, que teve a participação de João Batista, Pedro Brito e Antônio Carlos Dias Coelho, o Banco do Estado da Paraíba teve a participação de Aldro Luiz de Oliveira e o Banco do Estado do Maranhão contou com o técnico do BNB Marcelino Freitas. O Banco do Estado do Rio Grande do Norte nomeou Danúcio Cordeiro Studart Gurgel e Francisco Canindé A. Furtado. O governo do Piauí requisitou para o Banco do Estado do Piauí, Pedro Paulo Monteiro Vieira, e para subsecretário de Fazenda Frederico P. Carvalho. (PARENTE, 2001p. 79).

Cabe ressaltar que até 1975 o BNB atuou como formador, com cursos como CAB e Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE) somente em Fortaleza, após dezoito anos, passou a disponibilizar esses cursos em outras duas capitais, Recife e Salvador. Cabe ressaltar também que a instituição passou a aceitar mulheres como **cabistas** somente em 1974, deixando evidente o caráter machista da renovação que se constituía com essas instituições.

Nesse sentido, o arranjo político-institucional que se compunha na transição da década de 1980/90 no Ceará fora resultado de uma intervenção continuada do Estado a partir das ações que reproduziam a racionalidade desenvolvimentista, as quais formaram uma geração

de sujeitos políticos com perfil político/empresarial que dialogava com as tendências mais contemporâneas de desenvolvimento do capitalismo. Essa geração estava pronta para, na década de 1990, fazer do Ceará um laboratório das políticas neoliberais, orientadas por agências financeiras globais ou empresas multinacionais.

Essa geração de políticos, herdeiros diretos do regime militar, influenciou de maneira decisiva na conjuntura política nacional naquele momento. O PSDB nacional, por exemplo, foi fundado a partir de articulações de políticos como Tasso Jereissati e Ciro Gomes, tendo esse último participado da primeira campanha eleitoral de Mário Covas, tendo sido também Ministro da Fazenda de Itamar Franco.

A desorganização econômica do modelo brasileiro¹⁵, provocado pelos efeitos acumulados da crise global do petróleo, associados aos acúmulos das dívidas contraídas pelos militares para financiar o **milagre econômico**, puseram em ruínas a economia nacional na segunda metade da década de 1980.

As respostas da elite política vigente foram: a imposição de uma moeda forte; a flexibilização para instalação de investimentos de capital externo no país, políticas para facilitar importações; o desmonte do Estado, mediante privatização de setores estratégicos como comunicação e mineração; e a precarização do serviço público, com vistas a moderar a inflação. Esse pacote de medidas é insustentável porque desmonta a economia nacional e não “fecha a conta”, pois o país precisa gerar saldos positivos na balança comercial para saldar as dívidas externas e internas. Esse cenário, ao contrário, aprofunda a inserção dependente do Brasil na economia global, como importador de produtos industrializados e fornecedor de produtos de inserção barata no mercado, perpetuando a dependência tecnológica e a instabilidade econômica e pondo a economia nacional em fragilidade quanto às intempéries de uma conjuntura de acumulação e de atuação flexível do capital.

A saída para “fechar a conta” foi a **reprimarização da economia**. O decréscimo vertiginoso de todos os setores de investimento estratégico e a expansão galopante do agronegócio pelo cerrado, sobretudo de soja, agora acompanhado pela mineração, foi resultado desse processo. A inserção de tecnologia na produção agrícola e de uma lógica gerencial/produtivista para esse setor passaram a ser incentivadas pelo Estado e o arranjo das políticas de infraestrutura passaram a ser pensadas para atender essa lógica de desenvolvimento.

¹⁵ Regime de acumulação caracterizado pela substituição de importação, que provocou expansão da indústria no país, mediante uma política protetiva ao capital nacional.

Essa receita neoliberal, intitulada por Gonçalves (2001) de **herança maldita**, foi replicada com competência nos estados brasileiros governados por grupos políticos alinhados com o bloco de poder que se firmava no entorno da aliança política celebrada entre o PSDB e PFL. Os governos do Ceará iniciam um planejamento irreversível de inserção de multinacionais ligadas à produção de fruticultura irrigada e passaram a arranjar as políticas estruturais, de modo a servir ao crescimento desse setor.

O primeiro mandato de Tasso Jereissati como Governador do Estado dá demonstrações de fidelidade a essa racionalidade. Dentre as marcas de sua atuação nesse momento, podemos destacar: uma política de contenção de gastos que impôs à máquina pública uma gestão empresarial e conflitos com diversos setores. Um dos responsáveis pelas políticas de austeridade¹⁶ foi Lima Matos, **cabista**, Secretário da Fazenda de Tasso, cargo deixado após o término de seu primeiro mandato, quando o referido secretário, segundo Parente (2001), passou a ser executivo do Grupo Jereissati.

Como destaca Gondim (2007), a política de austeridade foi conduzida sem preocupação de buscar o apoio da classe política ou em setores da sociedade civil, criando uma imagem de isolamento e prepotência. Políticos e partidos que foram aliados do empresário nas eleições passaram a romper com ele durante o governo, como o PC do B, e enfrentou mobilização de setores profissionais como professores, policiais e promotores.

[...] superada a fase de ressaca da vitória eleitoral, o governo das mudanças coloca em prática uma política de austeridade excessiva, descompromissada com o apoio de setores políticos e dos movimentos sociais responsáveis pelo dinamismo da mudança provocada. Os inúmeros conflitos suscitados com antigos aliados e a ausência de canais de negociação impõem o isolamento e desnudam a face autoritária da elite empresarial ocupante do Estado. (GONÇALVES, 2005, p. 104).

Utilizando de argumentos de que tinha elevado o PIB do Estado, mediante atração de investimentos nacionais e internacionais para o Ceará, Tasso Jereissati elegeu como prefeito de Fortaleza em 1988 e, em seguida, governador do estado em 1990. Gondim (2007) atribuiu o sucesso eleitoral dos “governos das mudanças” no Ceará às experiências de insucesso da gestão do PT na capital que antecederam a de Maria Luíza Fontenele, quando a prefeitura foi desgastada com acusações de inépcia administrativa pelas elites, pela classe média e pelos próprios movimentos sociais.

¹⁶ “Devido às demissões de funcionários ilegalmente contratados, ao corte de servidores ‘fantasmas’ e à suspensão de contratos o número de contracheques passou de 148 mil, no final de 1986, para pouco mais de 120 mil, ainda no primeiro trimestre de 1987 (BOTELHO, 1994, p. 74). Outra economia de gastos foi obtida em decorrência do declínio, da ordem de -13,12%, no período de 1987 a 1991, nos salários reais médios dos servidores públicos.” (GONDIM, 2007 p. 421).

Ciro Gomes, quando governador, nomeia dois técnicos do BNB para funções estratégicas em seu governo – José P. Carvalho, para a Secretaria de Indústria e Comércio, e Pedro Primo Nascimento, para o BEC. O principal projeto desenvolvido por esse político em sua gestão à frente do Governo do Estado é o canal do trabalhador, uma obra hídrica que interliga o Rio Jaguaribe com o sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza. Esse, ainda, incentivou o turismo com a divulgação do Ceará em veículos midiáticos no Brasil e no exterior, atraindo investimentos dessa natureza.

Esses dois primeiros “governos das mudanças” são marcados pela criação da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará – SRH, em 1987, e, pela aprovação da Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, a qual regulamenta a gestão dos recursos hídricos no Estado do Ceará. Segundo essa nova normativa, cada Bacia hidrográfica teria um comitê gestor de composição mista e de caráter consultivo, espaço público onde são permanentemente debatidas concessões de uso da água. Essa legislação está em consonância com a Lei nº 4.333/1932, o chamado Código da Água. Este ato normativo inspira a regulamentação nacional sobre o assunto, que é instituída em 1996, bem como a criação da ANA em 2000. Até então, segundo Lins (2010), o debate sobre legislação hídrica era realizado no Brasil, para além do Ceará, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A lei criada em 1992 só é efetivada em 1993, com a criação da COGERH, instituição responsável por coordenar o comitê de Bacias. O primeiro comitê de Bacias implementado é o da Bacia do Rio Curu, em 1997. Na região do Cariri, algumas instituições como a Fundação Araripe e a URCA realizavam debates permanentes sobre a gestão de águas. A partir desse debate, segundo Brito (2004), pesquisadores da região foram convidados para reuniões com o Banco Mundial em Fortaleza, instituição que estimulava a adoção de referida política. Esses pesquisadores expuseram, na ocasião, a situação de venda de telhas de água¹⁷ na Chapada do Araripe, na fonte Batateira, essa demonstração serviu de argumento para que o Estado adotasse uma legislação única sobre a questão. A COGERH foi instalada no Cariri no ano de 1998.

Essa legislação tornou permissiva a atuação de empresas, na medida em que essas podem hoje solicitar outorga de água (LINS, 2010; SAMPAIO, 2007), pagar pela vazão consumida para distintas atividades como agricultura irrigada ou mineração. No dizer de Elias (2007), o Estado tem atuado no Ceará com vistas a fortalecer as condições socioeconômicas para expansão do capitalismo no estado, em um processo que a autora chama de

¹⁷ Explicamos melhor o processo de venda de telhas d'água da fonte do rio Batateira no capítulo 4.

reestruturação produtiva da agricultura cearense. No entendimento de Oliveira (2010), enreda-se a **monopolização do capital no campo**.

Soma-se a essas ações de ordem normativa, ainda nesse período, a implementação de Perímetros Públicos Irrigados – espaços públicos com estrutura construída pelo Estado, onde atuam grandes empresas de fruticultura irrigada, bem como, em menores espaços, agricultores familiares (os chamados colonos). São exemplos: os perímetros Tabuleiro de Russas, localizado nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, construído no ano de 1987, com extensão desapropriada de 18.915,00 ha e uma área irrigável de 15.508 há; ainda, o perímetro Jaguaribe Apodi, no município de Limoeiro do Norte, que iniciou operação nos anos de 1989, tendo, para tanto, desapropriado uma área de 13.229,00 ha¹⁸. Esses perímetros se somam aos já existentes Morada Nova, Icó-Lima Campo, Curu-Pentecoste, Curu-Paraipaba, Araras e Baixo Acaraú, que teve obras iniciadas em 1983, mas começou a operar somente em 2001.

Após o término do Governo Ciro Gomes, Tasso volta a se candidatar em 1994, sendo vitorioso, e, em 1998, sai novamente vitorioso, pois a ementa constitucional nº 16/1997 passou a permitir a reeleição de cargos do executivo, uma manobra política do PSDB para que o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, pudesse ser outra vez candidato. Os dois mandatos de Tasso Jereissati, entre 1995-2002, foram marcados por várias políticas de cunho neoliberal, tais como a privatização da COELCE, em 1998, e a federalização do BEC no mesmo ano, que, posteriormente, fora vendido ao Bradesco, já no Governo Lula em 2005.

Em se tratando de infraestrutura, merece destaque a construção do Açude Padre Cícero (Castanhão), com capacidade para seis bilhões e setecentos milhões de metros cúbicos de água, que necessitou deslocar uma cidade (Jaguaribara) para ser construído. As obras iniciaram em 1995 – fruto de uma parceria entre SRH e o DNOCS, instituição que faz o gerenciamento do Açude – e foi inaugurado em dezembro de 2002. É uma obra estratégica nesse processo de inserção do Ceará no contexto de expansão do capitalismo contemporâneo. É abastecido a partir do represamento do Rio Jaguaribe e alimenta o Canal do Trabalhador, que percorre 113 km até o açude Piranhas, que abastece a RMF.

Até o término do mandato do seu sucessor, Lucio Alcântara, também do PSDB, o estado do Ceará já havia construído seis eixos de integração de bacias hidrográficas (LINS, 2010), sendo eles:

¹⁸ Os dados sobre extensão dos perímetros e sobre sua implementação são da ADECE (2011).

Alto Jaguaribe – Salgado: túnel que transporta do açude Orós ao açude Lima Campos, com vazão máxima de 5m³/s, atendendo ao Perímetro Irrigado Lima Campos. **Baixo Jaguaribe – Bacias Metropolitanas (Canal do Trabalhador):** canal que transpõe vazão máxima de 6m³/s, contribuindo para o fornecimento hídrico da RMF. **Bacias Metropolitanas (Sítios Novos – Pecém):** transporta águas do açude Sítios Novos à região portuária do Pecém, com extensão de 24 km e vazão de 2m³/s, sendo concluída em 2001. **Bacias Metropolitanas (Rio Pirangi – Lagoa do Uruau):** com vazão de 0,17 m³/s, coleta água do rio Pirangi, transportando por 12km a lagoa do Uruau em Beberibe. **Bacia do Banabuiú (Fogareiro – Pirabibu):** transporta uma vazão de 0,11m³/s do açude Fogareiro, em Quixeramobim, ao açude Pirabibu, numa extensão de 10,5km. **Bacia do Alto Jaguaribe (Açude Orós – Feiticeiro):** canal adutor que transporta águas da barragem do Orós ao distrito de Feiticeiro, em Jaguaribe. (p. 107, grifos nossos).

O Açude Castanhão representa um marco simbólico de um projeto que vem sendo construído desde a atuação de instituições que tinham como ideologia a racionalidade desenvolvimentista no Ceará, como BNB e SUDENE, sobretudo a primeira. O bloco político formado por essa conjuntura forja, com o financiamento e as orientações de agentes centrais do capitalismo contemporâneo, como Banco Mundial, um projeto de desenvolvimento para as próximas décadas, e a construção do Castanhão, em pouco mais de dez anos de ascensão desse grupo político ao poder, garante a suficiência hídrica para esse projeto de desenvolvimento, que tem como alvo de atuação o Médio e o Baixo Jaguaribe, o Litoral Leste, a RMF e o CIPP. As obras de infraestrutura que seguem após o Castanhão, principalmente as de grande envergadura, são conectadas a este, sejam elas estruturas ligadas ao turismo, à indústria ou à agricultura irrigada. Interconectam as regiões alimentando permanentemente com as águas que seguem do sul do Ceará, alimentam o Rio Salgado ou Orós, ambos afluentes do Jaguaribe, que é barrado pelo Castanhão.

Se coube aos primeiros quatro governos que sucederam as décadas dos “coronéis” criarem um acúmulo técnico-normativo e estruturar o maior reservatório para múltiplo uso na América Latina, tem sido tarefa dos gestores que deram continuidade a esse projeto fazer com que as águas cumpram os caminhos planejados há décadas.

O ousado projeto Eixão das Águas foi concebido nesse sentido. A tática de convencimento político foi a mesma utilizada para a construção do Canal do Trabalhador em 1993 – evitar colapso hídrico na RMF–, tendo sido acrescentado um artifício de certeza, a saber, “conter as cheias, que, como as de 1974, 1985 e 2004, desabrigaram juntas 2 mil habitantes” (LINS, 2010, p. 115).

Com repetidas táticas de legitimação os governos Lucio Alcântara (2003-2008) e os dois governos de Cid Gomes (2009-2014), irmão de Ciro Gomes, tiraram do papel uma transposição hídrica entre as Bacias Médio Jaguaribe, Banabuiú e Bacias Metropolitanas.

Integrando o Castanhão com as barragens Pacoti, Riachão e Gavião. Entregue em 2014 obra estimada em R\$ 1,5 bilhão, com extensão de 256 km em cinco trechos. Os trechos de 01 e 02 foram construídos por Lúcio Alcântara e os demais por Cid Gomes.

O Governo Federal, via PAC, investiu R\$ 643 milhões entre os anos de 2007 e 2014¹⁹, em uma obra que, “se não estivesse pronta o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas estaria vazio” (LINS, 2010, p. 141). Assim, o Estado faz com que as águas cheguem aos municípios do vale do Apodi e as bombeiam permanentemente para o topo da Chapada, pondo-as à disposição de uso por empresas como Nélon, Melão Sertanejo e FRUTACOR, pretendendo, nessa região, atender a uma extensão de 10.000 ha de perímetro irrigado.

Os trechos três e quatro do Eixão desaguarão no Açude Gavião, onde, depois de tratada, a água será acrescida ao sistema de abastecimento da RMF. Segue, após esse reservatório, até o açude Riachão, o trecho cinco, com 55 km de extensão, a água advinda do Castanhão estará à disposição do CIPP, visando ao atendimento da demanda hídrica da instalação de siderurgia e refinaria no referido complexo. O fluxo do Eixão é de 22 m³/s e o seu percurso é composto de 16 km de canais, 93 km de adutoras e 1 km de túneis.

“O Canal é monitorado 24 horas por dia. São câmeras com zoom que cobrem um raio de até 2 km para evitar tanto a retirada como a construção de encanamentos destinados à captação desta” (LINS, 2010, p. 135). Além da criação da cidade de Nova Jaguaribara, para a implantação do primeiro trecho, foram instalados vinte projetos de reassentamentos, divididos entre os municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama e São João do Jaguaribe.

(...) De acordo com os moradores, muitas vezes eles foram agredidos moral e verbalmente pela polícia quando tentavam pegar água do canal para saciar a sede dos rebanhos e aguar as plantas. (p. 136). (...) Perderam suas raízes, parte de sua cultura, suas terras e foram transferidos para terras que quando são produtivas não possuem apoio nesse processo. (LINS, 2010, p. 138).

Como nos salienta Sampaio (2007), a estruturação e reestruturação do território cearense leva em conta o caminho das águas. “O caminho das águas está produzindo no Ceará novo arranjo ecológico, territorial, processo produtivo e cultural” (p. 472).

O Estado no Ceará tem redefinido o ciclo hidrológico, barrando ou estrangulando bacia hidrográficas, pondo gravitários destinos antes não percorridos por rios, dada sua hipsometria. Rios artificiais, túneis, adutoras, próteses sofisticadas que conduzem a endereços milimetricamente planejados, água com fluxo que pode ser momentaneamente acrescido ou

¹⁹ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/03/eixao-das-aguas-e-a-maior-obra-de-infraestrutura-hidrica-do-ceara>. Acesso em 20/01/2016.

interrompido e com entorno de seus novos caminhos vigiado. Um bem indispensável à vida sob o controle de fluxo e circulação do Estado.

Com o agravamento da questão ambiental, uma das questões mais latentes levantadas é a disponibilidade de água. Entre essas duas constatações, existe uma assisada realidade: estará acrescido de legitimidade e exercício de poder o Estado por dispor de mecanismos técnicos de provocar abundância ou escassez hídrica, mediante abertura ou fechamento de suas comportas.

O Ceará chega a 2013 com 07 transposições hídricas realizadas, 153 açudes, com capacidade de armazenamento de mais de 18 bilhões de m³ de água²⁰ – metade da capacidade de armazenamento de todo Nordeste (SUASSUNA, 2007). E é exatamente em 2013 que se inicia a execução do projeto hídrico mais ousado até então elaborado: o Cinturão das Águas do Ceará – o CAC. Entendemos que o CAC é fruto desse acúmulo técnico-normativo dos sujeitos políticos que compõem o Estado e os variados setores empresariais da economia, apresentando sentidos territoriais e contextos de conflitualidade singulares do momento em que vivemos. É o que debateremos nos próximos capítulos.

Assim, a formação territorial do Cariri recebe influência de diferenciados sujeitos/agentes sociais em distintos tempos/espacos, de maneira desigual e contraditória, indicando diferentes formas de uso/apropriação/produção do espaço. Se constituindo de uma sobreposição desigual dos tempos. Marcada pelas vivencias dos povos originários, pelos processos de colonialidade, pela re-existência dos negros/as e das comunidades camponesas, movimentos migratórios, entradas dos romeiros, e, de maneira decisiva, pela formação e atuação do Estado, reverberando influências de sujeitos sociais que o fazem agir ao seu dispor, promovendo uma (re)organização territorial que influi decisivamente nos caminhos das águas.

No capítulo seguinte buscaremos entender as transformações político-econômicas em voga no Brasil nas primeiras décadas do século XXI, a afirmação de um modelo extrativo-exploratório para a América Latina com a IIRSA, as grandes obras do PAC, as discontinuidades entre esses projetos, bem como a concepção e os sentidos territoriais do CAC.

²⁰ Fonte: <http://www.hidro.ce.gov.br/>. Acesso em 11/01/16.

3 AS (DES)CONTINUIDADES DO MODELO LIBERAL-PERIFÉRICO E OS CONFLITOS ENVOLVENDO ÁGUA NO BRASIL

3.1 IIRSA e PAC: (des)continuidades das intervenções em infraestrutura na América Latina.

Entendendo que a IIRSA e o PAC são políticas territoriais que apresentam continuidades em pelo menos duas perspectivas, na conciliação da agenda econômica, bem como da atuação sistemática do PAC onde a IIRSA não atua diretamente, estamos propondo entender o CAC como uma complementaridade das grandes obras na América Latina.

3.1.1 (Re)construção do paradigma extrativo-exploratório

Historicamente, a América Latina esteve inserida no contexto de produção globalizada do capital, exercendo papel de extração e escoamento de bens naturais – legado de um contínuo processo de colonialidade. A própria investida de entrada de populações lusitanas, hispânicas, africanas, holandesas, francesas, entre outras, e a realização de atividades econômicas no período colonial expressam a construção de uma região de exploração da natureza, dos saberes, dos sabores e da biodiversidade, que impunha uma racionalidade territorial rentista e (des)fazia os modos de vida diversos dos povos do continente.

O desenvolvimento do capitalismo tem aprimorado essa conjuntura de extração. O estímulo ao arranjo de nações centralizadas, organização de Estados, exércitos e instituições nacionais que passariam a ser responsáveis pela gestão do território e teriam a incumbência de pensar o desenvolvimento do país, foram decisórios para perpetuação do contexto extrativo. Mesmo quando renovadas, com novos produtos, rotas de destino ou sentidos de exploração, a América Latina não consegue, até hoje, exercer centralidade nos processos decisórios de investimento e (re)produção de capital em caráter mundial. De forma arbitrária, as estratégias de extração da natureza se sobrepõem e elegem espaços como *loci* privilegiados e, por sua vez, exploram potencialidades para servir ao desenvolvimento dos períodos de estabilidade e maximização da produção.

O processo conflituoso e contínuo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina provocou sobreposição de rotas de exploração que não seriam possíveis sem

intervenções políticas, diplomáticas e militares, induzindo programas de desenvolvimento (via de regra, regionais), os quais mobilizaram esforços para construção de uma infraestrutura, facilitando extração e escoamento.

Desde investimentos ingleses em ferrovias (no início do século XIX), no Brasil, para escoar café, no Chile, e na Argentina para interligar áreas de extração mineral e plantio de açúcar nas províncias do norte argentino, como Tucumán, com portos no oceano Pacífico, até financiamento e articulação política dos Estados Unidos de intervenções militares nesses países, que ficou mais expressivo no Chile, com a deposição e assassinato do então presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Este episódio foi denominado pelos chilenos de “nosso pequeno 11 de setembro”,

Quando o socialista democraticamente eleito foi derrubado num brutal golpe pelo general Augusto Pinochet. No arquivo do Departamento de Estado [dos EUA] relativo a esse evento há um telegrama da CIA que diz “É uma política firme e contínua para fazer que Allende seja derrubado por um golpe. Devemos continuar a gerar o máximo de pressões a esse fim fazendo o uso de todo recurso apropriado. É imperativo que essas ações sejam levadas a efeito clandestina e seguramente para que o governo dos Estados Unidos e a mão Americana fiquem bem escondidos. (HARVEY, 2010 p. 17).

São fatos que demonstram sucessivas e sobrepostas estratégias territoriais que convergiram em contextos político/econômicos, perpetuando, ao longo do século XX, ações extrativas-exploratórias para a América Latina.

No caso das ditaduras civis-empresariais-militares nos países da América Latina na segunda metade do século XX, Porto-Gonçalves (2006) nos alude que essas ações não estavam somente ligadas ao crescente avanço de partidos comunistas nesses países e na revolução cubana, mais que isso, segundo o citado autor, essas investidas diplomáticas/militares visavam desarticular os planos macroeconômicos nacionalistas em voga nesses países. No caso do Brasil, construía-se uma política econômica de Estado protetiva aos investimentos nacionais; mesmo sendo uma conveniência das elites locais e dependente de tecnologia externa, esse traçado poderia fortalecer um paradigma de desenvolvimento do capitalismo nacionalista, que recusasse investidas de liberalização da economia e controle do mercado financeiro mundializado. Os regimes militares, por sua vez, promoveram aberturas econômicas cruciais para o capital externo no Brasil, mediante alteração da legislação, investimento em infraestrutura e incentivos fiscais que simplificaram o exercício de influência do capital financeiro na economia nacional, fazendo ruir o **modelo**

de substituição de importação (Furtado, 1972), com a paulatina imposição de um modelo macroeconômico de produção de *commodities*.

Tentativas socialdemocratas ou populistas de modificação do capitalismo eram com frequência impiedosamente esmagadas (como aconteceu com Bosch na República Dominicana, Goulart no Brasil e, eventualmente, Allende no Chile). Mesmo na Europa os Estados Unidos fizeram de tudo para solapar o socialismo e até, em algumas ocasiões, para subverter a socialdemocracia. E regimes cruelmente ditatoriais, como na Indonésia, receberam apoio incondicional do poder econômico e militar norte-americano porque eram favoráveis a seus interesses. (HARVEY, 2014 p. 56).

Assim, atualmente, a pauta de exportação dos países latino-americanos é composta majoritariamente por produtos de inserção barata no mercado global, muitos dos quais exportados *in natura* para serem processados por países com densas estruturas industriais. Por exemplo, no Brasil, em 2013, segundo dados da CNA, 55% de suas exportações foram compostas por soja (31%), carne (17%) e milho (07%). A Bolívia²¹, nesse mesmo ano, teve 81,4% de suas importações ligadas a setores diretamente relacionados à extração, dos quais se destacam combustíveis (53,2%), minerais (12,4%), ouro e pedras preciosas (7,7%), estanho (4,4%) e grãos (3,7%). Mesmo os dois países tendo *superávit* de 2,56 bilhões e 1,1 bilhão de dólares, respectivamente, não se inserem de forma sustentada e competitiva no sistema mundializado de produção de capital, pois essas atividades, para gerarem saldos positivos na balança comercial, precisam estender-se por grandes áreas, provocando elevados impactos ambientais e conflitos relacionados à expulsão de povos tradicionais e à apropriação privada do espaço pelos empreendimentos capitalistas. A Argentina²², em 2014, teve 37% de sua pauta de exportação composta por derivados alimentícios (19,7%), cereais (7,7%) carnes (2,6%) e gorduras e óleo (7,0%). Ademais, segundo as fontes citadas, os dois países (Argentina e Bolívia) tiveram nesses últimos anos como principal país de destino de suas exportações o Brasil, com 22,8% e 37,7% respectivamente. Assim, deduzimos que o Brasil cumpre um papel de centralidade econômica, dado o seu relativo domínio econômico, militar e territorial na América Latina.

Concordamos com Ceceña (2008), quando aponta que projetos de integração de infraestrutura pensados em conjunto para o continente austral significam um duplo processo de subordinação dos países latino-americanos. Esses países estarão subordinados aos ditames das agencias financeiras e aos países sedes dessas, bem como ao Brasil, que se insere de

²¹ Ministério das **Relações Exteriores**. Bolívia comércio exterior. Brasília, 2014.

²² Ministério das **Relações Exteriores**. Argentina comércio exterior. Brasília, 2015.

maneira contraditória nesse contexto, reproduzindo em países mais pobres relações de dominação territorial.

Nesse sentido, entendemos que pensar o IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, não pode ser deslocada desse processo histórico de imposição de uma ordem exploratória-extrativa para América Latina. Pensamos que essa investida cooperada de organizações multilaterais em consórcio com Estados nacionais é justamente a culminância dessa sobreposição (des)continuada de políticas de ordenamento territorial para América Latina. Um conjunto de ações físicas e normativas que visam promover interligação bioceânica em sentido transversal e longitudinal, aproveitando-se de estruturas existentes e criando próteses intermodais no território, de modo a dinamizar os fluxos em locais estratégicos para expansão do capital. Outro inequívoco conjunto das obras previstas por essa iniciativa é relativo a controles e enquadramentos de corpos hídricos, viabilizando usos e apropriações de terras e águas para produção energética, circulações hidroviárias e alimentação de atividades extrativas de minerais e atividades industriais.

A IIRSA foi, inicialmente, tratada como ação a ser pensada e executada pelos países latino-americanos, em uma reunião entre os meses de agosto e setembro de 2000, quando, o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, anfitrião e idealizador do evento, convidou então presidentes da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Ainda, representantes do Congresso Nacional do Brasil, observadores representantes do México, Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Comunidade Andina (CAN), Parlamento Latino-Americano (PARLATINO), Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Conselho do Banco Latino-Americano de Exportações (BLADDEX).

Na oportunidade também estavam presentes o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias; o presidente da Corporação Andina Fomento (CAF), Enrique García; e o presidente do Diretório do Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA), Genaro Sánchez. Esses organismos multilaterais de fomento são os responsáveis pelo financiamento dos projetos que estão sendo implementados na região sul-americana, concedendo empréstimos aos países, realizando estudos de viabilidade econômica, acompanhamento técnico etc. (RAMOS FILHO, et. al., 2003, p. 282).

Nessa perspectiva, o Brasil exerce liderança no processo de articulação da IIRSA por ser um país estratégico nos diálogos entre as nações latino-americanas e dessas com organismos multilaterais. Nesse momento, entrava o país na segunda metade do último mandato de FCH (1998-2002). Seus governos representaram para o Brasil o estopim do

processo de liberalização econômica e o encerramento da política macroeconômica de substituição de importação, que figurava como modo de regulação dominante até a transição das décadas de 1980-90.

Mediante Medidas Provisórias e se usando da maioria no legislativo bicameral, FHC empreendeu mudanças na política macroeconômica, que constituirá em uma herança para as próximas décadas do país. Medidas como abertura comercial, fortalecimento do real e controle da inflação fizeram com que o mercado financeiro nacional se integrasse ao mercado financeiro global, sofrendo as consequências das instabilidades e fragilidades da economia nacional. Essa conjuntura provocou desindustrialização nacional, queda das exportações e saldos negativos na balança comercial, os quais foram cobertos com recursos das privatizações, que entregaram ao capital nacional e internacional setores estratégicos nas áreas de tecnologia e logística do país.

A década de 1990 é, então, um momento de estabelecimento de bases da política macroeconômica, que se estabelece mais claramente com os governos Lula. A nacionalização da dívida com o FMI forçou o país a uma constante necessidade de gerar saldos para quitar anualmente os contratos e controlar a inflação. A saída encontrada para essa conjuntura de constante instabilidade foi a expansão veloz da produção de *commodities*.

Por força do modelo em curso nos encontramos em acelerado processo de desnacionalização do nosso parque produtivo, em franca trajetória de reprimarização da nossa pauta de exportação, com continuidade de medidas de liberalização e sem nenhuma autonomia na estratégica área de geração de conhecimento científico e tecnológico que possa atenuar a nossa dependência externa. (PASSARINHO, 2010 p. 20).

A abertura externa dos governos FHC, seguindo orientações do consenso de Washington, leva ao aumento dos investimentos diretamente estrangeiros no Brasil, o que estimula a abertura do mercado nacional à ação direta das crises e às oscilações de preços internacionais.

O setor de extração se torna central para sustentar a opção realizada pelo país para a condução da política macroeconômica. Assim, as políticas e os investimentos no setor agrário-exportador se ampliam, facilitando a expansão galopante da soja pelos cerrados e a retirada do gado desses espaços, seguindo para as proximidades da Amazônia.

[...] depois de sucessivas crises internacionais e após suspensão do processo de privatização de empresas públicas, essa lógica redefiniu, de forma compulsória, a partir de uma crise cambial ocorrida no início do segundo mandato FHC. Essa

redefinição se deu no sentido da obtenção de elevados superávits na balança comercial, como condição para remuneração do capital financeiro internacional. Essa remuneração não pode ser garantida apenas através da realização, por parte do setor público, de elevados superávits primários; é necessário que esses recursos, denominados moeda nacional (real), possam ser trocados por dólares, para que sejam remetidos à circulação internacional de capital. (FILGUEIRA et. al., 2010, p. 43).

A IIRSA entra, então, como estratégia de ampliação desse novo perfil forjado na transição do século para economia brasileira, no sentido em que amplia as possibilidades de expansão integrada do agronegócio nos países da América Latina.

3.1.2 IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

Desde a ação diplomática cooperada para a construção do IIRSA, em Brasília, em 2000, muitos pesquisadores passaram a desenvolver análises sobre esse conjunto de grandes obras que envolvem 10 grandes eixos e 510 megaprojetos a serem implantados na América Latina – entre eles, Ceceña, et. al. (2007), Porto-Gonçalves (2006) e Ramos Filho et. al, (2013).

Este último nos apresenta um estudo de interessante mirada teórico-metodológica sobre geopolítica e produção do espaço. Para os autores, a IIRSA é resultado de um contexto de crise estrutural e universal do capitalismo e, como tal, é uma estratégia de crescimento se usando de excedentes de capital financeiro acumulados para empreender investimentos que ampliem as possibilidades de expansão do capital.

Para os autores, a iniciativa é fruto de um contexto em que multinacionais impõem aos governos a adoção de medidas restritivas de gastos, há a repressão de movimentos sociais e são exigidas medidas de infraestrutura que garantam segurança em investimentos futuros. Exige-se que atuem de modo a eliminar as incertezas e promover certezas e que haja a regulação da acumulação capitalista, sobretudo em cenário de crise.

Utilizam-se da noção de David Harvey (2005) sobre destruição criativa para explicar o processo de desenvolvimento dessas grandes obras, afirmando que, em situação de crise, o Estado desencadeia um processo de produção do espaço que (re)cria as condições de promoção de formas lucrativas de absorção de excedentes de capitais; muitas vezes, estes processos exigem a expansão geográfica e a regionalização espacial.

A IIRSA e o PAC inserem-se nesta estratégia, na qual os Estados-nacionais, suportados pela financeirização imposta pelos organismos financeiros multilaterais, investem vultosas somas de capital excedente em megaprojetos de infraestrutura física transcontinental, com a finalidade de estabelecer a integração intermultimodal e a conectividade bioceânica, pois a dinamicidade dos fluxos econômicos internacionais nas últimas décadas demonstra ser mais volumosa e promissora no oceano Pacífico, em detrimento do Atlântico. (RAMOS FILHO, ET. AT, 2013 271).

Ceceña et. al., em um importante estudo realizado em 2007, apresentam-nos a IIRSA como fruto de um conjunto de ações (des)contínuas dos países centrais do capitalismo e de organismos multilaterais, principalmente os Estados Unidos, no sentido de empenharem controle e exploração no continente. Os autores nos apresentam um histórico dessa intervenção e sugerem que o empenho dos EUA e dos organismos multilaterais em conseguir aceitação do projeto é resultado do insucesso da ALCA – Acordo de Livre Comércio entre as Américas. Existem, pois, descontinuidades da IIRSA com projetos de integração viária e hídrica em execução no NAFTA – Acordo de Live Comércio da América do Norte e o Plano Puebla-Panamá na América Central. Ainda para os autores, as ações militares e de integração para a América Latina projetadas pelos EUA coincidem com as grandes riquezas hídricas do continente.

Tímidamente, este nuevo diseño continental inicia por los territorios más cercanos: el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) marca las pautas de una expansión que se irá ampliando geográficamente y profundizando dimensionalmente. Del comercio se pasará a la infraestructura, a las políticas económicas, a la normatividad, a las comunicaciones y... a la seguridad. De América del Norte se salta hacia Sudamérica, el Caribe y América Central, siempre con especial cuidado de incluir las zonas que pueden ser catalogadas como estratégicas no sólo dentro de uno de los tratados, planes o proyectos sino en varios a la vez. (Ceceña et. al., 2007, p. 09).

Dada a amplitude da IIRSA e das suas nuances territoriais, que merecem um estudo aproximado dessas estratégias e dos andamentos desses planos, optamos por analisar dois eixos que sinalizam bem as intencionalidades e estratégias de produção do espaço e da apropriação da natureza: o eixo Amazônico e o eixo interoceânico central.

Dado o contexto de crise econômica, a IIRSA foi reajustada, dada a inviabilidade de financiar os 510 megaprojetos. Convencionou-se investir em uma quantidade reduzida de investimentos, a chamada Agenda de Projetos Prioritários ou Agenda de Implementação Consensuada (AIC). Essa decisão foi fruto de avaliação realizada pela instituição e foi apresentada na 6ª Reunião do Comitê de Direção Executiva (CDE) da Iniciativa, entre os dias 23 e 24 de novembro de 2004, em Lima, no Peru.

Mudança estratégica que a Iniciativa fez na direção da implementação, a partir de 2005, foi impulsionada com caráter determinante pela existência da AIC, que permite focalizar a atenção em uma prioridade: o grupo de projetos estratégicos escolhidos em consensos pelos países devido à sua importância-chave no conjunto da Carteira, sendo expressão da infraestrutura para a integração regional. Só o planejamento não era suficiente para impulsionar o processo de integração. (IIRSA, 2010, p. 08).

Segundo dados da IIRSA (2011), da AIC foram construídos 02 projetos, sendo a Ponte sobre o Rio Takutu, que liga o Brasil à Guiana, entre as cidades de Bonfim e Lethem, e a Ponte sobre o Rio Acre, interligando Brasil e Peru. Segundo o mesmo documento, estavam, em 2011, sendo executados 19 projetos, com investimentos de mais de 7 bilhões de dólares, e 8 em fase de pré-execussão, com investimentos estimados em mais de 6 bilhões. A quantidade reduzida de projetos nesse período repercute a crise global desde 2008.

Dados da instituição do final do ano de 2014 apontam a realização até então de 106 projetos, a maioria dos quais (22) no Eixo Mercosul-Chile, que envolve, no Brasil, os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ainda todo o Uruguai, oeste do Paraguai e região central da Argentina, envolvendo as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, La Pampa, San Luiz, Mendonza e San Juan e regiões do Chile, principalmente Valparaíso e Coquimbo. Esse eixo articula, segundo Ceceña et. Al (2007), 10 grandes regiões urbanas do mundo.

Entre éstas se encuentran las ciudades economicamente más importantes no sólo de los países que conforman el eje sino del subcontinente, con un PIB estimado en 469.7 miles de millones de dólares. Asimismo, en esta franja se encuentran varios de los territorios agrícolas más productivos del mundo. De acuerdo con la información oficial, esta región agrupa el 62 % de la economía argentina, el 63% de la brasileña, el 52% de la chilena y la totalidad de la uruguaya. (p. 35).

Destacam-se, ainda, os eixos Amazônicos e Andinos (onde foram construídos 17 projetos em cada), os eixos Hidrovia Paraná-Paraguai, o Eixo Interoceânico Central (onde foram implantados 12 projetos em cada). Segundo o documento, “Más de la mitad de los proyectos concluidos se encuentran concentrados en los Ejes MERCOSUL-Chile, Amazonas y Andino (52, 8%)” (IIRSA, 2014 p. 09).

3.1.3 O PAC e o Cinturão das Águas do Ceará

Na transição do século, a crescente aceitação de um candidato de esquerda acende a esperança de mudança da condução da política macroeconômica por parte do Estado, bem

como reduções de investimentos em setores primários da economia e reversão desses esforços em investimentos estratégicos e protetivos ao capital nacional. Outro conjunto de expectativas dava-se nos movimentos sociais, muitos dos quais construíram as várias campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva desde o final dos anos de 1980 e demandavam reformas agrária, urbana, educacional, entre outras.

No entanto, as coalisões políticas para fortalecer a candidatura de Lula fizeram com que esse abrisse mão, junto com o seu grupo político, de disputas defendidas, historicamente, pelo partido e por movimentos de esquerda e ampliasse as iniciativas que vinham sendo construídas no âmbito dos governos neoliberais dos anos de 1990. Mesmo na sua candidatura, Lula fez demonstrações claras que seguiria a política herdada dos Governos FHC, destinando recursos do Estado à elevação do *superávit* primário para gerar saldos positivos na balança comercial e saldar dívidas. Uma política dependente e lucrativa para o capital externo internacional. Em sua Carta ao povo brasileiro²³, em 22 de junho de 2002, expressa essa continuidade e demonstra contradições quando afirma:

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

E afirma, ainda, que “Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país”, se contradizendo ao dizer: “Vamos preservar o *superávit* primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (SILVA, 2002).

Nesse sentido, concordamos com Magalhães (2010) quando nos alude que o primeiro mandato de Lula (2003-2006) não rompeu com o neoliberalismo, repetindo fielmente as linhas básicas de políticas econômicas do seu antecessor, com iguais resultados em termos de baixo incremento no PIB. “A preocupação com a retomada do desenvolvimento limitou-se aos repetidos anúncios do presidente da próxima volta ao ‘espetáculo do desenvolvimento’”. (p.21).

A priorização da estabilidade monetária impediu, em última análise, a adoção de uma estratégia ou um modelo econômico necessário para recolocar o Brasil na trilha do crescimento acelerado. (MAGALHÃES, 2010, p. 27).

O segundo mandato de Lula (2007-2010) foi marcado pela implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e um exacerbado processo de investimento

²³ Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf

direto em instituições privadas com recursos financeiros públicos advindos de fundos de pensão de empresas estatais. Com o PAC, o Estado garantia redução do custo de investimento, assegurando certezas nas aplicações expansivas do capital. E com a aplicação de investimentos em empresas nacionais de capital privado, mediante o BNDES, o Estado operava de forma estratégica, visando fundir empresas e consolidar o país como grande exportador de produtos primários, principalmente soja, carne, minérios e empreiteiras. Assim, o Estado passou a ser acionista de grandes empresas, que se **multinacionalizaram**, expandindo seu poder e sua intervenção em países pobres, instalando filiais e realizando negócios com novos parceiros comerciais, que garantiram maior impacto dessas na economia.

Ademais, nessa conjuntura, o mundo passava por um período de estabilidade, em que os países cresceram em média 4,5%. Assim, a demanda por produtos do setor primário cresceu, garantindo maiores saldos na balança comercial e o crescimento do PIB, tímido se comparado com outros países. Esse cenário legitimou na política formal um processo de veloz investimento em grandes empresas privadas com vistas a alargar as áreas extrativas e o mercado internacional, bem como propiciou uma apressada política de expansão de grandes obras de infraestrutura, muitas das quais com descumprimentos graves da legislação e lançando mão de práticas de suborno de instituições ambientais e fiscalizadoras para acelerar seu desenvolvimento. A avalanche de denúncias proferidas aos governos do Partido dos Trabalhadores e às empreiteiras hoje na operação da Polícia Federal intitulada “Lava Jato”²⁴ expressam que a velocidade de expansão das grandes obras alimentava o crescimento das grandes empreiteiras, partes consideráveis das ações pertencem ao Estado e que só foram possíveis mediante esquemas de corrupção.

Esse contexto de aceleração do capitalismo extrativo no Brasil foi possibilitado pela conjuntura internacional de estabilidade e pelas escolhas do governo, demonstrando insustentabilidade com a crise financeira global de 2008. Merecem destaque as políticas sociais, acompanhadas de ações que estimularam o consumo, mediante redução de juros para compras e impostos específicos, que estimularam a produção ampliada e o endividamento da população. Segundo Magalhães (2010), de qualquer maneira, uma estrita objetividade leva a reconhecer que, em termos de políticas sociais, o governo superou o que até agora vinha sendo feito no país.

²⁴ “Com início em um posto de gasolina – de onde surgiu o nome –, a Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014, investiga um grande esquema de lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras do país e políticos.” (FOLHA DE SÃO PAULO, disponível in: <http://m.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml> Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

No entanto, concordamos com Filgueiras et. al (2010) quando nos dizem que essas políticas foram limitadas. Não houve alteração essencial na correlação de forças entre capital e trabalho; as heranças das políticas neoliberais dos governos anteriores; e as escolhas dos governos Lula promoveram o fortalecimento de um segmento do capital financeiro no Brasil no sentido clássico de junção de capital bancário com o capital produtivo. “Quanto à natureza da inserção internacional país, o período Lula não implicou qualquer alteração significativa em relação ao período anterior”. (p. 50).

Houve crescimento do emprego formal, promovido pelas grandes obras, e expansão das empresas financiadas pelo Estado, aumento real do salário mínimo, acompanhada do poder de endividamento da população, além da implantação de políticas sociais (como Bolsa Família) e conquista de vitória política de outras demandas que estiveram nas pautas dos movimentos sociais de esquerda no Brasil (como a ampliação de estruturas de assentamentos rurais, programas de educação do campo, política de cotas universidades em locais estratégicos com crescente população jovem,).

A conjuntura de cambio que estavam em curso nos anos 2000 com os governos Lula foi alvo de diversas interpretações teóricas e políticas. Alguns arriscaram em sinalizar em suas pesquisas o rompimento com o modelo neoliberal de gestão do Estado, concedendo o epíteto de **neodesenvolvimento** ou novo desenvolvimento para esse momento político do Brasil. Intelectuais e políticos de direita, por sua vez, arguíram que esse momento dinâmico na política econômica do país foi “sorte” do governo em ter tido uma conjuntura internacional favorável.

Concordamos com Felgueiras et. al (2010) quando afirmam que os governos PT contribuíram para ampliar o modelo de desenvolvimento **liberal-periférico**, o qual expande o papel do Estado na intervenção direta em investimentos no setor privado mediante o BNDES, bem como na retomada de investimentos massivos em infraestrutura, como portos, ferrovias, rodovias, transposições de rios, hidrovias, hidrelétricas, entre outros. Essa retomada do Estado não está em sintonia com alterações na política econômica extrativa em constante (des)construção no país. Assim, não percebemos os governos Lula como momentos de ruptura, mas de aprofundamento de políticas macroeconômicas e de ações estratégicas de investimento que ampliam a dependência tecnológica e financeira do país e concedem maior liberdade de investimento de empresas internacionalizadas.

O PAC, nesse sentido, não consiste em um programa de desenvolvimento na medida em que não altera o contexto até então vigente de liberalização econômica e a não adoção de

políticas protetivas ao capital interno, bem como a falta de integração das ações sociais e o pouco impacto nas relações de poder. A opção do Estado em não realizar reforma agrária e reunir esforços financeiros para expansão do agronegócio revelam as limitações desse modelo.

Dessa forma, o PAC se constitui, também, de obras que apresentam (des)continuidades com a IIRSA em pelo menos duas perspectivas: na sua complementaridade, como nos apontaram Ramos Filho et. al. (2013), quando demonstra que, das obras previstas à execução do PAC, 36 delas estão postergadas nos planos da IIRSA; segundo, que nas regiões que não estão nos planos de intervenção da IIRSA, Nordeste e parte o centro-oeste do país, o PAC está construindo obras hídricas, viárias, portuárias e ferroviárias que apresentam possibilidades de conexão direta e indireta com a IIRSA.

Uma das mais expressivas dessas é a Transposição do Rio São Francisco, projeto antigo do Estado, que, nessas últimas duas décadas, vem saindo do papel – estimulando a adoção da postura intervencionista dos governos estaduais em apresentarem projetos de continuidade dessa grande obra, no sentido de conceder garantias de crescimento para as grandes empreiteiras do país e a garantia de água canalizada, controlado o fluxo e vigiada as margens para o extrativo uso do agronegócio.

O CAC – Cinturão das Águas do Ceará se insere nesse contexto, pois consiste em uma grande obra hídrica com previsão de término de quarenta anos. O expoente investimento pretende alterar a geografia das águas do Ceará, utilizando-se de tática antiga de legitimação, calcada no discurso da seca, onde as características ambientais de aridez e escassez de água são colocadas em relevo. As obras se iniciaram no segundo semestre de 2013, com habitual pouco diálogo com as populações que serão atingidas.

O CAC é uma continuidade da transposição do Rio São Francisco em seu eixo Norte, onde, na cidade de Jati, está sendo construída uma barragem que armazenará água advinda do rio, que será conduzida por canais, túneis e sifões e interligará todas as onze macrobacias do Estado.

Somam-se a esse investimento outras ações estratégicas no entorno do curso do canal. Por exemplo, na região do Cariri passará também a Ferrovia Transnordestina – ferrovia esta que liga dois importantes portos internacionais no Nordeste (PECEM e SUAPE), havendo projetos futuros que estudam a possibilidade de ligar essa ferrovia à Norte-Sul, que perpassa por território estratégico de expansão do capital. Ocorrem, ademais, investimentos em educação com cursos ligados a tecnologias de irrigação e agronomia, e, ainda reforma e

construção de rodovias, que ampliam a centralidade exercida pela região que se encontra equidistante das capitais setentrionais do Nordeste. As (des)continuidades dessas grandes obras nos fazem perceber que são produto direto desse contexto político-econômico de prioridade de investimento do Estado no agrohidronegócio e que essas intervenções produzem e privam o espaço de maneira estratégica.

As ações políticas dos Estados-nação da América Latina ensaiaram programas de integração que legaram instituições, por exemplo, como CEPAL, MERCOSUL e UNASUL. Esse conjunto de cooperações negou a ALCA e decidiu, politicamente, por ações mais à esquerda, questionando os pactos de poder que se perpetuam e se chocam com a alteridade dos povos originários – caminho contraditório seguido por Bolívia e Venezuela, que garantiram câmbios dentro do sistema de produção de mais valor, mediante conflito e imposição de políticas nacionalistas e de reconhecimento de territórios e povos originários. Esse não foi o caminho trilhado pelo Brasil nas últimas décadas: os governos do PT que mantinham em suas coalisões a presença de sujeitos oriundos dos movimentos sociais conseguiram ressoar de maneira muito tímida os desejos de mudanças sem alterar as relações de poder e sem incomodar o capital em franco desenvolvimento no país.

Nessa conjuntura de crescimento da presença de governos de esquerda nos Estados latino-americanos, contraditoriamente, vem se desenvolvendo a IIRSA, que aparece como um conjunto de obras que vai potencializar o caráter extrativo-exploratório do capital no continente. A resposta desses governos, principalmente do Brasil, não é somente positiva, adotando postura de continuidade desses projetos.

A construção do CAC, nesse sentido, não se encontra listada nas ações de integração previstas pela IIRSA; no entanto, não podemos localizar essa ação do Estado fora dessa investida de ampliação das certezas de (re)produção do capital, na medida em que essa está estrategicamente encaixada entre outros grandes projetos que potencializam a circulação de bens naturais tornados mercadorias para os portos internacionais.

3.2 Espacialização dos conflitos envolvendo água no Brasil: 2005-2010

Acreditamos que as obras hídricas têm complexificado a questão agrária brasileira, caracterizada por uma estrutura fundiária concentrada e por elevados índices de violência no campo. Constatamos em nossas pesquisas que elas têm ampliado os conflitos no campo, na

medida em que se sobrepõem ao ambiente de conflitualidade já existente, colocando novos agentes e sujeitos em confronto, ampliando a questão agrária no país.

Os dados sobre esses impasses do Caderno de Conflitos da CPT, publicado desde 1985, evidenciam essa constatação. Desde 2002, periódico vem contabilizando conflitos envolvendo água, e, desde 2005, especificamente envolvendo obras hídricas. Percebemos nos dados da tabela 01, a seguir, não somente o crescimento desses conflitos, mas também a sua espacialização por todas as regiões do Brasil, sobretudo nas áreas de investimento prioritário do CAC, como podemos perceber nos mapas 01 a 12 (a partir da página 91).

Ademais, o Gráfico 01 nos evidencia a constância dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil no período de 2005 a 2010, mostrando-nos também uma queda nos anos de 2006, fato que atribuímos aos escândalos do Mensalão²⁵, que provocou uma crise política que paralisou várias obras do Estado. Percebemos, também, um crescimento superior à média no ano de 2007, período em que o Estado inicia as obras da transposição do Rio São Francisco. Nesse ano, várias entidades sociais se articularam na tentativa de barrar o empreendimento, promovendo debates relacionados à revitalização do rio, a partir dos quais emergem estudos que divergem da proposta inicial e constroem o paradigma de convivência com o semiárido. Nesse período, houve uma grande ocupação na cidade de Cabrobó/PE e diversas manifestações e ocupações de prédios públicos, principalmente, em Brasília.

O Gráfico 01 nos evidencia, ainda, que, entre 2005 e 2010, todos os anos, as famílias envolvidas em conflitos relacionados com a água, metade ou mais está em ambiente de conflitualidade provocados por obras hídricas. No ano de 2008, destacamos as mobilizações ocorridas no Ceará contrárias à construção do Canal da Integração (Eixão das Águas), dados os grandes impactos causados em comunidades do entorno da obra. Se observarmos a Tabela 01, perceberemos que nesse Estado houve conflito envolvendo obras hídricas nos anos de 2005, 2008, 2009 e 2010. Em 2007, os conflitos relacionados à água eram 04 e envolviam 149 famílias; no ano seguinte, passou a envolver 1433 famílias e cresceu, posteriormente, chegando em 2010 a envolver 3483 famílias – dados que nos evidenciam que as obras do Eixão das Águas têm ampliado os conflitos no campo no Ceará.

²⁵ “Um esquema de compra de apoio de parlamentares no Congresso Nacional a fim de serem aprovados projetos de interesse do governo” (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3013>>. Acesso em: 22 fev.2016.

Tabela 1 – Conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil entre 2005 e 2010

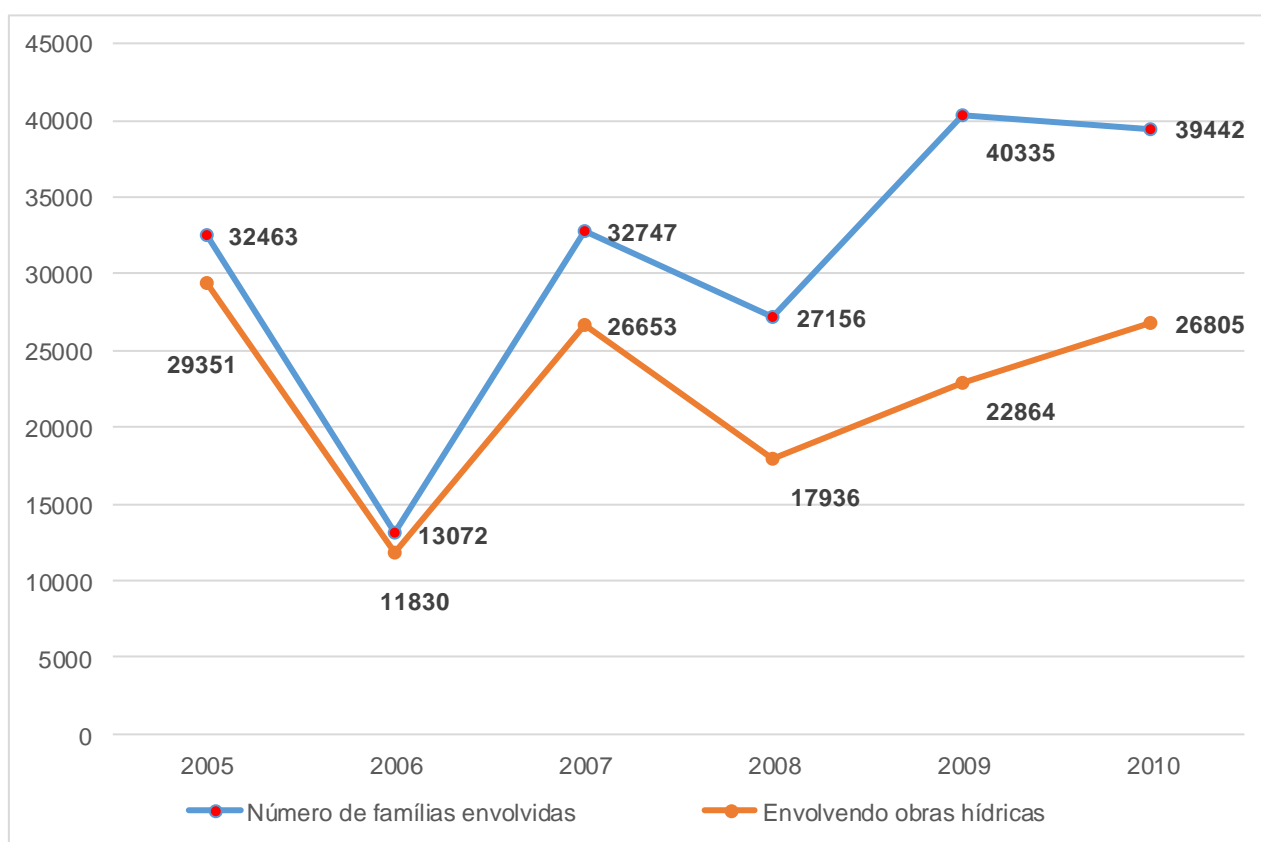
Estados	2005 Con/Fam	2006 Con/Fam	2007 Con/Fam	2008 Con/Fam	2009 Con/Fam	2010 Con/Fam
Acre	1 – 300					
Alagoas	2 – 150		2 – 1824			
Amapá	3 – 330	1 – 20	2 – 20	2 – 20	2 – 20	2 – 20
Amazonas	3 – 310	1 – 0	4 – 197	1 – 0	3 – 205	6 – 496
Bahia	7 – 775	3 – 750	2 – 725	7 – 1964	2 – 1230	15 – 5230
Ceará	3 – 2197	2 – 109	4 – 149	6 – 1433	5 – 1500	8 – 3483
Distrito Federal	1 – 300					
Espírito Santo						4 – 220
Goiás	2 – 1911		3 – 1735	2 – 1735		1 – 0
Maranhão	2 – 140		2 – 1623	1 – 1600	3 – 607	8 – 2435
Mato Grosso	9 – 1187	1 – 80			2 – 138	3 – 876
Mato Grosso do Sul	1 – 58	4 – 559	1 – 140		1 – 15	1 – 16
Minas Gerais	9 – 4050	5 – 1870	20 – 3674	6 – 3552	5 – 3100	11 – 1220
Pará	2 – 4792	2 – 3874	5 – 5134	1 – 92	5 – 8145	2 – 6000
Paraíba	1 – 500	1 – 58		2 – 940	1 – 800	
Paraná	3 – 6880	6 – 1173	9 – 472	1 – 200	1 – 2000	

Pernambuco	3 – 718	3 – 83	7 – 3857	2 – 1800	2 – 53	5 – 2970
Piauí	3 – 96		3 – 482	1 – 300	3 – 203	
Rio Grande do Norte		2 – 0	4 – 1146	2 – 146		2 – 40
Rio de Janeiro	3 – 670			2 – 9200	3 – 15575	6 – 8875
Rio Grande do Sul	3 – 1712	2 – 350	4 – 472	2 – 100	2 – 640	2 – 700
Rondônia	1 – 620	2 – 2800	5 – 3089	2 – 3420	1 – 5000	5 – 5455
Roraima		1 – 2				
Santa Catarina	4 – 4150	2 – 268	2 – 3903		2 – 1003	3 – 625
São Paulo	3 – 577	1 – 558		1 – 558		1 – 689
Sergipe		2 – 190				
Tocantins	2 – 40	4 – 298	4 – 145	5 – 96	2 – 101	2 – 92
Total:	71 – 32463	45 – 13072	87 – 32747	46 – 27156	45 – 40335	87 – 39442
Total obras hídricas	46 – 29351	31 – 11830	68 – 26653	41 – 17936	27 – 22869	61 – 26805

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CPT (2005; 2006; 2007; 2008 2009; 2010).

A Tabela 1 nos mostra a considerável quantidade de conflitos envolvendo obras hídricas no país. Destacados em negrito estão os impasses que o caderno considera como sendo decorrentes de obras hídricas; os demais representam outros conflitos que envolvem água no Brasil. Acompanhando a referida tabela, percebemos que a maioria dos conflitos tabulados pela CPT que envolvem água nesse período são decorrentes da realização de obras hídricas, fato que reforça nossa hipótese de que essas obras de infraestrutura estão possibilitando a sobreposição de embates.

Gráfico 1 – Conflitos envolvendo terra/água no Brasil entre 2005 e 2010

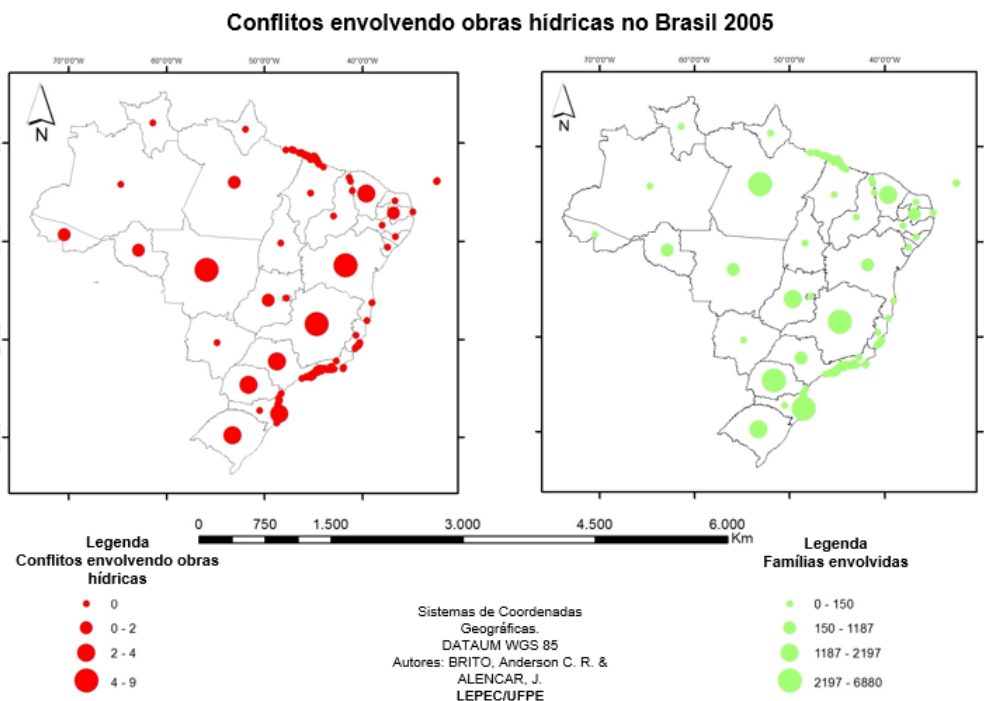


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, representando informações da Tabela 1 (CADERNO DE CONFLITOS DA CPT, 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010)

Os mapas de 1 a 12, a seguir, nos mostram a espacialidade dos conflitos envolvendo obras hídricas. Nos locais onde estão sendo construídas grandes hidrelétricas, como em Rondônia e Pará, fica evidente o crescimento de conflitos e de famílias envolvidas entre 2005 e 2010. Nos locais de expansão do Agrohidronegócio (Thomaz Jr., 2010), também percebemos crescimento no Mato Grosso, no Mato Grosso

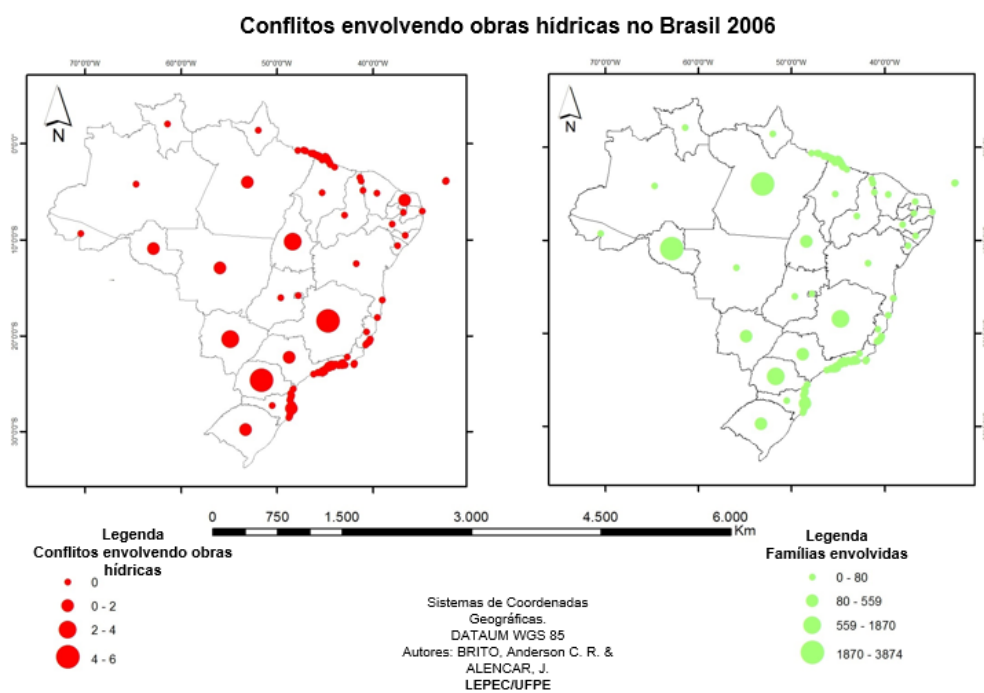
do Sul, em São Paulo, no Paraná, em Minas Gerais, em Goiás e no Tocantins. Também nas áreas de perímetro irrigado têm ocorrido conflitos - no Ceará, por exemplo.

Mapas 01 e 02 - Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil 2005



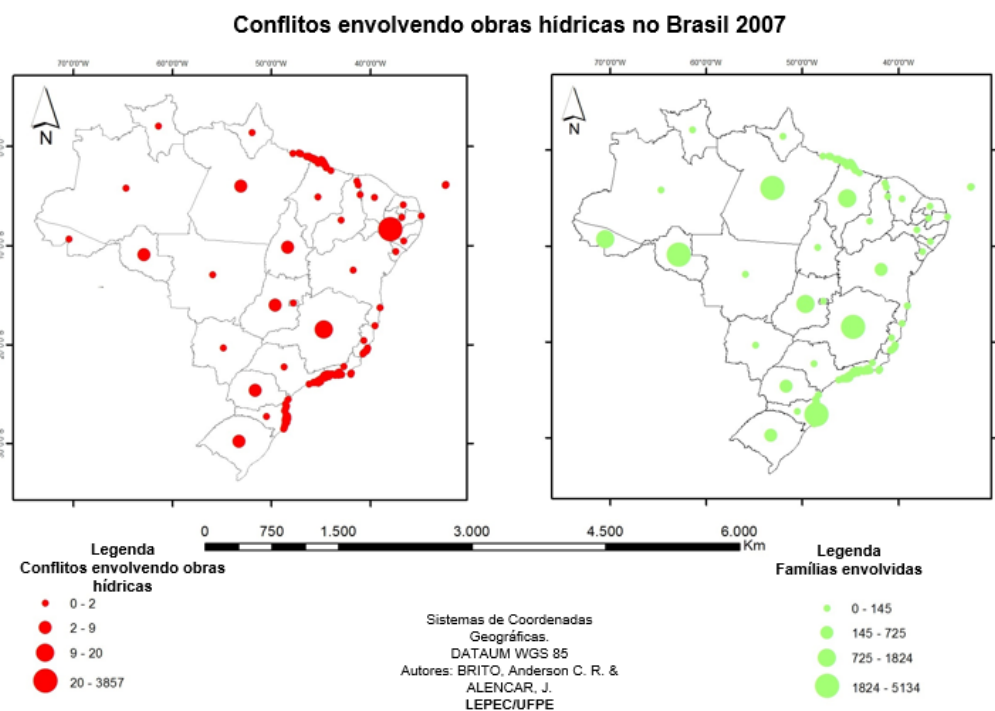
Fonte: CPT (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010).

Mapas 3 e 4 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil - 2006



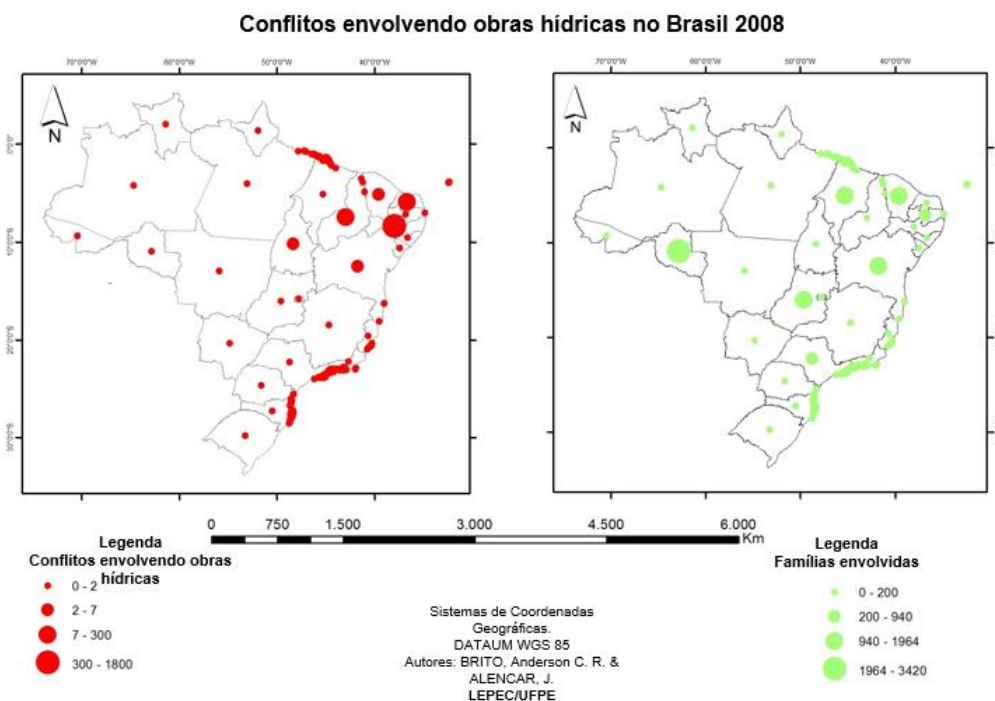
Fonte : CPT (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010).

Mapas 5 e 6 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil – 2007



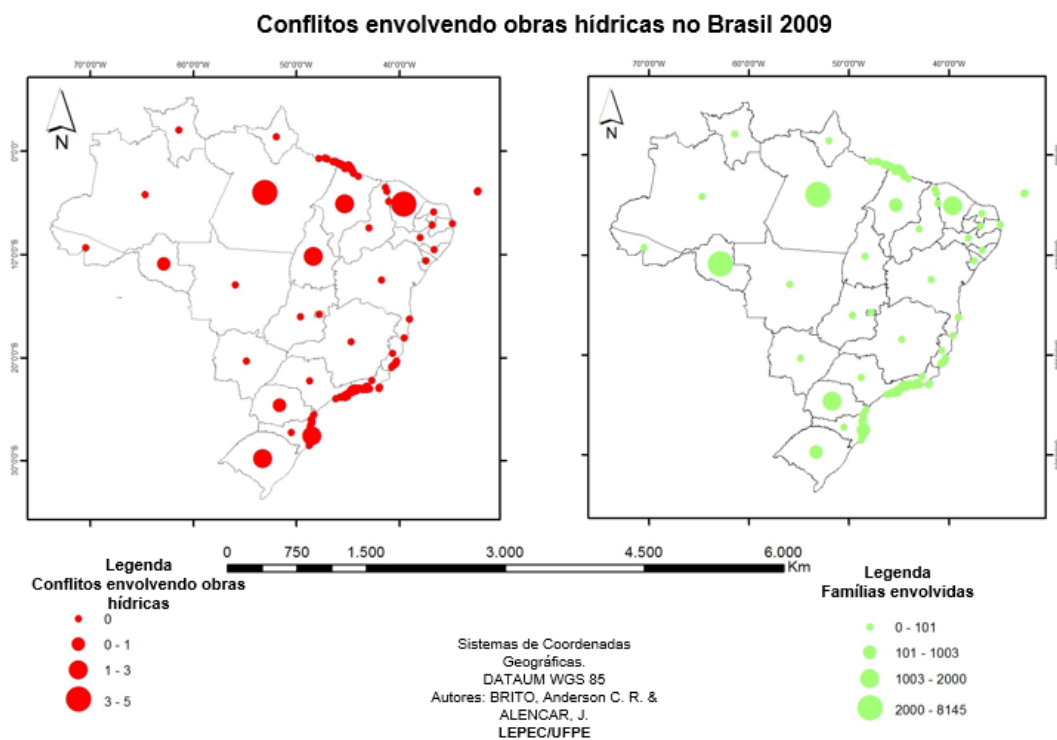
Fonte: CPT (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010).

Mapas 7 e 8 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil - 2008



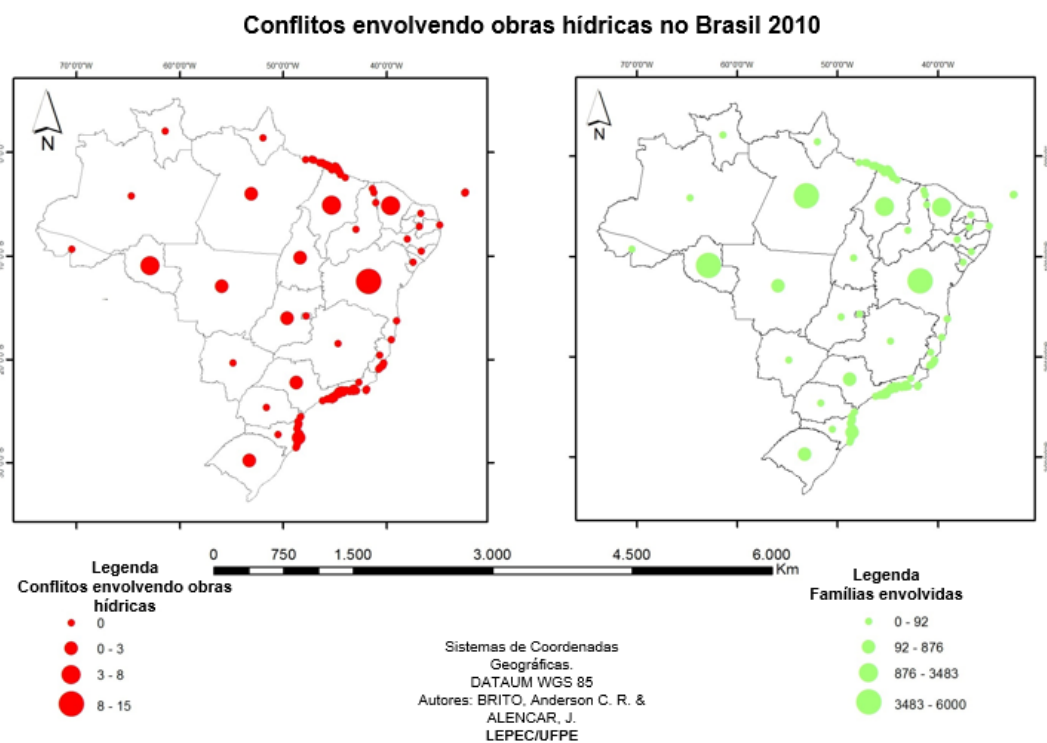
Fonte: CPT (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010).

Mapas 9 e 10 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil - 2009



Fonte: CPT (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010).

Mapas 11 e 12 – Espacialização dos conflitos envolvendo obras hídricas no Brasil –



Fonte: CPT (2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010).

3.3 O CAC – Cinturão das Águas do Ceará

O Cinturão das Águas Ceará é um projeto ousado que deseja perfazer 1338,56km no sentido Leste-Oeste e Sul-Norte. Será constituído de canais, túneis e sifões, tendo como origem a cidade de Jati, sul do estado, fronteira com o Pernambuco. É uma extensão da Transposição do Rio São Francisco.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias no Nordeste Setentrional (PISF) tem em seu trajeto principal dois eixos: o Norte e o Leste. O eixo Leste, com captação na cidade de Floresta/PE, terá extensão de 217 km e atenderá municípios dos estados de Pernambuco e Paraíba. O eixo Norte tem captação na cidade de Cabrobó/PE, com extensão prevista de 260 km, e está subdividido em quatro trechos (ANA, 2005); concluídas as obras, serão atendidos municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O primeiro trecho do Eixo Norte desembocará as águas em um reservatório na cidade de Jati/CE. Foi entregue em dezembro de 2015 uma extensão de 46 km de canais bombeados até o reservatório Tucuru e se espera que ainda no primeiro semestre de 2016 as águas encham o reservatório Terra Nova, ambos na cidade de Cabrobó. A previsão é que no final de 2016 sejam concluídas as obras até a cidade de Jati (Ministério da Integração Nacional, 2015).

O Eixo Norte terá um fluxo constante de água de 99 m³/s, podendo, em períodos em que o reservatório de Sobradinho esteja com sua capacidade superior a 96%, ser esse ao canal acrescido um volume de água de, no máximo, 116 m³/s (ANA, 2005).

A previsão inicial era de que os 45 m³/s destinados ao Ceará abastecessem o reservatório de Jati, sendo conduzido, mediante canal, ao Rio Salgado, afluente do Jaguaribe, e perenizasse esse rio alimentando permanentemente o açude Castanhão – maior reservatório hídrico do Estado, com capacidade de armazenar 6 bilhões e setecentos milhões de m³ de água. Esse reservatório fornece água para Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, Polo Irrigado do Jaguaribe e Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP.

No ano de 2010, o estado do Ceará propôs alteração na estrutura de captação de água do PISF, acatando projeto elaborado por Souza Neto, integrante da VBA, empresa especializada em elaboração de obras hídricas e projetos de gestão de recursos hídricos. Propuseram a construção do CAC, projeto financiado pelo PAC e pelo governo cearense.

A concepção e o traçado preliminares do CAC tiveram origem no final dos anos 90, no âmbito dos estudos realizados sobre integração regional, quando se pensava realizar uma obra hídrica que percorresse os espaços não contemplados pelas obras como Castanhão, Canal da Integração ou Canal do Trabalhador, fazendo com que as águas do São Francisco chegassem em locais com indicadores de estiagens mais prolongadas, como sertão dos Inhamuns. O nome inicial do projeto era Cordão de Água.

A proposta foi acatada pelo Governo Federal depois de defesa entusiástica do então Governador Cid Gomes e de políticos como Eunício Oliveira, Senador da República, Ciro Gomes, então Deputado Federal, e de expoentes lideranças do Partido dos Trabalhadores no Estado do Ceará, José Guimarães, Deputado Federal e o Senador José Pimentel.

O CAC modifica a estrutura de recebimento da água inicialmente pensada para o estado; dos 45 m³/s que seguiriam, diretamente, para o Açude Castanhão, 30 m³/s alimentarão o CAC e os outros 15 m³/s terão o rumo originalmente pensado.

Buscando legitimação política para realização da obra no discurso da seca, os estudos técnicos justificam a realização de vultoso empreendimento nas condições ambientais do estado. Repetidas vezes, em documentos, como o Estudo de Impactos Ambientais – EIA e o Relatório de Impactos Ambientais – RIMA, são evidenciados os índices pluviométricos baixos, dada a disposição do relevo e a localização, os índices de evapotranspiração e dados sobre o crescimento do consumo de água. Construiu-se um entendimento técnico sobre *déficit* hídrico que cresceu certezas às intervenções do Estado.

Com cerca de 87,0% do seu território englobado pelo polígono das secas, o Estado do Ceará tem seus aspectos físicos fortemente marcados pela semi-aridez, cujos efeitos se traduzem nas formas de relevo, na natureza dos solos, no regime dos cursos d'água, na fisionomia da cobertura vegetal e conseqüentemente na economia do estado. [...]. Do ponto de vista hidrogeológico, a maior parte do território estadual encontra-se assente sobre o embasamento cristalino, cujo aquífero caracteriza-se por apresentar produtividade quase nula ou muito fraca, além de fornecer água com alto grau de mineralização (salinas). As relativamente pequenas áreas sedimentares contam com aquíferos com alguma representatividade, mas que se encontram bastante comprometidos e com níveis de garantia insatisfatórios. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EIA-RIMA CAC, 2009, p. 09).

Os referidos estudos constroem a noção de **sinergia hídrica** (p. 10) segundo o qual o Ceará construiu ao longo de décadas uma estrutura considerável de represas que potencializou a capacidade de armazenamento de água, que tem contribuído para

combater as condições ambientais de aridez e escassez de chuvas; no entanto, não é ela possível de mitigar, de uma vez por todas, a problemática, pelo fato de não ser integrada. Para esse entendimento, o Ceará precisa de uma obra que interligue as estruturas de captação e contenção de água de maneira permanente, o que seria facilitado pelas “condições geológicas, pois o Estado está sobre uma base de 74,9% de embasamento cristalino” (p. 43), condição que facilitaria o armazenamento e construção de novos canais.

O CAC será composto por três trechos e seis ramais e intenciona interligar todas as onze macrobacias do estado. O projeto prevê percorrer os mais de 1300 km previstos prioritariamente de forma gravitária. Apenas em um dos ramais, o Ramal Litoral (RL), será necessário uso de energia elétrica para bombeamento da água. As obras do trecho 01 iniciaram no segundo semestre de 2013 e a previsão de término do projeto total é de quarenta anos.

Fato é que existem estudos técnicos mais apurados sobre o trecho 01, o qual inicia no município de Jati, percorre por 153,6 km no sentido Leste-Oeste até o município de Nova Olinda, onde desemboca no Riacho Umburana, afluente do Rio Cariús. O nosso objeto de estudo está inserido no aludido trecho, assim, deteremo-nos, mais detalhadamente, sobre ele.

Sobre os demais trechos não existem estudos mais apurados que garantam a sua construção e está em processo de contratação da empresa que realizará estudo de viabilidade do trecho 2 (Cariús-Jaguaribe/Poti). Partindo do município de Nova Olinda, esse percorrerá por Antonina do Norte, Aiuaba, Tauá, Crateús e Independência. Excetuando os dois últimos municípios, os demais fazem parte da Bacia do Alto Jaguaribe – os córregos d’água dessa bacia são afluentes do Rio Jaguaribe e o Rio de maior destaque é o Cariús, que deságua no açude Orós. Crateús e Independência integram a Bacia dos Sertões de Crateús, onde alguns córregos que serão atendidos pelo CAC adentram em território piauiense. Entre os municípios de Aiuaba e Tauá, é prevista uma extensão do canal denominada Ramal 01, com 57 km de extensão e vazão estimada em 05 m³/s, e, após Independência, outra extensão com 20 km, com estimada vazão de 10 m³/s. Ambas se utilizarão de túneis e atenderão os municípios de Catarina, Mombaça, Piquet Carneiro, Senador Pompeu, Banabuiú, Morada Nova, Pedra Branca, Boa Viagem e Quixeramobim. Os municípios atendidos pelos Ramais 01 e 02 compõem as Bacias Banabuiú e Acaraú.

Quanto às derivações, as que atenderão a Bacia do Banabuiú deverão ser efetuadas por canais/túneis com extensões aproximadas de 20,0 km (Ramal 1) e 10,0 km (Ramal 2). Já o canal de ligação com o Eixo da Integração Castanhão/RMF deverá ter uma extensão de aproximadamente 40,0 km. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ PROJETO BÁSICO DO CAC, 2012, p. 06).

Cabe ressaltar que as divisões do Ceará em Bacias, mesmo fazendo referência a um substrato natural que delimita sua extensão, são construções sociais. Os limites das onze macrobacias hidrográficas são as áreas de formação do principal rio do entorno. Ressaltamos, ainda, que, dos espaços que serão contempladas com o CAC, a região por onde passará o trecho 02 é a única no estado que não possui Polo de Irrigação (que são perímetros públicos irrigados, cujos usos são concedidos a empresas que produzem fruticultura irrigada ou a colonos). Essa região é também a que mais sente com as consequências das secas, uma vez que os índices pluviométricos são ainda menores que as demais, podendo não passar de 400 mm/ano.

O trecho 03, ou Jaguaribe/Poti-Acaraú, inicia no município de Acaraú e pretende perfazer 137 km com uma vazão de 20 m³/s entre os municípios de Cruz, Bela Cruz, Marco, Morrinhos, Santana do Acaraú, Sobral, Groaíras, Cariré, Varjota e Tamboril. Esse trecho se bifurca em duas direções: o Ramal Leste e o Oeste.

O Ramal Leste, com extensão prevista em 304 km, maior trecho do projeto, pretende, em forma de canal e rios, atender aos municípios de Tamboril, Catunda, Santa Quitéria, Miraíma, Amontada, General Sampaio, Apuiarés, Pentecoste, São Luiz do Curu, Parambu, Choró, Itapiúna, Capistrano, Ocara e Chorãozinho. O Ramal Oeste, com extensão de 182 km, pretende percorrer, em forma de canal e alimentando rios, os municípios de Tamboril, Nova Russas, Ipueiras, Ipu, Pires Ferreira, Reriutaba, Graça, Mocambo, Coreaú, Moraújo, Granja e Camocim. Esses dois ramais perenizam cursos de água em local estratégico de expansão do capital. Atendem dois polos de irrigação, (Ibiapaba e Metropolitano), a cidade de Sobral e o CIPP. Garante-se curso de água para uma região onde se deseja de realizar o Projeto Santa Quitéria, para extração de urânio e fosfato e sabe-se que serão investidos na região “R\$ 850 milhões na implementação do empreendimento que produzirá fertilizante de fosfato, fosfato bicálcico para alimentação animal e concentrado de urânio, destinado à produção de energia nas usinas nucleares brasileiras” (PROJETO SANTA QUITÉRIA, 2016)²⁶.

²⁶ O empreendimento é estratégico para o país, porque vai permitir uma redução de 50% nas importações de fosfatados e quadruplicar a atual capacidade de produção de concentrado de urânio. O Projeto Santa Quitéria conta com o apoio do Governo do Estado do Ceará, que atuará na implantação de infraestrutura

O Ramal Leste tem início no final do Trecho 03 do Canal Principal, seguindo para leste pelas nascentes dos rios Acaraú, Curu e Choró, até atingir a Bacia do Banabuiú, a montante do açude Cedro. Ao longo desse percurso, o sistema adutor alimentará as nascentes dessas bacias, atingindo importantes centros de demanda como os perímetros irrigados Baixo Acaraú e Curu-Paraipaba, a cidade de Sobral, a Região Metropolitana de Fortaleza e o CIPP. O Ramal Oeste também tem seu início no final do Trecho 03 do Canal Principal e depois passa a contornar as nascentes pelo lado leste da Bacia do Acaraú até chegar à bacia do rio Coreaú (EIA-RIMA, 2010, p. 15).

O Ramal Litoral está subdividido em dois trechos: o primeiro, com extensão de 141 km, entre as cidades de Marco e Itapipoca, no sentido Oeste-Leste; e o segundo, com 43 km, que interliga o CAC com o Eixo da Integração Castanhão RMF. Pretende percorrer os municípios citados e Amontada, Itarema, Trairi e Paraipaba, com fluxo estimado em 6 m³/s.

O Ramal Litoral, por sua vez, interligará os rios Acaraú e Curú em seus trechos inferiores, formando um eixo perenizado ao longo do litoral que **poderá viabilizar a exploração intensiva da região com empreendimentos turísticos**. Permitirá, ainda, a alimentação dos sistemas lacustres posicionados ao longo do seu traçado. Esse trecho não ficará diretamente conectado ao canal principal nem aos outros ramais adutores, sendo o único que deverá necessitar de bombeamentos ao longo de seu desenvolvimento, uma vez que as cotas altimétricas de saída e chegada são praticamente as mesmas. (GOV. DO ESTADO DO CEARA EIA-RIMA, 2010, p. 09, grifos nossos).

Cabe ressaltar que o RL atenderá de maneira prioritária o litoral Oeste do estado, região que ainda não sofreu forte atuação do capital no ramo do turismo, diferente do litoral leste, onde se encontram empreendimentos turísticos como Beach Park, praias como Aquiraz, Aracati e Canoa Quebrada, recheadas de intervenções econômico/financeiras possibilitadas por obras hídricas como o Canal da Integração. Deseja-se, pois, como fica claro na citação acima, a reprodução do modelo turístico/predatório nessa parte do litoral, ação que demanda quantidade de água que será suprida com o CAC.

Nas imediações do CAC, os estudos apresentam possibilidades de construção de adutoras, que permitirão o atendimento de pequenas comunidades que hoje necessitam de carros-pipa para abastecimento. No entanto, não estão previstos esses

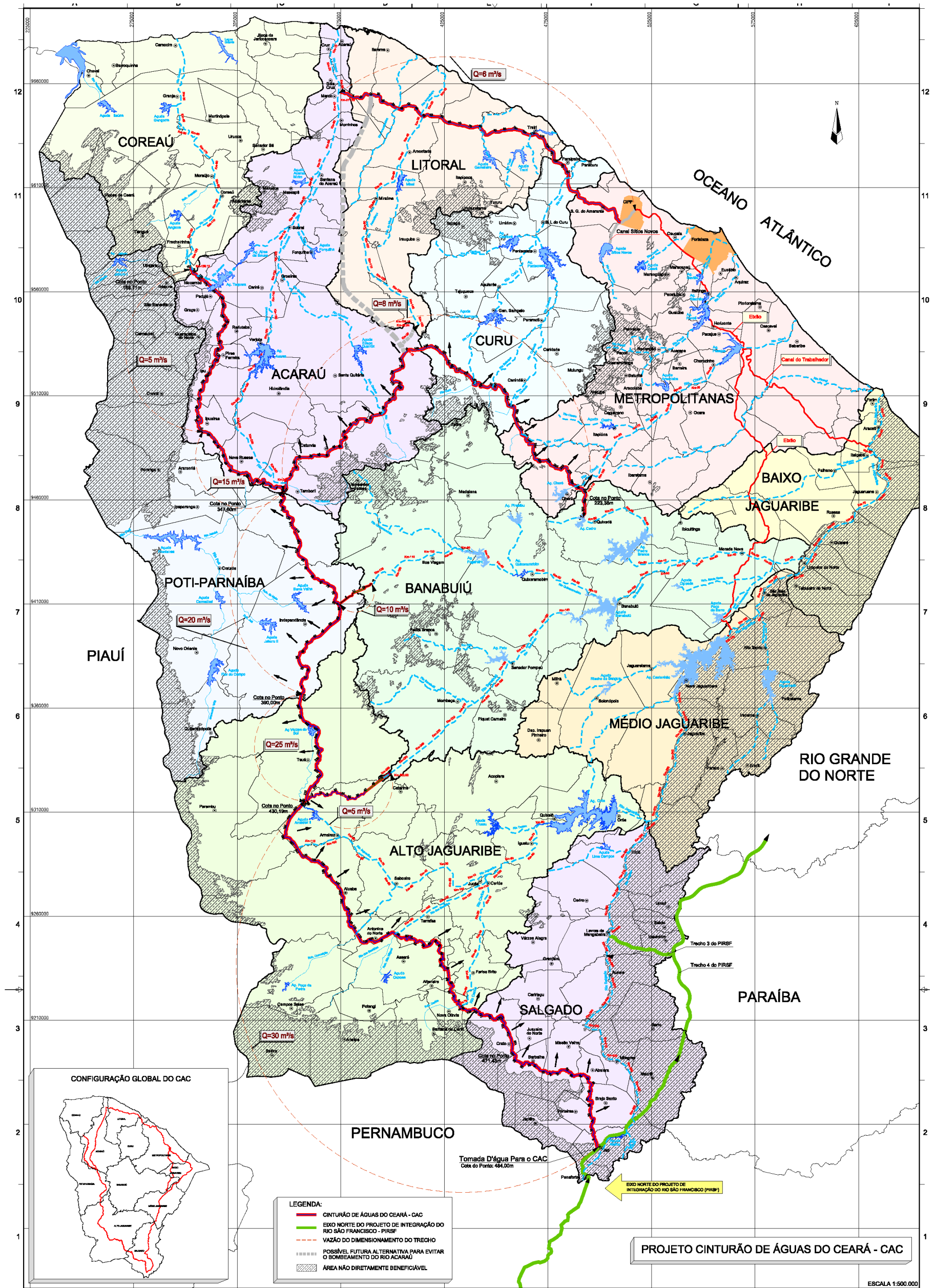
empreendimentos nos planos de execução da obra, cabendo, segundo a SRH, às prefeituras construírem essa infraestrutura.

Os mapas 13 e 14, mais abaixo, apresentam o traçado do CAC por todo o estado. No primeiro mapa, percebemos as Macrobacias que serão atendidas pelo projeto, a vazão em cada um dos trechos e ramais; e o segundo apresenta as adutoras previstas.

Segundo o EIA-RIMA os objetivos da obra são:

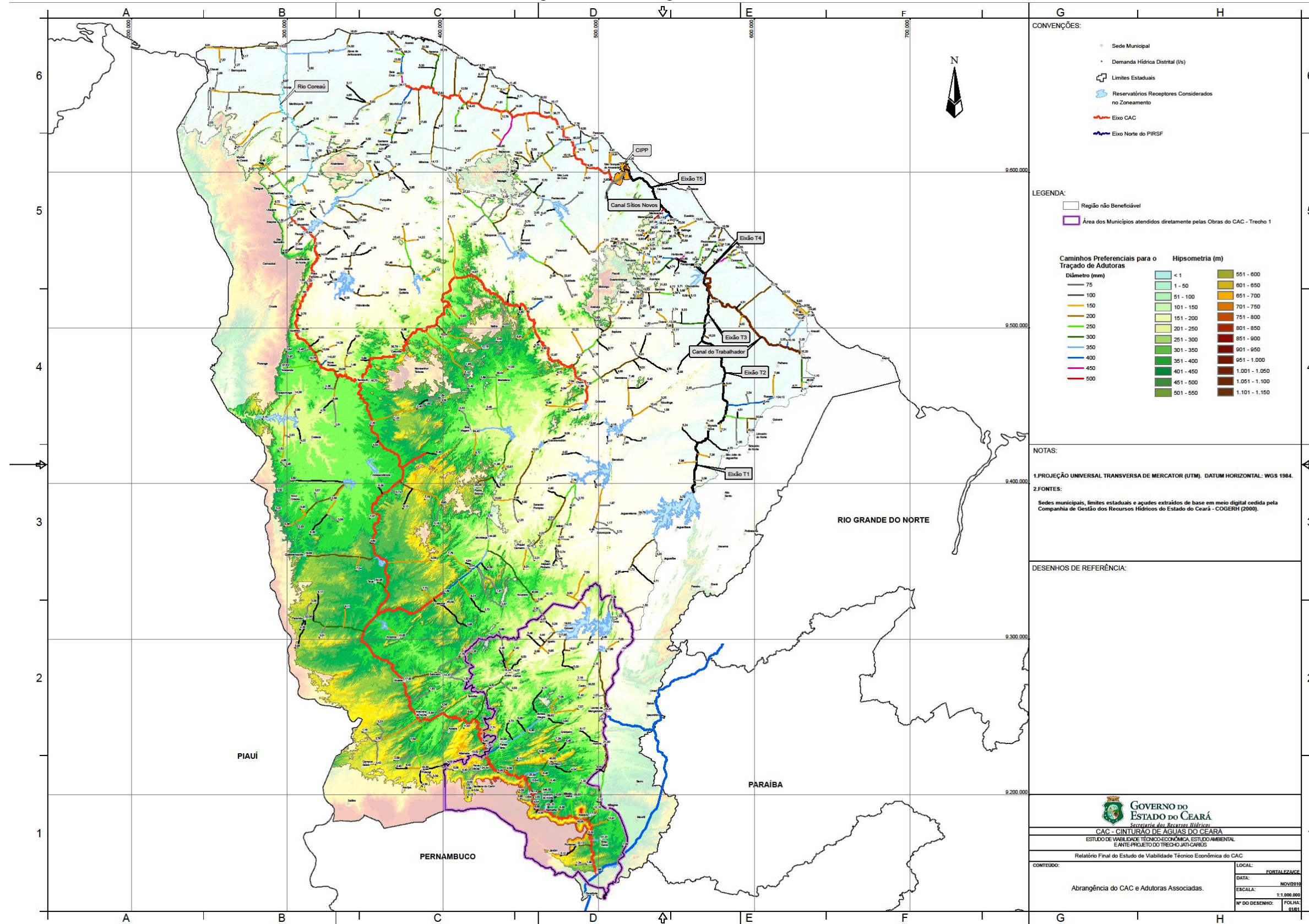
- Aproveitar de forma maximizada as águas transpostas do rio São Francisco para o Estado do Ceará, através da implantação de um sistema adutor que permita a sua adução integralmente gravitária para as regiões menos favorecidas do território estadual, garantindo seu suprimento hídrico a custos reduzidos;
- Garantir o suprimento hídrico de uma parcela representativa das populações difusas do meio rural e dos pequenos aglomerados urbanos, que atualmente são abastecidos com carros-pipas ou fazem uso de fontes hídricas de qualidade duvidosa, através da implantação de adutoras gravitárias de baixíssimo custo, que poderão desaguar em cisternas posicionadas estrategicamente e/ou fazer uma distribuição em marcha;
- Garantir o suprimento hídrico de parcela significativa das cidades interioranas de pequeno a médio porte e de algumas cidades grandes, que freqüentemente enfrentam problemas de escassez acentuada de recursos hídricos devido à ausência de mananciais que garantam a oferta e possibilitem a viabilidade técnico-econômica de implantação de sistemas de adução;
- Permitir, eventualmente, a liberação de vazões para trechos de cursos d'água que não contam com capacidade de regularização, devido à impossibilidade física de implantação de reservatórios de suficiente dimensão geométrica e potencial hídrico;
- Contribuir para a melhor eficiência hídrica de grandes reservatórios de perenização, através da adoção de regras de operação que otimizem a sinergia hídrica;
- Fornecer oferta hídrica para projetos de irrigação, em especial os com produção centrada no cultivo de frutíferas e outras culturas perenes, durante os períodos de estiagens prolongadas; e
- Por fim, promover o desenvolvimento do turismo na região litorânea a oeste de Fortaleza através da garantia de suprimento hídrico decorrente da implantação de uma grande estrutura de adução praticamente paralela à linha da costa. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EIA-RIMA, 2010, p. 09-10).

Mapa 13 – Mapa do CAC



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EIA-RIMA do CAC, 2010.

Mapa 14 – Adutoras previstas como extensão do CAC



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SRH, 2015

O uso prioritário das águas advindas do Rio São Francisco que serão conduzidas pelo CAC, segundo o discurso político do Estado, será o abastecimento humano. Parte-se, pois, do pressuposto de que as regiões receptoras apresentam indisponibilidade hídrica, premissa tantas vezes repetida, que justificou a certeza política de obras faraônicas (a Transposição do São Francisco e a que a complementa, o Cinturão das Águas do Ceará, com extensão superior). Faz-se necessária, pois, a discussão sobre a qualidade da água que o estado do Ceará receberá, uma vez que o que fundamenta politicamente a execução do projeto é a necessidade de água para o consumo humano.

O CAC não apresenta em seus planos de construção e gerenciamento o tratamento das águas recebidas para disporem ao consumo humano. Simplesmente, disponibilizará para os municípios, os quais terão essa incumbência. O Ceará, que possui 153 açudes, com capacidade de armazenamento de mais de 18 bilhões de m³ de água²⁷ – metade da capacidade de armazenamento de todo Nordeste (SUASSUNA, 2007) –, receberá para construir a esperada **sinergia hídrica**, anunciada pelo projeto, água contaminada de um rio ameaçado pelas agressivas formas de usos desde sua nascente.

O São Francisco vem recebendo dejetos residenciais e industriais já em afluentes iniciais que garantem sua caudalosa perenidade, mas também poluição. Segundo Barbosa (2007), a maior parte dos afluentes da margem direita do rio é intermitente, perdendo vazão em períodos de secas.

Contudo, o rio mais importante pela sua margem esquerda não é temporário e se localiza próximo a sua nascente. Trata-se do rio das Velhas, que carrega para o São Francisco todo o esgoto de Belo Horizonte (MG). Por isso é que afirmamos que os afluentes da margem esquerda são responsáveis não só pela perenização do São Francisco como também pela sua oxigenação. (BARBOSA, 2007, p. 227).

Não tendo havido, primeiramente, revitalização das bacias fornecedoras de água para o São Francisco, o ato de transpor as águas para Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, atendidos pelo Eixo Norte, na nossa ótica, é desperdício de tempo e dinheiro público, pois o que se irá conseguir com isso é apenas a diluição da água contaminada pelos dejetos humanos que atualmente correm a céu aberto em toda a bacia hidrográfica daquele rio (SUASSUNA, 2007).

²⁷ Disponível em: <<http://www.hidro.ce.gov.br>>. Acesso em 11 jan.16.

Em entrevista realizada com um dos técnicos responsáveis pelo CAC, Ângelo Guerra²⁸, Engenheiro Civil, servidor público da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará (SRH), relatou-nos sobre o estado da água que o Ceará receberá²⁹ e o processo de tratamento para consumo humano.

[...]. Rapaz, a água (no caso, eu penso assim) ... aquela água do Rio São Francisco é uma água que, ao longo de todo o curso dele, você tem sistemas utilizando tanto para irrigação [como para] abastecimento humano; a água que você está tirando de lá para cá não tem contaminação nenhuma não. Acho também que existiu um projeto àquela época da transposição [em] que se deveria, antes de fazer a transposição, revitalizar a mata ciliar, as fontes, as nascentes do rio e, se eu não me engano, [em] tudo quanto fosse de cidade ribeirinha fazer sistema de esgotamento, para que você não tivesse nenhum tipo de contaminação dessa água por efluente doméstico. E que você sabe muito bem, como eu, que isso não ocorreu. [...]. Na realidade, ela vem do jeito que tá lá: a transposição não trata, o CAC não trata. Quando você fizer uma estação de captação, terá que fazer uma estação de tratamento. (ÂNGELO GUERRA, 2015).

Outro aspecto a se considerar é a capacidade de o Rio São Francisco ceder água em períodos de seca, quando o rio tem seu fluxo comprometido e período em que as comunidades atendidas com o projeto necessitarão de suas águas. Cabe questionar se esse rio, que está sendo fortemente degradado, terá seu fluxo comprometido com a transposição e as obras de extensão.

Apenas gostaríamos de lembrar que o volume atual alocável do rio São Francisco (de 25 m³/s) não é suficiente para a satisfação das demandas exigidas pelo Projeto. [...]. Além do mais, a transposição irá operar em sua plenitude em apenas 40% dos anos e, por conseguinte, estará sempre à mercê das águas da represa de Sobradinho, quando esta estiver com 94% de sua capacidade preenchida, o que, segundo a opinião de hidrólogos filiados à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), é um fato de difícil ocorrência. (SUASSUNA, 2007, p. 42).

Essa constatação realizada por Suassuna (2007) é confirmada por Ângelo Guerra, técnico que citamos anteriormente. Segundo ele, se o PISF estivesse pronto hoje não estaria em condições de ser utilizado. Para o engenheiro, há a necessidade de construção de outra obra de transposição para enfrentar as condições ambientais de escassez hídrica do Nordeste.

²⁸ Ângelo Guerra é integrante da Célula de Desenvolvimento de Recursos Hídricos – CDERH, que está ligada à Coordenação de Infraestrutura – COINF. Realizamos entrevista na SRH no dia 22/10/2015.

²⁹ “A água quando [...] sai do São Francisco, você vê que ela não tem como ser contaminada em todo o percurso, na transposição e no próprio canal. Você tem aqui o Eixão, onde [...], para a preservação do canal, você tem uma cerca, que o pessoal dizia que tinha gente do outro lado da cerca e não podia pegar em uma gota d’água. Toda derivação que você faz é tudo outorgado pela COGRH para segurança”. (ÂNGELO GUERRA, 2015).

[...]. Na realidade, se está garantindo abastecimento constante de água para o estado do Ceará. Só que, voltemos ao início: tu achas que, se hoje a transposição estando toda feita, tu conseguirias tirar uma gota do São Francisco pra trazer pra cá? Não conseguiria. **Hoje, a transposição está limitada à capacidade que a Bacia tem de atendimento.** [...]. Entraria **por aqui no estado do Ceará a Transposição do Tocantins... aí, meu amigo, é água para você usar o ano todo. Do jeito que a água do Tocantins chegar aqui, teremos condições de fazer as interligações que forem necessárias para o CAC.** Se um negócio desses tivesse dinheiro para ser implantado, nós estaríamos prontos para que, de forma democrática... [...]. É o seguinte: se você tiver água chegando, ou da Transposição do Rio São Francisco ou do Tocantins, você tem como usar essa água no estado todo. **Se, por ventura, a transposição estivesse pronta, ela estaria limitada ao uso pela vazão do rio (a vazão do rio hoje... está seco).** [...]. Quando foi pensado entre o São Francisco e o Tocantins para o Nordeste, era o Tocantins, só que, me diga uma coisa: o que você acha – uma transposição de 1.300 km ou uma transposição de 100 km? Você ia optar por qual? E a de 100 km está aí se arrastando e eu acho que tão cedo não vai sair. (ÂNGELO GUERRA, 2015, grifos nossos)

Ainda sobre a temática, conversamos com Antônio Ferreira Figueiredo, técnico da SEMACE, também Engenheiro Civil, atualmente responsável pela renovação do Licenciamento do CAC. Esse servidor público realiza inspeções nos locais onde está sendo construído o trecho 01 do projeto. Sobre a referida problemática, ele nos alude o que segue:

Rapaz, eu acho o seguinte: eu, particularmente, tenho opinião [...] que a vazão do Rio São Francisco está em condições de estiagem, que a vazão dele é muito pouca. Eu acho que, se o Brasil fosse um país sério, a gente trazia água lá da região Norte, que não tem problema de estiagem. O “Velho Chico” já tá capenga, não tem água pra abastecer parte da região do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco. O Rio São Francisco [...] passa nos Estados de Alagoas e Sergipe, [...], tudo bem, Estado de Pernambuco. Mas isso... sei que é mais dispendioso com a distância [...]. [Pergunta do autor-pesquisador: Então você acredita que esse projeto possa ser comprometido por conta da vazão do Rio São Francisco?] É, eu acredito, não sei, eu não sou conhecedor assim, mas eu acho que a vazão é pouca [...], tá entendendo? Eu tenho isso, mas é uma coisa minha, que tem uns hidrólogos que estudaram [...] a vazão e dizem que é viável, né?! Viável desde que todo ano dê a recarga do São Francisco. (ANTÔNIO FERREIRA FIGUEIREDO, 2015).

Nesse sentido, os próprios técnicos do Estado responsáveis pela execução, licenciamento e fiscalização do CAC questionam sua viabilidade e as possibilidades de uso para o consumo humano – o que nos leva a crer que os trâmites realizados pelo Estado de avaliação e licenciamento dos grandes projetos são rituais institucionais destinados à aprovação, mesmo que seus técnicos que executam e fiscalizam desconfiem sobre a viabilidade do empreendimento.

Assim, o paradigma da escassez hídrica se constrói como um dogma, o enfrentamento às condições ambientais como um desafio a ser vencido e a Engenharia como meio, por excelência, para abater as adversidades. A potência dessa premissa é tida como infinita, ao ponto de, dado andamento de um projeto de dimensões institucionais, financeiras e estruturais enormes e a constatação racional e previsível de suas limitações, ver-se como saída a realização de um projeto maior para transpor água, não de outra bacia hidrográfica, mas de outra região e bioma. Todo esse emaranhado de concepções e práticas está alicerçado em um discurso a serviço da ocultação dos reais sentidos territoriais dessas grandes obras³⁰.

Os sentidos econômicos, políticos, financeiros e territoriais dos grandes projetos hídricos se realizam com suas execuções. Alimentam uma teia de relações políticas que criam certezas sobre as suas necessidades, quando, na verdade, são essas demandas de um momento histórico em que as empreiteiras cumprem um papel central na relação capital/trabalho/Estado no Brasil. Realizam esses projetos recebendo investimentos vultosos estatais, algumas das quais tendo o próprio como acionista.

Fazer grandes projetos de infraestrutura tem sido uma das principais estratégias do Estado brasileiro de ampliar a reprodução das relações capitalistas de apropriação concentrada dos lucros e exploração do trabalho. Nesse ambiente, estudos de viabilidade e avaliações de danos são meros adornos.

Os sentidos territoriais se realizam também nas formas de uso desses grandes projetos. Pensando nas grandes obras hídricas, o que são essas senão infraestruturas de grande porte para conter e direcionar o fluxo de corpos hídricos? Impermeabilizam os solos, alteram o ciclo hidrológico das bacias hidrográficas e direcionam água, com o entorno do itinerário vigiado e controlado o fluxo, via de regra, militarizado, para locais que não têm um papel passivo no momento de concepção geopolítica dos projetos.

O destino desses empreendimentos é resultado de embates políticos, em que se diferencia o exercício de influência de blocos políticos regionais, nacionais ou globais. No Nordeste, invariavelmente, utiliza-se do discurso político da escassez hídrica para aceitação desses grandes projetos. No entanto, as experiências já consolidadas, como perímetros públicos irrigados, são verdadeiras estratégias de incorporar a esses territórios uma vantagem locacional fundamental para uso extrativo de agentes hegemônicos da expansão

³⁰ Cabe ressaltar que o anteprojeto para a Transposição do Rio Tocantins foi elaborado e está em trâmite de estudo de viabilidade pelo Estado, segundo Ângelo Guerra, “A empresa VBA, que projetou o CAC, foi a empresa que fez o anteprojeto da transposição do Rio São Francisco e o anteprojeto da Transposição do Rio Tocantins, a empresa chamada SIRAC que foi a pioneira aqui no Estado do Ceará, formada por cearenses” (2015).

contemporânea do capital, água. Acrescidos a esses investimentos, e de maneira antecipada, providenciam-se instituições educacionais e estruturas de escoamento que viabilizam a instalação delas. A chegada de água é, no nosso entendimento, o coroamento de uma estratégia geopolítica meticulosamente pensada.

Não estaria o Estado brasileiro interessado em afirmar as certezas de necessidades e urgência na execução de grandes obras hídricas se não cumprissem centralidade no arranjo geopolítico nacional contemporâneo os conglomerados político/econômicos que se fazem e se desfazem para construção das estruturas.

Não estaria também enfrentando uma crise de legitimidade institucional com a revelação, por investigações policiais de variadas operações da Polícia Federal, da intimidade corporativa dos acordos tecidos desde os processos de concepção dos grandes projetos até as concessões de usos.

As primeiras décadas do século XXI no Brasil têm sido marcadas pela ação engrenada de diversos sujeitos de diferentes vertentes políticas para a expansão concentrada de empresas ou conglomerados de execução de grandes obras, com atuação no Brasil ou no exterior. Essa conjuntura não teria sido possível sem uma atuação permissiva das instituições em driblar ou, por vezes, desfazer legislação ambiental ou os trâmites que exigem debates sobre necessidade e viabilidade de grandes investimentos e transparência³¹ nas ações.

Nessa conjuntura, o Projeto do CAC foi aprovado, em 2011, pelas instâncias consultivas do Estado, Comitê de Bacias, Conselho Estadual de Meio Ambiente, com participação diversificada de pesquisadores, membros de universidades públicas, lideranças polícias e técnicos estatais. Esse ritual institucional confere ao projeto, em tese, um acréscimo de carácter democrático, pelo fato de ter sido apresentado e aprovado por instâncias meramente consultivas.

Em 2013, o referido projeto foi apreciado pela SEMACE, que delegou sua avaliação a um grupo multidisciplinar composto por sete técnicos das áreas de geologia, engenharias, biologia, geografia e arquitetura – todos contratados de forma terceirizada. E, para constar, a licença foi concedida pelo órgão. Após avaliação, o corpo técnico foi desfeito e a licença de execução foi concedida por dois anos, previsão inicial para o término da obra. Segundo

³¹ “A apresentação e análise do modo de operação para financiamento de grandes projetos de infraestrutura pelo BNDES já deixou claro a falta de transparência e os obstáculos ao acesso à informação acerca dos procedimentos do banco relativamente ao modo como esses projetos são escolhidos e são analisados em cada etapa de seu processo. Durante os últimos anos diversas organizações e entidades da sociedade civil têm se mobilizado e se articulado com o Banco para tentar compreender esse processo, movimento que tem exigido grande esforço, considerando a escassez e falta de sistematização dos documentos disponíveis.” (FÓRUM DE DIÁLOGO BNDES E SOCIEDADE CIVIL, 2015, p. 08).

Antônio Ferreira Figueiredo, em entrevista concedida para realização desta pesquisa, os técnicos não fizeram objeções ao projeto.

A licença de dois anos venceu em novembro de 2015. O técnico da SEMACE que entrevistamos está na incumbência de, sozinho, além de fiscalizar a obra, realizar relatório que autorize e licencie o empreendimento por mais dois anos. Ele nos recebeu para entrevista um dia após o retorno da visita que fez às obras do CAC, no município de Missão Velha, em 26 de outubro de 2015. Esse técnico encontrava-se na urgência de entregar relatório para que a obra não fosse impedida de continuar. De longe, o que mais nos chamou atenção na entrevista era o desconhecimento do técnico sobre o CAC.

É o seguinte: Cinturão das Águas vem de Pernambuco - ele entra aqui lá pelo município de Jati, ele sai de Pernambuco [...] (não sei se é uma espécie de açude, ou outra coisa), sai do açude de Jati, ele entra aqui em Pernambuco... Aí, de Pernambuco, ele entra em Jati e do açude de Jati ele vem, logicamente, eu acredito que seja algum braço de rio que adentre esse açude até o município de... até o Município de Jucás mais ou menos, de Cariús aliás, é uma primeira etapa. Tá toda licenciada essa primeira etapa. Eu estou agora renovando esse licenciamento, tem uma validade, essa validade pelo porte do empreendimento é de dois em dois anos, porque é um empreendimento que foi licitado através do EIA-RIMA. Aí, nós só damos dois anos. Venceu e, antes de vencer, dois meses antes, ou três meses antes, eles solicitam renovação. [...] O Cinturão das Águas ele vai abastecer todo aqui o Oeste, o centro-oeste do Ceará e, principalmente, o Oeste, vai até Mocambo, vem aqui até Quixadá. Ele é toda essa linha aqui, sai de Pernambuco aqui, faz isso e tem seus ramais aqui, três ramais [ele fala sobre o Ramal Litoral – RL]. Não, aqui é outro, aqui é o que já existia, já existente, pra abastecer aqui a região metropolitana, Baixo Jaguaribe e parte da região Norte, aqui é outra coisa, não tem nada a ver com o Cinturão das Águas não. Aqui é outro Cinturão das Águas, mas que vai ser abastecido pelo Açude Castanhão. O que vai ser abastecido pelo São Francisco são esses ramais aqui, mas isso que... esqueça isso aqui, você não quer saber só do CAC. (ANTÔNIO FERREIRA FIGUEIREDO, 2015).

Sobre o RL do CAC, o técnico afirmou não ser parte do CAC e, referindo-se ao Trecho 01, afirmou-nos que esse tem seu término na cidade de Cariús. Sobre a renovação do licenciamento, o servidor público da SEMACE assim nos relatou:

No momento só eu, eu tô só. Vou na área, fui ver esse trecho e vou fazer o parecer em cima dessa renovação. [...] Rapaz, tem que sair essa semana, porque eu tô entrando de férias na outra semana, porque nessa semana, quinta-feira, tem reunião do projeto. A renovação é exatamente para a obra continuar, porque, de repente, a licença foi vencida, aí o Ministério Público vai lá e tal... Aí, o parecer técnico eu faço. [...] Tá tudo em ordem: tem canteiro de obra. Deu uma parada, sim, por conta dos recursos. Essa situação do Brasil ninguém sabe, né?! Falta de dinheiro, confusão política... tinha lá dois canteiros de obras em andamento em Missão Velha. (ANTÔNIO FERREIRA FIGUEIREDO, 2015).

Para se iniciarem as obras do CAC foi necessária também a aprovação do projeto no Instituto de Biodiversidade Chico Mendes – ICMBio. A licença do trecho 01 foi assinada pelo então coordenador da APA Araripe, Willian Brito, que atua ainda hoje no órgão. Entrevistamos esse servidor público da referida instituição para nossa pesquisa de mestrado no dia 03/09/2015. Na ocasião, ele fez questionamento ao projeto quanto aos aspectos técnicos, às possibilidades de usos da obra na região do Cariri e à forma como vem sendo conduzido o CAC.

Bom, eu entendo que a segurança hídrica é importante demais para o semiárido Nordeste. A questão que nós colocamos enquanto ICMBio é a qualidade dessa água que vai vir pra cá: é uma água para dessedentação humana, para dessedentação de animais? É para indústria? Para agricultura? Que tipo de água vamos receber? É uma água bruta, uma água tratada? Nos preocupa também a possibilidade de nós trazermos com essa água formas de vida que são exóticas para nosso ambiente – podemos trazer vírus, bactérias e até peixes... que tipo de controle nós vamos ter sobre isso? [...] O Rio São Francisco está como uma pessoa que não pode doar sangue por não ter peso nem condições de saúde necessárias; ele não está em condições de ceder água para outras Bacias. [...] Começa com o Rio das Velhas, que pega esgotos de Belo Horizonte; de lá pra cá você tem esgoto de todas as cidades. [...] A respeito de um zoneamento ecológico econômico desse rio artificial que nós vamos criar, nos preocupa a possibilidade dessa água ser recalçada para a Chapada do Araripe e tentarem transformar a Chapada em um, digamos, no que está acontecendo com os Chapadões do Piauí, do Maranhão, área de soja, de monocultura, ou do Apodi mesmo, área de melão, de frutas para exportação. Por quê? Porque, pra nós, a Chapada do Araripe é a grande cisterna, a grande caixa d'água do Cariri. É a área de captação de água. [Então], se, de repente, esse sistema de agricultura intensiva no uso de, por exemplo, corretivos de solo, então, esse corretivo vai ter uma influência na saúde das pessoas e os agrotóxicos. [...] outra coisa que acho que é fundamental é que essa obra ela devia está casada com esse zoneamento ecológico e econômico; senão, nós teremos uma explosão de atividades econômicas desordenadas, como especulação imobiliária, construção de condomínios. Vai surgir uma agricultura irrigada e, aí, como é que nós vamos ordenar esse processo, como a biodiversidade nativa vai enfrentar isso? A nossa preocupação maior é essa. [...] O que eu vejo como complicado, e a coisa que mais me dói na hora de me manifestar em uma autorização que opera licenciamento: às vezes, a gente se manifesta tão precocemente, naquela fase tão embrionária do projeto, que não dá para prever tudo o que vai acontecer mais adiante; naquele momento, o órgão licenciador às vezes só está pensando na obra em si, mas não está pensando na operação e no desencadeamento do projeto. (WILLIAN BRITO, 2015).

Willian Brito relatou, ainda, na entrevista que, ao receber o projeto para avaliação do trecho 01 do CAC, no ano de 2010, consultou órgãos do Estado na região do Cariri, como a COGERH, para solicitar esclarecimento sobre o CAC e sua avaliação da obra. Segundo o entrevistado, os servidores da instituição consultada nada sabiam informar; ou seja, não foram consultados no processo de elaboração do projeto, nem sequer informados sobre ele. Willian Brito nos contou, ademais, que foi ao Ministério Público, relatou a situação para o Promotor Pedro Camelo, que também ouviu do representante da COGERH que nada sabiam sobre o

CAC. A partir de então, o referido Promotor exigiu que a Secretaria de Recursos Hídricos realizasse uma reunião em que se pudesse esclarecer o projeto. Tal reunião ocorreu na URCA, e, mesmo apresentando discordâncias com a obra e com a forma como vem sendo executada, como citamos acima, o então chefe da APA assinou com parecer favorável à implementação.

Ainda concederam anuência para construção do CAC as prefeituras municipais, dentre as quais a cidade do Crato. Em Audiência Pública realizada no dia 1º de junho de 2015, o atual subsecretário de Meio Ambiente da cidade afirmou que o órgão, muito embora tenha concedido autorização de passagem do CAC no Crato: “Não conhecemos, na essência, o referido projeto. Nós sabemos que é muito importante a obra em si, a transposição; temos consciência disso”. (ILDO JUNIOR, 2015).

Após os referidos trâmites de elaboração dos Estudos e Relatório de Impactos Ambientais, Projeto Básico e Executivo e, tendo convencido o Governo Federal de desembolsar 1,1 bilhão de reais para o primeiro trecho do CAC e os cofres Estaduais R\$ 393,4 milhões, com o trecho 01 do CAC, o Estado do Ceará inicia, em 2013, o processo de licitação para execução do projeto. No dia 19 de janeiro desse ano, três consórcios e uma empresa entregaram as propostas para executar o trecho 01. Os consórcios foram: Consórcio Ferreira Guedes - Toniolo, Consórcio Águas do Cariri - Construtora Marquise S/A e EIT Construções S/A, Consórcio Águas do Ceará - Construtora Passarelli LTDA, Serveng Civilsan S/A - Empresas Associadas de Engenharia e PB Construções LTDA e a empresa S.A Paulista de Construções e Comércio.

O trecho 01 está dividido em quatro lotes, percorrendo os municípios de Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda, com extensão de 153,6 km. Venceu o processo licitatório, o Consórcio Águas do Ceará, para executar o trecho 01 entre Jati e Brejo Santo. Para construção do lote 02, entre Brejo Santo e Missão Velha, venceu a empresa S/A Paulista de Construção e Comércio. O lote 03, entre Barbalha e Crato, venceu o Consórcio Águas do Cariri e para execução do lote mais longo, o quatro, entre o Crato e Nova Olinda, o mesmo Consórcio executor do primeiro lote (DIÁRIO OFICIAL DO CEARÁ, 2013).

As obras do CAC foram auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2013, e em relatório manifestou as seguintes constatações, solicitando esclarecimento da Secretaria de Recursos Hídricos: 1) Restrição à competitividade do Edital de Concorrência 2012007/SRH/CE; 2) sobre preço decorrente de preços excessivos frente ao mercado; 3)

quantitativos inadequados na planilha orçamentária; e 4) Improriedade na execução do termo de compromisso (TCU, 2013).

O órgão fiscalizador investigou a aplicação de um montante de R\$ 325.317.212,68, referente aos investimentos no lote 01 (entre Jati e Brejo Santo), menos de 1/3 do valor total do previsto para o trecho 01 do CAC. Nessa avaliação, constatou-se o sobrepreço no montante de R\$ 16.238.106,74 (Lote 1). Destaca-se, ainda, a constatação de sobrepreço decorrente de quantitativos inadequados na planilha orçamentária, no montante de R\$ 2.416.429,82.

Dentre as conclusões alcançadas, destaca-se a consumação da restrição à competitividade em vista do reduzido número de empresas licitantes que apresentaram documentos para a habilitação, quando em comparação com o grande número de empresas que retiraram o edital. Ademais, a constatação de que alguns quantitativos da planilha do orçamento base estavam em discordância com as memórias de cálculo e com o projeto básico foram mencionadas neste relatório, de modo a impedir a consumação de superfaturamento. Com relação ao termo de compromisso que irá prover recursos federais à obra, destacou-se a falta de aprovação do projeto básico por parte da SIH/MI³², o que pode prejudicar a liberação de recursos em vista de a licitação ter ocorrido sem obedecer tal premissa. Por fim, o sobrepreço constatado no Lote 1, apesar de pouco significativo frente ao valor do lote, foi registrado como forma de impedir a consumação do dano ao Erário decorrente da adoção de preços excessivos frente ao mercado. (TCU, 2013, p. 04).

Segundo apurou o Jornal *Estadão*, na edição de 10 de setembro de 2014, as investigações foram motivadas pelo atraso nas obras e pelo uso acima do esperado de recurso público³³. Segundo a SRH, a obra que previa até o término do primeiro trecho gastar em torno de R\$ 1,5 bilhão dos cofres públicos, acumula gastos até o momento de cerca de R\$ 2,4 bilhões. Na entrevista realizada na SRH com Ângelo Guerra, este justificou o excesso de gastos pela atualização dos preços e pelas dificuldades técnicas de execução do CAC em uma área de terreno sedimentar, com pouca disponibilidade de rochas. O entrevistado fez previsões de gastos para o trecho dois (entre Nova Olinda e Independência, 271 km).

[...] A gente estimou o custo pelo trecho 01: o trecho 01, de 1 bilhão e seiscentos [mil reais] foi pra dois bilhões e quatrocentos [mil reais]. Quando era 1 bilhão e seiscentos, ele passou o trecho dois para **4 bilhões, novecentos e oitenta. Se você fizer a proporção de 1 bilhão e seiscentos para 2 bilhões e quatrocentos, hoje o**

³² Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SRI), do Ministério da Integração Nacional (MIN).

³³ “O levantamento revelou que, até junho, a execução da obra, no primeiro trecho do projeto, um percurso de 153,6 km, entre os municípios de Jati Nova Olinda, chegou a 10% do total previsto – o cronograma inicial previa o avanço de 45% até metade desse ano. Além do deslocamento do prazo, foram identificados problemas com estocagem irregular de tubulação e falhas em relatório de supervisão.” Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-aponta-falhas-em-megaobra-do-pac-imp-,1562613>>. Acesso em 10 dez.2015.

trecho 02 estaria por mais de 05 bilhões e trezentos. (ÂNGELO GUERRA, 2015, grifos nossos).

Possivelmente, para que não seja novamente interpelado por órgãos de fiscalização, o Estado pretende se utilizar da Lei nº 12.462, de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.581, do mesmo ano. Essa lei apresenta algumas diferenças no regime de contratação de prestação de serviços para o Estado e foi aplicada nas obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de futebol, podendo ser utilizada para as obras em razão das Olimpíadas, para as licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino para as obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo, e, entre outras, para as obras do PAC, em detrimento da Lei nº 8666, que regia todos os processos licitatórios antes do chamado Regime Diferenciado de Contratação – RDC.

Entre algumas alterações previstas nessa nova legislação, será(ão) permitido(a)(s):

- Que todas as etapas de uma obra sejam implementadas com uma única empresa, que fará os projetos básicos e executivos e realizará a obra, entregando-a pronta para a administração (Art. 1º);
- Na contratação de obras e serviços, inclusive de engenharia, a contratada poderá receber uma remuneração variável vinculada a seu desempenho. Esse bônus será definido com base em metas, padrões de qualidades, critérios de sustentabilidade e prazo de entrega definidos no edital e no contrato (Art. 10º);
- O regime prevê que a fase de habilitação (exigência de documentação e outras obrigações legais) ocorra depois do julgamento das propostas e somente seja cobrada do licitante vencedor; (Art. 14º). (LEI Nº 12.462/2011)³⁴.

A Lei que regulamenta o RDC é permissiva aos grandes projetos no Brasil. Com esse novo regimento, os estados poderão contratar, com maior facilidade, empreiteiras para realização de obras estruturais, inclusive mais de uma para o mesmo serviço, prezando pela agilidade. Poderá ainda, como exposto, a empresa contratada ser a mesma que elabore estudos de viabilidade da obra, como também poderá o Estado bonificar empresas seguindo critérios de agilidade. Cremos que essa legislação fortalece a ideia que apresentamos anteriormente de que as empreiteiras cumprem papel central na conflituosa relação capital/trabalho, hoje, no

³⁴ Cabe ressaltar que a referida Lei de 2011 apresenta cinco seções e 70 artigos, sendo apresentados acima os que julgamos mais relacionados ao CAC.

Brasil. Elas conseguiram articular instituições do Estado para facilitar sua intervenção na sociedade.

Ainda, o Ministério Público Federal (MPF) do município de Juazeiro do Norte, mediante denúncias realizadas por comunidades que estão sendo atingidas pelas obras, denunciou irregularidades na execução do trecho 01 do CAC. Segundo o promotor Rafael Rayol, do MPF, existem na instituição dois volumosos processos de investigação relacionados ao CAC – um procedimento criminal, que apura as possíveis irregularidades ou crimes envolvendo a contratação, direcionamento e superfaturamento, que está em fase final de análise; e o inquérito civil público, que acompanha a execução física do CAC e as suas implicações socioeconômicas em relação ao meio ambiente físico e cultural.

Para o referido promotor, os estudos de elaboração do trecho 01 não mencionam os impactos em Unidades de Conservação na região do Cariri. Segundo ele, quando questionada, a SEMACE sequer sabia da existência delas. O Ministério Público informou, também, que o projeto de compensação ambiental da obra é irregular, pois o Estado já tinha mobilizado um montante de R\$ 6 milhões, já depositados em conta, para estruturar uma Unidade de Conservação na região norte do Estado, nas proximidades de Sobral, berço político do então governador do Estado. O MPF solicitou cancelamento do projeto de compensação ambiental e exigiu que se fosse feito, como rege a legislação, na área afetada.

A Área de Proteção Ambiental e Floresta Nacional do Araripe [...] são sim afetadas em alguns trechos diretamente pelo Cinturão das Águas. Isso não constou no projeto de estudos ambientais e tal fato já foi agora recentemente formalizado para a SRH, que tem a necessidade de refazer ou complementar o Estudo de Impacto Ambiental com os impactos à APA e à FLONA do Araripe. Não só APA e FLONA do Araripe, mas foi agora, em 26 de maio, corrente oficiado à SRH que incluísse também no Estudo de Impacto Ambiental, [que] fizesse a complementação em relação às manchas de Mata Atlântica que existe na região e que não foram consideradas nos estudos e não foram consideradas pela SEMACE. [...]. Nós temos as reservas de Mata Atlântica protegidas por legislação específica, fato que não consta no EIA/RIMA no licenciamento ambiental. Na audiência pública que o Ministério Público Federal realizou, ano passado, salvo engano, a própria SEMACE disse que sequer sabia da existência dessa Mata Atlântica aqui. O órgão ambiental estadual informou que não conhecia a existência da Mata Atlântica na região. Isso é um fato importante a destacar. (RAFAEL RAYOL, 2015).

Para o trecho 01 do CAC, que teve suas obras iniciadas em julho de 2013, poderia o Estado ter se utilizado da legislação mais permissiva para a construção de grandes obras, pelo fato de sua licitação ter sido realizada em 2013 (a lei que regulamenta o RDC é de 2011). No entanto, é a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que rege a sua execução.

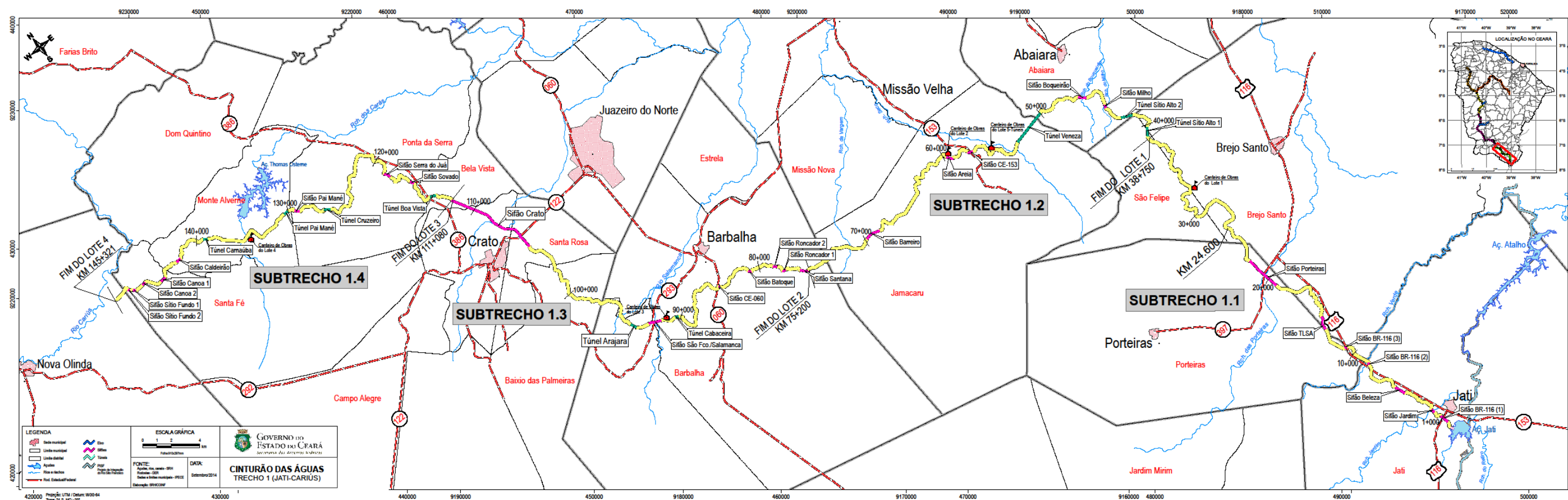
Para escolher o traçado do trecho 01, o EIA-RIMA (2009) apresenta cinco alternativas de traçado e faz uma avaliação das mesmas segundo os seguintes critérios:

Hídricos: Maximização nos Benefícios do atendimento das demandas hídricas nas diversas bacias. **Técnicos:** Garantia da Condição gravitária do sistema, condicionantes do relevo, condicionantes geológico-geotécnicas do terreno, concepção otimizada das seções e obras-tipo componentes do sistema adutor e faseamento da Implantação do projeto. (...) **Econômico-Financeiros:** Minimização os custos de implantação das obras e de operação e manutenção do sistema adutor e maximização dos benefícios esperados. **Ambientais:** Danos a flora e a fauna, riscos de degradação dos patrimônios arqueológico e paleontológico, interferências com áreas de Unidades de Conservação e interferências com áreas urbanizadas. (p. 15, grifos nossos).

A partir desses critérios, elaborou-se um sistema de pontuação, e o percurso que mais pontuou nos critérios do EIA-RIMA foi o trecho que se encontra em execução (21 pontos). Cabe ressaltar que duas das cinco propostas ladeavam o centro da cidade do Crato, uma das quais passava pela URCA, no bairro Pimenta do referido município. Essa metodologia é uma estratégia de forjar um consenso sobre o roteiro por onde a obra irá passar. Está subscrita nessa construção social a noção de que todas as possibilidades de questionamento ao trajeto do CAC no Cariri foram minunciosamente estudadas por especialistas (sem a presença das comunidades), acrescentando um conteúdo de verdade ao empreendimento.

No percurso escolhido, o 05, estão sendo construídos 27 sifões, cuja maioria está localizada no Crato (09), dada a inconstância do relevo; ademais, 04 em Jati, 03 em Brejo Santo, 02 em Abaiara, 03 em Missão Velha e 06 em Barbalha. Os sifões possuem dimensão de 2,80 m. Além disso, estão sendo construídos 09 túneis com dimensão de 06 metros. “No trecho 01, Jati/Cariús, a extensão dos diversos subtrechos em canais somam 124,57 quilômetros. Na realidade, são 57 subtrechos em canais, entremeados por 27 subtrechos em sifões e 9 subtrechos em túneis.” (EIA-RIMA, 2009, p. 72). Vide mapa 15, a seguir.

Mapa 15 – Trecho 01 do CAC, entre os municípios de Jati e Nova Olinda

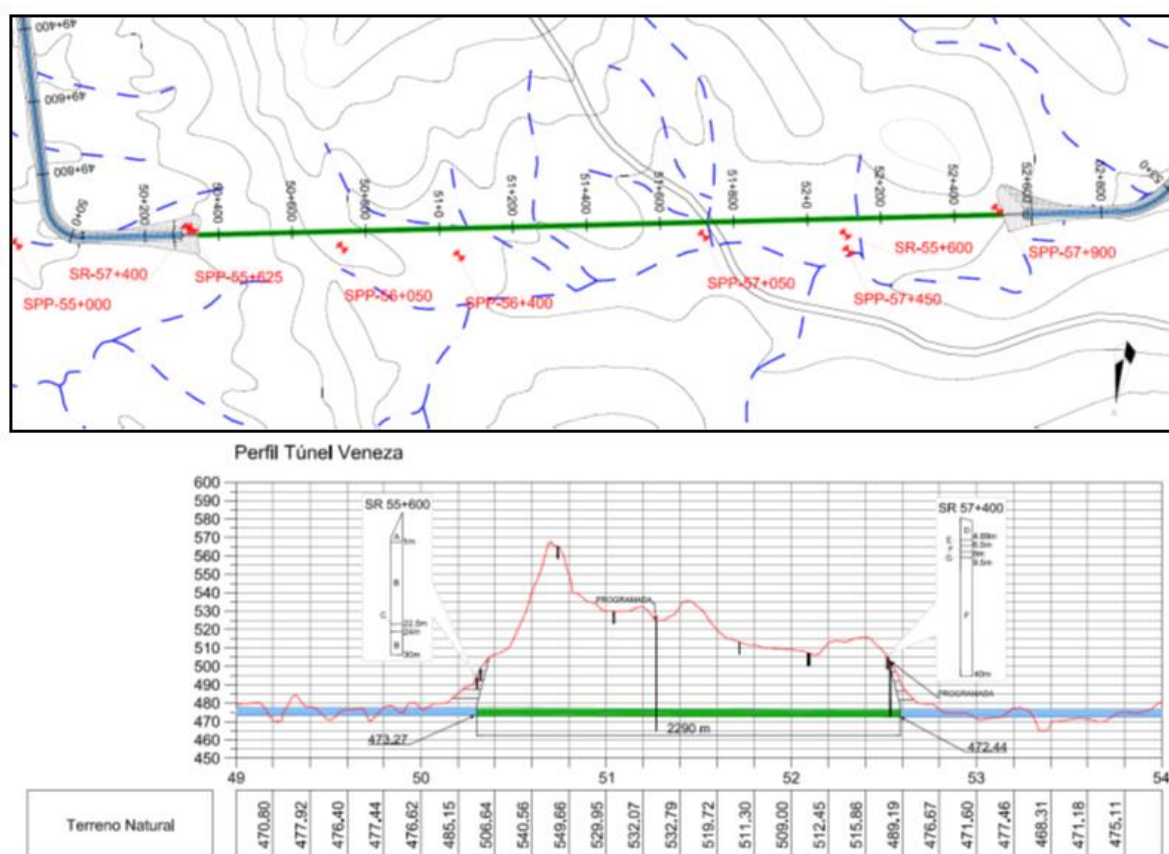


Fonte: SRH, (2013)

A seção hidráulica padrão do canal adotada para o Projeto Básico do trecho 1 tem formato trapezoidal, com 5 m de largura na base, 4,20 m de altura total e taludes com inclinação de 1:1,5. A altura útil máxima do canal (correspondente à vazão de 30 m³/s) é igual a 3,60 m; desta forma, a revanche do canal fica estabelecida em 0,60 m. A declividade de projeto dos canais foi de 05 cm/km (PROJETO BÁSICO DO CAC, 2012). A cota inicial de metros de água é de 484 metros e a final, entre Crato e Nova Olinda, é de 462,55m.

O sifão mais longo previsto é de 6,520 km, na cidade do Crato, e percorrerá a área urbana. O túnel maior terá extensão de 2,538 km, entre as cidades de Abaiara e Missão Velha, túnel Veneza (Figura 1). Os sifões são utilizados para ultrapassar rodovias, como BR-116, CE-060 e CE-153, atendendo ao que o EIA-RIMA chama de **método não destrutivo**. A principal função dos túneis, como vemos na Figura 2, é percorrer relevo elevado.

Figura 01– Túnel Veneza, entre as cidades de Abaiara e Missão Velha



Fonte: PROJETO BÁSICO, 2012.

A barragem de Jati, que receberá as águas do Rio São Francisco, também está sendo construída, com capacidade de armazenamento de 29,8 m³, em 2014. No período de construção da base da barragem, chegaram a trabalhar 1.700 trabalhadores, sendo utilizadas 600 máquinas entre Jati e Brejo Santo (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2016³⁵). Cid Ferreira Gomes, um dos principais defensores do projeto, quando ainda Governador de Estado, fazia regulares visitas às obras, sobrevoava de helicóptero, sobretudo a área da barragem, acompanhado de lideranças políticas. Em uma das ocasiões, o referido político postou uma foto das obras da barragem de Jati em uma rede social (Figura 3).

Figura 02– Barragem de Jati



Fonte: Registro fotográfico de Cid Gomes. Disponível na Página Facebook.

Se observarmos com o mapa 13, na altura do município de Missão Velha, após o túnel Veneza, percebemos que essa área em canal cruza o Riacho Seco, um córrego d'água intermitente que alimenta o Rio Salgado, que, por sua vez, é afluente do Rio Jaguaribe. Como em todas as áreas por onde cruza riachos ou rios, o canal será uma tubulação de concreto por baixo do leito. O Projeto básico apresenta uma série histórica de cheias das bacias e, baseado nesses dados, atesta que não haverá danos ao canal ou inundação fora do normal provocada pelas obras.

³⁵ Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=barragem+de+Jati+CAC+capacidade+de+armazenamento>>. Acesso em 13 jan.16.

Nesse caso em particular, quando o canal cruza o Riacho Seco, haverá aí o que o projeto chama de **tomada de água**. Um terço da água que percorre o trecho 01 será desviado para esse curso d'água, que levará a quantidade de 10 m³/s para o Rio Salgado e, por conseguinte, ao Rio Jaguaribe. Esse último rio desagua no Açude Castanhão (Açude Padre Cícero). A principal função desse açude é dar suficiência hídrica aos projetos de irrigação do Baixo e Médio Jaguaribe, garantir o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, e os empreendimentos turísticos do litoral Leste e ao Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP. Parte da água do CAC nesse trecho segue o caminho das grandes obras hídricas realizadas no Ceará na década de 1990 e 2000, contrariando, pois, a informação apresentada no mapa 13 – a de que o extremo Leste das regiões Baixo e Médio Jaguaribe, onde há concentração de fruticultura irrigada com uso intensivo de químicos tóxicos, não será beneficiada.

Questionado sobre essa constatação em entrevista, um dos responsáveis pelo CAC Ângelo Guerra, justificou que seria difícil convencer o Estado de investir R\$ 2,4 bilhões em uma obra que atendessem somente uma região do estado. Afirmou, ainda, que a RMF está em situação que antecede um colapso hídrico, uma vez que os reservatórios hídricos que abastecem a capital suportam dois anos de seca consecutivos; passando desse período, precisa ser acrescido ao sistema de abastecimento águas do Açude Castanhão, o qual se encontra com 10,53% de sua capacidade, dado ao fato de termos enfrentado, em 2015, o quarto ano consecutivo de seca. Segundo a SRH, a situação se agrava pelo fato de caminhões-pipas que abastecem cidades do interior retirarem água da RMF.

Essa constatação é um indicativo de um dos sentidos territoriais do CAC. O abastecimento do sistema hídrico que alimenta a expansão da produção espacial tipicamente capitalista é caracterizado pelo agravamento da segregação sócio-espacial e uso destrutivo dos bens naturais, nas regiões Baixo e Médio Jaguaribe, Litoral Leste do Estado, RMF e CIPP.

Visitamos em nossas atividades de campo locais onde estão sendo construídas as estruturas do CAC. Na cidade do Crato, estão dando prioridade à construção de túneis e sifões, dada a complexidade; na cidade de Barbalha, já estão construídos alguns quilômetros de canais.

As figuras 03, 04 e 05 são fotografias do túnel Cabeceira, na cidade de Barbalha. No período que visitamos os empreendimentos, mês de agosto de 2015, eram canteiros de obras abandonadas, de livre circulação. Esse túnel se encontra dentro da APA Araripe e adverte os

presentes, em placas, a terem zelo com a natureza, como vemos na figura 05. O referido túnel tem 90,677 metros e se encontra concluído, utilizando-se, como os demais, de tecnologia importada da Finlândia para sua construção. O nome Cabeceira faz referência a uma conhecida comunidade nas proximidades, onde vivem os penitentes, religiosos que praticam rituais católicos com origem ligada à passagem de Padre Ibiapina na região, na transição do século XIX para o XX.

Figuras 03, 04 e 05 – Túnel Cabeceira



Fonte: Fotos capturadas pelo autor em visita ao local (agosto/2015).

Nas imediações desse túnel, a comunidade Barro Branco precisou ser deslocada de onde originalmente as famílias viviam há décadas. Os estudos técnicos da obra atestam que

20 residências seriam atingidas, mas, segundo informações de lideranças da comunidade, sessenta casas precisaram ser refeitas. Os moradores receberam indenização e adquiriram lotes de terras em uma propriedade vizinha, onde as empreiteiras responsáveis pelo empreendimento abriram uma estrada. Lideranças disseram, ainda, que tanto a abertura da estrada como a disponibilização de lotes à venda próximos à comunidade foram facilitados pela SRH. Estruturas espaciais da comunidade, como a igreja e a sede da associação não foram refeitas pelo Estado e estão sendo reerguidas pelos moradores. Nas terras compradas por eles, não é possível cultivo de roças como faziam no local de Barro Branco, pois, com o dinheiro recebido, foi possível apenas comprar lotes de terras pequenos.

Moradores da comunidade, com quem conversamos em ligeira visita, fazem uma avaliação positiva da obra – alguns foram contratados pelas empreiteiras e se dizem satisfeitos com os valores recebidos nas indenizações. A disposição das casas, a proximidade entre elas, a organização em ruas dá um aspecto diferente do que costumemente vemos em comunidades rurais.

Figuras 06 e 07 – Comunidade Barro Branco, Barbalha/CE – 2013/2015



Fonte: Google Earth, 2015. Adaptação pelo autor.



Fonte: Google Earth, 2013. Adaptação pelo autor.

Imagens de satélites demonstram as alterações sofridas pela comunidade com o CAC. Na Figura 6, de 2013, percebemos a anterior organização espacial e na Figura 7, percebemos a destruição das residências, com a construção do canteiro de obras da comunidade em um espaço diferente. Na Figura 8, podemos ver o canteiro de obras, onde encontramos fiscalização, sem, no entanto, haver trabalhadores no período em que visitamos o local.

Justificando com a crise, o estado reduziu o andamento das obras, dada a redução de repasse pelo Governo Federal.

Figura 08 – Canteiro de obras no município de Barbalha, comunidade Barro Branco



Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local.

Visitamos também o túnel Arajara, ainda no município de Barbalha e o túnel Carnaúbas, no município do Crato. O Arajara, ainda em construção, encontra-se, também, dentro da APA Araripe e, como o Cabiceira, danifica uma área de vegetação úmida (resquício de mata Atlântica) e de formações diferenciadas das que ocorrem seu entorno. O túnel Carnaúbas encontra-se concluído e fica no distrito de Monte Alverne.

Figura 09 – Túnel Arajara



Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local.

Figura 10 – Local onde será a saída do Túnel Arajara



Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local.

O túnel Arajara terá 419 metros e, como percebemos na Figura 10, está sendo construído em uma área sedimentar com potencial de captação de água para o sistema de aquífero da Bacia Sedimentar do Araripe. Como vemos na Figura 9, as árvores retiradas para a construção desse túnel não são típicas de caatinga, mas, sim, de locais úmidos. Troncos mais grossos, verdes, mesmo em períodos de seca.

O túnel Carnaúbas terá 139,866 metros e está sendo construído em um ambiente de transição, onde não mais predomina vegetação úmida. As escavações do referido túnel fizeram emergir um potencial hídrico da região. Em poucos metros de profundidade, a construção fez jorrar água do solo. As Figuras 11 e 12 demonstram o referido túnel. Para termos uma dimensão dessa construção, no canto direito da figura 12, um homem de camisa branca observa o empreendimento. Na figura 12, vê-se que no interior do túnel é possível caminhar com os pés em fria água até o outro lado.

Figura 11 – Túnel Carnaúbas



Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local.

Figura 12 – Interior do Túnel Carnaúbas



Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local.

As Figuras 13, de 2013, e 14, de 2015, são representações de satélites, nas quais podemos perceber o túnel Carnaúbas e as modificações provocadas no espaço com a construção do CAC. As imagens 15, de 2013, e 16, de 2015, demonstram o túnel Cabeceiras, que está dentro da APA Araripe, onde percebemos com as imagens o potencial de destruição da vegetação existente com a construção de ambos.

Figuras 13 e 14 – Túnel Carnaúbas – 2013/2015



Fonte: Google Earth.



Fonte: Google Earth.

Figuras 15 e 16 – Túnel Arajara



Fonte: Google Earth.



Fonte: Google Earth.

Figuras 17 e 18 – Sifão Pai Mané, Crato/CE



Fonte: Google Earth, 2015.



Fonte: foto capturada pelo autor em visita ao local.

As Figuras 17 e 18 são do Sifão Pai Mané, na cidade do Crato, e nelas é possível ver a utilidade dos sifões na obra: fazer com que a água que será conduzida ganhe velocidade para evitar o uso de bombeamento.

Segundo dados da SRH, para construção do trecho 01 do CAC, o Estado indenizou, até junho de 2015, 113,04 km, o que equivale a 78% do total necessário para a obra, restando, pois, 31.921 metros. Os lotes 01 e 02 foram todos indenizados, o 03, com início e término na cidade do Crato, foram indenizados em 49% do necessário para realização da obra. No lote 03, aliás, é onde se encontram as comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras, que apresentam resistência à forma como vem sendo conduzida a obra. Do lote 04, resta o Estado indenizar 40% do total necessário³⁶.

³⁶ Dados fornecidos pelo servidor Francisco Plutarco da SRH durante Audiência Pública na cidade do Crato/CE, no dia 1º de junho de 2015.

As comunidades do referido distrito apresentaram resistência e construíram espaços de diálogos sobre águas na região do Cariri, dada a forma como o Estado vem construindo a obra – invadindo propriedades e ameaçando os moradores que recusam a realização de estudos nas mesas, com ausência de diálogos sobre indenizações. Abordamos a temática da conflitualidade envolvendo o CAC no capítulo 05. Outro fator que motiva a resistência dessas comunidades para com a obra é o nível de danos que pode provocar – o percurso anunciado nos estudos para serem realizados porá abaixo uma área de morros, causando alterações drásticas na paisagem e no modo de vida das pessoas com a obra.

Figuras 19 e 20 – Baixio das Palmeiras, Crato/CE



Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local. Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local.

Na Figura 19, aparece a casa de uma moradora de Baixio das Palmeiras que será atingida pelo CAC. Dona Maria, 85 anos, sempre viveu na comunidade e se queixa pela ausência de informações por parte do Estado. Na Figura 20, é possível ver parte da comunidade. No primeiro plano da foto, a Chapada do Araripe; no segundo, uma caixa d'água branca que acumula água retirada de um poço e abastece todas as comunidades – ao lado dela, inicia-se um morro, que ladeia e persiste na altitude apresentada por quase todas as comunidades. Segundo previsões dos estudos realizados para construção do CAC, este passará em forma de canal por esse local, necessitando retirar essa elevação de relevo.

Além dos elevados danos que o CAC tem provocado na região do Cariri, intelectuais, movimentos sociais e atingidos fazem outros questionamentos à obra, à necessidade do empreendimento. Não há transparência sobre os dados de água subterrânea no estado do Ceará: instituições públicas como a COGERH realizaram pesquisas conclusivas a respeito,

que poderiam pôr em xeque a viabilidade do grande projeto ainda em 2010, mas tais estudos não foram divulgados. Abordamos com mais detalhes sobre essa temática no capítulo a seguir.

Outro questionamento que se faz ao projeto é acerca dos usos da água. Como enfatizamos anteriormente, virá água imprópria para o consumo humano e, como constatamos também, um terço do fluxo esperado seguirá para o Açude Castanhão, alimentando um sistema hídrico que está direcionado para os investimentos em locais de intensa atuação de agentes hegemônicos do capitalismo, em atividades como fruticultura irrigada e com uso excessivo de químicos tóxicos e empreendimentos turísticos.

Acreditamos que as águas do CAC que estão adentrando na região do Cariri poderão ser utilizadas por diversas atividades econômico-financeiras e não servirão, de modo imediato, para o consumo humano. Alguns fatos atestam nosso pensamento, tais como: fora do período de estiagem, as comunidades que seriam atendidas pelo CAC não necessitam de água para consumo humano, pois muitas das comunidades utilizam água de poços rasos para consumo e pequenos projetos de irrigação. Se, por ventura, a justificativa fosse fortalecer a agricultura familiar de base camponesa, estaria inviável a proposta dada à estrutura fundiária da região, que é concentrada e excludente, como nos alude Silva (2010).

Tabela 2 – Imóveis rurais por categoria no Cariri

<i>Categoria do imóvel</i>	<i>Total de imóvel</i>	<i>Área total (ha)</i>	<i>Total da área rural ocupada (%)</i>
Grande Propriedade	62	63.590,70	26,32%
Média Propriedade	294	53.885,30	22,31%
Pequena Propriedade	1205	71.216,80	29,5%
Minifúndio	5725	52.718,30	21,82%
Não Classificado	318	108,40	0,05
Total	7604	241.519,50	100%

Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2005.

Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2005, apud SILVA, 2010, p. 62.

Como nos mostra a tabela apresentada por Silva (2010), as grandes e médias propriedades juntas contabilizam menos que 5%, mas concentram um montante de 48,63% das terras na região do Cariri, quase metade do total. Esses dados nos ajudam a perceber que os impactos das grandes obras afetam de maneira diferenciada os sujeitos sociais do campo. As famílias camponesas são prejudicadas quando retiradas de seus espaços de vida e trabalho, podendo passar a viverem em espaços menores do que os viviam pelo fato de os grandes

projetos provocarem especulação assoberbada, bem como não são beneficiadas com suas benesses, pois a estrutura fundiária é um dos fatores que provoca segregação sócio-espacial – evidência que nos leva a crer que as águas do CAC, na região do Cariri, não se destinam ao consumo humano.

Questionados sobre essa constatação, representantes do Estado afirmam que o acréscimo hídrico proveniente do Rio São Francisco terá como região prioritária de uso a região dos Inhamuns (Bacia do Alto Jaguaribe e Bacia dos Sertões de Crateús), onde, de fato, existe escassez hídrica emergencial e as obras hídricas não mitigaram a problemática do abastecimento humano, sendo necessário abastecimento com carros-pipas (região para onde se intenciona construir o trecho dois do CAC, com extensão de 271 km). Cabe ressaltar que, em experiências anteriores, o Estado não conseguiu cumprir as metas estabelecidas para entrega de grandes obras hídricas, como o Eixão das Águas (projeto que interliga o Açude Castanhão com a RMF e o CIPP), cujas obras, haja vista a dificuldade do projeto e a extensão da obra, cerca de 256 km, foram concluídas após 10 anos de trabalho.

Assim, o Estado precisará, para atender essa região que necessita de abastecimento emergencial, além de concluir uma obra com cerca de 331 km, tratar a água que virá com ela e criar estruturas que façam com que essa água chegue até as comunidades. Além de um investimento em torno de cerca de R\$ 7,7 bilhões de reais, os danos socioambientais com essa opção adotada pelo Estado para combater as secas nos fazem crer que o abastecimento humano é muito mais uma justificativa de convencimento do que a verdadeira intenção da obra.

Nesse sentido, a água que virá com o CAC percorrerá o trecho 01 (Jati – Nova Olinda), estando disponível para usos diversos, podendo atender a investimentos econômico-financeiros até que o trecho 02 (Nova Olinda – Independência) esteja em condições de uso. A quem servirá essa água na região do Cariri?

Estudos oficiais realizados para legitimar a obra demonstram, com clareza, que a agricultura irrigada será garantida com o CAC, demonstrando os sentidos territoriais desse projeto. Segundo o EIA-RIMA (2012), concluído o projeto, com extensão e 91.400 ha (p. 56), as águas advindas com o CAC do Rio São Francisco poderão atender novas áreas irrigáveis. O estudo ressalta, ainda, que a precisão do controle do fluxo da água permite flexibilidade e tomada de decisão sobre o curso e a quantidade de água em tempo real. Assim, “os critérios

de repartição podem ser modificados continuamente, dependendo da evolução das demandas e de sua sazonalidade” (p. 56).

Tabela 03 – Demanda hídrica nas áreas de influência do CAC

Discriminação	Demandas Hídricas (m ³ /s)		
	2010	2020	2040
Abastecimento Humano	13,29	15,77	21,47
Dessedentação Animal	1,54	1,83	2,58
Setor Industrial	5,76	14,56	17,81
Setor Turismo	0,35	1,92	2,77
Setor da Irrigação	30,74	41,85	53,51
Total	51,68	75,93	98,14

Fonte: SRH, Estudo de Viabilidade Técnico-econômica, Estudo Ambiental e Ante-projeto do Trecho Jati-Cariús do CAC – Cinturão das Águas do Ceará. Relatório de Demandas Hídricas Georreferenciadas. Fortaleza, VBA. 2009. 2v.

A Tabela 03, contida no referido estudo, demonstra a demanda hídrica por atividade nas áreas de influência do CAC com previsão para o ano de 2040. Espera-se, com ele, aprofundar o modelo de desenvolvimento projetado pelos governos na transição da década de 1980/90, que colocaram no centro político-econômico incentivos generosos ao crescimento de setores, tidos como estratégicos, como irrigação e turismo. Atividades econômicas com inserção barata na economia global e com potencial destrutivo enorme dos biomas e dos modos de vida tradicionais.

Quadro 1 – Resumo hídrico para os diferentes cenários

Operação do sistema	Descrição da simulação	Atendimento de demandas		Déficit hídrico (m ³ /s)		
		Prioritária	Irrigação	Prioritária	Irrigação	Total
Garantia de 99% (Q99)	Sem PTRSF e sem CAC	79,5%	18,4%	8,52	47,30	55,82
	Com PTRSF e sem CAC	79,5%	49,4%	8,52	29,30	37,82
	Com PTRSF e com CAC	92,3%	45,1%	3,20	31,84	35,04
Garantia de 90% (Q90)	Sem PTRSF e sem CAC	80,0%	41,8%	8,32	33,74	42,06
	Com PTRSF e sem CAC	80,0%	58,0%	8,32	24,32	32,64
	Com PTRSF e com CAC	92,8%	70,9%	2,99	16,84	19,84
Vazão de alerta para garantia de 90% (Q90/2)	Sem PTRSF e sem CAC	52,9%	4,3%	19,61	55,45	75,05
	Com PTRSF e sem CAC	78,8%	6,4%	8,84	54,25	63,09
	Com PTRSF e com CAC	79,0%	7,1%	8,74	53,82	62,56

Fonte: SRH, Estudo de Viabilidade Técnico-econômica, Estudo Ambiental e Ante-projeto do Trecho Jati-Cariús do CAC – Cinturão das Águas do Ceará. Relatório de Estudos Hidrológicos. Fortaleza, VBA, 2010. 76p.

Constatamos na Tabela 3 que o consumo de água por atividade econômica prevista para as próximas décadas no Ceará é muito desigual. Somando o total previsto a ser consumido para abastecimento humano, atividades turísticas, dessedentação animal e setor industrial, é um total inferior ao que se espera gastar com agricultura irrigada. Se analisarmos a simulação realizada pelo Quadro 1, que simula o funcionamento do CAC e o PISF, prevê a suficiência hídrica para o que o projeto entende como prioritário (consumo humano, projeto turístico e indústria) e para atividade de irrigação.

Sobre o uso das águas do CAC para irrigação, o EIA-RIMA (2010) faz a seguinte Oafirmativa,

Na fase de operação [do CAC], as principais intervenções são representadas pela captação d'água na fonte hídrica do empreendimento, pelo uso do solo para produção agrícola nas áreas de irrigação, pelo uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, pelo reforço no fornecimento d'água para abastecimento humano e industrial e pela oferta de empregos e de produtos agrícolas e manufaturados, entre outros. (p. 76).

Esclarece, pois, o principal sentido da realização do CAC: tornar o estado do Ceará capaz de receber novos investimentos em agricultura irrigada. Ainda sobre a temática, o estudo adverte que podem ser causados danos à sociedade, quando afirma que,

No que se refere às vulnerabilidades ambientais ocorrentes, estas estão representadas no Meio Abiótico pelos riscos de ocorrência de conflitos de uso da água, de poluição dos recursos hídricos, de perda da qualidade dos solos na área do projeto e nas áreas de irrigação (compactação, desencadeamento de processos erosivos etc.), além de riscos de danos ao patrimônio paleontológico. (p. 76).

Quanto à região do Cariri³⁷ o referido estudo descreve a produção atual de agricultura irrigada e o potencial de crescimento dessa atividade com o CAC, aspecto que serve como justificador do projeto.

³⁷ Áreas periféricas ao traçado do sistema adutor, na zona rural dos municípios de Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jati, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Porteiras, que além do suprimento hídrico da população rural aí residente (204.217 habitantes, no ano 2040), serão contempladas com o desenvolvimento da irrigação difusa, piscicultura intensiva (viveiros) e a dessedentação animal. Além disso, tais municípios por terem seus territórios interceptados pelo traçado do sistema adutor terão ainda seus aspectos socioeconômicos afetados pela oferta de empregos, pela demanda por materiais construtivos e pelos riscos de acidentes com a população periférica durante a implantação das obras, entre outros;

A agricultura irrigada vem sendo desenvolvida na região por médios e grandes produtores com o uso incipiente de tecnologia, tendo sua produção voltada para o abastecimento do mercado interno e das agroindústrias sucroalcooleiras existentes na região. A produção hidroagrícola da região encontra-se centrada no cultivo da cana-de-açúcar, que responde por cerca de 70,0% da área total irrigada, tendo como principais produtores os municípios de Missão Velha, Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. A fruticultura irrigada ainda é incipiente na região, tendo como principais culturas exploradas a banana e a manga. Observa-se, ainda, o uso da irrigação nos plantios de feijão, fumo e tomate industrial, com este último produto tendo sua produção destinada a uma indústria de processamento de tomate localizada no município de Pesqueira, em Pernambuco. [...]. Quanto aos métodos de irrigação utilizados, no cultivo da cana-de-açúcar é adotado o uso da aspersão convencional. No cultivo do fumo e do tomate, são utilizados kits de irrigação obtidos pelos produtores com a ajuda de empresas como a Sousa Cruz e a Peixe. A área irrigada por sistemas de microaspersão, ainda, é pequena, limitando-se a pequenos cultivos de fruteiras (banana e manga). Foi constatado, também, o uso da irrigação gravitária (sulcos) na cultura da banana, em áreas com solo argiloso. [...]. Recentemente, foram implantados nos municípios de Jati e Brejo Santo dois condomínios de agricultores familiares voltados para o cultivo irrigado de uva, com a região do Cariri passando a responder por 51,7% da produção estadual desta frutífera. No Condomínio Rural Santo Antônio, localizado no distrito de Santa Fé, no Crato, 24 famílias de produtores rurais estão cultivando com o uso da irrigação e de tecnologia de ponta, flores como crisântemos, monsenhores, gladiólos, gérbas e plantas ornamentais. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ EIA_RIMA, 2010 p. 161).

Por fim, queremos destacar que o estado, na região do Cariri, nas últimas décadas, vem realizando projetos integrados, visando acrescer o potencial atrativo à região para os grandes investimentos do capital na agricultura irrigada – como destacado em estudos de Silva (2010) e Brito (2015). Investimentos ligados à infraestrutura que potencializam a centralidade exercida pela região do Cariri no Nordeste setentrional, como levantado por Gonçalves (2005) no quadro 02.

Quadro 2 – Distância aproximada do Cariri para as capitais do Nordeste e outras regiões

Municípios	Distância (Km)
Aracajú (SE)	702
Campina Grande (PB)	498
Caruaru (PE)	473
Fortaleza (CE)	528
Goiânia (GO)	670
João Pessoa (PB)	631
Maceió (AL)	757
Mossoró (RN)	411
Natal (RN)	648
Recife (PE)	658
São Luis (MA)	1029
Sobral (CE)	590
Teresina (PI)	593

Fonte: Mapa Rodoviário Quatro Rodas – 2005.

Fonte: Mapa Rodoviário Quatro Rodas – 2005 apud GOLÇALVES, 2006, p. 10.

Os estudos do CAC enaltecem esse aspecto da região como justificativa para realização do projeto. Merece destaque a BR-116, que dá acesso aos municípios de Brejo Santo e Jati, de onde é possível acessar os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, pela CE-293. Ainda, a CE-060, que interliga a região do Cariri com a capital do Estado, passando por importantes municípios como Caririagu e Várzea Alegre e interligando as rodovias CE-292, que perfaz o sentido Leste-Oeste, chegando ao município de Campo Sales. A CE-386, que interliga os Balneários Caldas e Arajara com os municípios do Crato e Farias Brito, ambas interligadas à BR-230. Ainda, a CE-397, que interliga o município de Porteiras a Brejo Santo (BR-116), e a CE-153, rodovia pavimentada que interliga o município de Missão Velha com o Distrito de Jamacaru. A região conta, ainda, com o Aeroporto Regional de Juazeiro do Norte, com voos diários para São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Recife.

Nas últimas décadas, a região tem recebido investimentos em educação que capacitam profissionais especializados para atuação no ramo de agricultura irrigada, como a Faculdade de Tecnologia do Ceará (FATEC), antigo CENTEC, que apresenta cursos ligados a esse setor da economia. Sobre esse aspecto, o próprio EIA-RIMA do CAC destaca:

A região conta, ainda, com a FATEC Cariri, faculdade de tecnologia administrada pelo CENTEC – Instituto Centro Tecnológico, com sede em Juazeiro do Norte, que oferece cursos regulares para a formação de técnicos de nível médio e de tecnólogos de nível superior. Os cursos superiores de tecnologia oferecidos na FATEC Cariri, com duração de sete semestres, formam tecnólogos em Eletromecânica, Irrigação, Saneamento Ambiental, Tecnologia de Alimentos de Origem Animal e Tecnologia de Alimentos de Origem Vegetal. Desde 2004, são ministrados, também, cursos de educação profissional técnica de nível médio, com duração de dois anos, nas áreas de eletroeletrônica, fruticultura e meio ambiente, os quais, juntamente com os cursos superiores, são gratuitos. Na área de extensão tecnológica, são difundidas as tecnologias geradas e adaptadas pela pesquisa, através dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores jovens e adultos e das consultoria e assistência a micro e pequenas empresas. (p. 145).

A região conta, ainda, com os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) nos municípios de Missão Velha e Brejo Santo, com cursos iniciais e profissionalizantes nas áreas de agropecuária, comércio, construção civil, gestão, indústria, informática, meio ambiente, química, recursos pesqueiros e turismo. Mais recentemente, em 2007, foi construído um *campus* da Universidade Federal do Ceará (UFC), hoje Universidade Federal do Cariri – UFCA, na qual o primeiro curso a ser ofertado foi o de Agronomia, na cidade do Crato. A instituição anunciou, em 2015, que, a partir de 2016, disponibilizará o curso de Medicina Veterinária.

A pesquisadora Elias (2002) nos elucida que esse processo de integração de políticas educacionais com ações de infraestrutura é direcionado ao que ela chama de **desintegração competitiva**, que provoca fragmentação do espaço agrário, a partir do crescimento da **agricultura moderna**. A referida geógrafa analisou esse processo na região do Baixo Jaguaribe, onde a implementação de perímetros irrigados que proporcionaram a instalação de empresas de agricultura irrigada, como Del Monte, foi antecedida de políticas educacionais que capacitaram tecnicamente jovens para atuarem nessas empresas.

Explicam-se, assim, as ações voltadas à capacitação para a agropecuária que estão sendo realizadas pelo Governo do Estado do Ceará, através da SECITECE (Secretaria de Ciência e Tecnologia), com recursos federais. No que toca ao ensino técnico profissionalizante, citaremos a criação dos CENTEC's e CVT's. Ambos têm como objetivo capacitar profissionais de nível médio e superior, de forma a suprir as necessidades crescentes de mão-de-obra frente à reestruturação produtiva em curso no estado, que tem gerado uma demanda de profissionais técnicos de algumas especialidades não representadas no mercado de trabalho local. Dado o oferecimento de cursos de curta duração, os CVT's são mais numerosos, distribuindo-se por maior número de cidades. (ELIAS, 2002, p. 444).

Enreda-se na região do Cariri um projeto econômico-financeiro que pretende potencializar a região para receber investimentos ligados à agricultura irrigada e à mineração nas próximas décadas. Uma das mais latentes evidências é a passagem por essa região da Ferrovia Transnordestina, que interliga os Portos Pecém, no Ceará, com SUAPE, Pernambuco. Dois portos internacionais rodeados por complexo industrial. Esse empreendimento ampliará as possibilidades de extração em todo o interior do Nordeste e também disporá de profissionais especializados para atuarem com trabalhos específicos – uma estrutura fundiária concentrada e excludente, sem grandes dificuldades de pôr à venda terras para o desenvolvimento dessas atividades. Tem-se, ainda, em projetos futuros apresentados pelo Ministério da Integração Nacional, a intenção de ligar a Ferrovia Transnordestina à Ferrovia Norte-Sul, uma estrutura em funcionamento que interliga o município de Anápolis (GO) com o Porto de São Luís. Com a consecução desses bilionários investimentos, as regiões Norte e Nordeste terão capacidade elevada de receber investimentos na expansão do agrohidronegócio e da mineração.

Ademais, a título de conclusão desse capítulo, questionamos a contraditória ideia defendida como justificativa dessas grandes obras, a escassez hídrica, trazendo mais um

aspecto para o debate. Como seria possível executar tamanhas obras de infraestrutura em uma região de escassez hídrica sem a importação de água para esse fim? As obras do CAC, PISF e Transnordestina estão sendo realizadas utilizando água subterrânea. Até agora, só para as obras do CAC, foram perfurados 10 poços nas imediações dos canteiros de obras, com água jorrando, que garantem o erguimento de tão complexas estruturas.

Segundo o servidor do IBAMA, Willian Brito, entrevistado para a presente pesquisa, as obras do PISF utilizaram tanta água do aquífero inferior da Bacia Sedimentar do Araripe (BSA), na altura do município de Mauriti/CE, que os poços existentes nas comunidades, que antigamente atingiam água com cinco metros, agora precisam ter quinze ou vinte metros para se encontrar água. Segundo a mesma fonte, a água, além de utilizada nas obras, foi bombeada para o canal da Transposição para ser utilizada em outros pontos das obras e abastecer reservatórios.

Nesse sentido, os grandes projetos na região Nordeste estão pondo em risco a suficiência hídrica nos locais onde estão sendo construídos, dado o uso destrutivo dos bens naturais, como água. E, em sua operação, porão em risco os modos de vida e a natureza – pelo seu potencial de atração de intervenções econômico-financeiras com ações de uso destrutivo da natureza, como os exemplos ligados à agricultura irrigada e à mineração.

Constatamos com essas reflexões que o CAC apresenta continuidade com o modelo de desenvolvimento que vem sendo (des)construído pelos Estado na América Latina afirmando o projeto moderno/colonial de desenvolvimento do capitalismo, onde esses espaços cumprem um papel pouco decisivo na geopolítica global, dado seu perfil econômico, caracterizado como espaço de uso e extração. Ainda que, os últimos governos, não somente não romperam com essa lógica territorial, como aprofundaram esse modelo de (des)envolvimento, pondo a América Latina especialista na exportação de *commodities*, como diria Galeano (2010), aprimorando a competência desses países em perder, uma vez que as atividades econômicas que compõem o substrato desse modelo apresentam elevado grau de destruição da natureza, exploração do trabalho e expropriação de comunidades.

4 O CONTROLE DA NATUREZA A E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS NO CARIRI

Debatemos no capítulo 04 os processos de apropriação privada das terras e das águas no vale do Cariri e as investidas do Estado em conferir disponibilidade e acesso, mesmo que descumprindo a legislação ambiental, para empresas e atividades econômicas de grande porte.

4.1 Cariris, caminhos e entroncamentos

Para o Estado, o Cariri se constitui de oito municípios, sendo eles: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri. Essa classificação do IBGE é muito utilizada, no entanto, como nos elucida Silva (2010), ocorrem dissidências nas regulamentações da região, tendo instituições, como o IPECE, que consideram integrantes do Cariri 30 municípios cearenses.

Os limites territoriais do **reger** do Estado muito dizem sobre os acordos firmados entre oligarquias que historicamente disputaram fronteiras e expressam um continuado processo de construção e expansão do Estado-nacional, constituindo-se, também, como um discurso elaborado com intencionalidades e sentidos específicos. No entanto, o conteúdo das relações cotidianas estabelecidas na região estrangula essa área de intervenção regionalizada das políticas públicas.

Cotidianamente, o Cariri é construído por atividades econômicas, culturais e políticas conduzidas por sujeitos de variados municípios que circundam a Chapada do Araripe: o ir e vir diário dos estudantes de graduação para as universidades do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, mas que residem nas suas cidades de origem, como Moreilândia/PE, Exu/PE, Brejo Santo/CE, Marcolândia/PI, entre outras; o movimento diário de comerciantes de porta-em-porta que perfazem as cidades vendendo santos, produtos de limpeza, remédios naturais; os feirantes, vendedores de galinha, andu, pequi de Cariri-Mirim, ou mesmo os moradores de Salgueiro/PE, Ouricuri/PE, Serrita/PE, Araripina/PE, Bodocó/PE, Picos/PI, que vão com frequência às cidades do vale do Cariri em busca de serviços de saúde ou fazer compras.

As atividades culturais, de modo especial, costumam provocar permanente circulação de pessoas, feiras Agropecuárias ou da Agricultura Familiar, como Expocrato, Berro e EXPOFAM; também, eventos como: Mostra SESC Cariri de Cultura, Estopim, Guerrilha do ato dramático caririense, Mostra XXI de Cinema, o cinema permanente em Juazeiro do Norte, a festa do pau da bandeira de Barbalha, as festas de padroeiros e as Vaquejadas de Farias Brito, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

Atividades políticas importantes também ocorrem, como o Fórum Araripense de Combate à Desertificação; a Marcha das mulheres negras do Cariri, cuja primeira edição se realizou em 31 de março de 2015, com pautas que combatem o feminicídio e o preconceito às religiões de matrizes africanas (o ato foi articulado pelo GRUNEC e reuniu milhares de pessoas nas ruas da cidade do Crato); a Marcha das vadias Cariri; a Parada do Orgulho LGBTQBT do Crato e Juazeiro do Norte; a Caminhada Contra a intolerância religiosa em Juazeiro do Norte, que acontece no mês de Janeiro e reúne povos de terreiros do Ceará e Pernambuco. Mais recentemente, mobilizações contrárias e em defesa do Governo da Presidenta Dilma Rousseff (PT) aconteceram no giradouro, lugar de entroncamento entre os três principais municípios da região, tendo sido organizado por partidos políticos e movimentos sociais.

Soma-se a esse expressivo cotidiano de circulação de informações, poesias, pessoas, conflitos e afirmações o fenômeno das romarias na cidade de Juazeiro do Norte. Ao todo, por ano, são, pelo mesmo, sete grandes romarias, reunindo-se na de finados mais de 300.000 pessoas. Nesses períodos, a cidade do Padre Cícero, como é conhecida, torna-se um templo de produção e vivência do sagrado e profano (suas ruas são espaços de celebração e caminhada dos romeiros da mãe de Deus, advindos de vários estados, principalmente Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia), bem como vira um espaço de socializações, apresentações culturais, comercialização e prostituição, entre várias outras atividades. As romarias acontecem desde o suposto milagre que envolve o Padre Cícero e a Beata Maria de Araújo, em que ela teria convertido a hóstia em sangue durante o ritual católico da comunhão.

Nesses desafios de entender o Cariri, ganham expressão aspectos latentes na formação da região, tais como, o encontro, a circulação e a convergência. Por vezes, ocorreram confrontos, embates sangrentos travados entre colonizadores em busca do oásis anunciado pelos cronistas. Assim, protagonizaram a **guerra dos bárbaros**, que, após a dificultada dominação física e a imposição simbólica dos modos de vida eurocentrados, impuseram sobre

os indígenas organizações territoriais baseadas na lei de Sesmarias. O encontro dos camponeses-peregrinos expropriados convergiu na construção de uma comunidade com formas de produzir a vida coletivamente, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Foram de encontro com o Estado-nacional em formação, tendo sido destruídos por viverem uma produção espacial que divergia do desenvolvimento do sistema do valor, da propriedade privada e reprodução concentrada dos lucros. O (re)encontro dos camponeses com o Sítio Caldeirão, em 1991, que rememoraram a rebeldia da luta pela terra e em disputa com o Estado produziram território³⁸, o Assentamento 10 de Abril, e espaço, as instalações de usos comunitários, como igreja, escola, sede da associação, áreas de cultivos e casas.

O processo de produção do espaço geográfico caririense expressa as contradições do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sobrepõe traçados territoriais que repercutiam os contextos de dominação e concentração de poder. Acordos e imposições tecidos no contexto das relações sociais que reverberavam em estruturas físicas nos aglomerados urbanos e nos espaços rurais. Essas estruturas de poder ganharam novos significados, tendo sido reelaboradas. O Cariri é, pois, um acúmulo desses diversos encontros e conflitos.

Nessa composição, a natureza se insere como artefato fundamental de entendimento das contradições na produção do espaço geográfico caririense; não como ermo cindido das relações sociais, mas como resultado de processos de coabitação. Homens e mulheres em processos de socialização influíram, mediante o trabalho, na composição da natureza como apresentada hoje, assim como seus saberes, noções de mundo e patrimônio nutritivo foram permanentemente influídos pelas formas como estão dispostas as vegetações, os ciclos de hidrológicos, a biodiversidade. Assim, homens e mulheres produzem natureza, na medida em que as matas, os cursos dos rios e a biodiversidade se constituem com marcas das atividades humanas em suas extensões, diversidade e degradação.

A natureza ganha latência na construção do espaço geográfico caririense justamente pela sua singularidade. Apresenta-se como uma elevação de relevo que provoca o encontro e concentração de massas de ar em seu entorno, ocasionando chuvas com mais frequência (se comparadas com áreas em seu entorno), caracterizadas por pluviometria mais escassa e concentrada no tempo e no espaço (se comparadas com outros locais do planeta). O vale da Chapada de Araripe, sobretudo na borda onde hoje é o Ceará, tem água o ano inteiro,

³⁸ Produziram território, pois exigiram do Estado a demarcação de uma área destinada à reforma agrária e à produção camponesa.

ocorrendo, nessa região, antes dos processos de expansão urbana, rios caudalosos em períodos chuvosos, mas com curso d'água todo o ano.

Muito se comenta sobre os contextos de intensa degradação ambiental e os processos de destruição da natureza pelas sociedades urbanas-industriais, por seus contextos erosivos de organização, mas pouco se conhece ou se discute sobre as formas de interação e convivência dos povos originários. No Cariri tem-se pouco conhecimento formal sobre os modos de vida dos indígenas que habitaram há milhares de anos nas áreas de vale e no topo da chapada; no entanto, muitos saberes foram legados dessas sociedades, que repercutem no patrimônio nutritivo e nos usos das plantas com finalidades medicinais, por exemplo.

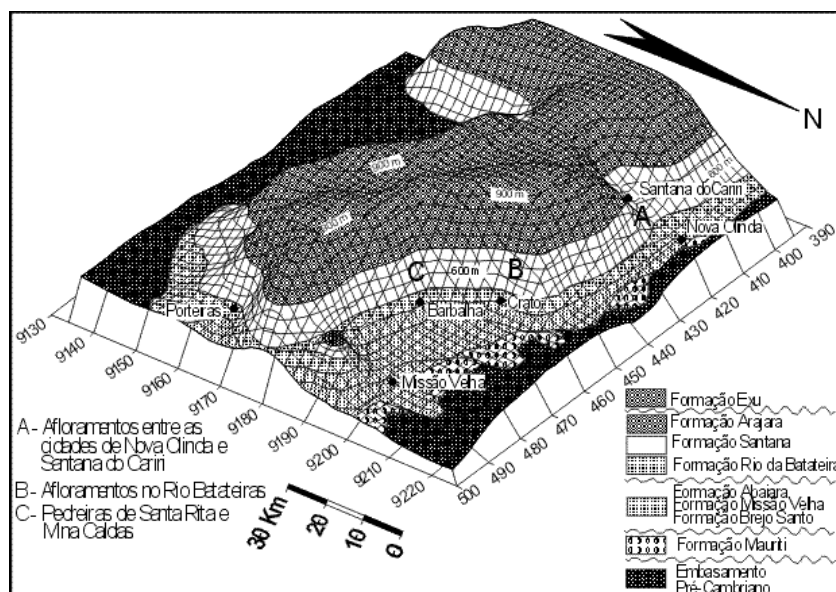
O discurso científico racionalista, via de regra, desconsidera os modos de vidas pretéritos aos processos de colonialidade desempenhados pelos europeus – pelos escassos registros materiais que resistiram à (des)continuada colonialidade e mesmo pelo desinteresse em considerar como construtores da sociedade brasileira.

4.2 Os caminhos das águas entre as nascentes e o vale

De longe, o aspecto físico mais exposto à vista no Cariri é a chapada do Araripe. Um pacote sedimentar que interrompe uma persistente extensão de planaltos rebaixados e depressões que a rodeiam. De qualquer ponto das áreas de vale que circundam essa imponente formação tabular, mesmo de consideráveis distâncias, avista-se a proximidade com os municípios que compõem essa **região-entroncamento**, formada pelos limites dos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba.

Essa expressão do relevo é resultado de processos sedimentares que remontam a diferentes períodos da formação da Terra. Sustentada sobre um embasamento cristalino de origem pré-cambriana, oito formações sobrepostas denunciam diferentes momentos da formação da superfície terrestre nessa parte do mundo.

Figura 21 – Estratigrafia da Bacia Sedimentar do Araripe



Fonte: Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio005/sitio005.htm>>. Acesso em 24 set.2015.

O pacote sedimentar pode ser considerado um divisor de águas, pois suas fontes e cotas de altitudes formam Sub-bacia nos estados que circunda. No Ceará, as águas das fontes e das chuvas formam o Rio Salgado e o Rio Orós, afluentes do Jaguaribe; em Pernambuco, o Rio Brígida, afluente da Bacia do São Francisco; e, no Piauí, o rio Canindé, afluente do rio Parnaíba.

As formações Santana e Nova Olinda apresentam o patrimônio fossilífero mais diversificado do mundo, sobretudo do cretáceo – essas são resultado dos processos de invasão e regressão marinhas. As formações Arajara e Exu são decorridas de deposições fluviais compostas por arenito, silicificados na formação exu, e argila na formação Arajara (DNPM, 2008).

A chapada do Araripe ou Planalto do Araripe constitui o grande marco geomorfológico do sul cearense, apresentando perfil discernível a grandes distâncias. É formada por um platô com topo conservado em nível de aproximadamente 800 m, de maior extensão leste-oeste, com quase 180 km, e média de 50 km no sentido norte-sul, limitada por rebordos festonados, que apresentam-se mais pronunciados nos setores do nordeste e sul, formando escarpas mas abruptas. No setor norte-nordeste o contato com o Planalto sertanejo é feito através de tampas, enquanto o setor sul, desenvolve-se em patamares. (RIBEIRO, 2014 p. 131).

A formação Exu apresenta solo poroso. É formada por vegetação úmida, mata densa com árvores de troncos grossos e biodiversidade salutar. Pesquisadores, SOS Mata Atlântica (2014) e Ab'Saber (2010) consideram essa composição como resquícios de Mata Atlântica, muito embora ocorram espécies de plantas típicas da caatinga e do Cerrado, como pequi (*Caryocar brasiliense*) e angico (*Anadenanthera falcata*). A formação Exu é responsável pela captação de água para o aquífero superior da Bacia Sedimentar do Araripe.

Popularmente, essa área densa de floresta que limita os estados de Pernambuco e do Ceará é conhecida por Agreste. Muito se diz que para chegar em Cariri-Mirim ou Zé Gomes, comunidades de Exu/PE e Moreilândia/PE, respectivamente, tem-se que **cruzar o Agreste**, uma área de mata densa e úmida.

Em cima do planalto, dificilmente encontra o sertanejo uma pedra que possa servir de trempe para cozinhar sua refeição frugalíssima: um pouco de feijão com naco e carne. Na parte da serra denominada *agreste* dominam os aracás de veado, os araticuns, o pau-terra, de que se faz carvão para as forjas dos ferreiros, os muricís branco e vermelho, a faveira, excelente combustível para as fornalhas dos engenhos, a maniçoba, o pequizeiro com seus bonitos corimbos amarelados e om seus troncos sempre inclinados para o poente, etc. Nem o último, que é refrigério das populações nos tempos é poupado por nossos homens do interior. Abatem-no a machado para feitura de rodas de cacombos, corcundas de engenho, fôrmas de rapadura e vários outros misteres. (PINHEIRO, 2010, p. 20).

Na formação Exu, dada a importância da conservação da mata para a recarga do aquífero, foi instituída uma unidade de conservação, a Floresta Nacional de Araripe –Apodi (FLONA), criada em 02 de maio de 1946, em cumprimento ao Decreto-Lei nº. 9.226. Cobre uma área de cerca de 38.262 hectares e perímetro de cerca de 138 quilômetros, entre os municípios de Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri, todos no Ceará (ICMBio, 2006).

A vegetação típica abrange formações de Floresta Úmida até Cerradão e Carrasco, passando por áreas de fitofisionomias de transição entre os dois extremos. É também notável a vegetação subxerófila, adaptada a solos arenosos e bem drenados, conhecida regionalmente como Agreste. Levantamento florístico encontrou 44 famílias, com 108 espécies, destacando-se pela maior riqueza de espécies, Myrtaceae, Poaceae, Fabaceae, Euphorbiaceae e Malpighiaceae. Existe na Unidade e seu entorno grande pressão sobre algumas espécies objeto de extrativismo por comunidades historicamente usuárias, como por exemplo o pequi, o que reveste a Flona da responsabilidade de orientar e repassar tecnologias menos impactantes ao ambiente. A Flona de Araripe-Apodi também apresenta grande potencial para atividades de uso público, pesquisa científica e educação ambiental, importantes para o desenvolvimento social das populações envolvidas direta ou indiretamente com a Unidade. (PINHEIRO, 2010, p. 04).

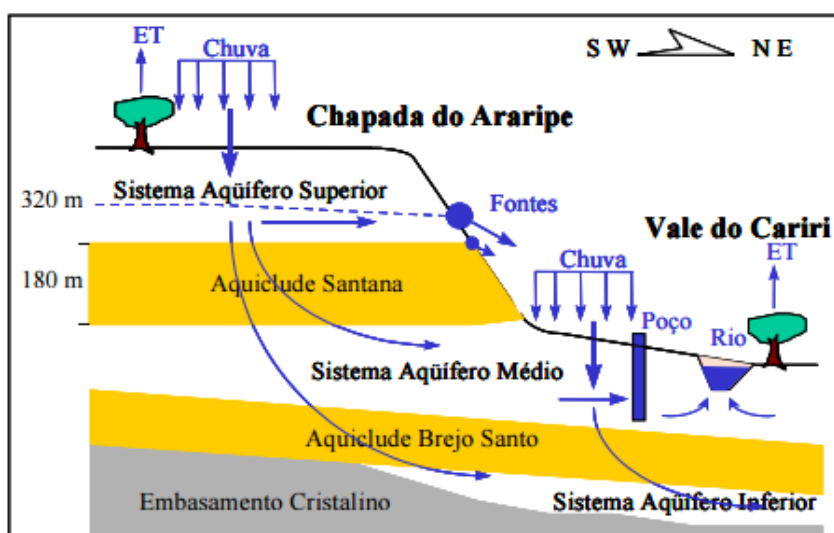
Gonçalves (2005) interpreta a institucionalização de uma unidade de conservação na Chapada do Araripe pelo presidente Dutra, ainda na década de 1940, como uma ação estratégica do Estado em uma área de fronteira e que passa a reger em uma área onde houve o massacre dos camponeses do Caldeirão da Salta Cruz do Deserto em 1937.

[...] é preciso compreender que a criação da Floresta Nacional do Araripe pelo [...] presidente Dutra fazia parte da estratégia de intervenção e controle do poder central nas áreas que ameaçassem a unidade republicana. Entretanto, a criação da FLONA não garantiu de fato a presença do Estado na gestão da floresta. Somente em meados da década de 1980 ocorreu uma retomada da necessidade da presença do Estado, seja pela crescente preocupação com a preservação ambiental, ou pelo aumento de demandas por políticas públicas. (PINHEIRO, 2010, p. 126).

A formação Arajara apresenta uma quantidade considerável de fontes. Elas ocorrem no contato das duas formações e o final da Arajara, entre 620 e 780 m do pacote sedimentar. Ao todo, são 344 fontes, sendo 293 do lado do Ceará, 8 do Piauí e 43 de Pernambuco. A maior presença de fontes na porção cearense do pacote sedimentar decorre por uma inclinação na formação Arajara para o lado cearense, que tende, por gravidade, a concentrar maiores volumes de água no Ceará (DNPM, 2008). O esquema abaixo explica esse processo.

Pinheiro (2010) diz que os povos que viviam nas proximidades da encosta da chapada ouviam “surdos ruídos cavernosos produzidos pela corrente das águas que formam as nascentes” (p.17). A esse barulho se dava o nome de **gemido da serra**.

Figura 22 – Esquema explicativo do complexo hídrico da Bacia Sedimentar do Araripe



Fonte: Teixeira Z. A. et al., 2013, p. 3.

O sistema aquífero da Bacia Sedimentar do Araripe pode ser subdividido em três porções: o aquífero superior, formado pelas fontes que ocorrem na encosta da Chapada; o aquífero médio, formado por rios e riachos que compõem a Sub-bacia do Rio Salgado; e o aquífero inferior, que marca os limites da Bacia com o planalto sertanejo. O mapa 16 e a figura 22 demonstram os aquíferos da BSA.

4.2.1 Telhas d'água: (des)continuadas estratégias de controle dos usos da água no aquífero superior

Ainda no período colonial, o Cariri foi alvo de investidas econômicas por parte dos produtores de cana-de-açúcar. Muito se fala sobre **a vocação para produção de cana-de-açúcar nos vales úmidos do Cariri**: Pinheiro (2010), Figueiredo (2010). A abundância de água, provocada por contexto ambiental singular, fez com que as criações de gado fossem paulatinamente subindo a chapada do Araripe, sendo transferidas para Pernambuco e Piauí, retornando sazonalmente para o vale em decorrência das secas.

A distribuição das sesmarias do Siará grande seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado etc. Feitas as concessões nas margens destes rios, passaram-se às doações nos seus afluentes. A formação de adensamentos populacionais e vilas na capitania também estava ligada ao movimento de ocupação de terras para a criação de fazendas de gado e, em muitos casos, era a partir do fluxo do gado nestas áreas que as povoações começavam a ser formadas. Como por exemplo: Icó, Aracati e Quixeramobim. (SILVA, 2013 p. 15).

Segundo Vicente Neto (2015)³⁹, as primeiras famílias imigrantes-colonizadoras que se instalaram no vale estabeleceram residências nas bordas do rio Batateiras, no atual São José e nas proximidades de onde hoje é Missão Velha. Dedicavam-se à pecuária nos primeiros anos do século XVIII e, paulatinamente, foram modificando para o cultivo de cana e transferindo seus locais de moradia para o entorno da igreja da Sé de Crato, nas proximidades da Câmara e da cadeia. Eram elas: Muniz, Sampaio, Alencar, Ferreira, Landim, Romão, Bezerra de Menezes, Teles Pinheiro, Esmeraldo, Figueiredo, Cartaxo, Salgado, Monteiro e Lobato. Advindas principalmente da Bahia e de Pernambuco, construíram casarões no quadro central

³⁹ Entrevista com Vicente de Paulo Neto, geógrafo e profundo conhecedor da região do Cariri.

do crescente vilarejo, e suas vidas repercutiam as produções nos engenhos na encosta da chapada.

Esses cultivos de cana-de-açúcar⁴⁰ se beneficiavam da perene distribuição de água no vale, proporcionada pelo regime de chuva mais acentuado que em outras regiões do sertão do Nordeste. Pontos pluviométricos de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha, com observações de até 74 anos, acusam uma precipitação média anual, da ordem de 1033 mm (RIBEIRO, 2014, p. 117).

As chuvas do interior do Nordeste, e conseqüentemente da área em foco, são predominantemente determinadas pelas oscilações na Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). [...] Além da ZCIT, outros sistemas atmosféricos atuam entre fevereiro e maio, quais sejam, Vórtices Ciclônicos de Ar Superior (VCAS), Frentes Frias, Linhas de Instabilidades, Sistemas de Convectivos de Meso-escala e oscilação 30-60 dias. Desta forma, a estação chuvosa do sertão nordestino, assim como em vários pontos de seu litoral norte, ocorre na sequência verão-outono e é determinada pelas ondulações da ZCIT a nordeste, aliada às penetrações das correntes perturbadas de oeste-nordeste. (RIBEIRO, 2014, p. 116)

Gonçalves (2015), em entrevista concedida por ocasião da pesquisa, levanta uma hipótese interessante para o regime de chuvas mais expressivo no vale da Chapada do Araripe. Segundo ele,

[...] temos alguns sistemas de chuvas que não só a da Zona de Convergência intertropical, que é a mais importante, é claro, que provoca o grande inverno. Nós temos **frentes frias que vêm da Patagônia**, que é o primeiro sistema em que ocorrem. Essas frentes, em 1800, eu te digo que elas **já começavam a chegar em outubro**, talvez pela umidade, pela questão climática da época. [...]. Mas eu te digo porque Frei Alemão, no relato da missão científica do império em 1860, ele disse que **todas as culturas estavam com seu ciclo completo no Cariri em dezembro**. O que é que Frei Alemão está nos dizendo? Que os plantios eram efetuados em outubro, principalmente milho, e, se plantava milho em outubro, é porque tinha chuva. Para o milho estar florescendo em dezembro, tinha que ter chovido bem de outubro a dezembro. Esse é um sistema de frente fria. A zona de convergência intertropical só começa a atuar em janeiro, então, você já estava com as culturas completas e essas frentes frias emendavam no inverno forte que era a ZCIT. Zona de convergência dura (forte) até junho e vai até julho; em outubro começariam as frentes, em 1860, em janeiro começa a ZCIT, no máximo fevereiro e vai até junho. Quando chega junho, tem um sistema que são as ondas de leste: você mora em Recife e o inverno em Recife começa em junho, São João, e vai até setembro. O forte dele é em julho, um pouquinho de agosto. O que acontece? Você está aqui em

⁴⁰ Os engenhos feitos de madeira eram moídos por juntas de bois mansos e, aos poucos, foram sendo substituídos por engenhos de ferro. Com uma estrutura rudimentar, os primeiros engenhos de ferro no Cariri datam da década de 40 ou 50 do século XIX. No lugar chamado Cajazeiras do Farias (atual Arajara), o coronel Joaquim Costa Araújo foi o primeiro a adquirir a novidade da época. No século XX, os engenhos já dominavam praticamente toda a região do Cariri. Alguns pequenos proprietários moíam cana mediante o pagamento da meação. O combustível usado nas fornalhas era a abundante madeira que havia na redondeza. (Nobre, 2015 p. 30).

outubro, chove até janeiro, frente fria; de janeiro a junho, ZCIT; de junho em diante, ondas de leste (Gonçalves, 2015, grifos nossos).

Além desse regime diferenciado de chuvas, segundo Gonçalves (2015, entrevista),

Você tinha 250 fontes jorrando para o Ceará, em torno de 4 milhões de m³/ano, elas formavam o rio Batateiras, Granjeiro, Salamanca, Saco Lobo, Missão Velha, vários rios. Então, surge lá a divisão em cima do platô da chapada, que tem 980 metros: as fontes estão em uma linha de 750 metros, que é o contato da Exu com Arajara. Aí, ela forma uma drenagem; nessa drenagem, ela desce para os fundos de vale e forma os brejos.

Esse contexto ambiental concedia uma umidade e uma concentração de água além do necessário, fazendo com que alguns cultivos de cana-de-açúcar se transferissem das áreas de vale para as encostas, justamente pelo excesso de água, principalmente no período chuvoso, que dificultava o transporte da cana (BRITO, 2011; HISSA, 2005).

Eles começaram [...] a subir a encosta, passou-se a ter a necessidade de irrigar, eles com altura de 600 metros, tendo água a 700 metros, foi só cavar e levar ela até o plantio. Vou lhe citar o exemplo da fonte da Batateira, de lá se tirou água levada para o Belmonte. Esse negócio foi aumentando, porque as rapaduras produzidas nas encostas eram mais saborosas, mais doces que as do vale. Tem a rapadura da chave, a melhor que tem, da encosta. [...] O brejo ficou seco no decorrer, tiraram toda a água do rio batateira, desorganizou o que tinha. Essas pessoas aqui eram Gomes de Matos, poderosos, inclusive falavam francês, uma hierarquia pesada. A oligarquia se dava com província, foram lá reclamar com o presidente alegar que secaram suas áreas de cultivo. Esses ciclos de secas não existiam no passado, mas quando diminuía as chuvas, as fontes não chegavam no brejo no verão e as canas secavam. Com a reclamação o presidente da província, em 1854, baixou uma resolução disciplinando as formas de uso. (GONÇALVES, 2015, entrevista realizada para pesquisa).

Esse contexto geopolítico-ambiental culminou em um peculiar conflito por água na região, protagonizado por famílias com grande poder político-econômico, que se impuseram donas das terras/águas, na medida em que as áreas de cultivo na encosta da chapada utilizavam demasiada quantidade de água, desviando o curso do rio Batateiras e comprometendo os cultivos em períodos de estiagem para as áreas de vale. Nesse momento, estão em desenvolvimento processos de modificações na natureza sem precedentes nesse local. Com os cursos dos rios alterados, modifica-se a biodiversidade e é provocado o desgaste do solo e, nas áreas de cultivo, o desmatamento.

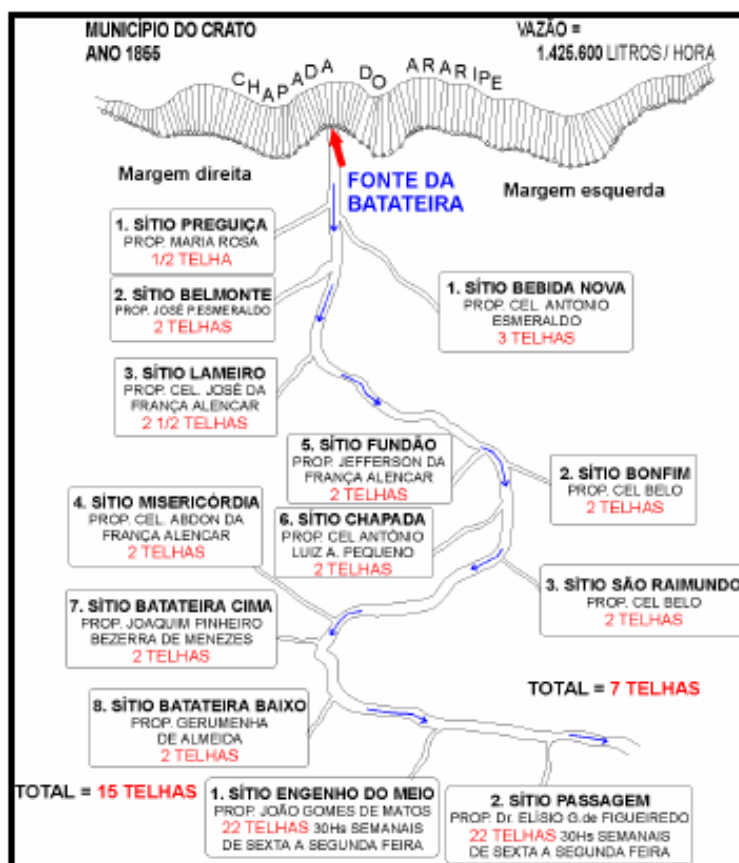
A família Gomes de Matos recorreu, em 1854, para o presidente da Província do Ceará, o qual elaborou o seguinte Decreto em 17 de janeiro de 1854:

Substituto Afonso de Albuquerque e Melo como abaixo se declara: Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e cinco (1855) aos vinte e um dias do mês de Junho do dito ano, nesta cidade do Crato, Cabeça de comarca e província do Ceará, em casa de morada do juiz Municipal substituto Afonso de Albuquerque e Melo onde me achava eu escrivão do seu cargo abaixo nomeado e assinado e sendo ai presente os partidores nomeados o Major Miguel Xavier Henrique de Oliveira e o Alferes Childerico Cicero de Alencar Araripe; pelo dito juiz foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles em que cada um pôz de per si a sua mão direita, sob o cargo do qual lhes encarregou que com toda consciência fizessem a partilha das águas do rio Batateira com todos os foreiros dos sitios mencionados nos termos de avaliação constantes destes autos, observando a igualdade e regularidade de direito recomendado no artigo 58 da Resolução Provincial nº 645 de 17 de janeiro de 1854 e recebido por eles ditos juramentos afirmaram e prometeram cumprir e logo passaram a fazer a referida partilha da maneira e modo abaixo declarado, do que para constar mando o juiz lavrar este termo que assina afinal com os partidores e comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão que o escrevi. Auto: Acharam o juiz e partidores, presidente de Câmara Municipal que o Sitio Luanda tendo duzentas tarefas de terras regadias, e que as aguas com que ele era regado hoje pertencem ao Major Vicente Amancio de Lima, por compra ao finado Joaquim Ferreira Pinheiro, lhe dão duas telhas das águas do Rio Batateira, contendo cada uma das ditas telhas vinte polegadas de circunferência e para constar mandou o juiz lavrar este termo que assina com os partidores e o presidente da Câmara, comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão, que o escrevi. Albuquerque e Melo. Pontes Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cicero de Alencar Araripe, - Acharam mais juiz e presidente da Camara e partidores que o sitio S.João Preguiça, Boa Vista, Mindoia, Corujas e mais três partes uma de Luis Martins da Silva, outra do Joaquim Ferreira Lima Seca e a terceira de João Moreira da Costa, contendo mais de trezentas tarefas lhe davam três telhas d'agua para todos quantos tiverem parte nestes sitios, atendendo, que tem um olho d'agua particular, independente da nascente do rio, cujas aguas molham uma não pequena parte destes sitios no lado do poente, cujas telhas conterão cada uma vinte polegadas de circunferência, e para constar mandou o juiz lavrar este termo que assina com o presidente da Câmara Municipal, partidores e comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão que o escrevi. Albuquerque e Melo. Pontes Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cicero de Alencar Araripe. Acharam mais - que o Sitio Lameiro de José do Monte Furtado, contendo duzentas tarefas de terras regadias e já tendo um outro olho d'agua que ajuda a regar as plantas do dito sitio lhe dão mais das aguas do rio Batateira duas telhas d'agua de vinte polegadas cada uma; e para constar, mandou o juiz lavrar este termo que assinou com o Presidente da Câmara Municipal, os partidores e comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão que o escrevi. Albuquerque e Melo. Pontes Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cícero de Alencar Araripe. Acharam mais: - o juiz, Presidente da Câmara e partidores que havendo no mesmo sitio Lameiro duas partes de terra, uma de Vicente Saveiro dos Santos e outra de Inacio Caetano de Alencar, de terras regadias, dão a estas duas partes uma telha d'agua que contem dez polegadas de circunferência do que para constar, mandou o juiz lavrar este termo que assina o Presidente da Câmara Municipal, partidores e comigo, Antonio Duarte Uiacinto Moura escrivão que o escrevi. Albuquerque e Melo. Ponte Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Childerico Cicero de Alencar Araripe. Acharam Mais: - o juiz presidente da Câmara e partidores, que o sitio Miseria, de João Evangelista Cavalcante, Joaquim Lopes Raimundo do Bilhar e a chapada do Major Antonio Luiz Pequeno Junior tendo duzentas tarefas de terras regadias, lhe dão duas telhas d'águas de vinte polegadas cada uma, que assinou com o presidente da Câmara, partidores e comigo Antonio Duarte Uiacinto Moura, escrivão que o escrevi.

Albuquerque e Melo. Ponte Simões. Miguel Xavier Henrique de Oliveira. Childerico Cicero de Alencar Araripe. (HISSA, 2005, p. 72).

O decreto foi regulamentado, em 1856, pela Câmara do Crato e concedeu direito de uso e comercialização da água para os proprietários citados no mesmo, os quais passaram a vender parte da telha⁴¹ d'água que lhes era de direito para propriedades vizinhas. “Faziam a negociação, iam no cartório e passavam para o vizinho 12 horas/noite de água e o vendedor ficava com 12 horas/dia de água, com isso essas vendas cresceram ao ponto de ter gente com acesso a essa água a cada vinte sete dias por uma hora” (GONÇALVES, 2015). O esquema abaixo, elaborado por Gonçalves (2001), explica esse processo.

Figura 23 – Telhas d'água da fonte da Batateira



Fonte: Gonçalves 2001, p.17.

O Engenho do Sítio Fundão, propriedade citada na Figura 24, na época, de propriedade de Jefferson da França Alencar, apresenta ainda ruínas de sua antiga estrutura, encontrando-se localizado em uma área de conservação no município do Crato, nas

⁴¹ Telha é uma unidade de vazão portuguesa que corresponde a 64800 litros/hora.

proximidades do Rio Batateiras. A figura 25 é uma fotografia feita das ruínas do Engenho – no centro da imagem, a moenda, ladeada de forma circular por paus que eram movidos por tração animal; a cana-de-açúcar era moída e, nessa estrutura, era feita a rapadura.

Figura 24 – Ruínas do Engenho do Sítio Fundão



Fonte: Foto capturada pelo autor em visita ao local (agosto/2015).

Essas formas de apropriação da natureza e (des)organização drástica dos seus cursos para ampliação da riqueza só foi possível com uso de trabalho de pessoas escravizadas em diferentes tempos. Inicialmente, o trabalho escravizado onde os homens e mulheres eram propriedade dos donos de terras/águas. Eram renda capitalizada do latifundiário, sendo acúmulo de valor para negociações, servindo, inclusive, como penhora para empréstimos, e como produtor de riqueza concentrada mediante as realizações do trabalho. Com a abolição formal da escravidão, as políticas de concessão de terras para os sesmeiros trataram de ratificar as terras/águas como renda capitalizada dos latifundiários, de modo que esses conseguiram perpetuar relações de trabalho similares à escravidão, pois os desprovidos de terra precisavam se submeter a regimes de trabalho exploratórios com o intuito de cultivar pequenas porções de terras para consumo familiar. Nesse sentido, toda riqueza acumulada no vale foi fruto de intensos processos de exploração das terras/águas e do trabalho.

As pesquisas realizadas nesse contexto demonstram, ainda, uma perpetuação dessas relações de dominação das terras/águas, na medida em que os proprietários foram aos cartórios, muitas vezes criados por seus familiares, e, registraram-se como donos das águas. Essa concentração e esse controle de uso e fluxo da água, tendo em alguns pontos, inclusive,

vigia do curso da água, exclui do uso populações tradicionais que vivem nas encostas da chapada, demonstrando outro caráter intrínseco desse processo de apropriação das terras/água: o conflito.

O Cariri **oásis**, muitas vezes retratado pelos poetas e cronistas, “um oásis que tem água o ano inteiro” (Pinheiro, 2010 p. 17), vai sendo fatiado entre os herdeiros dos sesmeiros e as propriedades vão se constituindo como corredores compridos até as áreas de talude da Chapada. O oásis, palavra usada nas canções de saudação e os discursos turísticos, é para os donos de terras que constroem chácaras, chalés, habitações luxuosas e fogem quando podem das elevadas temperaturas dos centros das cidades para se refrescarem na Chapada. Esse aspecto soma na especulação fundiária como renda diferencial, áreas com maiores cotas de altitudes são negociadas por preços mais elevados por estarem mais próximas à vegetação úmida, córregos de rios e riachos, gozando de temperaturas mais amenas.

O discurso de sedução em relação à paisagem tem sua singularidade na capacidade de criar, no imaginário social, a necessidade de consumo das virtudes do lugar pelas possibilidades dos locais selvagens ou de grande expressão estética exercerem o poder de repor nas pessoas, as energias gastas na agitada vida cotidiana. Este fascínio pela paisagem, pelo natural, pelo selvagem, mesmo considerado “neomito” por alguns é articulado pela mídia, que ressalta os aspectos paradisíacos e exóticos dos lugares articulando-lhes poderes de terapia para o estresse provocado pelo cotidiano das lutas pela sobrevivência. (MENEZES, 2007 p. 354).

Os balneários, inquilinos das águas do sistema de telhas, são muito frequentados todo o ano – espaços privados de acesso limitado, muitas vezes para sócios de clubes, onde famílias adquirem títulos e tem à disposição quantidades desmoderadas de água.

4.2.2 Aquíferos médio e inferior

Os componentes do complexo aquífero da Bacia Sedimentar do Araripe (fontes, riachos, rios, áreas de captação) em sua porção oriental, nas cidades de Aurora, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres e Missão Velha, formam o Rio Salgado, que é afluente do Rio Jaguaribe. Assim, o Rio Batateiras, o Rio Granjeiro, o Riacho dos Porcos, o Riacho Seco, o Rio Carás, o Riacho Jardim, entre outros são formados a partir das fontes da chapada do Araripe e são afluentes do Rio Salgado.

Dessa maneira, as formas de alimentação dos aquíferos estão em comunicação, pois as águas das chuvas que caem sobre o topo da chapada e no vale alimentam as fontes (aquífero superior) e os aquíferos médio e inferior. Os rios, formados a partir das fontes em seus cursos, depositam água no aquífero, pois 15% da área da Bacia é sedimentar, e segue para o Rio Jaguaribe, que, por sua vez, desagua no Açude Castanhão. O Mapa 2 representa a formação desse complexo hídrico.

Os processos de desenvolvimento na região têm ocasionado problemas na reposição dos aquíferos. A expansão urbana no vale tem impermeabilizado o solo, impedindo a infiltração de água. Construções de casas, empreendimentos turísticos, balneários e condomínios fechados nas proximidades das encostas têm provocado desmatamento e impermeabilização. A retirada de árvores do topo do pacote sedimentar para indústria, principalmente cerâmica e de produção de cimento, mesmo realizadas em plano de manejo regulamentadas pela APA, tem comprometido o potencial de recarga do aquífero superior.

A mudança dos cursos dos rios, mediante canalização, a impermeabilização dos solos urbanos, desmatamento de matas ciliares e o despejo de esgotamento urbano e industrial nos cursos contínuos de água, tornaram comum a existência de canais de esgotos que recebem águas das fontes e percorrem a cidade, alimentados pelos dejetos do saneamento. No caso do Crato, o canal do Rio Granjeiro percorre a cidade no sentido sul-norte, iniciando no bairro Pimenta e terminando no centro da cidade, em frente à feira livre do município e à Escola Pública 18 de Maio.

No ano de 2011, uma grande enchente alagou as ruas da cidade, inundou residências em torno do canal, causando intensa degradação. Chuvas na encosta e na área de vale não suportadas pela estrutura do canal trouxeram para as áreas de circulação, residências, prédios comerciais e para a prefeitura os esgotos residencial e industrial. Após o ocorrido, o poder público tratou prontamente de limpar a cidade, reformar o canal e instalar pluviômetros no canal para se averiguar o risco de novas inundações.

Nesse sentido, as (des)continuadas formas exploratórias de produção do espaço geográfico no vale têm ocasionado erosão dos bens naturais que comprometem o bem viver das comunidades tradicionais do entorno da Chapada e podem, em um futuro próximo, entrar em colapso, dado o potencial destrutivo dos modos de vida em voga nas cidades.

O colapso hídrico vem sendo anunciado por várias instituições do Estado em eventos acadêmicos e cartilhas educativas. Faz-se um chamado para usos racionais da água. No

entanto, pairam na região dúvidas quanto ao potencial hídrico do aquífero subterrâneo. Estudos divergem sobre o tema e o discurso da escassez alimenta legitimidades políticas para obras de transposições hídricas.

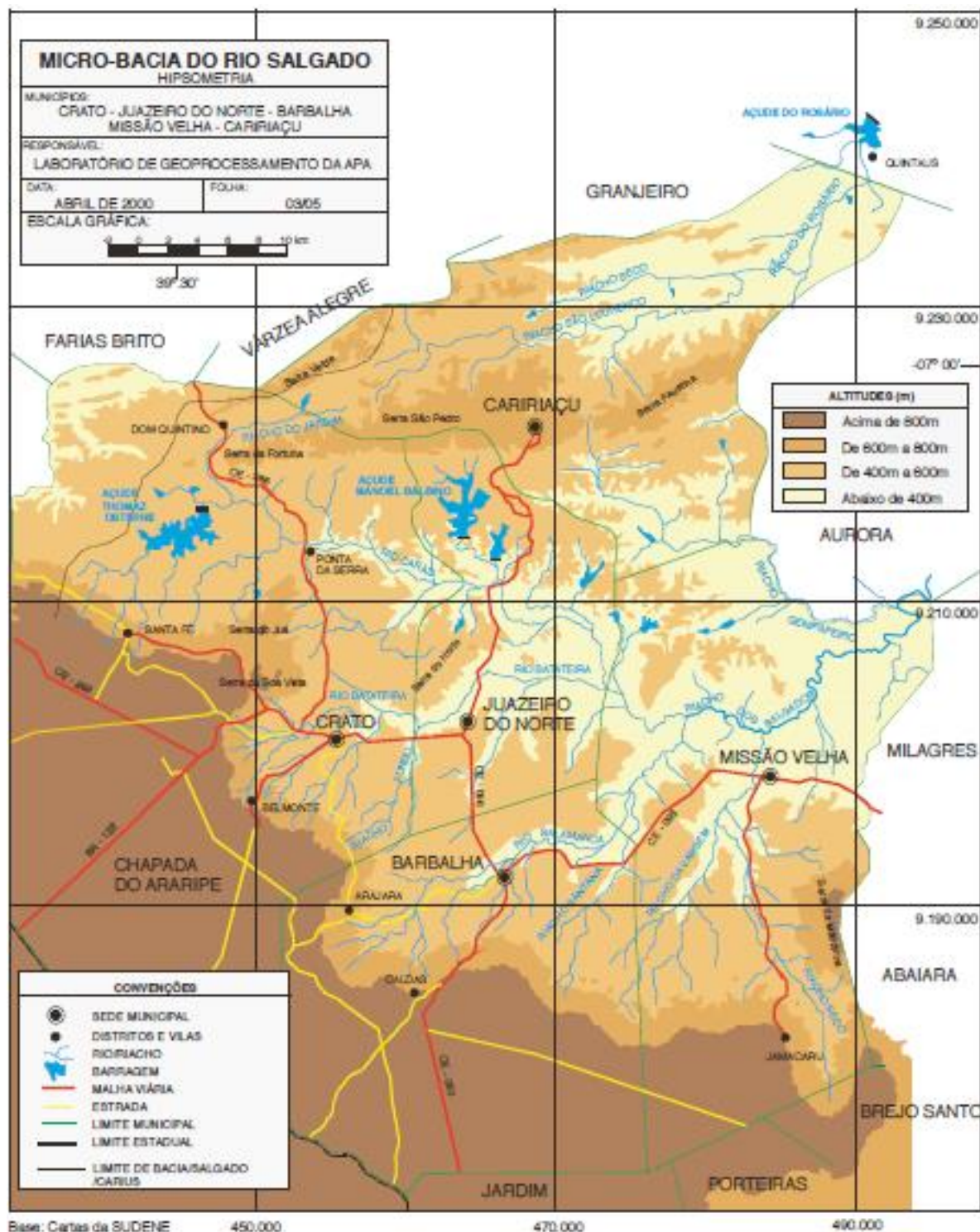
A CPRM realizou um estudo, em 2012, para averiguar as potencialidades de reserva e a disponibilidade de água do aquífero médio. O Estudo usou como base uma divisão hidrogeológica nos três aquíferos principais: “Sistema Aquífero Superior (formações Exu e Arajara); Sistema Aquífero Médio (formações Rio da Batateira, Abaiara e Missão Velha); e Sistema Aquífero Inferior (Formação Mauriti e parte basal da Formação Brejo Santo).” (p. 33).

O Estudo apresenta o potencial das reservas permanentes e reguladoras, segundo o qual as primeiras correspondem aos volumes de água acumulados que independem de variações periódicas ou sazonais, enquanto as segundas dizem respeito aos volumes de água renovável a cada período anual ou interanual, correspondendo, portanto à recarga do aquífero.

As reservas reguladoras correspondem às recargas do sistema aquífero, calculadas em 112×10^6 m³/ano, que **representam apenas a 0,13% das reservas permanentes**. A disponibilidade potencial do sistema aquífero é aquela que considera explotável toda reserva reguladora, isto é, não acarreta depleção nas reservas permanentes. Para o sistema aquífero em questão, essa disponibilidade correspondente à reserva reguladora e equivale a 112×10^6 m³/ano. [...] somente o rio Batateiras, o principal dreno superficial dos excessos de água subterrânea, recebe cerca de 24×10^6 m³/ano de contribuições do sistema aquífero e das fontes na área de Crato-Barbalha-Juazeiro do Norte. (CPRM, 2012 p. 37, grifos nossos).

Ainda segundo o referido estudo, a reserva permanente do aquífero médio é de $8,37 \times 10^{10}$ m³. Somente para efeitos de comparação, o Açude Castanhão, maior da América Latina para múltiplo uso, apresenta uma capacidade de hídrica de $6,7 \times 10^9$.

Mapa 16 – Sub-bacia do Rio Salgado



Fonte: EIA-RIMA do CAC (2010).

O estudo da CPRM averigua, também, a qualidade da água subterrânea e chega às seguintes conclusões:

[...] pode-se admitir que as águas do Sistema Aquífero Médio são muito boas, porém, observa-se a diferenciação existente entre as águas de Crato-Juazeiro-Barbalha-Missão Velha, todas com valores médios de resíduo seco inferiores a 230 mg/L, da área de Abaiara-Brejo Santo, onde os valores médios de resíduo seco variam entre 264,5 e 401,0 mg/L. Conforme DNPM (1996), essas águas mais mineralizadas são em parte captadas do aquífero Brejo Santo, visto que, muitos poços na região de Brejo Santo exploram camadas arenosas contidas entre os argilitos do Brejo Santo. (p. 39).

Segundo Iarley Brito Gonçalves (técnico da COGERH, fundador da entidade e gerente até o ano de 2014), em entrevista concedida por ocasião desta pesquisa de mestrado, o estudo da CPRM foi contestado pela Câmara Técnica de água subterrânea, colegiado que integra o Comitê de Gerenciamento do Rio Salgado. Para o técnico, os números apresentados pelo estudo da CPRM são desmoderados. Ainda segundo ele, a COGERG realizou um estudo ainda em 2010, que apresenta números diferentes dos apresentados pela CPRM, mas mesmo o estudo tendo sido concluído e estando no acervo da instituição, ainda não foi disponibilizado para consulta pública, necessitando de autorização da SRH para acesso.

O que importa é saber o que é que nós temos, o que é recarregado e o que temos para gastar [Ele se refere aos estudos realizados para averiguar as potencialidades do aquífero]. A CPRM fez um trabalho, anterior ao que a COGRH contratou; ela dá uma disponibilidade de 360 milhões de m³, com notáveis hidrogeólogos do Nordeste. A Câmara técnica, desde as primeiras reuniões, questionou os resultados do trabalho. O modelo usado pelos pesquisadores da CPRM é muito complexo e foi questionado pela câmara técnica da COGERH. Então, você tem na região um comitê de gestão da Bacia do Rio Salgado e uma câmara técnica de gestão de águas subterrâneas que contestam estudos de grandes hidrogeólogos do Nordeste, o que gerou uma interessante polêmica científica. Após as correções sugeridas pela câmara técnica, foram acatadas pelos elaboradores do estudo, mas não sabemos se as alterações foram realizadas no estudo. Eu estou querendo alertar isso para demonstrar a importância da câmara técnica. (GONÇALVES, 2015).

Esse desencontro de dados, eufemisticamente chamado de polêmica científica por Gonçalves⁴² (2015), demonstra alguns aspectos interessantes da visão do Estado sobre a natureza. Uma delas é que há indisposição em esclarecer as reais potencialidades hídras dos aquíferos do sertão cearense, pois, tendo claras essas informações, as ações de integração de bacias poderiam ser tecnicamente questionadas, uma vez que essas vêm sendo executadas obedecendo à premissa de que o semiárido está em colapso hídrico e se fazem necessárias obras hídras para a permanência das pessoas onde vivem.

Outro aspecto é a noção de uso linear-exploratório de bens cíclicos e indispensáveis para a vida humana. Percebemos nas falas, em fóruns e em reuniões das gestões de água na região, organizadas pelo Estado, afirmações como, “Não podemos barrar o desenvolvimento” ou que “O Cariri precisa de água para continuar crescendo”. Não percebemos questionamentos aos modelos de desenvolvimento urbanos, crescimento do consumo, concentração da riqueza e poder. Em tese, fica perceptível que o desenvolvimento técnico da engenharia soluciona os problemas de escassez.

Durante o campo da pesquisa de mestrado, participamos de uma reunião da câmara técnica de água subterrânea, realizada na cidade do Crato/CE, no dia 15 de agosto de 2015, na sede da COGERH. A reunião repercutia a Resolução/CONERH nº01/2015, de 19 de maio de 2015. A citada resolução restringe a perfuração de poços na região do Cariri, baseando-se na premissa da escassez de água apontada pelo estudo realizado não publicado pela COGERH.

[...] CONSIDERANDO o contexto geológico/hidrogeológico da Bacia Sedimentar do Araripe, que compreende os sistemas denominados médio, superior e inferior, responsáveis pelo suprimento de água para os usos múltiplos da região; CONSIDERANDO a necessidade de restringir a perfuração de poços tubulares no sistema médio que contempla as formações geológicas do Rio Batateira, Abaiara e Missão Velha, na Região Metropolitana do Cariri – CRAJUBAR; CONSIDERANDO o Parecer nº01/2014, emitido pela Câmara Técnica de Água Subterrânea – CTAS do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado – CSBHRS, aprovada em 1ª Reunião Ordinária do CSBHRS no de 2014, que apresenta medidas para evitar a exaustão e comprometimento da qualidade da água do Sistema Aquífero Médio, um aquífero livre e altamente vulnerável, segundo os estudos; [...]. RESOLVE: Art.1º Restringir a perfuração de novos poços tubulares nos municípios do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, da Região Metropolitana do Cariri, com exceção para as alternativas de abastecimento humano e às recepcionadas por esta Resolução nos moldes do art.2º. Art.2º Nos casos dos pedidos que importem em interesse público [...]. (DIÁRIO OFICIAL DO CEARÁ, 22 DE MAIO DE 2015⁴³).

⁴² Comentando sobre o estudo da CPRM, Iarley Brito Gonçalves disse: “Estamos em cima de 07, Castanhão”. Se referindo ao maior açude do Ceará com capacidade de armazenamento de 6,7 bilhões de m³ de água.

⁴³ Disponível em: seplage.com.br. Acesso em: 14/10/2015.

Na reunião, foi informado que existem pelo menos mil poços cavados à revelia da fiscalização e das normas do Estado, retirando águas dos aquíferos médio e inferior da Bacia Sedimentar do Araripe. Segundo Eraldo Oliveira, secretário de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte, nenhum poço cavado pela CAGECE⁴⁴ no referido município é regularizado. A COGERH informou, ainda, que muitos poços foram cavados recentemente na região para a construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), da Transnordestina e da Transposição do Rio São Francisco.

Comentando sobre esse aspecto, o Diretor do GEOPARK Araripe, Nivaldo Soares afirmou: “Pensando as instituições, CAGECE, SEMACE, COGERH e todas as instituições do Estado não serem capazes de controlar três ou quatro empresas que fazem perfurações, é um absurdo, uma vergonha. Isso é uma demonstração de ineficiência, fraqueza impressionante, porque não passam de quatro empresas”.

Convencionou-se, na reunião, restringir a construção de poços e que novas autorizações deverão ser apreciadas pelo comitê, pois não se podem barrar as taxas de crescimento da região, como ficou claro na fala de Pedro Medeiro do ICMBio:

[...] Isso que está surgindo não é uma consequência do que foi tomada em virtude de perfuração de poços, nós não geramos essa demanda, ela já existia, em que o lençol está sendo super explorado. [...] Essa regulação tem força de lei. Eu concordo com Iarley [Brito Gonçalves] quando ele diz que nós não podemos barrar o desenvolvimento, até porque nós temos um problema que tudo funciona de seguinte maneira, vem primeiro os processos industriais, a sociedade, o comércio, bem depois as instituições que estão envolvidas na fiscalização.

Ainda na referida reunião do Comitê de Água subterrânea, foi apresentada uma proposta elaborada por Iarley Brito Gonçalves, técnico da COGERH, que visa alimentar os aquíferos superior e médio com perfurações de dois poços, um no topo da chapada e outro nas bordas do rio Saco Lobo, nas mediações do Bairro São Miguel. A proposta é que esses poços cumpram o sentido inverso do habitual e coloquem água no lençol freático, impedindo, assim, segundo essa noção, problemas futuros com escassez. A proposta prevê no topo da Chapada o uso de água contida em barreiros e na área de vale de água do CAC, pois essa obra passa nas proximidades.

⁴⁴ Companhia de Água e Esgoto do Ceará – instituição responsável pelo abastecimento de água e esgoto no Estado.

A gente tem pensado em uma proposta de uma recarga artificial de **acelerar um pouco essa lentidão e ineficiência do aquífero em repor água por vários fatores ambientais**, por cobertura urbana, degradação. Essa proposta é apenas uma ideia dentro da drenagem superficial urbana de recarga artificial para ver acabar com essa lentidão de recarga do aquífero e para uso da água do próprio cinturão [CAC]. (GONÇALVES, 2015, grifos nossos).

Quando questionado sobre a qualidade da água vinda do CAC, Gonçalves arguiu que precisamos supor que essa água venha limpa, pois seria inconcebível o Estado construir uma obra dessa dimensão e distribuir água imprópria para consumo.

Vê-se nas propostas e encaminhamentos do Comitê de Água Subterrânea uma visão utilitarista da natureza, em que o desenvolvimento das forças produtivas não pode ser ameaçado pela escassez. Não percebemos um debate sobre democratização de acesso aos bens naturais, conservação e ampliação do acesso à água das comunidades tradicionais que têm limitado acesso. É latente o entendimento da técnica como redentora dos problemas ambientais. A crença em uma engenharia milagrosa que soluciona o problema de escassez, ampliando as potencialidades de usos linear-extrativo dos bens naturais.

Ainda no âmbito das áreas dos aquíferos médio e inferior, na cidade do Crato, projetos de lei elaborados recentemente alteram a legislação vigente, autorizando expansão urbana em locais anteriormente destinados à conservação da natureza. Tratam-se das ZEAS – Zonas de Especiais Ambientais. Segundo determinação da Lei Municipal 2.590/2009, que rege sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade do Crato, as ZEAS são: “Art. 64º [...] áreas sensíveis de interesse ambiental conformadas pelos parques urbanos, pelas áreas de preservação ecológica, em suas várias modalidades, pelas faixas de preservação e proteção de todos os recursos hídricos incidentes na cidade de Crato” (CRATO, 2009, p. 30).

Segundo o documento de publicação da lei, essas áreas são: Parque Encosta do Seminário, Parque do Palmeiral, Parque de Exposições Agropecuárias, Parque do Fundão, Parque do Rio Batateiras, Parque do Rio Saco Lobo, Parque do Riacho Constantino, Parque do Riacho Fundo, Parque do Rio Granjeiro e Parque intermunicipal do Rio Salgado.

Em entrevista, por ocasião da pesquisa, o Secretário Municipal de Meio Ambiente Sthepenson Ramalho afirmou que as áreas foram regulamentadas de maneira que não torne possível permanecerem como unidades de conservação, dado o fato de serem, em sua maioria, áreas privadas.

[...] foram criadas essas zonas em áreas particulares, mas, em nenhum momento, isso foi comunicado aos proprietários, como também, não tendo sido comunicado, eles não foram indenizados e eles solicitaram ao município que indenizassem os terrenos. O município não tem condições de indenizar aquela quantidade de terrenos. Eles entraram na Câmara dos Vereadores com um pedido de desafetação da área, o que foi sancionado porque a prefeitura não tem como pagar isso aí, foi uma construção feita de uma forma que não foi pautada no correto, as pessoas são donas das áreas. Você não pode chegar no terreno de Seu Antônio ou de Seu José e dizer: seu terreno é do município sem indenização, isso não pode. Esse empreendimento não está dentro da ZEA, ele está no limite. (RAMALHO, 2015).

A informação levantada pelo secretário está confirmada no documento que modifica duas ZEAS e autoriza expansão urbana nessas áreas anteriormente destinadas à preservação ambiental, dada a sua importância.

Foi formulado requerimento pela pessoa jurídica de direito privada ACINBEL – AGROCOMÉRCIO E INDÚSTRIA BEZERRA LTDA, no sentido de requerer desafetação da área inserida na ZEA 07 e/ou pagamento de indenização. Instalada a se manifestar, a procuradoria geral do município opinou pela desafetação da área do requerente, eis que o Município não tem condições financeiras para arcar com a desapropriação indireta da referida área. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO, 2014).

A área em questão é o leito do rio Saco Lobo, que fica entre os bairros Santa Luzia e Mirandão. Amadeu de Freitas, vereador pelo PT na cidade, questionou as alterações e afirmou que essas estão sendo resultado da fragilidade do poder público municipal em ir de encontro aos especuladores imobiliários.

A ZEA 7, Riacho Constantino, foi extinta⁴⁵. Margens do Rio Saco Lobo estão sendo aterradas e o solicitante de desafetação está loteando o terreno para expansão urbana.

Trata-se de uma área inundável, portanto, inapropriada para habitação. Além de colocar em risco a vida e os empreendimentos de quem adquirir lotes naquela localidade, a medida caracteriza-se como uma agressão irreparável ao meio ambiente. [...]. O absurdo dessa medida está no fato de o interesse imobiliário se sobrepor ao direito da moradia da população de ter o meio ambiente preservado. Por esse motivo, a sociedade deve reagir a esse crime ambiental e responsabilizar seus promotores (INFORMATIVO DO MANDATO DO VEREADOR AMADEU DE FREITAS, 2014).

Abaixo, as figuras 26 e 27 expressam a degradação da área após a Lei 3.054/2014⁴⁶, de 12 de dezembro de 2014, ter sido sancionada pelo Prefeito Ronaldo Gomes de Matos. Nas

⁴⁵ Sobre a extinção da ZEA 7, o Secretário de Meio Ambiente do Crato, em entrevista para a pesquisa de mestrado, disse: “Esse empreendimento não está dentro da ZEA, ele está no limite. Você, como aluno de mestrado, tenha muito cuidado em ouvir dizer, você tem que estar pautado em documento. Isso é em boca grande, o que o pessoal anda dizendo”.

imediações do estádio de futebol Mirandão, está o bairro homônimo, do outro lado da margem do rio, o Bairro Santa Luzia.

Figuras 25 e 26⁴⁷ – ZEA 07 - 2009/2015 - Degradação ambiental



Ainda nesse âmbito, a Lei Municipal nº3.054/2014, de 24 de novembro de 2014, converte a ZEA 4 (Parque de Exposição Agropecuária) em uma Zona de Uso Misto – ZUM. Segundo o vereador Amadeu de Freitas, em entrevista concedida para a presente pesquisa, todas as demais ZEAS estão ameaçadas de futuras modificações, sobretudo a ZEA 5 - Parque Rio Batateira. Para o legislador nessa área, estão sendo construídas de maneira irregular residências onde a prefeitura e o dono da propriedade não questionam ou embargam as obras.

[...] na encosta do Rio Batateira tem várias construções que são irregulares, mas, quando o proprietário não reclama sobre esse uso indevido em seu terreno, tem algo estranho aí. O problema é que essas áreas não são áreas públicas e sim privadas e se consta na lei a intenção de tornar essas áreas parques. (FREITAS, 2015).

Nesse sentido, o regresso da legislação ambiental na cidade pode ser entendido como um fato político, como nos indica do citado Vereador, na medida em que o prefeito cedeu a pressões do setor imobiliário e solicitou a destruição da legislação protetiva para loteamento urbano. Nesse aspecto político, cabe salientar que o prefeito da cidade é dono de grandes empresas de produção de material de construção.

⁴⁶ “Consciente da necessidade de implantação das medidas propostas no bojo do projeto em anexo, o submetemos a Vossa deliberação, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, com a certeza de que o espírito público guiará até sua aprovação em plenário” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO, 2014).

⁴⁷ A figura 25 é uma imagem de satélite retirada do Google Earth, acessado em 21/08/2009 e a 26 do mesmo site, acessado em 31/07/2015.

Na região do Cariri, além de regimentos Estaduais e Municipais que regulamentam a produção do espaço geográfico, como Comitê de Bacias, Comitê de Água Subterrânea, ZEAS, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, entre outros, a legislação ambiental federal normatiza a delimitação de áreas, limitando a exploração e intencionando conservação e usos não destrutivos da natureza. São a FLONA (Floresta Nacional do Araripe) e a APA Chapada do Araripe (Área de Proteção Ambiental).

A FLONA foi criada pelo decreto presidencial nº9.226, de 02 de maio de 1946, tendo sido a primeira criada no país, e envolve as cidades do Crato, de Barbalha, de Jardim, de Missão Velha e de Santana do Cariri. Segundo o decreto nº1.298, de 27 de outubro de 1994, que normatiza as áreas de FLONA:

As Florestas Nacionais – FLONAS - são áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal nativa ou plantada, estabelecidas com os seguintes objetivos:
 I - promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais;
 II - garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos;
 III - fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo. (BRASIL, 1994).

A APA Chapada do Araripe foi criada mediante decreto presidencial de 04 de agosto de 1997, envolvendo os municípios de Missão Velha, Abaiara, Brejo Santo, Porteira, Jardim, Jati, Pena Forte, Barbalha, Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri, Araripe, Potengi, Campos Sales e Salitre, no Estado do Ceará; de Araripina, Trindade, Ouricuri, Ipubi, Exu, Santa Cruz, Bodocó, Cedro, Moreilândia, Granito e Serrita, no Estado de Pernambuco; de Fronteira, Padre Marcos, Simões, Paulistana, Pio IX, Caldeirão Grande e Curral Novo, no Estado do Piauí.

Art. 6º Ficam proibidas ou restringidas na APA Chapada do Araripe, entre outras, as seguintes atividades:

I - implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;

II - realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem alteração das condições ecológicas locais, principalmente nas zonas de vida silvestre;

III - exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão, o assoreamento das coleções hídricas ou o comprometimento dos aquíferos;

IV - exercício de atividades que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional;

V - despejo, nos cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente.

(BRASIL, 1997, grifos nossos).

O Mapa 17 expressa as extensões da APA Chapada do Araripe e da FLONA Araripe. A APA, mais extensa, com 972.590,45 hectares, abrange os estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, sendo composta por 33 cidades. A FLONA Araripe-Apodi abrange 38.919,47 hectares, sendo ambas geridas pelo ICMBio e integrantes do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Em verde-escuro, a FLONA, e, verde-claro, a APA.

Mapa 17 – APA Chapada do Araripe e FLONA Araripe-Apodi



Fonte: Mapa gerado a partir do site <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2122-flona-araripe-apodi.html>>. Acesso em 27 set.2015.

Em observações de imagens de satélites e nas atividades de campo, constatamos algumas atividades econômico-financeiras que colocam em questão a eficiência dos decretos elaborados pelo Estado, a execução e a fiscalização dos atos normativos mediante suas instituições como ICMBio.

Uma delas é a GRENDENE, uma empresa calçadista localizada na cidade do Crato, no Bairro Seminário. Ela foi instalada no município em um contexto de incentivos concedidos pelo Estado para interiorização das indústrias no Ceará.

Participação importante também nesse processo têm desempenhado as prefeituras municipais do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Isto se deve ao fato da criação de Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Indústria na gestão que compreende o período de 2004 - 2008. A estas cabe o papel de coordenar o processo de atração e instalação de unidades industriais. Para tanto, as prefeituras negociam os terrenos, disponibilizam infraestrutura e autorizam isenções de impostos como forma de incentivos. [...]. Vale ressaltar que somente a Grendene foi beneficiada com R\$ 25.000.000,00, [...] [que] instalada no município do Crato em 1996, migra

para o Nordeste devido à estratégia de recuperação de competitividade, afetada pela abertura comercial brasileira (anos 1990) e pelo fortalecimento de mercados externos. Os principais fatores que atraíram a empresa para o Estado foram: os incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual; a mão de obra barata, abundante e desorganizada sindicalmente; e a proximidade com o mercado externo. A empresa também contou com a disponibilização do terreno e treinamento de mão de obra, realizado em convênio com a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC). Na esfera municipal, a Grendene contou com a concessão de incentivos sobre o IPTU. Além disso, obteve financiamentos junto ao BNDES e FNE-BNB. (BESERRA, 2009, p. 94-97).

A empresa encontra-se dentro da área da APA Chapada do Araripe e nas bordas das Unidades de Conservação Sítio Fundão⁴⁸, regida por legislação estadual e gerida pela SEMACE. A empresa gaúcha despeja seus dejetos industriais no rio Granjeiro, afluente do Salgado.

Outro empreendimento econômico que reforça a hipótese que levantamos de que os decretos realizados pelo Estado na região do Cariri e suas instituições não estão sendo respeitadas é a IBACIPE, empresa de cimento localizada na cidade de Barbalha/CE. A IBACIPE produz cimento com matéria-prima retirada da cidade Nova Olinda, calcário laminado. Parte da indústria está localizada dentro da área de APA.

Ao lado da IBACIPE passa o CAC, dentro da APA essa grande obra passa em forma de canal, túneis e sifões. Esse fato não consta no EIA-RIMA de construção do CAC e foi questionado pelo Ministério Público Federal, haja vista a ameaça que representa à área de mata úmida da Bacia Sedimentar do Araripe. Sobre essa questão, especificamente, debatemos no capítulo 2 da dissertação.

As figuras 27 e 28⁴⁹ demonstram espacialização das legislações ambientais APA, FLONA e Sítio Fundão nas cidades do Crato e de Barbalha e as intervenções econômico-financeiras de iniciativa privada e do próprio Estado, que se sobrepõem às regulamentações restritivas em questão. Ambas as imagens são fotografias de satélite do programa Google Earth.

⁴⁸ “O Parque Estadual do Sítio Fundão está localizado na cidade do Crato, a 567 km de Fortaleza. Atende a finalidades ambientais e culturais de preservação de recursos naturais e históricos. Possui beleza exuberante, apresentando flora nativa representantes dos biomas Caatinga e Cerrado, corpos d’água de grande valor para a população local e uma fauna silvestre variada, em condições ideais de vida tranqüila. Além disso, faz parte do Geossítio Batateira, vinculado ao Geopark Araripe. Possui edificações de importante valor histórico. No Parque são permitidas atividades de Educação e interpretação ambiental, recreacionais e pesquisa científica.” Fonte: <http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/parque-estadual-do-sitio-fundao/> Acesso 27/09/2015.

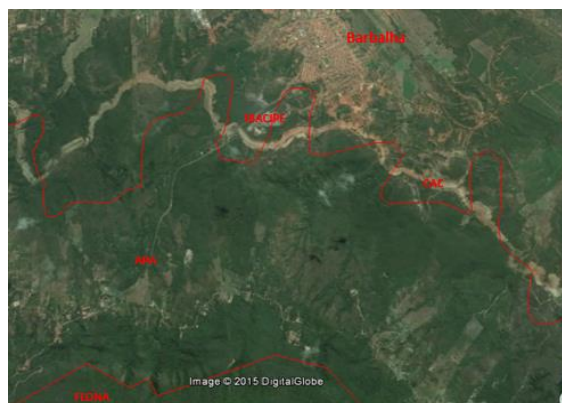
⁴⁹ Os limites da FLONA Araripe-Apodi e APA Chapada do Araripe estão disponíveis no site do ICMBio.

Figuras 27 e 28 – Limites FLONA e APA



Limites da APA Chapada do Araripe, localização da GRENDENE e Sítio Fundão.

Fonte: Google Earth, data da foto: 31/07/2015. Adaptação pelo autor.



Limites da FLONA Araripe-Apodi, localização do CAC, Barbalha e IBACIPE.

Fonte: Google Earth, data da foto: 31/07/2015. Adaptação pelo autor.

Esse contexto geopolítico-ambiental do Cariri demonstra o papel contraditório do Estado, que, mediante pressão popular ou internacional constrói legislação ambiental protetiva e conservacionista e ele próprio sobrepõe a essas normas intervenções de infraestrutura hídrica. Outra contradição desse processo permanente de composição do Estado é a convivência com os usos exploratórios da natureza por parte da burguesia industrial, imobiliária e latifundiária. As instituições estatais legalizam suas ações, mesmo que essas estejam de encontro com a legislação ambiental. Vale ressaltar que todos os empreendimentos citados anteriormente atuam regularmente segundo a SEMACE.

Assim, o Estado age como indutor do processo de expansão do capital, mediante a redução de impostos, da concessão de empréstimos e da construção de estrutura física para fluidez do capital, e se omite na fiscalização dessa expansão. Essa dupla ação garante uma desenfreada extração/destruição da natureza e concentração de riqueza.

Com isso, as territorialidades construídas no âmbito do discurso de conservação ambiental pelo Estado se constituem como meros adornos infringíveis de acordo com as demandas de expansão do capital.

Se as territorialidades são construídas mediante afirmação de poder, tendo sido essas forjadas no interior de relações de classes, a invasão ou simplesmente a extinção de um espaço delimitado para conservação (visando atender a determinado setor econômico-

financeiro em expansão) é uma expressão de seu exercício de influência sobre o Estado e as suas formas de intervir.

Essa conjuntura geopolítico-ambiental de (des)construção de regimentos ambientais flexíveis nos leva a crer que as unidades de conservação APA e FLONA estarão potencialmente ameaçadas com a chegada de um fluxo de água artificial, constante, controlado e vigiado, que será oferecido com o CAC. Se com essa conjuntura de afirmação da escassez de água pelo Estado as unidades de conservação estão sendo infringidas por expansão econômica, o que podemos esperar com a chegada de um fluxo constante de 30 m³ por segundo de água canalizada por uma obra que, em si, já se sobrepõe a uma legislação ambiental vigente?

Nesse sentido, as comunidades que vivem produções espaciais e territoriais camponesas são potencialmente ameaçadas com a expansão das relações capitalistas no Vale do Cariri e suas estratégias de (r)existências são possibilidades de (re)construção do bem viver.

O debate sobre a natureza apresenta-se como central na tentativa de entendimento do Cariri, pelo fato de apresentar condições sócio-ambientais distintas das regiões que circunda, como analisamos nesse capítulo, mas, principalmente pelo fato de todo o processo de formação territorialial dessa região ter sido marcado por uma apropriação desigual e excludente das bonanças do “oásis”. Onde a formação do Estado legitimou apropriações de distintos tempos das terras e águas, ampliando as desigualdades sociais e pondo vulneráveis as comunidades tradicionais que vivem no entorno da Chapada do Araripe.

Fato que nos faz crer que existem distintas formas de relação com a natureza, concatenadas com a formação social dessa região, o que nos obriga a construir reflexões cada vez mais integradas entre sociedade e natureza. No capítulo seguinte buscaremos entender os processos de formação territorial das comunidades que pesquisamos e a construção de seus modos de vida.

5 FORMAÇÃO TERRITORIAL DAS COMUNIDADES DO BAIXIO DAS PALMEIRAS

A pesquisa geográfica pode ser construída sobre várias perspectivas, tendo em vista a amplitude e a diversidade de temas e abordagens que a ciência geográfica concatenou ao longo de seu processo de afirmação enquanto ciência moderna. As escolhas dos pesquisadores e pesquisadoras na condução do trabalho muito elucidam suas influências teórico-metodológicas, sua vinculação com corrente ou escola do pensamento geográfico. Mas também, no fazer-a-pesquisa, as estratégias e direcionamentos da coleta de dados das relações com os sujeitos pesquisados são traços muito singulares de cada geógrafo ou geógrafa, que empreende uma série de influências com sua maneira particular de ver o mundo. Assim, a pesquisa é uma espécie de **artesanía**, como nos alude Cruz (2010). É uma labuta de refinar e focar as lentes e mirar para as realidades que se deseja empreender um entendimento. Dessa forma, a pesquisa fala dos sujeitos sociais que constróem relações e produções espaciais e territoriais e também sobre o pesquisador. As entrelinhas, os subtextos, expressam o que cada um de nós acreditamos e desconfiamos dessa complexidade que é o mundo em que vivemos e que desejamos entender.

Nós optamos por realizar pesquisa-participante, envolver-se nas atividades cotidianas em comunidades do Distrito do Baixio das Palmeiras, Chapada, Oitis, Muquém e Baixio das Palmeiras – que são quatro das doze comuidades que integram o distrito da cidade do Crato, no Ceará.

Envolver-se nas comunidades faz com que o pesquisador passe a contribuir com atividades que, corriqueiramente, não fazem parte de seu cotidiano de debates e leituras acadêmicas. Assim, o pesquisador-participante se faz como pesquisador-catador-de-fava, nos caminhos das roças; pesquisador-debulhador nos alpendres, sempre com boas e esclarecedoras conversas; e pesquisador-militante, contribuindo com a agenda de ações políticas das associações comunitárias, como preenchimento de cadastro rural e articulações de seminários.

Essas atividades e facetas do pesquisador-participante permitem um contato íntimo com os sujeitos do campo, de modo que patilhamos com eles e elas momentos de refeições,

renovações, rodas de dança do maneiro pau, o dia-a-dia da vida do campo, o cotidiano de acordar cedo e seguir para a roça. Assim, na dissertação de mestrado, mesclam-se análises das relações sócioespaciais e as questões de conflito por terra/água, além do relato de uma vivência, que soma de maneira ímpar nas nossas caminhadas de geografia.

De início, desejávamos realizar um questionário com perguntas diretas sobre relações de trabalho/renda, calendário agrícola, escolarização, comercialização, conflitos envolvendo permanência na terra, entre outros assuntos. No entanto, a vivência da pesquisa nos fez mudar de estratégia. Passamos a realizar diálogos com camponeses e camponesas e pessoas de ocupações diversas que vivem no Baixio das Palmeiras. Os diálogos partiam de uma apresentação mútua, seguida de relatos sobre histórias de vida, relações de trabalho, cultivo da terra, migração, contexto de conflito atual, entre vários outros temas. Durante os diálogos, nos dispomos a ser objeto de questionamentos, que eram frequentes. Perguntavam sobre as intenções da pesquisa, o que nos interessava nas comunidades, opiniões sobre temas diversos ou envolvendo os conflitos por terra/água que vivenciam as comunidades. Essas perguntas não eram, senão, averiguações de nossas intenções e noções de mundo. As respostas somavam aos acordos de confiança entrevistas que nos permitiram contato e vivência com a vida cotidiana nas comunidades.

Nesse sentido, a memória compõe um dos nossos principais referenciais na construção da pesquisa, tendo sido ela expressa pela voz dos sujeitos do distrito Baixio das Palmeiras, gravadas e transcritas para esse fim. Concebendo a memória como construção social e coletiva, elaborada no contexto das relações entre as pessoas, sua exposição está relacionada a interesses e noções de mundo. Como nos orienta Conceição (2014), o recordar consiste em ter a ciência do que ocorre ou do ocorrido por recomposição de uma experiência ou de uma lembrança anterior. A relação Memória e Consciência estabelece o trazer à lembrança do sujeito, o objeto de suas experiências ao campo do real e sensorial.

[...] toda memória é coletiva, produto social de um sistema, que é produzido pelos fatos sociais, espaciais e temporais. Sistema composto por grupos de pessoas que, nas suas relações, compartilham ou assimilam informações e, com isso, constituem memórias. A memória individual não está isolada e sim vinculada às percepções produzidas pela memória coletiva. (CONCEIÇÃO, 2014, p. 27).

Para a citada autora, ganham importância estudos que deem voz às memórias dos sujeitos subalternizados no desenvolvimento da sociedade capitalista, na medida em que essas noções de mundo não são inseridas na história oficial, contada pelo Estado. “A ideologia mascara as

marcas da memória na tentativa de esconder o real. Apagar as marcas no espaço, regeografissizar a história” (p. 28).

Outro aspecto que ganha relevo no uso da memória como construtor da pesquisa é o espaço. Entendendo esse como acúmulo de temporalidades (SANTOS, 1992), o espaço delata as sobreposições das formas de (re)produção e uso das estruturas realizadas pelo trabalho. A casa grande em (re)uso por moradores, que vigiam a posse das terras, onde em outro tempo foi habitada pelos proprietários; os casarões de taipa construídos no início do século XX, com seus largos terreiros e seus galpões na cumieira que serviam para o armazenamento de farinha; as ruínas das cercas de pedras contruídas pelos escravos é uma expressão das formas de produções e usos do espaço; divisão das áreas de cultivo dos locais de criação de gado; as estradas antigas que levavam os feirantes às cidades; são testemunhos do processo de produção do espaço geográfico nesse lugar do mundo.

Figura 29 – Casa de Dona Naninha



Casa construída na primeira metade do Século XX. Na frente da casa, a fava secando.

Fonte: Foto capturada pelo autor quando em visita ao local.

Nessa imersão nas comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras, participamos de algumas atividades nas associações rurais das comunidades e na Escola Rosa Ferreira, que fica localizada no Baixio do Muquém. Mediante reuniões com a professora de Geografia da citada escola, Cristina Nobre, e com a coordenação pedagógica, planejamos uma oficina de

cartografia a ser realizada com os estudantes da escola que constroem a COMVIDAS⁵⁰, um grupo permanente de estudantes que debatem temas ligados à questão ambiental.

O COMVIDAS é composto por 12 jovens que estudam na escola Rosa Ferreira, das turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, estando representadas as comunidades do Distrito. A oficina foi mediada no dia 09 de setembro de 2015, com o auxílio da citada professora. Inicialmente, debatemos sobre temas como juventude do campo, política e produção camponesa. Em um segundo momento, sobre conceito da cartografia, mapas, escalas, componentes e elaboração de mapas. Em seguida, com imagens retiradas do programa **Google Earth**, em três escalas construímos três mapas em grupo. Esses mapas foram expostos no IV Seminário das Comunidades Rurais do Baixio das Palmeiras e estão à disposição da escola para atividades pedagógicas.

Figuras 30 e 31 – Oficina de Cartografia



Oficina de Cartografia debate sobre construção de mapas. Professora Cristina Nobre e integrantes do COMVIDAS.

Fonte: Foto capturada em visita ao local.



Oficina de Cartografia debate sobre construção de mapas. Anderson Camargo (o autor) e integrantes do COMVIDAS.

Fonte: Foto capturada em visita ao local.

Inspiramo-nos, na concepção dessas ações/reflexões, em pesquisadores que questionam a neutralidade no ato de elaborar mapas. LACOSTE (2010) nos indica que a representação cartográfica foi corriqueiramente um trunfo de grupos hegemônicos e que durante muito tempo despertou pouca atenção dos movimentos contra hegemônicos. Santos (2011) nos alude que, no período recente, entretanto, um conjunto cada vez maior de experiências vem indicando transformações (ou, ao menos, tendências) no campo da

⁵⁰ Comissão de Qualidade de Vida e Meio Ambiente.

cartografia. Diversas experiências de cartografias vinculadas a movimentos sociais vêm mostrando que parece haver algo novo no campo.

O “novo” parece ser o uso da cartografia como instrumento de lutas de grupos socialmente desfavorecidos e não apenas um instrumento de dominação, como historicamente foi desenvolvida a Cartografia Moderna. Apontamos, entretanto, que esta dimensão conflituosa do “uso” da cartografia também vem envolvendo transformações no próprio “objeto” cartográfico, e no “processo” de produção deste objeto. (SANTOS p. 10).

Nesse sentido, mapas construídos por sujeitos sociais têm servido de argumento político que afirma a legitimidade de presença em territórios construídos por diferentes gerações. Assim, SANTOS (2011) indica que movimentos constroem **cartografias subversivas**. Essas ações educativas de pensar/agir sobre o espaço são, pois, processos educativos que somam em conflitos políticos e tornam os sujeitos subalternizados elaboradores de discursos cartográficos sobre suas realidades ao construírem mapas de seus territórios, mapeamentos socioambientais, mapas de conflitos. Essas reflexões/ações questionam as noções eurocentradas do mundo, superioridade das potências pelas localizações centralizadas nos mapas formais.

Muito se diz no âmbito de pesquisas em História sobre o ocultamento de interpretações construídas pelos subalternizados no processo de desenvolvimento do capitalismo. As suas versões dos conflitos, dos acordos firmados, são preteridas em detrimento das versões oficiais repetidas exaustivamente pelo Estado e pelos sujeitos hegemônicos da sociedade que desejam impor verdades sobre os fatos.

Mas estão em constante curso nas sociedades projetos de representações, mapeamentos de áreas, limites territoriais, que expressam e legitimam o poder mediante a imposição de discursos territoriais ou cartográficos. As comunidades tradicionais são invisibilizadas das cartografias oficiais, suas toponímias, a diversidade de línguas e as expressões culturais são ocultadas, via de regra, das projeções oficiais.

Então, ações educativas de pensar o espaço precisam ser incorporadas aos movimentos contra hegemônicos, de modo que esses construam projeções cartográficas que reflitam seus saberes geográficos sobre as águas, os rios, o trabalho, a religiosidade e as expressões espaciais e territoriais das gerações que construíram modos de vidas nesses lugares.

Para a confecção dos mapas, além das imagens supracitadas, solicitamos que os estudantes trouxessem de casa sementes crioulas para a confecção das projeções cartográficas.

Debatemos no processo de elaboração sobre os contextos de geopolíticos que envolvem a produção de sementes geneticamente modificadas e as investidas financeiras do capital internacionalizado, mediante as multinacionais, que congregam conhecimentos técnicos e científicos na elaboração de alimentos-produtos, que, usados pelos camponeses, exigem o consumo de agrotóxicos específicos para o cultivo e que não podem ser cultivados no ano seguinte. São, pois, estratégias de extrair renda do trabalho das famílias camponesas, ampliando suas necessidades de compra.

[...] sólo 10 compañías en la agricultura [controlan] 67% en la propiedad del mercado de las semillas y todas ellas eran compañías de países desarrollados⁵¹. Estas compañías semilleras, 10 de ellas controlaban el 67% de las semillas, 10 el 89% de la producción de agroquímicos, y 10 compañías el 66% de los productos biotecnológicos y 6 de estas mayores empresas semilleras también estaban entre los agroquímicos y biotecnología, como consecuencia (FUNES-MONZOTE, 2012 p. 02).

Segundo a ASDISC, instituição ligada à CPT-RS, a denominação de sementes crioulas para as sementes sem alterações genéticas ou melhoradas mediante o uso de saberes tradicionais, se dá pelo fato de as mulheres negras escravizadas (comumente chamadas de crioulas) carregarem em seus cabelos sementes para o cultivo familiar.

Porto-Gonçalves (2012) nos sugere a terminologia Organismos **Transgenicamente** Modificados para designar esses produtos gerados por pesquisas de laboratórios que ampliam as certezas de lucro concentrado. Para o citado autor, essa terminologia é coerente, pois Organismos Geneticamente Modificados são elaborados há milhares de anos por povos tradicionais ao mobilizarem seus saberes e melhorarem as sementes mediante escolha e plantio consorciados de variações de espécies de milhos, feijões, entre outros. Essas práticas realizadas por esses povos legaram para humanidade uma diversidade genética e nutricional que estará ameaçada com expansão dos alimentos-produtos das multinacionais. Seu Juvenal, camponês que vive na cidade do Crato, tem um dos maiores bancos de sementes crioulas do Ceará. Durante o III Seminário das Comunidades do Baixo das Palmeiras, realizado em setembro de 2015, ele nos mostrou as diferenças entre o milho transgenicamente modificado e a semente crioula. Segundo o camponês, as sementes naturais são resistentes às pragas, são maiores e mais nutritivas. Seu Juvenal sugeriu aos movimentos que adotassem a expressão sementes geneticamente pioradas para as transgenicamente modificadas.

⁵¹ A palavra desenvolvido utilizada pelo autor não consegue dar conta de sintetizar os processos contraditórios e combinados de desenvolvimento do capitalismo, como nos alude PORTO-GONÇALVES (2012).

Na figura 33, sementes trazidas por Seu Juvenal para exposição durante o Seminário das Comunidades do Baixio das Palmeiras e, nas garrafas e sacos, sementes das comunidades. As espigas de milho entre as duas mesas expressam as diferenças entre milhos crioulos e transgenicamente modificados – o milho do meio é de um cultivo onde os camponeses usaram **sementes do governo**, popularmente conhecida por 1051, ladeando essas espigas de milhos crioulos trazidos por Seu Juvenal. Ainda no citado Seminário, foi encaminhada pelo COMVIDA a construção de um banco de sementes na Escola Rosa Ferreira.

Figura 32 – Sementes expostas durante o IV Seminário



Fonte: Foto capturada pelo autor.

Nesse sentido, as famílias que optam pelo cultivo de sementes crioulas legam para a humanidade a perpetuação da diversidade genética e nutritiva atacada pela expansão rentista-monopolista do capital no campo. Seus saberes de melhoramento de sementes e a opção política do não uso das sementes artificializadas e de agrotóxicos são comuns nas comunidades do Distrito do Baixio das Palmeiras, como abordaremos nos tópicos seguintes. Ocorre também, como veremos, associação ou alternância de uso, quando agricultores (as) consorciavam práticas e saberes tradicionais com agrotóxicos e sementes artificializadas.

Assim, os mapas elaborados foram resultado de ações educativas singulares que envolveram os contextos de vida dos estudantes que os produziram. Utilizamos as sementes para contornar os caminhos indicados pelas imagens, os rios e as comunidades. Chamou nossa atenção nesse processo a escolha das sementes para representar as comunidades. Os estudantes queriam representar suas comunidades com as sementes que julgavam mais bonitas, se alongando nas escolhas.

Figuras 33 e 34 – Oficina de Cartografia



Fonte: Foto capturada pelo autor.



Fonte: Foto capturada pelo autor

O resultado desse emaranhado de interesses, sentimentos de pertencimento e de demonstração de afetividade ao lugar onde vivem é uma representação que extrapola a exposição das localidades, orientando-nos que existem nas comunidades relações de vida e produção tradicionais, embebidas da lógica do valor do capitalismo, mas não contida somente por essa. A troca de sementes, a parceria do trabalho, o trabalho das crianças quando não estão na escola, a troca de diárias de trabalho, as danças e atividades culturais nos indicam que relações não capitalistas de produção fazem parte do cotidiano das comunidades do Baixio das Palmeiras, sem, no entanto, constituírem-se como ermo desse sistema.

Figuras 35 e 36 – Oficina de Cartografia



Fonte: Foto capturada pelo autor.

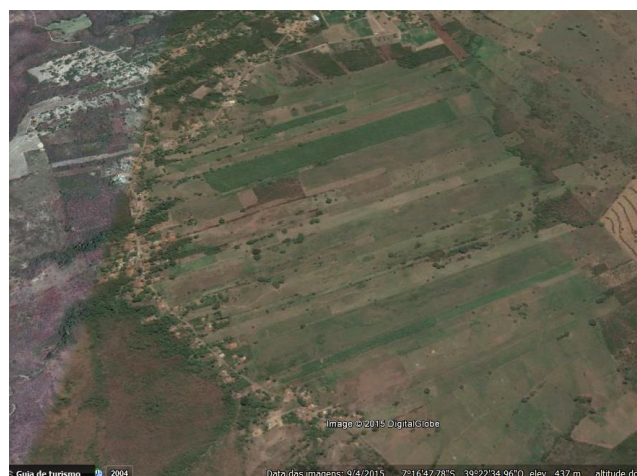
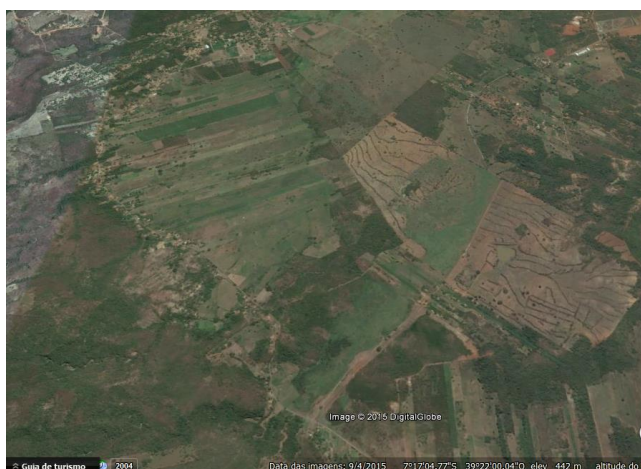


Fonte: Foto capturada pelo autor.

Foram utilizadas para confecção de mapas sementes de fava (três variações: pintada, amarela e branca), arroz, feijão preto, feijão de corda, pau Brasil, andu e feijão mulatinho. No momento de planejamento, percebemos que a diversidade de sementes trazidas não seria suficiente para diferenciação dos espaços a serem representados nos mapas. Assim, foram colhidos, no pomar da escola, sementes de gergelim, limão e canafístula (também conhecido como acácia). Participaram da construção dos mapas 14 pessoas: as e os estudantes Mércia Bezerra, 15 anos, Camila Benites, 14, Maria Soraya, 15, Islaine Vitória de Souza, 12, Fabiana da Silva, 12, Igor Cardoso, 13, Vinícius Lopes, 14, Antoniel Pereira, 11, Francisco Rodrigo Alexandre, 12, e Pedro Ítalo Sousa, 13 anos, além dos professores que contribuíram com os debates.

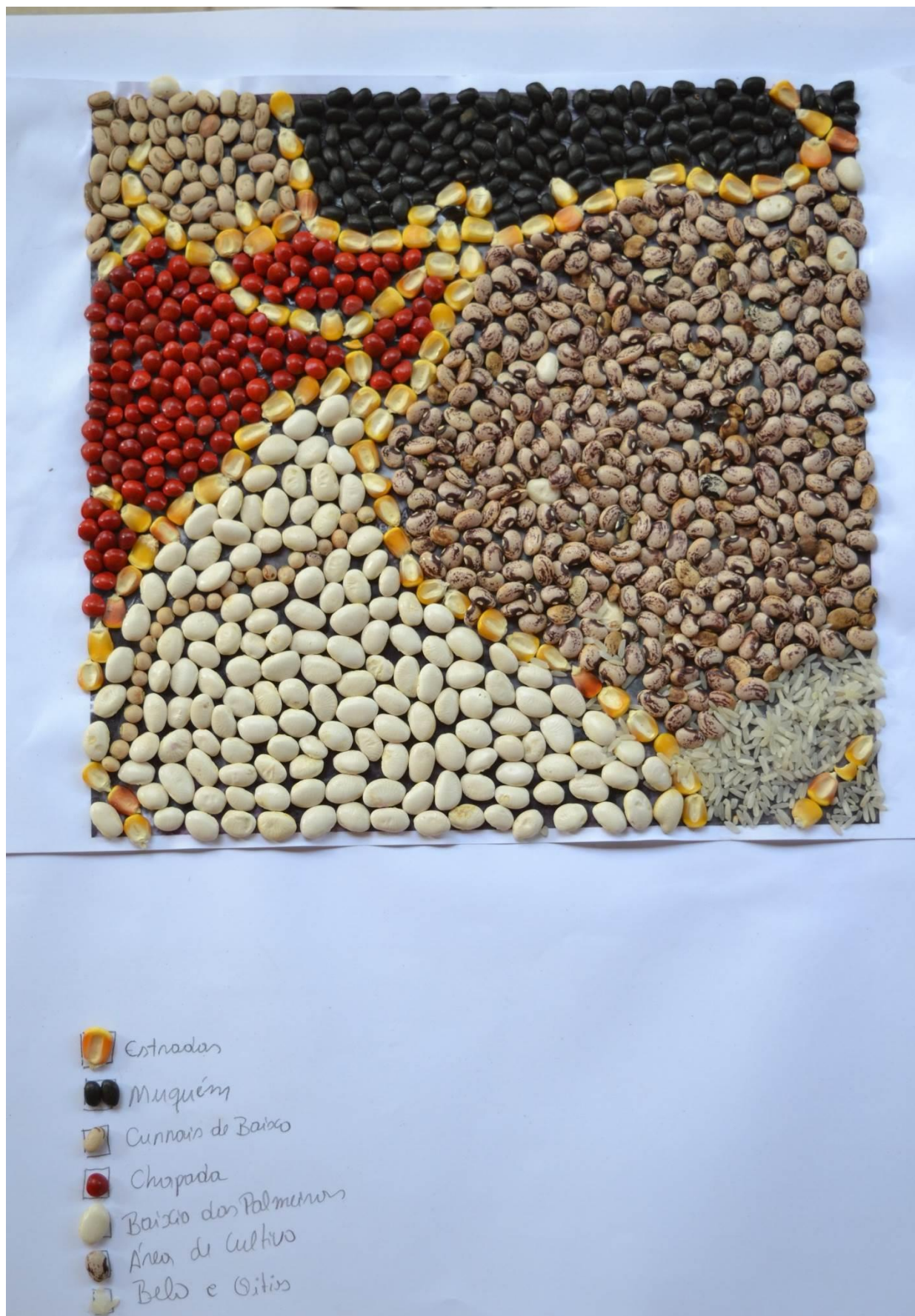
Os mapas 18 e 19 que compõem a dissertação foram elaborados nessa ocasião, onde estão representadas as comunidades. No mapa 18, a fava branca representa as áreas de moradias e morros do Baixio das Palmeiras; o andu, o Riacho Fundo; a fava pintada, a área de cultivo do Baixio das Palmeiras; o feijão preto, o Baixio o Muquém; o arroz, o Baixio do Oitis; e o feijão mulatinho, os Currais de Baixo. No mapa 19, a fava pintada representa a comunidade Monteiro; a fava amarelada, Belo; o gergelim, Santa Rosa; o arroz, os rios; as sementes de canafístula, o Muquém; a semente de limão, a comunidade Chapada; a fava branca, o Baixio das Palmeiras; o feijão mulatinho, Oitis; o feijão preto, Barreiro; o feijão de corda, o Baixio dos Cordas; o pau brasil, o Barro Vermelho; o andu, a área de cultivo do Barro Vermelho; e o feijão de corda claro, a área do município de Barbalha. As figuras 38 e 39 foram utilizadas como base para a construção dos mapas.

Figuras 37 e 38⁵² – Comunidades do Baixio das Palmeiras



⁵² Fonte Google Earth.

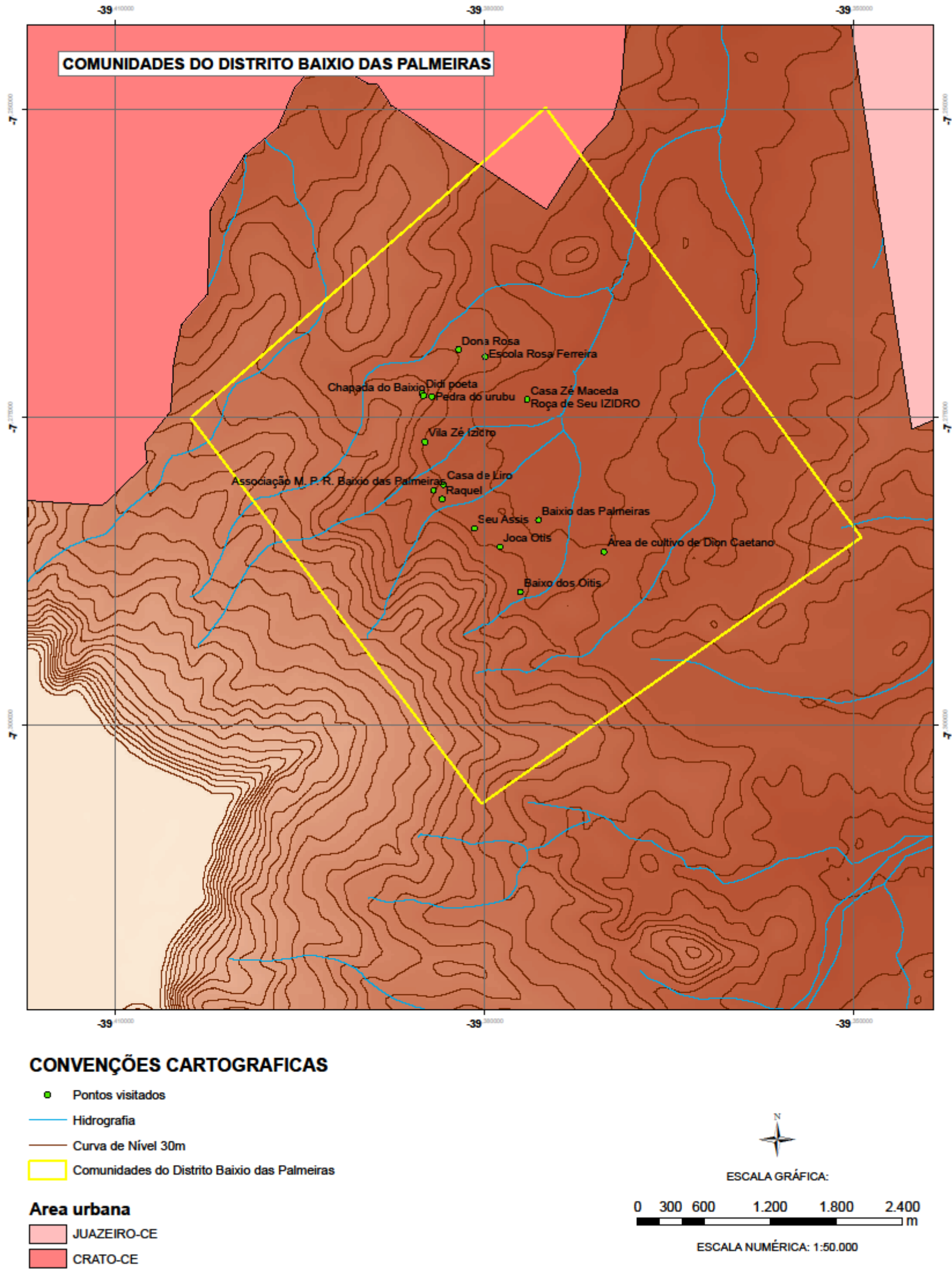
Mapa 18 – Comunidades do Baixio das Palmeiras- Mapa de Sementes



Mapa 19 – Comunidades do Baixio das Palmeiras e limite com o Distrito de Barbalha



Mapa 20 – Comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras



Fonte: Elaborado pelo autor, com contribuição de Claudia Calado.

Das comunidades que integram o Distrito Baixio das Palmeiras, foram foco do nosso campo e de nossas reflexões a comunidade homônima do Distrito – no entanto, dada a proximidade e complementaridade nos aspectos culturais e políticos, outras comunidades foram vivenciadas para compreender os conflitos que têm ocorrido, tais como, Chapada, Muquém e Oitis. Visitamos e realizamos diálogos e fotografias em outras comunidades, como Barro Branco, Barro Vermelho, Baixio dos Cordas, em Barbalha, Santa Fé e Assentamento 10 de Abril, no Crato.

As comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras estão distribuídas nas bordas de uma persistente ladeira que se inicia no Muquém e nos leva, sem cessar a declividade, até comunidades como Barro Vermelho, Barro Branco e Baixio dos Cordas, já no município de Barbalha. As citadas comunidades são próximas e mantêm relações estreitas, envolvendo religiosidade, cultivo, manifestações culturais e organizações políticas. Os limites, materializados em árvores ou curvas nos muitos caminhos, foram construídos de acordo com processos socioterritoriais. As pequenas aglomerações de moradias obedecem a duas lógicas que foram conformando o espaço como está organizado hoje: os latifúndios antigos, com dezenas de moradores que construía casas nas proximidades dos cultivos de algodão e roças de mandioca, milho e feijão, e os pequenos proprietários que foram construindo casas em torno das suas moradias, mediante o crescimento da família. Tem-se, por exemplo, no início da ladeira, a comunidade Chapada, onde todos são parentes; abaixo, no Baixio das Palmeiras, a Vila Zé Izídio, onde sete residências rodeiam a casa mais antiga, onde vivem Seu Zé Izídio e Dona Antônia, moradores que residem desde que nasceram na comunidade e adquiriram posse da terra recentemente.

Do lado direito de quem desce a ladeira do Baixio, encontram-se, prioritariamente, residências; do lado esquerdo, nas áreas de vale, os espaços de cultivo. Dificilmente se cultiva nos fundos das casas pela disposição do relevo montanhoso. Nos morros, vestidos por uma mata de transição entre a floresta úmida da Chapada do Araripe e a Caatinga, ocorre vegetação diversificada, composta por plantas que, por gerações, têm sido utilizadas pelos camponeses para diversas atividades.

Wlirian Nobre (2015), morador da comunidade, realizou uma importante pesquisa de cunho geográfico e historiográfico, que, em certo ponto, assume um caráter biográfico, e elenca as principais árvores nativas e suas formas de usos das comunidades. Para exemplificar, o angico branco e angico vermelho (*Anadenathera columbrina* e *Parapiptadenia rígida*), usados como lenha e que expõem da casca uma

resina comestível apreciável; a aroeira (*Myracrodruon unundeuwa*), planta medicinal; a árvore de coité (*Crescentia cujete*), de boa madeira para carpintaria; Gonçalves (*Astronium fraxinifolium*), madeira pesada de árvore alta de sombra; o ingá (*Inga edulis*), o jatobá (*Hymenanea stignocarpa*), o jenipapo (*Gepita americana*); o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), uma grande árvore que não passa despercebida, com um fruto amarelo pequeno comestível; a macaúba (*Acromia aculeata*), árvore com longo caule, rodeado de espinhos, com fruto saboroso do qual se extrai um apreciável coco, de que são feitos óleos medicinal e gastronômico; a fruta pão (*Artocarpus incisa*); o pau d'arco (*Tabebuia impetiginosa*) e o ipê roxo (*Tabebuia avallenedae*), ambas de florações belíssimas; o pau ferro (*Caesalpinia férrea*); sabiá (*Miosa caesalpiniaefolia*), muito utilizada para fazer cercas; a jandaíra (*Melipona subnitida*); o mulugu (*Erythrina velutina*); a banheira (*swartzia flamingi*); o murici (*Byrsonima sericea*); Essas são as mais notáveis e mais recorrentes nas falas dos moradores mais antigos das comunidades.

Algumas medicinais, como,

Tipi (*Petiveria allicea*) [...] analgésicas e anestésicas, [...] Pata de vaca (*Bauhinia forficata*) [...] utilizada para diabetes, [...] cordão de São Francisco (*Lenotis nepeteafolia*), bastante conhecida na medicina popular, é utilizada para tratar os casos de bronquite, inflamação urinária e para eliminar cálculos renais, [...] Fedegoso ou crista de galo (*Heliotropium indicum*) [...] excelente regulatório feminino, além de agir com grande eficácia como anticéptico e cicatrizante, [...] Quebra pedra (*Phyllanthus inruri*) [...] dissolve cálculos renais e é antisséptico das vias urinárias. [...] O melão de São Caetano (*Momordica charantia*) é uma rama que prefere crescer próximo às cercas ou plantas maiores, serve para fazer ninhos de galinhas, pois afugenta alguns insetos, sendo considerada um poderoso vermífugo. (NOBRE, p. 46).

Figura 39 – Macaúba



Fonte: Foto capturada pelo autor.

Muitas fruteiras ao redor das casas são utilizadas para consumo das famílias, sendo, inclusive, vendidas para complementar a renda. As plantas medicinais e as fruteiras nos terreiros denunciam processos de coabitação ou coevolução com a natureza, onde os saberes legados de gerações que vivem no entorno da Chapada do Araripe construíram com os seus modos de vida.

Ao término dos morros, apressadas formações tabulares permitiram a construção de casas onde poços rasos são cavados e abastecem com boa água as comunidades, extraídas do aquífero médio da Bacia Sedimentar do Araripe. Alguns desses poços são utilizados para irrigação de cultivos permanentes de milho, feijão, mandioca e fruteiras como goiabas e bananeiras. Intercalando os morros, fendas esculpidas por riachos os fazem descontínuos; ao todo, seis pequenos e médios córregos d'água carregam

sedimentos e matéria orgânica, que nutrem o baixio. Os córregos d'água convergem todos na planície mais rebaixada receptora de sedimentos, que, dispostos em camadas, fazem desses solos os mais férteis.

(...) **Riacho** Compadre **Zé Tavares** é o primeiro, vem **Zé Teles** no Oitis, vem esse dali que chama o **Riacho de Adelino (ou Zé Maceda)**. O Oitis, é um corregozinho, mas que sempre desce água. O riacho é de acordo com o nome dos donos da terra; eles já morreram, mas ficam os nomes. Tem esse daqui, toda vida foi conhecido por **riacho de Joaquim Ferreira (ou Antônio de Jovem)** – esse é o maior. Depois, o **Riacho Fundo, ou Vicente Teles**, que é perto de posto. E vai cruzar o **Riacho de César, o Carretão que chama também de Beira Rio**. O maior, que descarrega mais água, é esse aqui: o **Joaquim Ferreira**. O mês que mais tem água é março, que é o mês que chove mais Rapaz, tem mês que ele vem meio venenoso, forte que vem na calçada.. e é porque aterramos! (SEU ANTÔNIO DE JOVEM, Entrevista, 2015, grifos nossos).

O curso dos rios representados em arroz no mapa 18 e andu no mapa 19 (páginas 171 e 172) expressa esse contexto socioambiental descrito, bem como as imagens utilizadas como base para elaboração dos mesmos. Lendo-as com atenção, percebemos rasgos entre morros ladeados por vegetação verde, como cordões de umidade. Esses pequenos córregos não são afluentes diretos de rios que formam a sub-bacia do rio Salgado, são despejados no Baixio, alimentando as áreas de cultivo e o aquífero médio da BSA. Nota-se também esse contexto no mapa 20.

A forma como está disposto o relevo nessas comunidades muito influenciou para suas organizações espaciais, na medida em que as terras férteis do baixio, mais valorizadas, são também as terras utilizadas para cultivo, sendo as mais elevadas áreas de moradias e de pequenos cultivos, como plantas medicinais e fruteiras. Nas áreas mais a dentro dos baixios, mais férteis por conseguinte, os donos de terras cobram rendas pelos seus usos mais elevados, dada a maior produtividade, caracterizando renda diferencial. Mas também o trabalho dos homens e mulheres, ao produzirem espaço geográfico, influem e atribuem significado e valor ao espaço cuja composição foi progressivamente alterada, tendo áreas com pouquíssima cobertura original.

Os nomes das comunidades Oiti, Muquém e Palmeiras estão relacionados a árvores nativas da região e a Chapada do Baixio faz referência à Chapada do Araripe. Essa comunidade está localizada em uma elevação de relevo considerável, de onde se vê boa parte das comunidades. Essas comunidades serão afetadas diretamente pelo traçado do Cinturão das Águas do Ceará em forma de canal. As mencionadas áreas de morro

serão niveladas para possibilitar a construção do canal. Serão atingidas propriedades e casas.

Desde as primeiras notícias de realização dessa obra hídrica, iniciou-se a estruturação de um movimento político socioambiental que reivindica a permanência da comunidade e questiona a forma como o Estado tem conduzido a referida obra, realizando diálogos somente quando as comunidades pressionam. Trataremos desses aspectos com mais detalhes nas seções seguintes do trabalho. Decidimos, antes disso, contextualizar os processos de formação das comunidades estudadas e os modos de vida, hoje, para, em seguida, caracterizar os conflitos e os processos de resistência à obra hídrica ou à negociação para redução de danos.

Acreditamos que essas comunidades, como algumas outras no entorno da Chapada do Araripe, podem ser interpretadas como comunidades tradicionais, haja vista a diversidade dos seus processos de formação e a sua composição diversificada. São compostas, majoritariamente, por camponeses e camponesas, que se organizam para o trabalho em unidades familiares, possuindo ou não terra. Mas são também descendentes de pessoas escravizadas, dada a quantidade expressiva de negros e negras nessas comunidades; de indígenas, dados os saberes no trato com as matas e as manifestações culturais, como o Maneiro Pau; também possuem formações associadas ao fenômeno das romarias para a cidade de Juazeiro do Norte e ao cangaço – segundo levantamento de Nobre (2015) e relatos de moradores, algumas das primeiras famílias são advindas desses fenômenos sociais.

São, pois, camponeses que compõem uma classe forjada e necessária ao capitalismo, na medida em que o trabalho não pago persiste nas relações de socialização, mas sua diversidade de composição e seus modos de vida não nos autorizam a entendê-los como camponeses clássicos enfileirados para a proletarização. Dentro desse processo de afirmação como comunidades tradicionais, ganham relevo enfrentamentos não obrigatoriamente cerceados às relações de (re)produção capital/trabalho, questões que envolvem gênero, “raça”, etnicidade, afirmação de territorialidade, manifestações culturais, valorização do direito à diferença⁵³.

⁵³ Isso não significa uma destituição do atributo político da categoria de mobilização *camponês* (a evidência mais incontestável disso é a vitalidade do MST e da Via Campesina!); contudo, é inegável que a emergência das “novas” denominações/ identidades dos movimentos sociais espelha um conjunto de novas práticas organizativas que traduzem transformações políticas mais profundas na capacidade de organização/mobilização desses grupos em face do poder do capital e do poder do Estado e em defesa de seus territórios (ALMEIDA, 2004, *apud* CRUZ, 2012).

Segundo Cruz (2012), a terminologia “Comunidades” ou “povos tradicionais” é uma categoria socioantropológica, fruto de modificações no contexto dos conflitos políticos no campo, na América Latina, desde os anos 1980. Para o autor, novos sujeitos políticos emergem na cena pública e na arena política, conferindo o que ele chama de **polifonia política**. Movimento semelhante na academia tem apontado para essa reflexão; com isso, esses termos têm assumido uma dupla centralidade/visibilidade: uma centralidade analítica (teórica) e uma centralidade empírica (histórica e política). Mas, apesar dessas expressões serem amplamente utilizadas em diversos contextos, não há um significado único e preciso, pois tais expressões **carregam uma grande polissemia e ambiguidade tanto como “categoria de análise” como “categoria da ação política”** (CRUZ, 2012, p.507). Para o autor, muito embora sejam diversos esses modos de vida, algumas características, entre várias outras, os assemelham, como

A relação com a natureza (A racionalidade ambiental) – Essas comunidades têm uma relação profunda com a natureza, os seus modos de vida estão diretamente ligados à dinâmica dos ciclos naturais, suas práticas produtivas, e o uso dos recursos naturais são de base familiar, comunitária ou coletiva. Esses grupos possuem uma extraordinária gama de saberes e conhecimentos sobre os ecossistemas, a biodiversidade e os recursos naturais como um todo; esse acervo de conhecimento está materializado no conjunto de saberes, técnicas, sistemas de uso e manejo dos recursos naturais adaptados às condições do ambiente em que vivem. [...] **A relação com território e a territorialidade** [...] O território tem, para esses grupos, uma importância material (base de reprodução e fonte de recursos) e um forte valor simbólico e afetivo (referência para construção dos modos de vida e das identidades dessas comunidades). [...] **A racionalidade econômico-produtiva** - A produção econômica dessas comunidades está assentada na unidade familiar, doméstica ou comunal; as relações de parentesco ou compadrio também têm uma grande importância para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais [...] **Inter-relações com os outros grupos da região e a Auto-identificação**- Essas comunidades mantêm inter-relações com outros grupos similares na região onde vivem. Tais relações podem ser de natureza cooperativa ou conflitiva, sendo através dessas formas de interações que essas comunidades constroem, de maneira relacional e contrastiva, sua própria identidade. (2012, p. 599, grifos nossos).

Como todas, a palavra tradicional, não é vazia de sentido ou significado, assim como esses não são cristalizados como representação única, as palavras não existem fora de contextos. Assim, o termo **tradicionais** está corriqueiramente associado à noção de atraso, velho, ruim, mas, quando nos referimos às comunidades do Baixo das Palmeiras como tradicionais, não estamos dando essa conotação, estamos supondo que essas comunidades apresentam relativa autonomia frente à expansão monopolista do capital, na medida em que saberes e práticas originárias de milenar convivência com a

natureza lhes legaram modos de vida recheados de relações de trabalhos, que geram partes consideráveis do que consomem para viver. Ocorre, pois, com a palavra o que Cruz chama de **ressemantização**, fruto de novas estratégias de lutas por que visam ao **direito étnico às terras ou a posse agroecológica da terra**. Para o referido autor, essa noção forja uma renovada noção de justiça social, baseada no reconhecimento de elementos étnicos, culturais e de afirmação identitária das comunidades tradicionais, apontando para a necessidade do reconhecimento jurídico e de seus territórios e territorialidades.

O desafio teórico e político que esses grupos têm de enfrentar é a construção de uma concepção de justiça e emancipação social bifocal. Assim, vista por uma das lentes, a justiça é uma questão **de redistribuição igualitária da terra**; nesse sentido, a luta por reforma agrária é claramente uma luta anticapitalista. Vista pela outra, é uma questão de **reconhecimento de territórios**; nessa perspectiva, a luta por reforma agrária é claramente uma luta descolonial, luta pela descolonização do Estado e da sociedade. Cada uma das lentes foca um aspecto importante da justiça social, mas nenhuma, por si só, basta. A compreensão plena só se torna possível quando se sobrepõem as duas lentes. Mas isso não é tarefa fácil, pois envolve todas as tensões e contradições da construção de um projeto de emancipação social em que igualdade e diferença sejam pilares equivalentes no horizonte de justiça social. (CRUZ, 2012, p. 599, grifos nossos).

Os processos de formação das comunidades tradicionais do entorno da Chapada do Araripe estão relacionados à expansão do domínio colonial para os sertões, interpretado majoritariamente como resultado da demanda de gado no litoral. Muito embora esse fator deva ser considerado, não foi esse o único. Entendemos a expansão lusitana pelos sertões como uma ação territorial-política com intenção de expandir o domínio sobre as terras invadidas e sua relativa demora na consumação do domínio como resultado de embates constantes que chegaram a ameaçar as investidas pelos sertões. Os indígenas protagonizaram verdadeiras e alongadas batalhas, combatendo as frentes de expansão.

Entre 1679 e 1700, em um período de 20 anos, foram doadas 261 sesmarias, o que representa uma média de 13 cartas por ano. No período de 1700 a 1740, em 40 anos, foram doadas 1.700 sesmarias, representando uma média de 42 sesmarias por ano. (PINHEIRO, 2010). Nesse sentido, o processo de cedência de sesmarias se ampliou mediante a finalização dos conflitos, tendo sido considerado o último, em 1692, com uma solicitação de paz formulada pelos Tapuias, após o sangrento conflito do Riachodo-Sangue, “onde o sangue das batalhas desiguais fêz tingir as águas do Rio Pedra, que,

pôr esse fato, passou a ser conhecido por esse nome que hoje ainda conserva, recordando o bárbaro trucidamento dos nativos que se defendiam” (SOBRINHO, 1956 p. 199).

A posse das terras ia se firmando às margens dos principais rios e eram legitimadas inicialmente como sesmarias. As primeiras famílias foram advindas principalmente da Bahia e Pernambuco com a intenção de criar gado. Com a diversificação das atividades econômicas, o cultivo de cana-de-açúcar e algodão, bem como com abolição formal da escravidão, os trabalhadores que moviam esses processos produtivos passaram a construir casas e firmarem-se como moradores.

Com a sucessão hereditária, as antigas propriedades adquiridas por sesmarias foram se dividindo e cada engenho foi se tornando um sítio. Foi assim que os engenhos que margeavam a estrada que ligava a feira do Crato ao distrito de Barbalha passado por Cajazeiras do Farias. As comunidades eram: sítio São Vicente, sítio Romeiro (hoje fazendo parte do sítio São Vicente), sítio Baixa, sítio Chico Gomes, sítio Currais de Baixo, sítio Riacho Seco (hoje pertencente a Currais de Cima), sítio Romualdo e sítio Melo. (NOBRE, 2015 p. 30).

Relatos orais afirmam que as terras das comunidades do Baixio das Palmeiras pertenceram à Barbara de Alencar; mesmo não havendo documentação que comprove tal afirmação, ganha força pelo fato de Bárbara ter tido seus bens confiscados pelo envolvimento em lutas republicanas e abolicionistas, tendo sido presa e seu filho, José Martiniano, executado. Outro fato que reforça essa hipótese é o de, segundo Nobre (2015), seus filhos, José Martiniano de Alencar e Tristão Gonçalves de Alencar, terem nascido nos anos de 1794 e 1789, respectivamente, no Brejo da Salamanca, em propriedade de sua mãe, localidade limitada pelo Baixio das Palmeiras. Segundo o mesmo autor, o Coronel Antônio Luiz adquiriu essas terras em 1863, tornando-se um dos maiores proprietários de terras.

Resquícios de uma longa cerca construída pelos escravos persistem nas comunidades Oitis e Palmeiras – ela separava o cultivo de cana-de-açúcar da criação de gado, fazendo conviver essas duas atividades. “Em 1854, estabeleceu a câmara do Crato, em sua resolução nº 640, art. 50, a linha divisória entre os terrenos destinados à agricultura e à pecuária no município” (PINHEIRO *apud* Nobre, 2015 p. 32). A linha divisória partiu da ponta de cima da Serra do Urucu, seguindo por baixo do sítio Rosário e Trindade e, deste, pela estrada até o Correntinho.

As famílias Ferreira Nobre e Macêdo, influentes na posse de terras no início do século XX, são as principais em número de residentes na comunidade das Palmeiras hoje. Advindo da Paraíba, Miguel Ferreira Nobre enviuvou-se quatro vezes. Com sua última esposa, Rosa Maria de Jesus, também viúva, teve Quitéria Ferreira Nobre, uma influente liderança comunitária e, quando órfã, herdou do pai extensa propriedade. “[Quitéria] além de conselheira da comunidade, se tornou costureira de destaque, fazia mortalhas para enterrar os defuntos”. (NOBRE, 2015, p. 35).

(...) casou-se em 1889 aos 15 anos de idade com Raimundo Nonato de Macêdo. Tivera nove filhos e, em 1918, Quitéria ficou viúva aos 37 anos de idade. Nascido em 1881, Raimundo Nonato de Macêdo, vindo provavelmente da Paraíba, daria origem a outra família na região. Raimundo chegou ao pequeno povoado com sua filha, Santa Ferreira, que se tornaria a esposa de outro grande proprietário de terra na comunidade, Joaquim Ferreira. (p. 35).

No Baixio dos Oitis, um dos primeiros moradores foi Joao Manoel de Lima, vindo de Pernambuco, que se casou três vezes e teve nove filhos; Dona Maria Raimunda da Conceição, também antiga na comunidade, chegou em 1932. “Ela explica que na época o Baixio dos Oitis era propriedade do Padre Vicente Sóter de Alencar, depois de algum tempo, vendeu para Raimundo Felício Cavalcante, pai de Pedro Felício Cavalcante. O sobrenome do Padre indica que realmente a família Alencar possuía propriedades nessa área.” (NOBRE, 2015, p. 36).

Na comunidade Chapada do Baixio, o núcleo povoador teve como figura central Luís Ferreira dos Santos, pai de dez filhos e conhecido como Senhor Luizão - era muito dedicado aos trabalhos até comprar um pequeno pedaço de terra. Com numerosas famílias, logo a área constituiu um pedaço povoado onde todos os descendentes seguem o desejo de “seu Luizão” de que suas terras não fossem vendidas. [...]. Do outro lado da Chapada, destaca-se a presença de Luís Sabino e família Braz, formando também uma pequena vila de casas à margem de uma vareda [vereda] que liga a Chapada do Baixio aos Currais de Cima. (p. 36).

Os moradores do sítio Muquém explicam que a origem da comunidade está associada à pequena aglomeração em torno de um olho d’água, antigamente habitado por indígenas. Os traços e achados arqueológicos atestam presença pretérita de povos originários naquela comunidade.

No Muquém, cabe destacar a figura de Manoel Antônio Nunes. Nascido em 1894, Manuel era mezinheiro, além de muitas outras atividades, como a de alfaiate. No local, destacava-se Isabel Maria dos Anjos, nascida em 1904, irmã de Manoel Nunes, foi mãe de dez filhos e criou vários grupos culturais como a lapinha, o reisado, o coco de roda e o pastoril. (NOBRE, 2015, p. 37).

Fugidos das secas em estados vizinhos, indicados por proprietários de terras em outros municípios, moradores faziam acordos falados com os donos de propriedades e firmavam moradia, e, no entorno das suas, as de seus filhos. Nas comunidades do Baixio das Palmeiras, como em algumas outras, o Padre Cícero⁵⁴ indicava o local de moradia e negociava com o proprietário, indicando ainda que a família permanecesse por toda a vida naquelas terras. Segundo relato de moradores mais antigos, o próprio padre andava por esses caminhos e celebrava missas em pequenas capelas.

Gonçalves (2005), analisando outras comunidades no entorno da Chapada, aponta a indicação de moradia pelo Padre Cícero como um dos principais elementos nos processos de formação territorial dessas comunidades.

[...] com a chegada dos inúmeros migrantes em Juazeiro, através dos movimentos de romarias no período que compreende o final do século XIX e início do XX, ocorreram verdadeiros reordenamentos no território do Cariri. A partir da iniciativa do Padre Cícero surgiram novas comunidades e as já existentes sofreram acréscimo de população, tais como: Zabelê, Ramada, Santo Antonio, Santa Fé, Baixa do Maracujá, Guaribas, Lameiro, Luanda, Macaúba, Farias, Melo, Arajara, Caldas, Santa Rita, Coqueiro, Belmonte, Granjeiro, Romualdo, Cacimbas, dentre outras. [...] A comunidade de Caldeirão do beato Zé Lourenço, mesmo sendo organizada posteriormente, também está inserida nesse processo. [...] o estabelecimento e territorialização dos agrupamentos de romeiros ocorreram em sua maioria na porção norte da Chapada do Araripe, ou seja, nas áreas de encosta próximo aos municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha, pela abundância dos recursos naturais como água, por exemplo. Cacimbas é a única comunidade estabelecida no topo da Chapada, e como a própria toponímia sugere só foi possível sua organização devido à disponibilidade de terras e à indicação de lugar determinado pelo Padre Cícero que haveria um “veio” de água. (p. 112-113).

Após a emancipação política de Juazeiro do Norte, Padre Cícero passa a enfrentar Franco Rabelo, Governador recém empossado em 1913. Sob o discurso de acabar com as Oligarquias locais, Rabelo ameaçava invadir Juazeiro do Norte – esse fato e o conflito que desdobrou mobilizaram milhares de sertanejos de vários Estados do Nordeste para defender o Padre Cícero, muitos dos quais foram enfrentantes diretos. Isso tudo associado às crescentes romarias, provocou o crescimento das comunidades no entorno da Chapada do Araripe.

Com a religiosidade popular intensificada pela figura do Padre Cícero, aumenta o número de andarilhos que peregrinavam sem destino pelas estradas. Entre eles, havia bêbados, deficientes e pessoas com problemas

⁵⁴ O sacerdote coordenou a ida dos milhares de devotos camponeses, adiantou recursos, implantou grandes roçados, para servir de modelo, orientou e controlou o trabalho de desbastar a vegetação de floresta. (Gonçalves, 2005 p. 114).

mentais. Essas pessoas costumavam dormir nas casas de farinha e muitas vezes acabavam sendo alvo de brincadeira dos mais jovens. Entre essa gente perambulava a grande maioria era conhecida por apelidos, como: Terra Mansa, Dona Coquinha, Nedinha, Maria dos Cachorro, Velho Norum, Seu Anassis, Seu Bastiao, Sei Valdivino, Manoel Zacarias, Maria dos Terços, Maria das Favas, Zé Anto, Tainha, Zefa Queijo, Maria Jorvina, Juvenal e Paraíba. Cada um desses andarilhos tinha uma característica pessoal. Mané Zacarias, por exemplo, subia em coqueiro com uma grande destreza e descia de ponta cabeça com a mesma habilidade que subia. Muitas vezes passava nas estradas plantando bananeira que causava admiração. (NOBRE, 2015 p. 61).

Foi esse o itinerário percorrido por Manoel Barbosa Filho e Manoela do Espírito Santo, vindos da região do Pajeú do Pernambuco, foram aconselhados pelo Padre Cícero a estabelecer moradia nas terras do Coronel Antônio Luiz, na comunidade Baixio das Palmeiras. Seu Assis Santos, 72 anos, presidente da Associação da comunidade, filho de Dona Mocinha, notável mulher da comunidade, dadas suas habilidades com rezas e chás de cura, é neto desses moradores que vieram ao Baixio indicados pelo Padre Cícero.

O terreno aqui era do coronel Antônio Luiz, aquele que foi prefeito do Crato, quando teve a guerra de 14, padrinho de mãe. A mãe de minha mãe veio nesse tempo pra cá. Primeiro, vieram visitar o Padre Cícero e o meu avô. Conversando com o Padre Cícero, perguntou se era melhor ir embora pra outro lugar. [...]. Meu avô [Manoel Barbosa] veio fazer essa visita aqui no Juazeiro, por intermédio do Coronel Antônio Luiz. Aí, o Padre Cícero mandou que ele fosse falar com Antônio Luiz – ele foi falar com Antônio Luiz Pequeno e Lino Zabie. Meu avô foi falar com ele nos tempos da guerra de 14. Meu avô ficava naquele sobrado da [Rua] João Pessoa, ali era a casa de Antônio Luiz, acima da Macavi. Ali onde é a Rabelo, era por ali assim a casa do velho Antônio Luiz. Eu ainda andei lá com minha mãe. Nesse tempo, o velho já tinha morrido, tava só a velha. Eles tinham comprado esse terreno aqui era até na extrema com o Oiti. Aí, meu avô é quem era o encarregado e meu avô era Manuel Pajeú. Eles eram de Pernambuco. [...]. O pai de mãe brigou na guerra pra defender o coronel. Minha avó ia se confessar com ele, e ele pediu pra ela não sair daqui nunca, que nem de fome nem de sede ela morria, passando a mão na cabeça dela. Era Manuela Ana do Espírito Santo. Conselho com do Padre Cícero. [...] nós ficamos aqui, nós obedecemos ao Padim Ciço. [...]. Minha avó, no tempo da guerra, enchia o balaio de frutas e ia vender para os cangaceiros – ela passava por cima dos buchos dos mortos e ninguém mexia com ela. Tudo com a ordem dele. Ficaram frequentando o Padre Cícero até a morte dele, ela ia para as missões dele a pé (SEU ASSIS SANTOS, 2015).

Dona Mocinha, ainda viva, tem 98 anos, filha de Manuela do Espírito Santo e mãe de Seu Assis Santos, acamada, após problemas de saúde, tem na porta de seu quarto, ao alcance de sua vista (mesmo deitada), uma imagem do Padre Cícero. Segundo os familiares, os problemas de saúde de Dona Mocinha se agravaram após as medições realizadas pelas empreiteiras responsáveis pelas obras do CAC. As mesmas

passaram a rondar as propriedades, informando somente que as pessoas seriam removidas. Temerosa de sair do local onde seus pais moraram por décadas, indicados pelo Padre Cícero, ela e toda a família veem-se preocupados.

Nascida em 1918, Dona Mocinha representa uma forte resistência da rica cultura popular caririense. Entre suas inúmeras virtudes, ela é [...] parteira, tendo realizado centenas de partos, é grande mestra da cultura popular, contadora de histórias e anedotas, conhecendo uma diversidade de danças de rodas e músicas tradicionais. [...]. Também se destaca por sua incrível capacidade de curandeirismo. Num misto de fé, prática cultural e medicina popular [...]. Em geral, o problema é mau-olhado, espinhela caída, briga de marido e mulher, ou quebranto, Dona Mocinha conhece remédios e tratamento para tudo. Bastante procurada pelos moradores da região, numa espécie de ritual com um galho de árvore e algumas preces durante anos, ela tem curado crianças e adultos, essa atitude de amor ao próximo se concretiza pelo fato de Dona Mocinha não cobrar absolutamente nada por suas atividades. (NOBRE, 2015, p. 61).

Ainda em 1932, três proprietários médios compraram as terras do Coronel Antônio Luiz, Joaquim Ferreira, João Tavares e Antero Macedo – esses juntos com Zé Agostinho eram os principais proprietários de terras do Distrito. Impossibilitados de adquirir terras, os moradores que compunham as comunidades do Baixio das Palmeiras ficaram reféns de um sistema de trabalho onde a posse da terra acrescia aos proprietários a capacidade de extrair valor da força de trabalho dos moradores de pelo menos duas formas: mediante a renda pelo uso da propriedade para o plantio de lavouras para autoconsumo e o trabalho alternado nas terras do **patrão**, já que, corriqueiramente, as famílias camponesas trabalhavam dois dias em suas lavouras e os demais dias nas roças dos proprietários. Em geral, livrava-se a segunda, quando iam para a feira do Crato, e o domingo, hábito cristão. Essa conjuntura culmina em posteriores conflitos nas décadas de 1970 e 1980, quando os camponeses passaram a requerer na Justiça direitos de posse de terra-de-trabalho.

Foram vender o terreno. Nesse tempo, nem ninguém se interessava muito por terra, Antônio Luiz foi vender o terreno aqui, queria vender a meu avô fiado, mas ele não queria dever a ninguém e o que ele tinha não dava pra comprar, e isso ferrou. Aí, vendeu a três, vendia a ele só, mas ele não pode comprar, aí se juntou João Tavares, Joaquim Ferreira e Antero Macedo, que morava perto do posto de saúde, compraram o terreno do coronel. Antônio Luiz vendeu com a garantia de não mexer com meu avô – nesse tempo, palavra de homem tinha valor. Criou os filhos, veio os netos, eu casei, fiquei morando aí. (SEU ASSIS SANTOS, 2015).

Esse contexto político territorial de concentração fundiária é reflexo da forma como as relações entre Estado e capital nacional e internacional forjaram a questão agrária no Brasil. Analisando esse processo, Martins (1981) nos sugere que todo o debate da abolição da escravidão no Brasil está relacionado às políticas fundiárias, inclusive às que antecederam esse fato, como a Lei de Terras de 1850. Segundo o referido autor, o Estado incipiente agia na legitimação da grilagem de terras e na concessão de créditos para expansão do café, em detrimento do açúcar, em decadência. Essa conjuntura formaliza o latifúndio improdutivo no Brasil sobre terras griladas.

Muito embora em um outro contexto político de expansão do capital, onde a região do Cariri cumpria na primeira metade do século XX papel diferente no desenvolvimento do capitalismo, a expansão do algodão pelos vales não teria sido possível em um contexto de posse camponesa e minifundiária da terra. Nesse sentido, foram engendradas relações políticas territoriais, legitimadas pelo Estado que permitiram que a abolição da escravidão e a expansão do sistema agricultura camponesa no vale não ameaçassem o poder exercido pela concentração fundiária.

Mesmos que as terras na região não obedecessem à ordem de extensões de grandes latifúndios, a concentração persiste se analisarmos o contexto socioambiental. O Cariri está rodeado em todas as direções por áreas com características de aridez mais acentuadas, com regimes de chuvas irregulares no tempo e no espaço, se comparadas a outras regiões e com solos rasos e gastados. Fato que relativiza as extensões e valores das propriedades. Assim, a primeira fonte de lucros dos fazendeiros, ou patrões, como no contexto analisado por Martins (1981), passou a ser a renda diferencial produzida pela maior fertilidade das terras **novas**.

Nesse sentido, a renda capitalizada com o comércio escravagista, como reserva de valor financeiro, acúmulo de riqueza, tendo tido decadência com a abolição formal da escravidão, transforma paulatinamente a terra em renda capitalizada, na medida em que a política abolicionista proíbe o tráfico negreiro. Assim, a escravidão perde força como mercado e se perpetua nas relações de trabalho, uma vez que a posse da terra se manteve concentrada, como um **cativoiro**, subordinando os camponeses sem terra. Esse processo, chamado por Martins (1988) de **aliança do atraso**, forja na região do Cariri a figura do **morador**, trabalhador subordinado a uma imposição de poder caracterizada

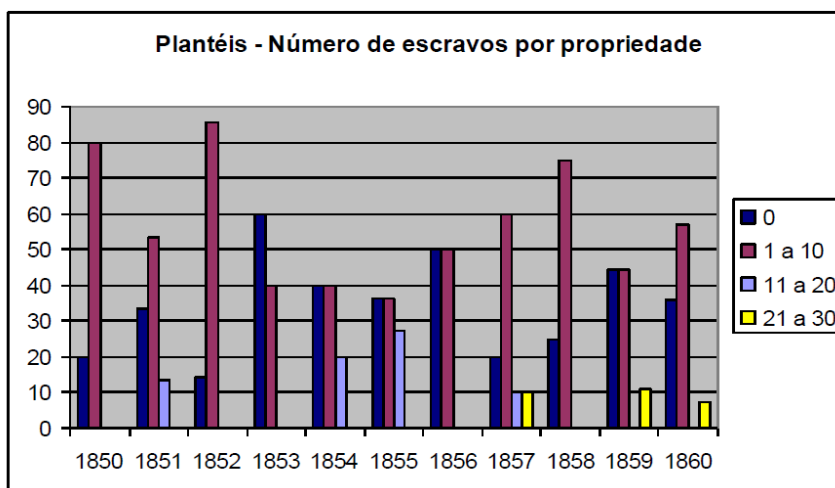
por uma relação íntima entre os camponeses sem terra e os proprietários como **subordinados/protegidos**⁵⁵.

Claro que esse processo não representou uma simples inversão, mera subordinação da renda capitalizada no escravo pela renda capitalizada na terra. Ao contrário, ocorre aí uma transformação historicamente decisiva. O trabalho liberado da condição de renda capitalizada deixa de ser componente de capital para contrapor-se objetivamente ao capital. Nesse processo, ao liberar o trabalho, o capital se liberta a si mesmo. (MARTINS, 1981 p. 33).

Contrariando a hipótese corriqueira de que no Cariri o trabalho de pessoas escravizadas, sequestradas da África, foi insignificante, Junior (2010) nos apresenta que, na região, o valor acumulado na forma de pessoas escravizadas chegou a representar 15% do acumulado de riqueza dos proprietários de terra; a título de comparação, as propriedades representavam 4,8% e o gado 9%. Através desses dados, percebemos que as pessoas escravizadas se configuravam a maior fonte de riqueza no vale do Cariri, muitas vezes, um escravo valia mais do que todos os outros bens do proprietário juntos, e também que a pecuária foi praticada em maior escala do que a lavoura. “Os escravos também foram empregados na atividade pecuarista, questionando a produção historiográfica que nega a mão-de-obra escrava em regiões onde predominou aquela atividade.” (p. 12).

O gráfico seguinte, elaborado pelo citado autor, nos elucida que nas propriedades na região do Cariri entre 1850 e 1860 tinham em média 1 a 10 escravos e que 3 dos 106 inventários pesquisados pelo autor tinham mais de vinte escravos e ainda uma propriedade com 30 escravos, uma com 25 e uma com 24.

Gráfico 2 – Trabalho de pessoas escravizadas no Cariri



⁵⁵ Palavras usadas por ALVES (2000) relacionadas ao tema.

O que estamos supondo é que o desenvolvimento do capitalismo no Cariri cria condições para a reprodução de relações não capitalistas de produção no interior do processo de expansão do algodão, que se deu como demanda internacional na primeira metade do século XX⁵⁶. Os moradores eram a força de trabalho que produzia algodão e seu trabalho era não diretamente remunerado em dinheiro, quando muito em diária, mas principalmente pelo direito de viver na terra do **patrão** e realizar pequenos cultivos para consumo familiar.

Objetivamente falando, a solução inevitável seria a abolição que nela se encerrava. Com a demanda crescente de trabalho escravo e consequente elevação do preço do cativo, os fazendeiros teriam que imobilizar parcelas crescentes de seus rendimentos monetários sob a forma de capitalizada, pagando mais do que a produtividade do trabalho. Esse ciclo vicioso atingia diretamente o cálculo de lucro dos fazendeiros. [...] a abolição da escravatura não envolvia apenas desonerar a fazenda da renda capitalizada do tributo que ela pagava aos traficantes de negros para obter a sua mão-de-obra. Tudo indica que tais problemas já eram previstos por ocasião de oficializar a cessação do tráfico negreiro da África para o Brasil em 1850. No mesmo ano foi promulgada uma lei que revia o desenvolvimento de uma política de imigração de colonos estrangeiros, sobretudo colonos europeus, que produziu uma oferta de trabalhadores livres nas épocas de maior demanda por parte das fazendas de café. (MARTINS, 1981, p. 28-29).

O que explica Martins nos elucidada pelo menos dois entendimentos: um, que o papel do Estado, que em todo o século XX esteve permeado pela elite agrária; e, outro, que o papel exercido pelos colonos europeus para moverem os sistemas produtivos de café nas áreas de expansão do sudeste e sul do país foi cumprido na região do Cariri pelos **migrantes** das secas, que buscavam os vales úmidos no sertão do Nordeste e, principalmente, pelos **romeiros**, que passaram a constituir as comunidades tradicionais do entorno da Chapada do Araripe – tendo sido esses egressos da guerra de 1914 ou do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, bem como fiéis do Padre Cícero que recebiam conselhos do religioso, o qual dialogava com os proprietários de terras e os encaminhavam para essas terras, garantindo força de trabalho e, por conseguinte, a expansão da produção de algodão e mandioca, principalmente.

⁵⁶ “Considerando que a formação social brasileira era escravista e que aqui vigorou o escravismo colonial, existiu um mosaico de formas não-capitalistas nessa mesma formação, criando espaços tais como o de um escravismo ligado ao abastecimento interno, uma unidade camponesa que podia utilizar escravos ou não e uma produção que se valia do uso de trabalhadores livres sob a forma de trabalho não-assalariado. Nesse processo, surgiu uma estrutura rural que definiu, em parte, a organização social, as formas de trabalho e as desigualdades e hierarquias nas diversas regiões brasileiras.” (JUNIOR, 2010, p. 1).

O monopólio da terra garantia a submissão dos camponeses advindos de várias direções para o vale ou descendentes de povos originários. A imposição do controle se dava, como nos afirma Junior (2010), mediante o modelo de relacionamento baseado na mutualidade, uma relação de reciprocidade desigual, submissão *versus* proteção. Esses **moradores** compunham uma categoria social que era a principal entre os produtores sem a terra na região e na província como um todo e que, ao lado dos escravos, compunham a força de trabalho dos engenhos de rapadura, fazendas de gado, grandes extensões de produção de algodão e cultivos alimentícios.

Essa era a intimidade tênue e conflituosa, que só foi possível manter os **moradores** conformados com imposição da força do proprietário e com concessões aqui e acolá para manter essa relação de subordinação. Essa contradição fica evidente na fala de Graça, na qual a camponesa, filha de Dona Mocinha, afirma que, mesmo com toda imposição e trabalho pesado, os patrões eram bons: “(...) nossos patrões queriam tanto bem a nós que queriam fazer a casa dele nesse chão, mas minha avó dizia ‘se for pra eu morar lá em cima, mande eu ir embora’. Mas ele fez a casa em outro lugar. Todo mundo é doido por esse chão, porque que é avistoso”.

Seu Assis Santos, 72 anos, demonstra-nos o cotidiano do trabalho nas terras do **patrão** no cultivo de algodão:

O nosso patrão aqui era Joaquim Ferreira; o dali de baixo era João Tavares, o marido de Iracema - ela já é segunda mulher. Aqui, eram seis moradores, tudo família. Minha mãe foi a primeira, chegou em 1914. Eu sou dos mais novos, eu tô com 71 anos e vou fazer 72 em setembro. O marido dela era primo meu, sou primo legítimo de Zé de Teta [...]. Seis moradores, tudo família. Cana ele plantou uns anos aqui logo quando comprou o terreno, antes de plantar algodão. [...] Nós plantava antes dessa indenização, nós trabalhava dois dias de serviços à seca, sem comida, só dava rapadura com farinha, cheia de besouro. Eram oito horas de serviço, das cinco da manhã às cinco da tarde. O dono da terra vivia vigiando, mas eu e o pai de Zé de Teta botava ele pra correr. (SEU ASSIS SANTOS, 2015).

Seu Zé Izidio, 75 anos, um dos moradores com mais idade na comunidade, ainda trabalha na roça, hoje, somente nos cultivos da família. Mesmo tendo trabalhado por 31 anos nas terras do patrão, na condição de morador, ainda paga renda pelo uso da terra. Seu Zé Izidio e sua esposa, Dona Antônia, dividiam-se nos trabalhos, nas terras do patrão e nos cultivos familiares. Seus ganhos financeiros eram oriundos da venda do excedente da produção, destinada para alimentação da família e de eventuais *empeleitas*, quando o camponês desempenhava trabalho fora do acordo entre ele e o proprietário, uma limpa, por exemplo. Aos 60 anos, após aposentadoria, seu patrão doou

para família duas tarefas de terra para que eles construíssem casas para a numerosa família construída nessas décadas de vida e trabalho.

Nós trabalhava aqui no terreno do patrão [...]. Aí, quando inteiros os 60 anos, me aposentei. Aí, patrão disse: “bom, compadre Zé, agora o senhor tem como se manter, agora pode trabalhar nas suas roças, [...] não preciso de você vir trabalhar”. Aí, eu saí do serviço dele, fui cuidar só das minhas rocinhas mesmo. Eu também, agora, já estou de idade eu planto pouquinho e nem limpar eu limpo, porque, depois dessa cirurgia, eu não posso. Tem vez que eu faço é apanhar uma favinha, um feijão, ajudo eles nas plantas, nos tempos das plantas eu ajudo. Aí, eu saí dos serviços deles, aí, meus filhos ficaram. Eu brocava mato, roçar mato, limpar. [...]. Aqui nos terrenos dele mesmo, descendo assim, José Mendes de Oliveira, ele mora bem ali, perto do Posto de Saúde, uma casa do murão alto. Eu trabalhando lá e dizia, **“na hora que meus meninos inteirar desde 15 anos pra frente eu já tô trazendo”**. No tempo que eu saí, eles ficaram. Quando eu me aposentei, ele doou essas duas tarefas de terras aqui. Daqui da estrada para o fim do terreiro é 70 braças, subindo de cabeça acima é 73, e no final das duas tarefas, passei uma cercazinha. Tem 15 anos. Tinha essas casas, mas não tinha as terras, aí, os filhos foram casando e fazendo suas casas. Me casei com 21 anos e já fui trabalhando nas terras dele [dono]. Dava pra plantar as roças e trabalhar nas terras do dono porque a mulher me ajudava. Nas minhas roças, trabalhava só nos *dias de sábado, domingo e segunda*. [...] **Trabalhava porque precisava do dinheiro**, bem dizer, a semana toda, plantando as roças deles, quando estava boa de limpar, empeleitava pra limpar. Antônia ficava em minha roça; aí, quando era no final de semana, ia dá um chega em minha roça e ela já tinha feito meio mundo de serviço. Eu ganhava só na diária mesmo, não ganhava salário não. Não sei nem quanto era, era baratinho. As minhas roças eram tudo nas terras deles, ali, nesses altos aí. Agora, não planto mais nesses altos. Plantava milho, fava, feijão, arroz, tudo isso eu plantava. (SEU ZÉ IZÍDIO, 2015).

As falas de Seu Zé Izídio e Dona Antônia, 75 anos, nos demonstram a perpetuação dessa relação de subordinação do trabalho da extração de renda do trabalho executado pelos moradores, na forma de trabalho diretamente executado nas lavouras do patrão ou nas suas, onde esses precisam pagar renda pelos usos da terra. Cinco dos filhos do casal trabalham diretamente no sistema que os pais iniciaram quando casaram-se com 21. Uma das filhas migrou para São Paulo.

Eu bem novinha comecei a trabalhar, baixinha, mas esperta. O patrão disse que eu continuasse indo e, até hoje, trabalho na roça. Enquanto ele (Zé Izídio) ia pra roça do patrão, eu ia pra roça com a enxada. Ele dizia “a nossa roça está tão precisando, mas eu preciso ir trabalhar, se eu não for, como é que fica aqui em casa?!” Tinha que comprar as coisas no fim da semana, nesse tempo não tinha ajuda de nada do governo, a gente tinha que pedir coragem a Deus pra trabalhar. Sabe como era, não tinha nada. Eu dizia: “pode ir, pode ir que eu vou pra roça”. Olhe, tinha muitas vezes que ele chegava do eito⁵⁷ primeiro que eu; às vezes, ele ia até encontrar. Eu dizia: “eu tava achando tão bom trabalhar, isso sem hora, sem nada, só olhava para o sol”. Eu me interno

⁵⁷ Área de cultivo.

na roça. Quando ele chegava, lá se admirava o tanto que eu tinha limpado. Era um gosto, era tão bom. Às vezes, ele chegava com o dinheirinho tão pouco da casa do patrão e dizia assim, “olhe Antônia, não teve empeleita”. Aí, o dinheiro é mais pouco, na diária, é mais pouco. Ele dizia “é só esse dinheiro! ”. Eu dizia: “como você vai me dar mais pra fazer compra se você só tem esse?!”. Às vezes era assim, a gente trabalhava, trabalhava, e o da roça tinha o tempo do milho amadurecer pra vender, tinha o tempo do milho secar, e tinha o tempo do algodão e de você ficar só zelando ele; depois, ele ia botar a flor, engazular, depois a gente colher aquele algodão pra vender pra fazer as pretensões d’a gente. E você sabe que a boca d’a gente não para. E os filhos chegando, e todo ano era um filho. Mas Deus foi mostrando um meio. Graças a Deus, fui criando meus filhos. Nunca na minha vida teve um dia de dizer assim, “eu não vou botar nada no fogo porque não tem”. Graças a Deus, porque eu fui uma pessoa muito disposta. Eu lavei massa nas casas de farinha, tirando a goma da massa. Eu, com 55 anos, já andando pra me aposentar, passava o dia lavando massa. Chegava em casa, de noite, os dedos marejando sangue pelos cantos. Eu não dizia nem pra ele. De noite, eu botava água no fogo com sal, lavava minhas mãos; quando era três horas da madrugada, quando eu ia para serviço, minhas mãos estavam boas. Mas eu não dizia porque ele ia dizer “não vá mais não, suas mãos estão assim”. Eu dizia “Deus, me dê força e coragem”. E fomos assim. Hoje eu tenho meu dinheiro, ele tem o dele. Eu levava os filhos pra roça pra não dar trabalho em casa; todos se costumaram a trabalhar de roça. Quando completava catorze anos, Zé levava lá para o patrão. Lá, ia levando e lá ia ficando e, ainda hoje, eles estão todos trabalhando lá. Ele parou de trabalhar, que se aposentou, mas os filhos ficaram, aonde ainda estão. Todos com suas roças nas terras do patrão. Trabalha agricultura, um ano não dá quase nada, outro ano dá bem mais. (DONA ANTÔNIA, 75 anos, 2015).

Essas relações íntimas, contraditórias, baseadas na superioridade dos donos de terras e garantidas pelo poder exercido pelo por ele, por possuir terras, eram legitimadas por instituições como igreja e Estado, que reconheciam esses senhores de terras como representantes de suas comunidades, conferindo-lhes títulos e medalhas de grandes produtores de algodão, no caso do Estado, ou na proximidade com líderes religiosos – uma vez que esses donos de terras doavam para a igreja terreno e material para construção de capelas, bem como disponibilizavam seus moradores para construção de templos. Como nos alude PINHEIRO, citado por Nobre (2015), em 1862, o major Felipe Teles de Mendonça ergueu uma capela em seu sítio Currais, como cumprimento de promessa por não ter morrido de cólera, enfermidade que assolara o Ceará nesse período, provocando a morte de milhares de pessoas.

Nada sofreram o Major Felipe e os de sua casa e sítio. Em 1 de outubro de 1863, para cumprir seu voto, pediu ao bispo D. Luiz Antônio Soares licença para edificar a igrejinha, licença que lhe foi dada no dia 13 do mesmo mês e ano, depois de informações do Vigário Manoel Joaquim Aires do Nascimento. Mas só em 1888, após ter o segundo bispo do Ceará, D. Joaquim de José Vieira, confirmado a graça concedida por D. Luiz, foi erguida a capelinha e benzida pelo vigário do Crato, Antônio Fernandes da Silva. (p. 31).

Assim, o patrão cumpria um papel dual nesse processo de subordinação do trabalho camponês: por um lado, compadre, padrinhos de filhos dos moradores, vendedor de mantimentos ou mesmo credor de empréstimos em tempos difíceis ou para urgências familiares, ainda líder comunitário próximo dos padres, lideranças religiosas, prefeitos e militares; por outro, sujeito que impunha subordinação do trabalho para ampliação de suas riquezas, os maiores produtores de algodão eram também os que mais tinham moradores em suas terras, alguns enveredaram na carreira política e foram vereadores. Essa afirmação fica clara na fala de Graça, citada acima, quando diz que o patrão era amigo e concedeu o direito de sua família construir casas em um terreno vistoso. Sobre as relações de trabalho, ela afirma: “homem, aquilo era uma escravidão, nós vivia aqui trabalhando de sol a sol e não via ganho nenhum”.

Silva (2010), analisando esse contexto em outras comunidades na cidade do Crato, alude que a dureza do ritmo de trabalho e da violência patronal imperava nas relações com os agentes do empregador. A exploração extensiva da mão-de-obra era garantida pelos níveis miseráveis de remuneração⁵⁸.

Esse contexto de exclusão da posse da terra, que repercute no fato de os trabalhadores terem negados o direito de cultivar suas sementes, saberes para alimentar seus modos de vida, seus hábitos, danças e ritos culturais, forjou relações no campo no Distrito do Baixio das Palmeiras que, contraditoriamente, garantiam a reprodução o campesinato em condições de exploração e o acúmulo de riqueza pelo proprietário de terras, concomitante a processos de resistência e luta pela terra nas décadas de 1970 e 1980. Esse contexto forjou fluxos contínuos de mobilidade do trabalho, de modo que os camponeses do Baixio, somados aos milhares de migrantes dos sertões no século XX, passaram a atender a demanda de força de trabalho nas regiões de expansão da indústria. Para terem condições de realizar cultivos nos períodos chuvosos ou por pouca disponibilidade de terras para arrendamento, os filhos dos **moradores** circulavam pelo Nordeste, exercendo papel de vaqueiro, transportando gado, cruzando a Chapada entre Pernambuco e Ceará, e partiam para São Paulo ou Rio de Janeiro à procura de emprego na construção civil, na indústria ou no que encontrasse.

Eu morava lá no Muquém. [...] A vida d'agente é essa. [...] Eu comecei a trabalhar na agricultura novo demais, com 08 anos de idade, trabalhando nos eitos de Raimundo Pinheiro. Comecei novo porque eu morava com mãe. Pai

⁵⁸ “No Cariri, sobretudo em Crato, estruturou-se um tipo de sociedade, imbuída numa série de relações de controle social.” (Silva, 2010 p. 21).

deixou mãe logo cedo e nós era que tinha que trabalhar. Quando era de oito anos, eu ia plantar cana, carregando os feixes de cana e semeando; plantava no pé da serra, pelos anos de [19]68, foi na época de 1960. Eu nasci nos anos 50. Nos anos de 1960 pra 1962, eu tava semeando cana. Sei que eu trabalhei, trabalhei. Eu não sabia ler, eu tinha inveja daqueles meninos que lia. Eu ia às vezes para o catecismo, eu via aqueles meninos lendo as mensagens da bíblia que a catequista mandava. Eu ficava com uma inveja e dizia a mãe, ela dizia, “é, meu filho, eu não tenho condições de botar você pra estudar, porque aqui tudo é difícil”. Nós plantava arroz, milho, plantava fava, feijão e mandioca. Nós pagava renda [...]. Fui crescendo; quando fiquei com dezesseis anos, eu disse, “mãe, eu vou estudar no Crato, que eu quero ir pra São Paulo”. Ela dizia: “meu filho, não dá certo não; como é que tu vai estudar no Crato que aqui não tem escola?”. Aqui não tinha energia. Aí, eu me desloquei pro Crato, eu estudei quatro anos no Crato, passei todos os quatro anos, estudei no Estadual⁵⁹. Estudava de seis da tarde até dez da noite, ia e vinha todo dia. Nossa janta era de quatro horas, saia da roça três horas da tarde sem hora de meio dia, almoçava e pegava no serviço. Quando era três horas, nós largava e seguia de pé para o Crato, pelo Barro Branco. Quando era dez horas, nós saia do Crato, quem morava na cidade chegava logo, mas nós chegava, o que, umas onze horas. Ia dormir pra acordar cedo e ir pra roça. Aprendi assinar meu nome e ler aprendi pouquinho. [...]. E minha família nesse tempo era outra família. Tinha uns filho tudo pequenininho. Eu enfrentava a vida era andando. Fui trabalhar de vaqueiro no sertão de Pernambuco, em Lagoa Grande, pra cá de Petrolina. Fui tomar de conta de uma fazenda lá. Primeiro, tomei de conta de uma fazenda perto do Assaré, voltei, fiquei uns tempo com meu pai aqui no Muquém. Na fazenda no Assaré, eu ganhava pouco demais; nesse tempo, eu ia lá só receber as vendas do povo em nome do patrão. Os filhos dele tinha uns criatórios de cabrito e eu fiquei cuidando, só que os lucros era poucos, tinha muito cabrito, mas morriam demais, dava muito trabalho, todo dia tinha que buscar na roça e deixar e cair no mato atrás de cabrito novo. Se fosse pelo menos ovelha ou gado, que é melhor! [...]. Sempre trabalhei de reideiro, eu não plantei algodão, só colhia do povo. Plantei muita mandioca, eu plantei mandioca até no ano de 1974, mesmo foi no ano que eu deixei de plantar roça e fui pra São Paulo. [...]. Nesse tempo, era o capitão Ariosvaldo de Cavalho que estava pra ser candidato pra prefeito do Crato. Ele era da polícia e eram os Bezerras que eram meu patrão no Muquém e ajeitou com eles pra eu tirar meus documento. Aí, tirei; era um sacrifício pra tirar documentos. Aí, quando tirei, trabalhei mais um tempo aqui e fui pra São Paulo. [...]. Olhe, o principal documento que tirava naquele tempo era a carteira de reservista, aí, tinha a identidade com o retrato com a cara desse tamanho, [carteira] profissional, título de eleitor e atestado de antecedência - esse foi o primeiro que eles pediram na firma. Era uma carta que eles davam na delegacia. Fui trabalhar na [empresa] continental, fiz uma ficha e o primeiro documento que me pediram foi essa carta de antecedência. Trabalhei dois anos e um pouquim e disse “eu vou me apresentar lá no Ceará pra ver como tá”. Mandava carta, passava de quinze dias para receber a resposta. Eu morava em pensão em São Paulo, no centro de São Paulo, perto do Parque São Pedro, na Moca; só na Moca eu morei de dois a três anos. Saí de lá. [...]. Eu trabalhava, trabalhava, passava um ano e pouco e voltava. Aí, chegava aqui, passava uns tempos e não tinha serviço e voltava pra lá de novo. Os serviços aqui eram de fazer calçamentos, esses calçamentos daqui até o Crato foi nós que fizemos. Quando acabava o serviço, a gente ficava de cara pra cima. E minha família nesse tempo era outra família, tinha uns filhos tudo pequenininho. [...] Passei um ano aqui na volta e voltei de novo pra São Paulo e fui trabalhar de caseiro. [...] Era só mansão lá onde eu trabalhava. Fiquei viúvo, estava com 42 anos, e fui pra lá antes de casar com essa mulher aí. Nesse tempo, fui trabalhar de pedreiro. O patrão me enrolou e eu volte - ele não deu baixa em minha carteira. Aí, tive problema pra me aposentar.

⁵⁹ Escola Estadual Wilson Gonçalves localizada no Bairro Pimenta.

Trouxe os documentos e deu nó cego pra se aposentar. A sorte foi Nacélio, que me ajudou. [...]. Eu só sou preto, mas eu tenho palavra de homem. (SEU PIO – DIONÍSIO CAETANO, 2015).

As andanças de Seu Dionísio Caetano, 64 anos, mais conhecido como Pio, morador do Baixio dos Oitis, integrante do grupo de Maneiro Pau, revelam uma das estratégias que os filhos de moradores traçaram para (r)existirem enquanto camponeses. Transitou por várias cidades, assumiu vários trabalhos, desde vaqueiro até operário de fábrica, mas vivia a ânsia de pôr em prática seus saberes de cultivo da terra e viver no Baixio. No decorrer de quatro viagens para São Paulo, depois de viúvo da primeira esposa, conseguiu juntar dinheiro e comprar uma pequena porção de terra, onde vive com sua esposa, Giselda, de 47 anos, que, além de agricultora, é rezadeira de criança pequena. Sua filha de 15 anos divide o tempo cultivando na roça com o pai e a mãe e os estudos em uma escola do Crato. Eles pagam a renda pelo uso da terra e plantam nas áreas de baixio, uma vez que o terreiro em torno da casa da família não permite cultivos além de fruteiras, como cajarana, seriguela, manga, plantas medicinais como erva doce, cidreira, arruda, mentruz, entre outras, que rodeiam a casa da família; ainda, no extenso e sombreado terreiro, passeiam galinhas e no limite do terreno um chiqueiro, onde criam porcos para alimento e complementar a renda familiar.

Identificamos algumas estratégias dos camponeses para (r)existirem como tais sem possuir a terra: viajar sazonalmente para grandes cidades, dedicando-se ao trabalho nas indústrias ou no que encontrasse por lá, a diversidade de atividade, dividindo o tempo entre o cultivos de suas roças para alimentação da família e venda de excedentes com outras tarefas (como vaqueiro, pedreiro, trabalhador de diária, entre outros) e o processo de articulação política que fundou o STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, entre as décadas de 1970 e 1980.

A atividade de vaqueiro marca muito o imaginário da comunidade e está presente na literatura regionalista. Mesmo na segunda metade do século XX, com a redução dessa atividade no vale dada a expansão da cana-de-açúcar e de outros cultivos, foram proibidas no início do século. O papel dos vaqueiros residentes no Baixio era transitar com o gado entre os Estados do Pernambuco e Ceará, arrebanhar o bando que era alimentado em tempos de secas nas áreas de floresta úmida no topo da Chapada e ficavam cotidianamente em fazendas nas cidades de Exu, Moreilândia, Granito, Bodocó, Serrita, Barbalha, Araripe. Cabia também ao vaqueiro comercializar o animal quando solicitado pelo dono. Esse comércio era realizado na feira de animais na cidade

do Crato – que ocorria onde hoje é a Ponte de Bia, no bairro Pimenta, nas sextas, separada da grande feira da segunda ou em Feiras nos municípios ou comunidades por onde transitavam, como Zé Gomes, feira de Moreilândia, nas sextas, feira de Caririmirim aos sábados, entre outras. As feiras eram o lugar de encontro, onde comerciantes e vaqueiros, semanalmente, vinham comercializar suas criações, dialogar e fazer política. Eram verdadeiras caravanas de bovinos tocados por dois ou três vaqueiros que se cruzavam pelos caminhos abertos pelos indígenas, que foram sendo refeitos pelo vaqueiro e que hoje é trânsito de automóveis e catadores de pequi. Enlanguescendo pequenas veredas, a pecuária foi dando um sentido social, político, econômico e cultural à Chapada do Araripe.

Quando foi em [19]70, eu, casado, aí, vovô me chamou porque não tinha ninguém que tomasse conta da vacaria dele. Aí, eu me assujeitei a ir - ganho naquele tempo não tinha, [mas] eu tomei conta da vacaria dele, que não tava sustentando ninguém lá. Tirava leite, dava ração às vacas e tinha uma engordazinha. Quando foi um certo tempo, eu mesmo arranjei uma pessoa para colocar na rancharia. Ele tinha uma fazenda no Bodocó, depois do Bodocó, duas léguas e meias. Quem transitava com esse gado era eu. Ia pelo Zé Gomes, passava do Zé Gomes, ia para Araripe, depois de Rancharia, depois Timorante. Eu cruzava esse agreste aí todinho, de [19]74 até 1976, tirava gado pra lá, pra cá. Depois ele vendeu o gado de lá e eu fiquei cuidando do gado daqui. Tinha a feira de gado que era separada da outra feira, só era um dia semanal na sexta-feira, era pra cima da Ponte no Pimenta, indo para o Lameiro. Você andava da ponte daqui lá em Liro e já era o curral, quase não tinha casa no entorno - era mata do lado do rio, era mata por trás do matador, era mata. Aí, a gente ia para feira, topava com aquele caba do Caririzim, os Lopes, toda vida gostava de negociar gado e os caba de Assaré traziam garrotes e um caba de Caruaru. Vinham gado de Porteira, Araripe e comprar boiada do pessoal daqui e nós impeleitava pra deixar até Jardim ou Porteira e, de lá, eles levavam. Eu vim me aquietar de (19)90 pra cá. Pra Bodocó, quando a gente levava vaca parida, agente levava quase três dias pra chegar. Quando a gente levava gado solteiro, no outro dia chegava, dormia nos compadres de vovô. Nas primeiras viagens, já fui conhecendo gente e não tinha dificuldade - nunca ocupava nem os alforjes. Onde chegava, tinha comida; parava um pouco, mas eram três dias. Quando era pra voltar, era sempre pelo Zé Gomes, era a mais perto; se fosse pelo Caririzim, tinha que dar a volta. Quando o caba tá de lá pra cá, pra vim... [...] Tempo bom, o caba andava por essas estradas tudo e não via falar com morte, assalto, quase não passava carro. Uma vez, eu tava entre o Timorante e o Bodocó e tive um susto: o gado tava comendo capim agreste e, com pouco, vi aquele Jipe entrando, era o Finado Expedito Pinheiro e ele já me conhecia eu já tinha andado na Baixa quando era dele. Aí, eu tive aquele susto, o jipe entrou de vez atrás de mim. Levantei, tava até deitado em cima do gibão. [...] Era um acontecimento quando passava um carro. [...] Tinha uma estrada velha, vereda, tinha umas carroçal; mas as veredas eram mais perto. [...] De acordo com os pastos e invernos, eu levava e trazia e ainda lutava com roça, botava trabalhador, eram uns cabas bons e tinha os filhos que iam crescendo. Botava roça mesmo nos baixios - nesse tempo, eu era arrendado ... um pedacinho aqui o resto era espatifado. Roça pra acolá, pra aqui, quando chegava, não tinha conversa não, virava a camisa às avessas e ia pra dentro da roça - tirava algodão, feijão, fava. Naquele tempo, tinha que trabalhar mesmo e hoje eu

acho que o caba, tendo saúde, tem é que trabalhar mesmo. (SEU ANTÔNIO DE JOVEM, 2015).

Alguns aspectos dessas atividades nos chamam atenção, como o convívio com as roças das famílias dos vaqueiros. Nos períodos de transporte do gado, a esposa e os filhos garantiam a lavoura, ou quando havia necessidade acordava-se com vizinhos ou compadres para trabalhos pagos em diárias ou retribuídos com parte da produção ou mesmo com dias de serviço. Ainda essa atividade territorial volante usava como um dos *locus* de exploração a floresta úmida do topo da Chapada do Araripe, hoje protegida como uma unidade de conservação que popularmente é conhecida por **agreste**. Uma toponímia um tanto intrigante. A palavra agreste está relacionada a uma faixa de transição do Nordeste brasileiro, entre as áreas litorâneas de mata atlântica e os sertões. Em nossas pesquisas, encontramos a designação **agreste** em livros regionalistas de autores como Irineu Pinheiro e José Alves de Figueiredo, que utilizavam comumente essa expressão que hoje tem se tornado obsoleta nos documentos formais que optam por designar essa região da Chapada como APA Araripe ou FLONA Araripe. No entanto, a linguagem popular teima em manter esse epíteto quando se refere à área de floresta.

Lá embaixo, pra entrar para o Escondido, Munduri, ali era que tinha areia. [...]. Hoje **não tem mais gado solto na floresta, foi proibido. Naquele tempo, subia os caba aqui do Ceará e vinha os do Pernambuco e soltava os gados na floresta. O gado escapava bem, passava mais de seis meses no meio da serra; depois achava.** O gado se rebanhava um com o outro. Naquele tempo, tinha muito vaqueiro por aí - eles proibiram esses negócios até ruim para os criadores, por causa de fogo nas florestas. Mas não eram os vaqueiros que botava fogo nas florestas, eram os caçadores e os proprietários que pagaram. E também esses negócios de lei, IBAMA. Um chegava e soltava 50 reis, tudo ferrado com a marca dele. A divisa da região que ele morava, no caso do Exu, quem soltava tinha a marca dele com as iniciais e tinha o E na divisa pra dizer é de Exu, a daqui de Barbalha era o K, eu não sei porque o K de Barbalha. O proprietário botava o ferro do lado com as iniciais dele do outro lado botava o K. [...] Do Crato, era quatro C, era um trevo, já era um ferrinho assim redondo. Eram mais esses três. Tinha um caba do Granito que soltava gado aí. Do Granito, era o G., não tinha conflito, não sumia, num ia perguntando gado do outro. Ia se topando nos aceiros. Naquele tempo, o povo não tinha muita maldade e a floresta, fechadona, o caba ia; chegasse, achava um moi de gado de fulano de tal e depois achava fulano de tal e dizia onde tava o gado. Eles bebiam água no Barreiro Grande, quando escasseava a água com do inverno tinha o barreiro de Mundô e tinha outro barreiro dos Machado, que sustentava água até mais adiante. Cabra quisesse ver o gado, era só ficar no bebedor. O clima é tão bom na serra que tinha gado que passava de dois dias sem ir, comendo um verde por ali e se segurava e tinha qualquer barreirinho que pegava água. (SEU ANTÔNIO DE JOVEM 2015).

Com a proibição da solta de gado no agreste e sucessivos anos de secas que afetavam, com muito mais aridez, as cidades de Pernambuco, área de **sotavento** da Chapada, a circulação de vaqueiros reduziu enormemente. Hoje, ao cruzar a floresta, vemos, mesmo que com pouca frequência, pequenos rebanhos conduzidos por dois ou três vaqueiros vestidos com o tradicional gibão, advindos de Serrita, Exu ou Moreilândia.

Nesse período, compreendido entre o início do século XX, meados de 1930, proprietários menores adquiriram as terras do Baixio e passaram a cultivar algodão em grande escala, (ampliando a quantidade de moradores, por conseguinte), e os anos de 1982, período que marca a ligeira decadência do cultivo de algodão, dada a crise provocada pelo bicudo que ocasionou perdas irreversíveis ao cultivo do algodão nas comunidades do Baixio, a organicidade do trabalho das famílias de moradores, nos cultivos do *patrão* e nos cultivos menores para o consumo da família.

Mesmo com o contexto de concentração da propriedade da terra, dava-se uma expressiva diversidade dos cultivos, o que garantia trabalho o ano inteiro. Entre os meses de agosto e dezembro, conciliavam-se as atividades de colheita, farinha e preparo da terra; as primeiras chuvas ocorriam em outubro, porém pontuais, anunciando a quadra invernal dos próximos meses. A terra **brocada**, nome dado ao ato retirar a mata, é molhada e os plantios iniciavam em dezembro, após o natal. Nas terras do patrão, inicia-se o plantio do algodão, durando, no máximo, até março - o ciclo do algodão permitia até quatro colheitas; assim, no primeiro ano do plantio desse cultivo, conviviam com carreiras de milho que alternavam a disposição em fileiras do algodão. O milho em geral era, como ainda hoje, plantado associado à fava. Três sementes de cada em cova rasa. No cultivo do algodão, essa prática era recusada, dado o crescimento enramado da fava, que comprometia o arbusto. O milho da terra do patrão era colhido parte em junho, nas vésperas das festas juninas, e parte em agosto e setembro, quando, seco, era estocado para posterior venda ou alimento de criações. Todo o produto desse trabalho pertencia ao patrão - os moradores trabalhavam três dias da semana nessas terras, geralmente terça, quarta e quinta. Após a colheita do milho, mesmo com a estiagem, o algodão permanecia de pé e era podado após a retirada da palha do milho, que alimentava o gado. No início do ano seguinte, ocorria a primeira colheita do algodão: os moradores se dividiam nas colheitas e, após a venda, os *patrões* autorizavam que os moradores retirassem o que restou para venda, o que lhes garantia pequenas quantidades em dinheiro. Os patrões tinham, ainda, grandes cultivos de mandioca.

Nas terras de policultivo dos camponeses, o plantio das roças dava-se também a partir de dezembro, onde se plantavam carreiras de milho e fava intercaladas por feijão e, mais espalhados, plantava-se melancia, jerimum, melão, entre outros. Em espaço separado, havia o cultivo de mandioca, também associado ao feijão ou ao milho. O milho e o feijão eram colhidos a partir de junho, eram consumidos verdes ou estocados secos para o consumo ao longo do ano ou venda. A organização das casas antigas nos indica o cotidiano desse processo: a casa era ladeada por um quarto, pequeno galpão dividido em duas partes, uma para guardar equipamentos de trabalho e silos de zinco cheios das colheitas, tampados com cera de abelha, e, no outro, de maneira muito singular, era estocado o milho.

Não tinha esse negócio de quebrar de debulhar, era paiol. Você quebrava o milho, separava a miúda, a espiga miúda, o graúdo carregava nos animais, era só despejando lá. Era nos salões, armazéns, fazer o paiol para debulhar mais adiante. Meu avô fazia o paiol. Quando tava seguro é que ele ia mandar despilhar esse aqui, deixava na palha ainda. Tinha um negócio de jogar cinzas, botava cinza em baixo no chão, aquela camada de cinza, tirada de forno dos aviamentos, forrava com cinza e fazia, chegava nessa altura assim Jogava mais cinza, passava dois ou três anos, não furava mais não. Hoje, a caba joga veneno, joga tudo no mundo e ainda fura. Naquele tempo não tinha veneno. (SEU ZÉ MACEDO, 2015).

A mandioca, plantada também a partir de dezembro, era colhida após um ano e meio, a partir do mês de junho – o destino principal era a produção de goma e farinha. Nas comunidades do Baixio, havia cerca de dez casas de farinhas, ou aviamentos, como eram chamados. Os aviamentos pertenciam aos proprietários de terras e estavam localizados no terreiro da casa. Para usar os equipamentos, os camponeses pagavam renda com a farinha produzida, geralmente um saco a cada dez produzidos. O processo de elaboração da farinha envolve saberes construídos pelos povos originários, que foram ganhando novos sentidos e fez com que a farinha e a goma sejam ainda hoje elementos importantes da dieta dos sertanejos. Em pesquisas realizadas pela equipe de execução da Ferrovia Transnordestina, constataram que há registros de cultivo de mandioca no município cidade de Milagres, que datam de cerca de 650 anos, como nos mostra Limaverde (2010).

O processo de produção exigia trabalho coletivo e se firmava como um ambiente de socialização muito importante da comunidade. A partir do mês de julho, os trabalhos nas colheitas eram divididos com o trabalho no aviamento. As famílias acordavam logo no início do ano com o dono do aviamento a semana que iria usar para fazer sua farinha

e goma, parte dessas era estocada para alimento da família e parte vendida. Como todo o processo geralmente envolvia mais pessoas do que possuía a unidade familiar, esse trabalho era dividido com compadres ou vizinhos e dava início antes do nascer do sol. No processamento da farinha, os camponeses chamavam de prensa; então, quando se colhia muita mandioca, podiam-se fazer até 15 prensas.

A farinhada chegava a envolver diretamente cerca de vinte e duas pessoas no processo de trabalho, divididos entre as atividades de colheita (o arrancador), rapadeiras, cevadores, preneiros, torradores e se considerarmos as atividades de alimentação, logística do espaço de produção da farinha e a distribuição esse número seria muito maior.

Aquí tinha o seguinte negócio: todo mundo tinha sua tarefinha de mandioca. Eu não tinha aviamento, era o seguinte: ia por sequência, essa semana é fulano de tal, semana que vem fulano de tal e assim por seguinte, de acordo com a produção dele, se fosse uma prensa, dava pra dois dias fazer, mas quando era 10 ou 15 prensa era uma semana pra fazer. Meu avô começava a colher mesmo dia em agosto, e tinha aviamento, ainda hoje tá lá a prensa. (...) Sempre é mulher que rapa, vem o cevador, ele serve a mandioca, para virar massa, vem a lavadeira pra virar massa, vem o preneiro e vem o torrador. O preneiro botava a massa na prensa pra espremer e botar no forno pra torrar, peneirar e torrar. (Seu Zé Macedo, 2015).

As farinhadas eram espaços de socialização dos temas das comunidades – a divisão do trabalho repercutia a composição das famílias e os papéis desempenhados pelas mulheres não eram o de venda e arrecado do dinheiro da família: a elas competia a alimentação e a retirada da casca da mandioca. Os homens, além de fazer os serviços como torrar e ensacar a goma de mandioca, negociavam nas feiras a produção. As unidades de medidas nas quais eram comercializados os produtos eram diferentes de convencionadas hoje e o transporte para as feiras eram feitos com animais até as cidades do Crato e de Juazeiro.

A mandioca era uma manutenção danada. Tinha os arrancadores; quando pegavam uma terra mole, um arisco mole, até que não dava muito trabalho, mas, quando era dura, dava muito trabalho. Uma farinhada ocupa vinte duas pessoas, se for controlado e numa terra boa de arrancar. Da roça para o aviamento, do arrancar para torrar. Meus pais começavam na primeira semana de junho. Uma semana completa, você faz vinte prensas, duas na segunda, terça, quarta, quinta quatro e sexta até domingo duas. No domingo, já estavam torrando. Lá na casa, um horror de gente, juntava muita gente, pra você ver o tamanho das panelas. Naquele tempo, as pessoas comiam só as pratadas, não tinha merenda. Eram uns pratos grandes de baião de dois. A comida era três panelas no dia: de manhã, almoço, a ceia e a janta. A ceia era só pra quem trabalhava à noite. De meio dia pra uma hora já ia cozinhar, era só feijão e carne. Do outro pessoal que trabalhava a noite, jantava. Um saco

de arroz de 60 quilos não dava pra uma semana. E as mulher o trabalho que dava, faziam aquela panelona de baião. Umas gorduras de porco, toucinho, torresmo. Era fartura para o povo, para os bichos brutos, as cascas de mandioca. Tinha a crueira, que tinha que prensar e depois peneirar e ficava as crueiras, que fazia ração para os porcos. Naquele tempo, se engordava porco com macaúba, casca de mandioca, bredo, que se chama pega pinto, folha de mandioca verde. Hoje, se você colocar mandioca cortada para um porco, ele não come. [...] Se plantava a mandioca só ou com um feijãozinho pelo meio, um feijão que se chamava o pingo d'água, em 40 dias dava, e era um feijão bom de comer. A mandioca era só pra casa de farinha. A farinha a gente vendia e tinha um sótão, aquela parte de cima que se faz de cedro. A casa da minha avó mesmo tem uma. Cabilia, ainda cabe, se botar hoje, naquele tempo era uma quarta. Naquele tempo, uma quarta é 08 cuias (não era quilo era cuia). A cuia se for fava ou milho ela dá 10 quilos, a farinha não dá. Oito cuias é uma quarta. A gente levava duas quartas de farinha para o Juazeiro, meio alqueire a gente chamava, dava mais de 100 quilos. No sótão, cabiam 106 quartas. E era alto, para subir a farinha toda na cabeça. Era uma escada, e a gente subia essa escada com uma lata na cabeça e colocava em uma janelinha. Tirava em uma lata. Naquele tempo, era ripa, chamava taboca, que era buscada na chapada. Vendia mais em Juazeiro. A feira era onde é a prefeitura ali, depois desceu e foi lá pra praça Padre Cícero. Era ferona no sábado, maior que Juazeiro. Quando a gente conhecia que a feira estava boa era quando tinha gente esperando já em cima pra comprar as farinhas. As farinhas não eram boas não, parte era tirada para fazer goma; aí, era uma farinha leve. Ia pra Juazeiro pela Santa Rosa, nas veredas, não passava carro. Em canto nenhum, tudo nas costas de animal, passávamos pelo Muquém, seguia por Santa Rosa e chegava em Juazeiro. Eu lembro que, em Juazeiro, da linha pra cima, era tudo matagal. Vieram explorar depois que foram fazer o aeroporto. No arco, na rua Padre Cícero, pra cima era a última bodega que tinha, era lá onde a gente ia merendar, um copo de garapa e um pão doce pra poder subir pra casa, vinha em uma cangalha dura, chegava em casa todo doído. Lá de casa iam dois, de todas as casas iam dois ou três, juntava todos e subiam de monte. Só pegava um dinheirinho quando pegava fretes com as cargas dos outros. (Seu WILLIAN NOBRE, 2015).

A quantidade de cultivo garantia intenso trabalho o ano inteiro para as famílias camponesas do Baixio das Palmeiras. Esse calendário de atividades da vida cotidiana era permeado por marcos temporais durante o ano, frutos de uma cosmologia singular construída no âmbito das comunidades sertanejas que difere muito de comunidades tradicionais em outras partes do país, muito embora haja algumas uniformidades quanto à moral judaico-cristã, as comunidades sertanejas guardam nuances que comunicam sobre os processos complexos de formação dos seus modos de vida nos sertões. Algo que muito nos chama a atenção é a noção de estações do ano, que são essencialmente duas, seca e inverno, e costuma-se dizer, quando o período de estiagem comprometeu o cultivo ou o abastecimento d'água das comunidades, que **não teve inverno**. Essa noção que flexibiliza a existência da estação de inverno não é fruto de um conhecimento inferior ou errado, se comparado ao conhecimento científico formal sobre o clima, é justamente resultado de experiências singulares de noções de mundo que herdaram saberes de povos originários que conviveram com estiagem por milhares de anos, fato

que legou às comunidades tradicionais do sertão saberes e estratégias de convívio, de cultivo nessas áreas de poucas chuvas. Muito embora as comunidades do baixio das Palmeiras estejam em um ambiente com características socioambientais mais úmidas, as noções de mundo, os saberes dos sertanejos fazem parte dessas comunidades, justamente por serem muitos os moradores que vivem nas comunidades, filhos e filhas de migrantes.

Outros fatores nos orientam nesse sentido, como a previsibilidade popular climática, em que as pessoas de mais idade são consultadas sobre as possibilidades de chuvas. Nesse contexto, as previsões formais são, muitas vezes, desconsideradas; órgãos do Estado afirmam previsões pouco otimistas da quadra invernososa para os sertões, mas, ainda assim, os sertanejos, guiados por sinais da natureza, plantam e esperam das divindades chuvas. Dado o fato de a comunidade ser predominantemente católica, os ritos de passagens da noção de mundo judaico-cristão estão muito imbricados e ressignificados. Costuma-se plantar no dia de São José, 19 de março, para colher no São João, 24 de junho, o milho para assar na fogueira, planta-se depois do natal, quando chove. Celebra-se santos católicos nas comunidades nas capelas, pequenas igrejas.

Mas as pessoas também são acrescidas de dons de cura, de previsão. Os rezadores e rezadeiras, que indicam plantas naturais, que rezam em crianças e são lideranças espirituais das comunidades à revelia dos párocos que ocasionalmente visitam as comunidades.

Algo muito expressivo nas Comunidades do Baixio das Palmeiras que tem sido retomado é o maneiro pau. Uma manifestação cultural que encontra suas ancestralidades nos ritos africanos e indígenas, animava as noites de São João, rodeando as fogueiras com uma dança sonora realizada por homens, onde um cantor andando dentro da roda tira versos do momento, via de regra com teor irônico e humorado, movimentando o círculo dos homens que acompanham a cantoria, repetindo algumas frases da poesia cantada e lapeando um cassetete de madeira que segura no do seu vizinho. O ritmo é dado pela canção e, quando o cantor acelera a cantoria mais rápido, movem a roda e forte batem o pau.

O maneiro pau ocorria nas festas de São João e foi perdendo força com o tempo, até que, na década e 1990, parou por completo. Por iniciativa de Wlirian Nobre (Liro), professor de Geografia que reside na comunidade, a dança tem sido retomada. Ele

juntou seus tios e amigos e começaram a fazer pequenas, apresentações, e hoje são convidados para eventos culturais na cidade.

Rapaz, começou em 2010. Liro foi juntando agente e dizendo pra fazer esse resgate de novo. [...] Mestre Chiquim que puxa, toda vida; ele gostou dessas coisinhas assim, ele faz os improvisos na hora mesmo. (...) Chamaram de última hora e não deu certo organizar todo mundo; ainda tem Pio. Pio brinca, bom rapaz. [...] aqui, antigamente, só tinha de ano em ano, era no mês de junho, São João e São Pedro, mas o forte mesmo era no São Pedro, aqui na casa de meu avô. Descia lá de seu Mané Nunes até aqui um cordão de gente até bom e dava certo; os cabas bebiam, era uma cachaça. Bebia cachaça brejeira feita aí nos brejos de Crato. Esses brejos aí foi onde mais deu alambiques. [...] A noite todinha, eles começavam cedo da noite, quando acendia a fogueira, os cabas dava uma rodada e ia para os litros de cachaça. Os patrão incentivavam porque gostavam. Aí, descia de lá do Muquém. A parada era aqui, juntava todo mundo aí. [...] Toda vida, foi no improviso que puxava. Aqui tinha um caba véi, tio dos meninos de Zé Izídio, irmão de Tonha, nunca vi um caba tirar rima como aquele caba. Um matuto que nunca pegou em carta de ABC, morreu novo, bebeu muita cachaça, arranhou uma doença, veio uma pneumonia e não segurou não. O caba morreu novo mesmo, era um homem, uma lapa de homem. Se não resgatasse esse negócio de maneiro pau, tinha perdido. [...] No Crato, quem ainda fundou um foi Mestre Elói com Antero Timóteo - ele era casado com uma tia nossa. Justamente ele levou daqui pra se encontrar com o de lá, mas o daqui, toda vez... o caba era bom. Aí, ficou só o daqui; o de lá pode dizer que acabou e é porque o de lá o pessoal tava bem trajado, era mais rico, uma blusa vermelha, lenço no pescoço, e os daqui os pobre, uma camisa de chita e uma calça de mescla, mas tinha improviso para as coisas e passaram a dá valor. Não tinha esse negócio de ser chamado pra rua pra se apresentar. Quem chamou um tempo foi Mestre Elói mesmo, tá com mais de vinte anos. Aí, o tirador já não era mais o improvisador bom; mas tinha um bom, chamava Chico Carnaúba, do Muquém, e deu certo, ele tirava bom. Eu entrei na roda de maneiro pau com doze anos de idade ou menos, os caba vinha e eu me enxeri pelo meio. Eu achava bonito, naquele tempo, era tudo no candeeiro. As mulheres clareando, chegava numa fogueirona, e tava a labareda clara e terminava de manhã. Tinha caba que amanhecia o dia, o caba não cansava, era uns caba forte. Sempre foi só homem, tudo em círculo e um chamador no meio. As mulher ficavam olhando, muitas delas eram casadas com componentes do maneiro pau. Quando arrocha, se não se concentrar, o pau bate na cabeça. (SEU ANTÔNIO DE JOVEM, 2015).

A crise do algodão e a decadência do cultivo de mandioca provocaram mudanças significativas nas comunidades. O bicudo atacou os cultivos de algodão no início dos anos 1980 e, já em 1984, as últimas roças de algodão já não davam lucros aos proprietários de terra. As terras hoje são tomadas predominantemente por cultivos para o consumo familiar e a venda de excedentes. O declínio do cultivo de mandioca deu-se pelo fato de a goma aparecer no mercado local com valor inferior, exigindo mais esforço dos camponeses que, mesmo persistindo com os aviamentos viram a goma passar a não compensar mais, dados o trabalho exigido para o processamento de farinha

e quantidade de pessoas que envolve. Dos dez aviamentos das comunidades, somente um está em funcionamento no Baixio do Muquém e com poucas atividades.

Concomitante a esse contexto de decadência dos cultivos de algodão e mandioca, camponeses e camponesas da região do Cariri realizaram organizações políticas que questionaram as injustas relações de trabalho garantidas pela posse concentrada e o poder exercido pelos grandes proprietários de terras da região do Cariri, sobretudo nas cidades do Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri e Altaneira. Mobilizados pela igreja, que passou a assumir papel contraditório nesse processo de organização, camponeses fundaram o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Ceará, que foi reconhecido legalmente em junho de 1962.

O sindicato surgiu a partir de organizações de trabalhadores rurais que passaram a questionar coletivamente questões como quantidade da renda paga pelos camponeses sem terra, problemas nas roças quando o gado do **patrão** invadia os policultivos familiares, expulsão sem direitos de famílias das terras, reivindicação de escolas rurais e atendimento médico nas comunidades, entre outras questões. Esse contexto foi influenciado por, pelo menos, dois processos que os antecederam: as ligas camponesas, em Pernambuco e na Paraíba, movimento camponês que recebeu apoio do PCB, e o Estatuto do Trabalhador Rural de 1964, que previa direitos, como assalariamento e férias a trabalhadores do campo.

Segundo Silva (2010), uma equipe do PCB, em meados da década de 1950, foi delegada a transitar pela região e estimular a articulação dos trabalhadores. O Cariri foi escolhido por apresentar contexto intenso de exploração do trabalho. Foram selecionados os municípios de Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Porteiras, Brejo Santo e Jardim. Coube o trabalho de articulação a José Leandro Bezerra da Costa, Fernando Ferreira e Pompílio Rocha: estudar os contextos de articulação e os conflitos das comunidades e apontar os locais de intervenção do partido. A região foi escolhida também pelo fato de a agricultura cumprir um papel fundamental da economia.

Foram organizadas nessas cidades Associações de Lavradores, onde ocorriam debates sobre direitos trabalhistas, posse da terra e questões que envolviam as comunidades.

Posteriormente, com as mudanças nas bases do partido, tais Associações vão sendo substituídas por outros tipos de organizações, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Ceará (ULTRAC), fundada em 1955

e que congregou inúmeros camponeses no Cariri, e a Federação dos Lavadores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará (FALTRAC), fundada em 1957. (SILVA, 2010 p. 24).

Algumas atividades políticas sucederam esse processo de formação das Associações nas comunidades, como a I Conferência Regional dos Trabalhadores do Nordeste, com a presença marcante de lideranças do Piauí e Maranhão, entre os dias 04 e 5 de agosto de 1954, na cidade de Fortaleza. Para tal Conferência, foram realizadas 22 plenárias para debater a realização da mesma no Estado, inclusive nas cidades do Crato, Assaré e Várzea Alegre, no Cariri. Segundo Silva (2010), camponeses do Cariri participaram dessa atividade. A II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, em 1954, em São Paulo, onde, na ocasião, foi fundada a ULTAB. Houve, ainda, uma greve do Engenho da Bebida Nova no município do Crato em setembro de 1956.

Os assalariados agrícolas do engenho Bebida Nova, que recebiam ordenados de 12 cruzeiros, fizeram greve exigindo o pagamento de 40 cruzeiros por dia. A greve terminou vitoriosa. O patrão resolveu pagar 35 cruzeiros por dia, dar uma cabaça de mel, um feixe de cana e rapadura toda semana. A greve começou com uma reunião dos trabalhadores, sobre o monte de bagaços de cana (bagaceira), onde os trabalhadores, sentados, avisaram ao feitor que não trabalhariam enquanto não viesse o aumento. O feitor foi à cidade falar com o patrão, depois de ouvir que não tinha outro jeito, acabou amentando os ordenados. Nos outros engenhos, a situação continua ruim. Pagam de 12 a 20 cruzeiros, com exceção do Sr. Luiz Bacurau, que, já em 1854, havia aumentado para 35 cruzeiros os ordenados dos seus trabalhadores. O salário mínimo por lei no Crato é de 60 cruzeiros, com direito a receber nos domingos, feriados e dias santos sem trabalhar. Os trabalhadores vão lutar para receber de acordo com a lei. (JORNAL TERRA LIVRE, 1956, p. 03 *apud* SILVA, 2010).

À frente da igreja católica na região, Dom Vicente de Paula, contava com aparato institucional considerável que envolvia a rádio educadora, com alcance de até 600 km, escolas, casas de caridade, uma quantidade considerável de padres que passaram a atuar no campo, Seminário Diocesano, Faculdade de Filosofia, instituições que compunham a Fundação Padre Ibiapina que, atuando nas comunidades, teve papel contraditório: por um lado, conseguiu deslegitimar a ação dos comunistas, que representavam ameaça para a forma dogmática como se construiu a igreja no Cariri; por outro, foi importante para a fundação de Sindicatos Rurais e conquistas de terras na região.

Foi criada a ELIRU – Escola de Líderes Rurais, a qual recebia permanentemente formação de profissionais ligados à igreja advindos de São Paulo, que capacitavam camponeses em organicidade sindical e práticas agrícolas. A instituição realizava

incursões pelas comunidades, cursos e, até 1962, conseguiu articular a fundação de cinco sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Crato, em Juazeiro do Norte, Barbalha, Várzea Alegre e Brejo Santo. Esses tinham atuação regional de acordo com as cidades próximas e a Diocese conseguia chegar com orientações sindicais a 22 municípios. Silva (2010) realizou pesquisa documental sobre o tema na Diocese de Crato e nos apresenta seguinte descrição sobre a ELIRU,

A Escola de Líderes Rurais – ELIRU da Fundação Padre Ibiapina foi criada sob ideal de Sua Excelência Dom Vicente de Paulo Araújo Matos, bispo Diocesano do Crato, com o fito especial de evitar a penetração do comunismo e de promover integralmente o homem através da conscientização. Na ocasião, coube a Padre Lurildo Linhares a coordenação da ELIRU, que com galhardia, implantou o sindicalismo. (Relatório do Centro de Documentação Estudo e Pesquisa (CENDEP) – Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes Araújo – DHDPG *apud* Silva, 2010 p. 50).

Nesse contexto de luta por terra e direitos, a igreja católica do Crato cumpriu um papel diferente das entidades eclesiais de base, que, nesse momento, construam atividades embrionárias da teologia da libertação, ações críticas de religiosos que continuaram nos processos de repressão militar e culminaram na formação da CPT e da CIMI.

No Baixio das Palmeiras, instalou-se uma das primeiras delegacias sindicais, camponeses das comunidades desse Distrito foram importantes para construção do STTR do Crato. A principal demanda da comunidade era por terra. Famílias que há décadas viviam como moradores passaram a questionar a posse dessas terras, sobretudo o filho de uma das primeiras moradoras da comunidade, Dona Mocinha, filha de Dona Emanuela advinda do sertão do Pajeú, da qual falamos no início do tópico. Seu Assis Santos, atual presidente da Associação da Comunidade, foi um dos fundadores do STTR e, juntamente com José Macedo, neto de um dos principais proprietários da região, passaram a reivindicar a posse da terra para os moradores, bem como outras demandas como escola, poços para abastecimento de água e atendimento médico.

Ouvimos Seu Zé Macedo, que ainda hoje reside na comunidade e trabalha em um estreito e cumprido pedaço de terra herdado de seu pai na área de baixio; ele planta frutas como goiaba, mamão e roças de milho, fava e feijão, e, recentemente, fez um sistema de irrigação na sua terra e consegue todo o ano ter cultivo.

(...). Aqui é o seguinte: se eu for contar a minha história, é muito longa. Eu me envolvi muito novo no coletivo. [...] com 14 anos de idade, eu fui convidado pra me associar no sindicato do Crato, isso em (19)62. Eu me filiei e a minha carteira do Sindicato entre cinco municípios, que era Crato, Santana do Cariri, Altaneira, Farias Brito e Nova Olinda é a 53. [...]. Quer dizer, fui um dos fundadores, naquela década de sessenta e quê. Foi uma coisa criada pela Diocese por conta de umas ligas camponesas que tavam se abrangendo aqui do Estado de Rio Grande, Paraíba, até aqui no Piauí, já extremado com o Ceará. Dom Vicente, na época, era o bispo diocesano e foi no Rio, a capital ainda era Rio de Janeiro, juntamente com o Ministro do trabalho, ele conseguiu um documento para fundar o sindicato. Porque naquele tempo existia o movimento comunista, essas coisas, sabe? Era meio complicado, sabe? Aquelas enronha patrão, era um negócio muito bagunçado, ele foi e criou o sindicato. Compadre Zé Mendes foi o primeiro a se associar e convidou. Eu me associei, depois ele saiu e eu fiquei. A delegacia foi criada em (19)75 - era ali onde é a associação. Nós se reunia ali. Aí, a gente já envolvido também com a ANCAR nesse tempo, não era nem EMATERCE, era ANCAR [...]. A minha mãe disse: “meu filho, não se envolva não”; eu dizia: “mãe, é criado por Dom Vicente”, e ela dizia (Deus tape as ouças), ela dizia: “Dom Vicente é o primeiro comunista meu filho”. Nesse tempo, a igreja criou a ELIRU, que era um órgão criado pelos padres trabalharem com as comunidades, tipo a Caritas. A gente se reunia lá na Fundação Padre Ibiapina, hoje a URCA. Era ali onde a gente se reunia, fazendo treinamento para se capacitar, aprender a enfrentar as coisas. (SEU ZÉ MACEDO, 70 anos, 2015).

Seu Zé Macêdo contribuiu para articulação da comunidade com a ELIRU para cursos no Baixio e visitas do Padre Lurildo Linhares, que em um carro da Diocese percorria comunidades da região, como demonstra a figura 40, uma fotografia de 1963.

Figura 40 – Delegacia Sindical do Baixio das Palmeiras



Delegacia Sindical do Baixio das Palmeiras. Crato 1963. No plano central da imagem, de camisa branca, Seu Zé Macedo. Foto: SILVA (2010).

Seu Assis Santos integrou a Delegacia Sindical, chegando a assumir a presidência do STTR entre os anos de 1979 e 1981. Nesse período, estavam em negociação terras da região e uma das principais vitórias nesse contexto foi a posse da terra para algumas famílias do Baixio. As famílias conseguiram pedaços de terra para construir casas para seus filhos, que passaram a constituir família, mas perderam o direito de plantar no sistema de arrendamento, como punição pelo processo de luta que culminou na conquista da **terra-de-morar**. Com isso, os camponeses buscaram outras terras em baixios para o cultivo, uma vez que as terras que conseguiram encontram-se nas áreas de relevo ondulado, pouco utilizada para esse fim.

Os donos daqui venderam, indenizaram nós, nós tinha uns tempo de serviço, fizemos um acordo, foi uma questão danada. Nesse tempo, eu era do sindicato e eu não gostava muito de rico – e ainda hoje não gosto muito não. Nós era morador e ele queria vender a outros que nós não sabia nem quem era. Aí, nós dizia que só saía se fosse indenizado e ninguém queria sair. A indenização era ficar com o lugar da casa. Foi nos anos 80. Eu tava no sindicato nesse tempo. Era Joaquim Ferreira e, dali pra lá, era João Tavares, o avô de Zé Macedo. Onde é a casa de Raquel, era dele. Quem tinha mais morador aqui era esse daqui, que eram seis moradores e agente trabalhava os primeiros dois dias da semana era deles. Terça e quarta, a segunda era pra gente fazer a feira, aqui não tinha bodega nem nada, a gente tinha que fazer a feira no Crato. Fazia no Crato e trazia na cabeça. Quem tinha um cavalo, um jumento, um burro, trazia. O nosso patrão aqui era Joaquim Ferreira, o dali de baixo era João Tavares [...]. Quando eu entrei no sindicato, em (19)79, eu entrei porque eu fui aclamado delegado sindical ali naquela associação nossa. Era a única escola que tinha que feita pela prefeitura. Fechou no governo Pedro Felício. Me nomearam delegado sindical. Eu disse como era minha situação, toda vida fui meio enjoado, correto, o povo gostava de mim, os idosos gostavam de mim, a juventude... aí, eu fiquei. Nesse tempo, a delegacia sindical era forte, tinha umas 60 pessoas. Botaram em votação e ganhei. Quem estava era Zé Macedo, depois foi Assis Alfredo, Dom Nunes, a cada gestão, mudava. Eu fui depois de Zé Macedo, fui o terceiro. Fiquei oito anos na delegacia, foi um terror no Baixio. Foi o período difícil, estava mudando o plantio de algodão para criação de gado, financiado pelos bancos. Deu o bicudo e plantava algodão, que dava 15 arroba de 20 quilos, tava dando três, quatro, aí não compensava. Nas épocas dos anos 80, de 80 a 83, foi esse rebuliço. Foi gente indenizada. Aí, bicho comia as roças, eu fazia os cabas pagar. Me ameaçaram, eu não tinha medo. Nesse tempo eu era um homem forte, não tinha medo de ninguém. O caba vai ficando velho e vai ficando frouxo. [...]. Passou uma temporada, a gente ia para as reuniões no Crato e, de acordo com o desenvolvimento da gente, eles iam colocado nas diretorias, só os melhores. **O Crato, toda vida, foi terra de coronel e precisava de gente forte para debater com eles. Falou em terra do coronel de escravidão, o Crato era... Aqui, o povo todo era alugado; aqui, todo mundo era escravo, era dois dias de serviço e de todo jeito tinha que ir tando doente ou não com o filho mais velho.** [...] (SEU ASSIS SANTOS, 2015, grifos nossos)

Percebemos, com a fala de Seu Assis, a organicidade da intervenção da igreja na região no Cariri, escolhendo lideranças, capacitando-os para assumir cargos nas

instituições ligadas à Fundação Padre Ibiapina. Nesse contexto, os camponeses não se inserem como passivos nesse processo, não podemos afirmar que a igreja cumpriu papel de gestão desses movimentos e os camponeses seguiram os ditames dos religiosos sem protagonizarem conquistas populares. Os períodos de secas desorganizavam o pacto da imposição dos coronéis, na medida em que as condições reais de vida estavam limitadas. Nesse contexto, as comunidades do Baixio das Palmeiras obtiveram algumas conquistas, como posse de terras para algumas famílias, escolas e atendimento médico periódico.

Naquele tempo, não tinha esse negócio de bolsa família, seguro safra, PRONAF, nada. Era frente de serviço - se você conseguisse, tinha emprego, se não tinha, o povo invadia as cidades. Eu botei o povo pra invadir a cidade. Nesse tempo, o prefeito era Ariosvaldo daqui do Romualdo, Tenente Ariosvaldo Carvalho, sei que foi um rebuliço danado. Ainda botemos o povo pra invadir o Crato, o povo do Crato, 20 delegacias sindicais, Ponta da Serra, Monte Alverne, Dom Quintino. Foi três anos de seca, quase me lasco de trabalhar, era feito um doido, mãe não dormia, eu não dizia metade das coisas que acontecia. Caba jurou de me matar nesse tempo, eu peguei, eu e o tesoureiro o secretário, cada um botou um revólver na cinta. Quando nós ia, era os três, era vê três cangaceiros, era eu, Chico Mendes, aquele ferreiro de Santa Fé e Teúnas do Crato mesmo. Zé Macedo era o Delegado Sindical aqui, ficou sendo. Ele, toda vida, foi fiel a gente, hoje tá mais por fora [...]. Eu sei que houve uma invasão, não queriam dar emprego a 400 homens que queriam invadir - invadiram o Crato e, no outro dia, tinha 400 vagas de emprego. Invadiram o comércio. A ordem era só pra pegar coisas de feira, negócio de comida. Meu mandato foi de (19)79 a (19)81. (Seu Assis Santos, 2015)

Esse período legou transformações nas comunidades na medida em que alguns moradores de Joaquim Ferreira conseguiram posse de **terra-de-morar**. No entanto, algumas outras famílias não conseguiram posse das terras em que vivem justamente pelo fato de o movimento não ganhar um corpo político coletivo. As famílias que conquistaram terra traçaram estratégias de continuarem cultivando roças buscando outras terras de baixio para plantar, pagando renda por isso, mas, ainda hoje, muitas famílias não possuem terras-de-morar, nem tampouco de cultivar, tendo que pagar renda e sendo proibidas de construir casas de tijolos – é-lhes autorizado apenas, quando muito, construir vãos a mais nas casas de taipas para as famílias, que se formam com o casamento dos filhos. Mesmo idosos, são proibidos de construir banheiros de tijolos. Proíbe-se ainda o plantio de novas fruteiras ou a construção de chiqueiros de criação de porcos ou galinhas.

A conquista da terra-de-morar expressa um ganho significativo para a família camponesa, na medida em que liberta essas mulheres e esses homens do contexto

cotidiano de imposição pelo proprietário, das suas condições de moradia e expressão política. No entanto, é limitada justamente para garantir a perpetuação da exploração do trabalho na terra-de-negócio concentrada onde o *patrão* permanece extraindo renda da força de trabalho das camponesas e camponeses por não possuírem essas terra-de-trabalho. A terra para o patrão é a garantia de renda anual sem que esse ou sua família tenha trabalhado.

Esse processo contínuo de apropriação privada e concentrada da natureza no Vale da Chapada do Araripe legou um contexto de conflito intrínseco e sobreposto em pelo menos três aspectos: na extração da renda do trabalho familiar pelo proprietário da terra, esse se vê em condições de anualmente adquirir produtos do trabalho camponês, mediante o acordo verbal da **renda** pelo uso da terra. Essa relação de concentração de poder é permeada cotidianamente por cerceamento da liberdade, na medida em que o dono da terra impõe seu poder de desautorizar o cultivo ou moradia nas suas terras e influi nas decisões cotidianas da família camponesa em expandir sua casa, de opinar politicamente ou buscar solução jurídica para a questão. É comum proprietário se negar a reconhecer que as famílias moram e cultivam a terra para fins de aposentadoria ou para o programa Seguro Safra. Enfim, o ambiente de conflito territorial nas comunidades do Baixio das Palmeiras é antes de qualquer outro por terra. O cotidiano desses homens e mulheres é permeado por relações de poder e submissão, que é fruto do processo histórico de apropriação da natureza.

Ocorre a sobreposição de conflitos, na medida em que algumas famílias que conseguiram terras na década de 1980 serão impactadas pelas obras do Cinturão das Águas. Como mencionamos no início do tópico, de outras maneiras algumas famílias conseguiram terras, mediante compra proporcionada pela economia de recursos para esse fim ou doação dos donos depois de trinta anos de trabalho. Assim, muitas terras conquistadas por esses contextos políticos serão afetadas diretamente pela passagem do canal do CAC.

Terceiro, algumas famílias que não conseguiram terras e vivem ainda hoje como moradores serão também afetadas pelo CAC. Esse processo é mais delicado que as demais, na medida em que o Estado pagará indenização mediante reconhecimento do proprietário que essas famílias residem em suas terras e as indenizações contemplarão somente benfeitorias como casas e fruteiras, cálculo que dificilmente propiciará a família adquirir terras na comunidade.

Julgamos como necessário o estudo sobre os processos de formação das comunidades do distrito Baixio das Palmeiras para entendermos o processo recente de sobreposição de conflitos. Como estudamos o papel do CAC no contexto de transformações territoriais na região do Cariri e entendemos que esse tem gerado conflitos, podemos afirmar que se introduzem o Estado e empreiteiras em ambiente onde já existem conflitos territoriais.

5.1 Produção camponesa do espaço⁶⁰ e territorialidade.

A relação sociedade/natureza mediatizada pelo trabalho forja organizações espaciais que vão obedecer e exercer influência sobre as sociedades, as quais dão significado e uso às estruturas espaciais. Nesse sentido, o espaço é uma herança social e um produto constantemente elaborado pelos homens e mulheres. As sociedades agem conferindo significados identificados com seu tempo para o espaço ou na reestruturação desse. Assim, a análise do espaço produzido é o mais importante indicador da geografia dos lugares onde investimos investigação.

Hoje, com um exercício de influência globalizada do capital, técnicas e racionalidades de apropriação da natureza e produção do espaço são impostas pelos agentes hegemônicos do capitalismo. As noções de uso linear da natureza se constroem contraditoriamente como predominantes nas relações sociais. No campo, esse exercício de influência garante acumulação global de capital mediante variados mecanismos, processo que Paulino (2012) chamou de **drenagem da renda** da terra, em contextos de exploração do trabalho, com potencial acumulação por espoliação (HARVEY, 2014). Predominantes, muito embora não homogêneos. Relações de produção e apropriação do espaço não tipicamente identificado com essa premissa permanecem e são recriadas.

Para analisar os contextos contemporâneos de construção do modo de vida camponês nas comunidades do Distrito do Baixio das Palmeiras, na cidade do Crato, partimos de dois pressupostos metodológicos.

Primeiro, que o trabalho camponês no Baixio das Palmeiras significa produção e apropriação do espaço, mediatizado por uma lógica distinta da forma tipicamente

⁶⁰ Quando utilizamos o termo produção camponesa do espaço estamos sugerindo que no interior das relações capitalistas de produção espacial (r)existem formas não capitalistas de produção espacial, de maneira contraditória essas relações integram relações rentistas de acumulação.

capitalista de produção, forjando, pois, espacialidade e territorialidade camponesas, na medida em que as **motivações para o trabalho são específicas**, distintas da realização da acumulação de capital e de exploração do trabalho. Essa produção espacial permeada de símbolos que delimitam e dão um sentido particular ao espaço se constituem como uma territorialidade, na medida em que é um modo de vida que se constrói nesse processo de produção e apropriação do espaço.

É, pois, uma produção espacial elaborada por relações de trabalhos distintas das relações tipicamente capitalistas e com convívio com a natureza diferenciado. Como diria Oliveira (2010), trata-se de uma concepção de modo de vida que pressupõe muito mais a natureza como parte da vida do que a vida como parte a natureza. A natureza integra essa organização espacial de maneira ampla, compondo a vida cotidiana nos deslocamentos diários, na produção de alimentos e excedentes para o consumo da família.

Nessa perspectiva, concordamos com Souza (2013), quando nos alude que é muito restritivo limitar a organização espacial apenas aos objetos criados pelas relações sociais

Ainda que a ideia de organização seja [...] subjetiva e culturalmente enraizada, portanto, não fazendo nenhum sentido em relação a uma natureza sem-o-homem e que não seja objeto de percepção humana, não parece muito defensável excluir do conceito de organização espacial formas espaciais não criadas pela sociedade (SOUZA, 2013, p. 37).

Assim, os espaços elaborados por relações naturais como o **Boqueirão**, uma formação rochosa banhada por onde passa um riacho intermitente que, acumulado e usado para recreação, é apropriado simbolicamente por relações sociais, mas é um espaço que sua produção física remete a tempos em que homens e mulheres não habitavam esse espaço.

As estruturas sociais vão sendo construídas, respondendo as necessidades das comunidades, as estradas, os espaços de circulação mais volumosos por onde transitam ônibus escolares, carros que transportam pessoas para a cidade, para a feira; as veredas, caminhos com trânsito menor são, os percorridos entre as matas que levam ao roçado, a área de pasto; as estruturas de socialização como igrejas; sede da associação; escolas; postos de saúde, são muito influenciadas pelas normas do Estado capitalista, mas sua configuração, localização e formas de uso respondem às relações sociais das comunidades, às relações de poder entre os donos de terras e os moradores. Estamos

indicando que essas comunidades vivem uma produção espacial recheada de signos de um modo de vida que produz da terra sua existência⁶¹.

O segundo pressuposto metodológico é que, o desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo reproduz no seu interior relações não tipicamente capitalistas de produção e garante a (r)existência do modo de vida camponês articulado a um sistema rentista de acumulação que, para ser entendido, faz-se necessária uma mirada histórica na formação territorial brasileira e nos processos de formação da propriedade concentrados de terra no Brasil⁶².

De posse dessa noção de que o campesinato é recriado no capitalismo, mediante estratégias de extração da renda da terra, permitidas por acordos contratuais ou tácitos, diretos ou indiretos de exercício de influência na rotina de trabalho e no destino da produção, e, de que o campesinato é fruto de uma herança cultural que carregou, ao longo de milhares de anos, saberes, costumes permeados por uma racionalidade moderna/colonial e **pré-moderna**⁶³, estamos propondo como elemento interpretativo para o entendimento das relações de produção espacial das comunidades do Baixio das Palmeiras que essas se constroem uma territorialidade camponesa.

Para isso, julgamos de salutar importância construir um entendimento da categoria território que a emancipe do Estado, como nos sugere SOUZA (2013). Esse autor nos alude que o território é construído mediante relações de poder e que se constitui como uma categoria de salutar importância para a ciência geográfica. Porém, historicamente, os estudos sobre o território, segundo o referido autor, estão coadunados em legitimar a ideia de Estado-nação. Nas palavras do autor,

Isso, devidamente refletido por espelhos ideológicos deformadores, contribui, historicamente, para, “naturalizar” as fronteiras dos Estados e para passar uma ideia de fixidez dos territórios estatais, sobre os fundamentos de identidades de um “destino comum” reais, ou, em larga medida, apenas supostos ou habitualmente introjetados nos corações e mentes de cima para baixo. Não admira, assim, que o território, ao ser reduzido à sua manifestação como condição estatal (...) em particular ao poder estatal na escala do Estado-“nação”, tenha sido “coisificado”. (p. 99).

⁶¹ O termo existência vem do latim *existētia*. O termo designa o modo de ser do próprio existente humano, a realidade humana naquilo que tem de absurdo e de irredutível. O fato de existir, de viver. A vida, a realidade. O existencialismo, por exemplo, é o conjunto de doutrinas filosóficas para as quais o objeto próprio da reflexão é o homem na sua existência concreta. (Dicionário de Filosofia, 2002).

⁶² Construímos uma reflexão acerca desses processos no tópico anterior, relacionando com a formação das comunidades do Baixio das Palmeiras.

⁶³ A expressão pré-moderna está de acordo com o entendimento que a modernidade é um produto social que vem sendo construído a partir dos processos de colonialidade em 1492.

O Estado age ideologicamente para sacralizar o substrato natural como imutável espaço de domínio centralizado; para isso, utiliza-se de táticas de enaltecimento dos **recursos** naturais e da necessidade quase que inquestionável pelo **desenvolvimento**. Sobre esses signos, impõe às comunidades tradicionais transformações que legam processos de destruição irreversíveis. Concordando ainda com Souza (2013), a materialidade é de fundamental importância para entender o território, dado o sentido político econômico de apropriação dos bens naturais, porém, materialidade e território não são singulares, ou o enaltecimento patriótico da materialidade não basta para entender o território.

Nesse percurso de entendimento, formas de apropriação e uso dos espaços transitórios e temporários forjam no interior das relações estabelecidas **territorialidades**. Variados exemplos são úteis para entender essas relações como ambulantes, que, periodicamente, montam e desfazem estruturas para venda de produtos nas cidades, ruas utilizadas como locais de prostituição, feiras agroecológicas. A organização desses espaços obedece a acordos, conflitos, concessões, tratados verbais, indumentários, típicas relações de planejamento e apropriação do espaço.

Assim, o conflito inerente à produção capitalista do espaço, à luta de classes, forja cotidianamente o território, não na sua acepção clássica separatista, que concebe na organização do Estado a concentração nuclear ou monolítica de poder, mas em um sentido de afirmar a soberania popular frente à expansão do capital. Os movimentos sociais elaboram ou afirmam territorialidade mediante suas ações políticas e identidades de pertencimento coletivo alinhadas a uma gramática organizacional das entidades de defesa e rompem com o paradigma da interpretação do território alinhado obrigatoriamente ao substrato material do Estado.

O Baixo das Palmeiras se constitui como uma territorialidade camponesa com uma produção espacial realizada pelo trabalho organizado em unidades familiares, dispostas em núcleos arranjados de acordo com relações de parentesco. Essa vivência espacial tem sido ameaçada pela expansão de uma obra hídrica, que, em sua realização, é significado da expansão do capital e prevê mudanças estruturais nas comunidades. O que está em jogo não é somente as áreas que serão destruídas pelo andamento das obras, mas o modo de vida que se desenvolve naquela localidade, que será invadido por um fluxo que altera a dinâmica da natureza, na medida que prevê a modificação radical da paisagem e impõe um trânsito contínuo de água em um lugar com solos férteis e planos

e com apropriação da terra diversificada, conferindo potencialidade de certeza a atividades espoliativas de reprodução do capital.

O movimento social que se constrói nesse enfrentamento pela soberania das comunidades frente à expansão do grande projeto do Estado enaltece a riqueza desse modo de vida que se vê ameaçado. O símbolo da resistência é, pois, o modo de vida camponês que se realiza cotidianamente com uma temporalidade que diverge do ritmo de trabalho que se deseja impor com a execução do CAC e com os desdobramentos de uso e exploração do espaço com que conferirão essa obra ao Baixo.

Para realizar o debate da produção espacial camponesa nas comunidades do Distrito do Baixo das Palmeiras, cremos que seja salutar o paradigma que entende o campesinato no Brasil como uma criação do desenvolvimento do capitalismo. Carrega, pois, uma ancestralidade que antecede essa ocasião, mas é uma classe social construída concomitantemente com o genocídio dos povos originários, a abolição do trabalho escravo e a concentração da propriedade da terra.

Assim, essa territorialidade camponesa é produzida cotidianamente por relações de trabalho com o cultivo da terra, a comercialização, mas também por relações de poder no interior das unidades familiares que reproduzem valores modernos/coloniais, como a apropriação masculina do patrimônio familiar e a divisão social do trabalho que distingue as tarefas de acordo com o gênero – muito embora não possam ser tomadas como modelos, essas são características que estão presentes na formação do campesinato no Brasil. Ocorrem também relações de poder no âmbito da comunidade permeadas por conflitos, como as que envolvem a questão da propriedade concentrada da terra, que é produto de um histórico dos acordos forjados na composição do Estado/capitalismo e suas ações jurídico-militares de manutenção do latifúndio.

A apropriação privada e concentrada da terra, bem natural por suposto, assegura o rentismo a partir de uma atividade não produtiva. Assim, mecanismos de exploração do trabalho pré-capitalistas são utilizados para extração de lucro pelos proprietários de terras sem realizar trabalho, nem tampouco contratar formalmente camponeses para esse fim. Podemos citar, como exemplo, acordos de **parceria** para uso da terra, em que a família camponesa paga com o fruto do seu trabalho ou com dias de serviços pelo uso da terra. Assim, toda a produção camponesa que chega à circulação está embutida no valor comercializado a exploração do trabalho familiar e a renda paga pelo uso da terra. Como nos alude Oliveira (1997), o ônus pela não realização da reforma agrária é pago diariamente por toda a sociedade brasileira.

Enquanto o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento do capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra. (MARTINS, 1994, p. 129 *apud* PAULINO 2012).

Existem, pois, dois tipos contraditórios e conflituosos de propriedade privada da terra no Brasil (Paulino, 2012). Terra de trabalho e terra de negócio (Martins, 1988). A **terra de trabalho**, conseguida mediante conflitos sociais de enfrentamento ao latifúndio e ao Estado, ente legitimador da apropriação concentrada da terra, ou mediante aquisição oportunizada por economia familiar. Nesse contexto de produção espacial, o trabalho é desempenhado pela família camponesa e o destino da sua produção é para o consumo ou venda para compra de objetos que não produz. A terra de negócio é um ambiente de exploração dos homens e mulheres, podendo ser direta, mediante o pagamento de salário, ou indireta, via extração da renda da terra.

Assim, a monopolização do território (Oliveira, 2010) pelo capital garante a extração da renda da terra via sujeição dos preços aos ditames do mercado global, muitas vezes, tendo sido essa produção realizada em terra arrendada uma primeira parcela do trabalho familiar fica nas mãos do dono da terra. Um segundo mecanismo de exploração é a inconstância do mercado que põe barato o produto no tempo da colheita⁶⁴. Associado a esse processo, a territorialização do capital (Oliveira, 2000) realiza a expansão das relações tipicamente capitalistas de produção no campo, com trabalho assalariado e ampla produção. Assim, de formas distintas, o capital garante a recriação do campesinato e o destrói em espaços de expansão do agrohidronegócio (Thomaz Jr., 2010), gerando, de maneira inevitável, conflitos territoriais.

Ao se constituir como uma classe social, o campesinato tem adotado diversificadas estratégias de recriação, desde ações coletivas de repensar as relações com o semiárido para enfrentar as agruras da ausência de políticas públicas pensadas para esse fim ou o enfrentamento direto com o capital, mediante ocupação de área de perímetro irrigado, entre muitas outras. Essas estratégias não são percebidas se observadas de longe – Paulino (2012) nos indica que não é homogêneo o campesinato

⁶⁴ O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte do processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho. (MARTINS, 1995, p 25 *apud* PAULINO, 2012).

no Brasil e que seus níveis diversificados de inserção no mercado não são suficientes para entronizar a lógica da mercadoria nas frações dos territórios dominados pelo campesinato. Seus modos de vida, suas atitudes, seus sonhos e suas lutas nos proporcionam um novo encontro com a utopia. A autora diz que o desafio de pensar o campesinato no Brasil convoca os geógrafos e **geógrafas** literalmente a campo.

Questões sobre o campesinato permearam nosso campo e traremos nas interpretações das vivências esses desdobramentos. Como a contratação do trabalho na unidade camponesa é recorrente em alguns casos, essa situação denota um caráter distinto da exploração do trabalho, pois dá-se como um complemento para nos momentos em que a unidade familiar não dá conta de tamanho esforço, por exemplo, na colheita da fava, a qual exige redobrado desempenho, pois o cultivo enrama e, para colher, é preciso agachar-se durante todo o processo. Encontramos casos em que famílias camponesas acordaram com vizinhos essa colheita e o pagamento é feito em sacos do legume ou dinheiro pela família que colheu. O uso de máquina é possível nas comunidades, dada a disposição do terreno, sendo utilizadas colheitadeiras para retirada do milho e ensacamento. Tal procedimento é pago em saco de milho ou por hora de serviço.

Até mesmo acumular dinheiro não aparece como uma postura pequeno-burguesa, ponderando-se que a diferença fundamental entre unidade capitalista e a unidade camponesa está na lógica interna de exploração e organização (Paulino, 2012). A acumulação monetária dentro das unidades camponesas tem por critérios “a garantia da satisfação das necessidades de consumo da família por intermédio do princípio do equilíbrio entre o trabalho e o consumo às expensas da diminuição da auto exploração.” (p. 66).

Nas comunidades do Baixio das Palmeiras, a diversidade das unidades familiares e de suas estratégias de reprodução enquanto camponesas é algo muito notório. Em nosso campo, percebemos exemplos de famílias em que somente os pais trabalham com roça; outras, em que toda a família vai ao roçado; algumas em que só os filhos cultivam, dada a idade dos pais. Algumas que contratam temporariamente o trabalho de outros homens e mulheres para complementar o esforço de colheita ou de **limpa** do cultivo. Há famílias que recusam o cultivo com agrotóxicos; outras, que utilizam; algumas que recusam a prática da queimada, popularmente conhecida por **broca**, em que, geralmente, no mês de setembro, coloca-se fogo na terra onde se irá plantar. A própria composição da unidade familiar é muito diversificada: encontramos mulheres que

planejam e executam todo o trabalho camponês do ano, quando solteiras; mulheres que se dividem entre atividades como serviço público e o trabalho da agricultura; famílias compostas por duas mulheres como chefes de família. Algumas unidades familiares possibilitadas por programas do governo como o PRONAF adquiriram sistemas de irrigação e diversificam a produção, conseguindo cultivar a terra todo o ano; outras famílias cultivam somente em períodos chuvosos.

Durante nosso campo nas comunidades, visitamos vinte e três unidades familiares camponesas – vamos expor algumas visitas relatando as formas de cultivo, mas todas foram de salutar importância para compreender essa diversidade. Em alguns casos, optaremos por um nome fantasia para camponês (esa), dada a relação conflituosa que enfrentam. Por esse mesmo motivo não utilizaremos fotos dessas experiências no trabalho. Todas as visitas para a pesquisa foram realizadas entre os meses de agosto e setembro, período de intenso trabalho de colheita do milho e fava.

Outro aspecto notório na família camponesa é a generosidade do ato de receber, animados com a conversa ou intimidados pelo gravador, foram sempre solidários com o trabalho, levando-nos para os espaços de muito afeto da família, como a roça, o espaço onde guardam as sementes e nos revelando o cotidiano impositivo da relação de parceria para o plantio ou de moradia nas terras apropriadas pelos que se dizem donos.

Na casa de Nena, 57 anos, fomos recebidos pela agricultora que vive desde que nasceu na comunidade. Casou-se aos 27 anos e divide, desde então, com seu marido o trabalho na roça. A família, que tem uma filha que cursa pedagogia na URCA e não gosta de trabalhar na roça, cultiva 25 tarefas, das quais 13 lhe pertencem; as demais pagam renda pelo cultivo na terra. Há dez anos a família optou por irrigar a terra e, para isso, cavaram poços no entorno, com vinte palmos de n'água. No início, dada impossibilidade de arrendar ou comprar terra, a família cultivava em um pequeno pedaço de terra. Nena nos conta as dificuldades enfrentadas para compra da terra,

Eu sofri, você não sabe nem o babado. Eu já sofri pra chegar no que tenho agora. No começo, era sem-terra, plantava aqui e uma parte era da minha tia. A gente ficava bolando que nem diz o matuto pelas casas. Minhas duas irmãs foram estudar, uma se formou, trabalha de professora e eu me acostumei a trabalhar de roça, não fui estudar. Me acostumei a trabalhar, nunca gostei da casa de ninguém. Meu sonho era criar uma vaca e me deram a oportunidade de criar uma vaca. Foi lá, veio cá. Naquele tempo, você plantava uma roça de algodão, ave Maria! Você produzia bastante... era algodão, casa de farinha,... aí, comecei a trabalhar e conquistei tudo isso aqui e agora vou vender? Vou nada. Tenho 57 anos, tô perto de me aposentar, não tô aposentada por causa das greves. O povo diz: vai se aposentar, vai descansar, **mas eu trabalho, eu gosto muito, aqui é bom. Você nem tá ouvindo, nem tá dizendo, tá se distraindo né?** (NENA, 57 anos. Baixio das Palmeiras, 2015).

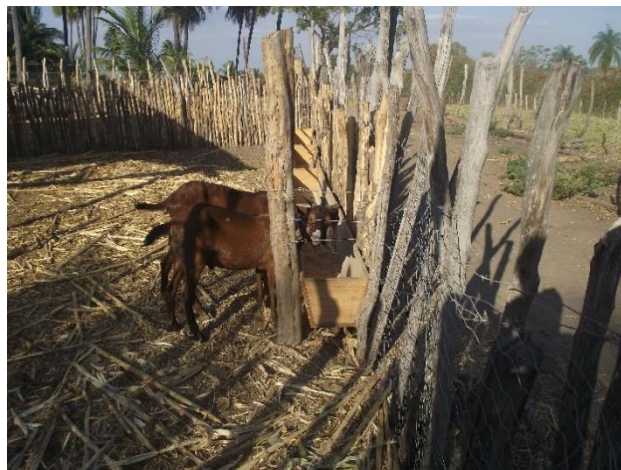
A família foi construindo um espaço de reprodução da vida camponesa que incluía uma casa rodeada por alpendre e quartos menores, onde guardam os objetos de trabalho, as sementes para plantio e o resultado do trabalho. Ao final da casa, seguindo uma estreita faixa de terra de baixio, após um cercado, estão organizadas com divisórias de madeira as criações e depois se inicia área de cultivo. Toda a madeira retirada para dividir os espaços de cultivo é retirada de uma área não cultivada em terras de relevo elevado, sabiás, preferencialmente. Plantam-se, principalmente, feijão, milho e fava, mas também goiaba, jerimum e maracujá (cujo cultivo está em decadência por conta de uma praga). O cultivo é rotativo e o ano inteiro, possibilitado pelo sistema de irrigação. A família não utiliza agrotóxico para **limpar** a roça. Para isso, em períodos de muito trabalho, chega a contratar até seis pessoas que ajudem no cuidado com o roçado e com a colheita. Esse trabalho é pago em diária no valor de R\$ 40,00. Toda a produção é vendida para atravessador, que vem até a comunidade e leva a produção. A goiaba está em sua segunda colheita, podendo chegar a vinte anos, e possibilita duas colheitas no ano (vende-se a caixa, em média, por R\$ 40,00) e na colheita que se aproxima a camponesa espera tirar 200 caixas. O milho é vendido verde para o atravessador, que o revende para restaurantes ou pessoas que vendem milho cozido ou assado nas ruas (em média, paga-se R\$ 350,00 o milheiro de milho verde), podendo-se tirar, por safra, 30 milheiros. O feijão e o jerimum também para atravessadores. São utilizados para alimento da família e, no caso do milho, utiliza-o também para as criações.

A família faz o cultivo sem queimar a terra. Nena nos explicou que opta por esse procedimento após seguidos anos, acreditando que as secas possam estar relacionadas a essa prática. O preparo da terra é realizado com máquina alugada - por tarefa, paga-se R\$ 60,00, para que ela revolva o solo e triture os pés de milho ainda de pé. A terra misturada com matéria orgânica estará pronta para o plantio após ser regada pelos sistemas de irrigação. Com a área de dividida em lotes, o sistema é ligado todas as noites, prefere-se esse horário pelo valor da energia elétrica, em cada uma das porções do terreno é molhada uma vez por semana.

Figuras 41 e 42 – Espaço de criação de Dona Nena



Cultivo de goiaba na unidade de produção familiar de Nena. Fonte: Foto capturada pelo autor.



Área de criação de animais. Fonte: Foto capturada pelo autor.

Foto 43 – Espaço de Cultivo Irrigado Camponês



Fonte: Foto capturada pelo autor. Área de cultivo.

Na Figura 43, acima, aparece a unidade camponesa de produção de alimentos. Vemos, no primeiro plano, a Chapada do Araripe; no segundo, o plantio de bananas da propriedade vizinhas; e, no centro da fotografia, vemos homens cultivando milho. Na Figura 41, percebem-se o cultivo de goiaba e diversas estacas de sabiás, que tem diversificados usos nas comunidades. Na Figura 42, retrata-se a criação de bodes mais aproximados da casa.

Visitamos também a família de Zé Izídio, 75 anos, que sempre morou na comunidade. Falamos da família de Zé Izídio quando explicamos, no tópico anterior, os processos de formação territorial das comunidades do Baixio das Palmeiras. Alguns dos filhos de Zé Izídio e Dona Antônia, também com 75 anos, foram construindo suas casas no entorno da casa do pai e da mãe. Uma de suas filhas mora em São Paulo, outra em Santa Fé, na cidade do Crato, e outra, um pouco mais distante, mas ainda no Baixio das Palmeiras. Os outros quatro filhos do casal moram em um pequeno aglomerado de casas conhecido como Vila Zé Izídio. A grande família composta por filhos, netos e bisnetos frequenta os terreiros das casas, conversam nas sombras das fruteiras e se dividem em duas frentes de trabalho, três homens, Francisco Ribamar (Dema), 38 anos, Leomar de Sousa, 40 anos, e José Ailton, 41 anos, trabalham quatro dias da semana (terça, quarta, quinta e sexta) no cultivo de bananas-da-terra para o *patrão* e os demais dias nos cultivos de feijão, fava e milho da família. Como a família não tem terra de trabalho para cultivar, paga renda ao mesmo *patrão* da banana. Esses ganham no final de cada semana trabalhada R\$ 35,00 por cada dia trabalhado, os três se dividem no trato do bananal, que possui 40 tarefas.

Em entrevista, Dema nos contou como iniciou o trabalho no bananal e falou sobre a viagem que fez para São Paulo, para **tentar a vida** por lá:

Desde os 17, 18, que eu estou lá, até hoje. Meu irmão, acho que tá com 30 anos que trabalha lá. [...]. Nós iniciamos, assim: meu pai vivia de serviço lá, levava eu e trabalhava dois dias de serviço lá. Foi assim, chegou o tempo de meu pai se aposentar, aí, nós ficamos lá. [...]. Uma vida difícil, mas prazerosa. Eu me lembro de uma roça de arroz de pai tirou 22 sacos de arroz e esses 22 sacos de arroz foi tudo pisado no pilão das minhas irmãs. Embaixo desses pés de pau aí. Fazia hoje e já colocava pra cozinhar e já tinha que ter pra amanhã. [...]. Eu vou dar uma escapulidinha, eu vou cair no mundo, vou pra São Paulo. Aí, meu sobrinho veio aqui e disse “Dema, quando surgir uma vaga lá, eu mando te avisar”. Eu já era casado, deixei aí a esposa e dois meninos. Fui, quando deu certas horas, o telefone da vizinha aqui tocou, era meu sobrinho. Dizendo assim: “Dema, aqui é Wellington e tal e tal... Se lembra daquela última conversa que nós tivemos? A vaga apareceu. Como é vem? ”. Eu disse, “vou”. Está com doze, quase treze anos. Eu era bem mais novo e disse “eu vou, vou sim”. Fui pra rodoviária e tirei a passagem pra ir

no dia seguinte. Não deu tempo assim de preparar, cair na real mesmo, fui e encarei. Cheguei lá numa quinta-feira pela manhã, e na quinta-feira de tarde já fomos lá no patrão. Era na cozinha de um shopping. Não deu pra mim não. Porque não deu? A saudade era demais. Em São Paulo, ninguém anda a pé, mas lá era tão perto que você ia andando. Pra sair daqui, era três dias de ônibus, três dias e três noites. Cheguei lá com os pés, ó, inchados. No meio da estrada todinha, só aguentei 15 dias, 6 pra ir e vir e 9 lá. Liguei pra minha mãe e minha mãe disse, “meu filho como foi a viagem?” Eu disse, “mãe, quando chegar aí eu digo, porque eu estou voltando”. Num foi, pai? Vendi porco, milho, pra fazer aquela quantia pra fazer a passagem e não fiquei não. Fui para o trabalho só mesmo na quinta quando a gente chegou lá. Lá era pra preparar comida, eu ia trabalhar com meu sobrinho e ainda conversei com o patrão, ele me pediu as mãos eu mostrei assim e ele disse “é desse tipo de gente que eu corro atrás”, que vê que o caba dá o duro mesmo. No outro dia, meu sobrinho disse: “Como é Dema, Vamos? ” Eu disse: “vou dá mais um tempo”. Quando ele voltou do trabalho, disse que o dono disse que sua vaga estava de pé. No outro dia, já fomos para o centro comprar a passagem para voltar. Mas, por fé de Deus, chorei como uma criança. Quando eu via a distância, levei um álbum, umas fotozinha; quando eu abria o álbum, aí, era que o desespero batia. Quando eu voltei, minha mãe disse “pronto pelo menos você queria ir, e, agora, tem coragem de ir de novo?” Eu disse: “mãe, pode me colocar dentro de um avião com tudo pago só pra eu ir pegar coisa lá que não dá pra mim não”. Qualquer emprego não dá não. Quando eu vi a distância que eu estava de meu povo, “ih, rapaz!”. A casa foi ficando vazia. Quando só restou eu dentro daquela casa eu olhei pra cima e disse “meu Deus do céu, o que é que eu tô fazendo aqui?!”. Aí, fui para o orelhão, naquele tempo falando com cartão telefônico. Falei com minha esposa e fui falar com meu filho, dizia assim: “meu filho, passe o telefone para tua mãe”. Ela fazia era repetir. Aí, quando fui falar com ela, o cartão acabou. Mas é assim, uma viagem bonita, conhece muitos lugares.

Os três irmãos se revezam em atividades distintas: Leomar corta e conta as bananas, Ailton as coloca em um animal e carrega até a sombra de uma bananeira, onde Dema carrega um carro que as leva para o Crato, local em que são comercializadas.

Nós trabalha cuidando, fazendo levada, principalmente nos tempos de seca pra agoar, tem a tiração, tem o carregamento até a Batateira pra vender. Vai na D20 que ele tem um carro, carrega aqui e descarrega lá. Nós três trabalha junto, pelo homem é três irmãos. Quando a gente dá aquele preparo nas babaneiras, aí vem cerca pra fazer. Tipo: o que tem dela que não precisa fazer, mas tem que dá um retoque, quando é no tempo, pega machado, foice para ir tirar estaca. O trabalho não falta, tem é muito. Aí, quando chega nesse período que estamos agora, que é de colheita, a gente sai de lá para fazer os nossos serviços. Na segunda, trabalho com minha roça e no sábado também. [...]Tem meu irmão que corta, tira a banana. Aquele outro irmão meu ele bota para um local certo onde dá para o carro encostar e eu já vou para carregar e descarregar na Batateira e, de lá, essa banana desce toda para o mercado do Crato. “O comprador de lá ele coloca aquela massa. Como é o nome daquela massa, pai?” A bicha é um fedor, menino, coloca pra ela amadurecer. Depois dela madura é que ele bota a banana toda para o mercado para vender. Tem essa massa é um fedor, mas é o comprador que bota. Nós não usa veneno de nenhum na banana. Depois, tá com esse tempo todinho e não usa de jeito nenhum veneno, nem coloca veneno nem o adubo brando. O que se usa é a água. Ele cava o poço profundo com 130 metros e de muita água. No tempo, quando estava cavando... de ano em ano desfolha, raleia elas porque sai muito, filho. O meu irmão corta tira que tem que ter aquela roçadeira do cabo

bem cumprido. Ele mesmo despenca e ele mesmo conta. O outro irmão vem com o burro (as cargas tudo contada), faz as cargas no burro e encosta em uma mangueira, que tem uma mangueirona grande lá, mesmo no aceiro das bananeiras. Aí, quando é mais ou menos meio dia e meia, eu desço, que chega a D20 com o motorista dele. Aí, lá eu coloco em cima e tome ir para o Crato para eu descarregar. Olhe, quando o meu irmão sai daqui, a trabalhada é grande. Ele é o que entra primeiro. Ele sai daqui umas 6h15, 6h20, no mais tardar 6h30. Aí, o meu irmão que carrega já desce junto com ele. Ele preparando lá e meu irmão já carregando pra mangueira. Aí, quando eles vão chegando, eu já vou descendo para carregar o carro. Eu desço direto para mangueira e é só abrir a tampa do carro e colocar toda pra cima. Lá, pra tirar complica. Eu tiro elas todas nas caixas, [...] elas são todas encaixadas. Coloco uma caixa cheia pra lá e pego uma seca. Ele vai na média de 8.500 bananas na carrada pra eu descarregar ela todinha. Também tem uma coisa, quando eu chego aqui eu digo “mãe, tem algum comprimido pra mim tomar, que eu tô com a coluna acabada”, porque você pega a caixa aqui, enche, leva pra lá e traz a seca. Aí, ai não tem coluna no mundo que aguente. Nós somos muito gratos a ele, né, pai?! Assim, graças a Deus, um respeito acima de tudo. Por dia, quando eles vão, é em torno de 8.500 bananas. Agora é assim, hoje no momento só tá saindo duas carradas por semana, por causa que tem um tempo que a bananeira vai ficando velha e você tem que renovar ela e tem um tempo pra ela colocar o fruto dela. (DEMA, 48 anos).

Enquanto os três filhos desempenham a atividade de cultivo das bananas, a outra parte da família segue com Seu Zé Izídio e Dona Antônia para as áreas de cultivo próprias. Os netos quando retornam da escola, as noras do casal e sua outra filha seguem para a colheita da fava e do milho. A fava armazenada para o consumo durante o ano e o excedente é vendido nas feiras, um saco de fava custa em média R\$ 600,00; o milho é vendido quase todo em verde para um atravessador que vem comprar na porta de casa e o milho seco que fica serve até de alimentação para as criações. Esse ano, a família conseguiu cultivar 48 milheiros de milho verde. As roças são divididas entre os filhos e filhas, no entanto, em períodos de colheita, todos trabalham em todas as roças para dividir o trabalho. As pequenas criações de galinhas e porcos são alimento para as famílias e complemento na renda, o que lhes é muito útil porque parte do ano eles não contam com o dinheiro referente à diária.

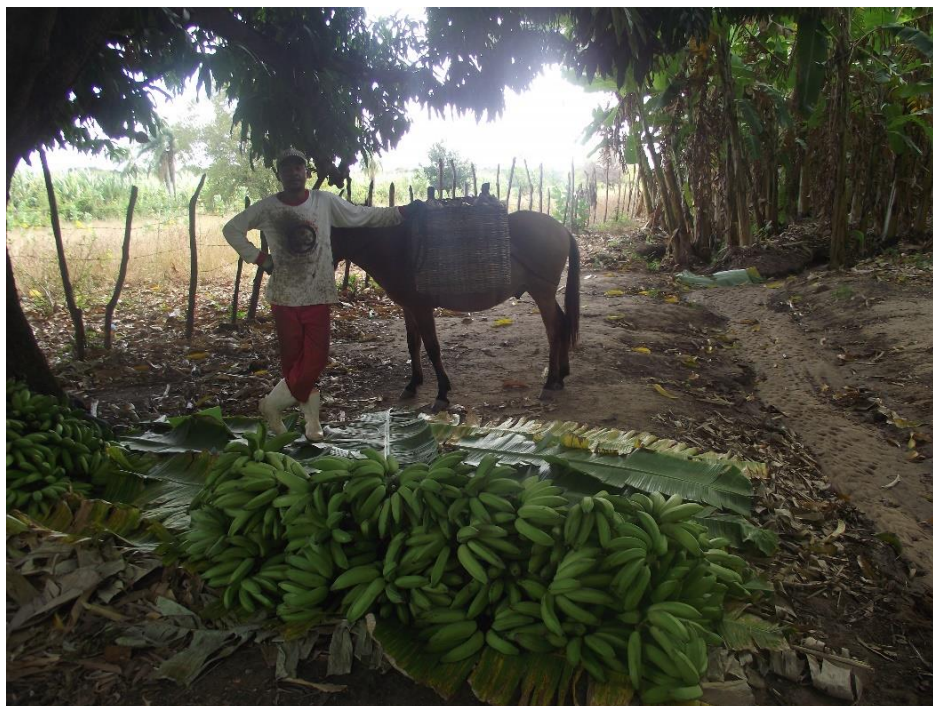
[...] Se você não tiver um extra pra ir dando uns cutucãozinhos assim, por fora, uma galinha assim, um porco pra inteirar pra você conseguir viver. É por isso que é assim. Nossa comunidade aqui no Baixio, todo mundo tem um chiqueirinho, uma coisinha, um quadrado pra criar umas galinhas pra tirar uns ovos, porque se você for tirar só daquilo que você trabalha nas diárias não dá não. (DEMA, 38 anos).

Figura 44 – Colheita da Banana.



Ailton (Zinha) levando as bananas até o pé de manga, onde são carregadas no carro. Fonte: Foto capturada pelo autor.

Figura 45 – Transporte da Banana



Leomar fazendo a contagem da banana.
Fonte: Foto capturada pelo autor.

Participamos de um importante momento de socialização da família: a Renovação do Coração de Jesus. Um ritual católico popular que acontece anualmente nas casas de alguns sertanejos inspirados nas indicações do Padre Cícero. É uma celebração que lembra a data do casamento e, na casa de Dona Antônia, acontece no dia 2 de setembro. Iniciou às 18 horas, mas, logo no final da tarde, após o cortejo de São Francisco, que ocorre anualmente entre as comunidades, começou a chegada de vizinhos, amigos, compadres de todo o Baixio. A proximidade da renovação era avisada com fogos de artifícios. Quem chegava era recebido por Seu Zé Izídio e as mulheres na cozinha providenciavam, de pronto, janta para os convidados. Iam se compondo as rodas de conversa, onde eram debatidas as principais questões das comunidades. Como recente visita do IBAMA para recolher gaiolas com pássaros alegando ilegalidade, as previsões positivas de chuvas para o início de 2016, os preços do milho e fava, os locais de venda, como andam as feiras, as criações. Uma conversa entre homens, as mulheres que chegavam se acomodavam na sala à espera da reza, também com seus temas de diálogos. Muitas das famílias que visitamos no campo estavam na renovação. Então, fomos questionados muitas vezes sobre temas diversos. Evitava-se falar do CAC - tocavam no assunto, poucas palavras e, depois, silêncio.

Figuras 46, 47, 48 e 49 – Família de seu Zé Izídio



Família ensacando a fava. Fonte: Foto capturada pelo autor.



Retorno para casa. Fonte: Foto capturada pelo autor



Dona Antônia, 75 anos. Fonte: Foto capturada pelo autor



Panha de fava. Fonte: Foto capturada pelo autor.

A proximidade da reza era avisada com mais fogos, agora de dois ou três por vez. Os primeiros benditos anunciavam o início do ritual e fizeram cessar as conversas no terreiro, as crianças continuaram correndo entre as altas calçadas. Entre músicas e orações, ajoelhada, uma mulher conduzia os fiéis. No interior da sala, permaneciam as mulheres, os homens, quando muito, na porta ou janela. Encerrada com salvas de palmas e mais fogos, os e as presentes se confraternizaram com abraços de paz e foram tomar café.

Nessa interpretação da produção espacial camponesa no Baixio das Palmeiras, a partir do paradigma da reprodução do campesinato no campo no Brasil, escolhemos algumas unidades de produção camponesa que expressam a diversidade de estratégias de permanência no campo frente à conservação da propriedade concentrada da terra. São vivências distintas, mas que constroem um modo de vida que aproxima muito mais a humanidade de enfrentar os desafios civilizatórios presentes com a ampliação do caráter destrutivo do capital. São esses homens e mulheres que, embebidos em contradições e valores modernos/coloniais, apresentam-nos, hoje, as materialidades de vivências para além do capital.

Outra unidade camponesa visitada foi a de Maria Margarida Alves, 31 anos, residente no Baixio dos Oitis. Mora com sua mãe e tia, e, além de cuidar de ambas, que são idosas, planta nas áreas de baixio todo ano. Margarida, como muitas famílias no Baixio dos Oitis, não tem terra de morar nem de trabalho. É moradora nas terras de Pedro Callou, genro de Pedro Felício Cavalcante, antigo prefeito do Crato que adquiriu

grande propriedade no Baixio e deixou de herança para sua filha –, que, hoje, acamada em Fortaleza, delega os cuidados com a propriedade ao seu esposo, também idoso, que divide essa função com os filhos e uma família de caseiro que reproduz as ordens dos que se dizem donos das terras, impedindo a construção de casas de tijolos, mesmo vãos curtos, de chiqueiros para criação de galinhas ou porcos. Desde as notícias de passagem do CAC pelas terras há a proibição de qualquer construção, seja de taipa ou tijolo.

Margarida Alves, há cinco anos, enfrentou essa imposição arbitrária do que se diz dono da terra e solicitou a construção de dois quartos, para facilitar a vida das pessoas idosas que moram consigo. Depois de repetidos pedidos, foi concedida a **autorização** e ela aproveitou e construiu uma casa inteira. Ela nos contou que, por algumas vezes, foi ameaçada pelos caseiros e pela família, que se diz proprietária, de ter sua casa derrubada, fato que não ocorreu. Como ela e outras famílias vivem essa problemática que torna diferentes os impactos do CAC em suas vidas se compararmos a outras camponesas que construíram suas vidas na rota do canal que se deseja fazer, é um ponto que abordaremos, com mais detalhes, no tópico seguinte da dissertação, dado o fato de Margarida Alves não ser atingida pelo CAC com a destruição de sua casa.

Sou agricultora e, no momento, cuido das minhas duas mães, a mãe biológica e uma tia. Sempre morei aqui, só sai a passeio, mas nunca fui morar em São Paulo, aqui é bom. [...]. Minha avó morreu com 88 anos e nasceu aqui nessa terra. Não era nem de Pedro Felício essa terra. Nesse ano, teria feito 102 anos. Minha mãe de criação tem 68 anos e sempre morou aqui e tem gente mais velha aqui nessa comunidade. [...]. Com esse rio [CAC], as águas da cacimba podem diminuir ou acabar com a destruição do morro. [...]. Minha casa não vai ser atingida, mas meus vizinhos serão e eu acho que o problema é nosso, porque, se os atingidos forem sair, nós vamos juntos buscar nossos direitos porque estamos todos iguais nessa terra. [...]. Nós já estamos no século XXI, que é um século bem avançado, e não devia ter ninguém morando em casa de taipa. Deus fez a terra e o povo foi se apropriando; e, quando morrer, não leva nada. O que a gente leva da vida quando morrer são as bondades que a gente faz. Um pé de laranja plantado que um vizinho pode pegar uma ou a gente mesmo quando estiver com sede ir lá e chupar uma, descansar debaixo, isso daí é a herança que a pessoa deixa, o seu trabalho, educação, as coisas materiais, sofá, cadeira, ninguém leva isso não. [...]. Hoje em dia, acho que ninguém tem mais direito de expulsar ninguém da terra não. (MARGARIDA ALVES, 32 anos, 2015).

Margarida planta em um espaço de duas tarefas em uma terra, onde moram ela, sua tia e sua mãe, em cuja escritura indica como proprietária a mesma família que se diz dona da terra. Cultiva nos períodos de chuva e paga renda de dois sacos de milho por tarefa - parte de sua produção é destinada para o consumo familiar e para as criações e parte é vendida a atravessadores, que comprem na própria comunidade.

Sabe aquele amor à roça, aquela paixão de quando está na roça não lembra de fazer nada em casa; quando chega em casa, que fecha os olhos, que vai tomar banho, a gente vê as favas no olhar, assim; quando fecha os olhos, vê a fava, já quer voltar com sol quente e tudo. O pessoal diz que roça não dá futuro não, mas não é a roça, é o prazer de você plantar, colher e ainda dividir com os amigos, isso é o que eu acho bom da roça; você ter pra dividir com as pessoas e até vender um pouco. Como agora, eu tirei bastante milho. A gente vende uma parte, deixa um pouco para as galinhas, tem porco. [...]. Eu só não planto, porque boto os meninos pra plantar, mas limpar é com maior prazer. Não planto porque os meninos plantam na máquina e é mais rápido, mas, pra limpar, eu limpo, eu colho, quebrar até também eu não quebro porque é muito milho. Aí, eu boto os meninos, que já tenho combinados, dois rapazinhos, já são grande. Eu digo a eles: “dá pra vocês me ajudar esses dias?” Eles vêm, até limpar eles ajudam, porque duas tarefas só pra mim e cuidar de casa e tudo. [...]. Eu não gosto de queimar minha roça. [...] A gente planta geralmente em janeiro, mas, esse ano, devido às chuvas terem começado tarde, nós plantamos lá pro dia 10 de fevereiro; mas o certo mesmo, quando o inverno começa, em dezembro, é a gente plantar no começo de janeiro, que é pra com quarenta dias depois que a gente planta já em feijão. O milho planta junto com a fava, se você plantar assim, se plantar o milho hoje, na máquina, aí, quando o milho está apontando, aí, planta o milho; se for na enxada, já planta os dois juntos, aí, a quantidade depende de quanto você quer tirar (se quiser tirar muito, você planta carreira sim, carreira não; se você plantar as duas carreiras juntas, já vai sobrar mais coisas, né?!). O feijão a gente planta as carreiras mais largas de milho pra plantar o feijão. Eu nunca botei veneno nas minhas roças, [...] porque eu não gosto. Aqui, a gente planta já aqui em cima; tem gente que planta e coloca veneno por causa da lagarta, mas devido aqui a gente plantar perto de casa, as galinhas e os pintinhos não deixam uma lagarta, comem tudo, elas não atrapalham o milho, comem um pouquinho do feijão, mas como a roça é como uma mãe, não tem aquela mãe, né(?!), é uma roça, eu acredito que seja, porque nós comemos feijão verde até em julho dessa roça, e já tenho semente de feijão que eu guardei para plantar. [...]. E até que deu uma favinha, apesar das chuvas estar meio descontroladas, assim mesmo com aquelas chuvinhas meio fracas a gente andou plantando. Depois que o milho já estava grande foi que a chuva veio de verdade, ainda correu no riacho uma água até boa. Agora chegou setembro e sempre os *bros* são quentes, setembro, outubro, novembro e dezembro; Até em dezembro começa a dar umas garoadinhas e vai dando seriguela, caju, uns pezim de laranja, mamão. Eu planto aqui nesse baixio aqui, planto duas tarefas, todo ano. (MARGARIDA ALVES, 31 anos. 2015).

Margarida contrata, por diária, dois jovens da comunidade que a ajudam no trabalho de limpa e colheita. Para criação de porcos, ela utiliza o terreno de uma amiga no baixio do Muquém, dada a impossibilidade da construção de chiqueiros nas proximidades de sua casa.

O calendário agrícola das comunidades se constitui de dois ciclos que se complementam. Um, formado pelo plantio de feijão, milho e fava, que, como nos explica Margarida, têm seu período de plantio entre janeiro e março, colheita entre junho e setembro e preparo da terra entre outubro e dezembro. O segundo, do plantio de mandioca, que tem seu período de plantio também entre janeiro e março e colheita, dependendo da variedade, entre um ano e um ano e seis meses após o plantio. Cabe

ressaltar que esse calendário sofre alterações em períodos de poucas chuvas e nas unidades familiares que utilizam sistemas de irrigação. Essas informações foram organizadas em um em um gráfico expresso abaixo (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Calendário Agrícola



Calendário agrícola das comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras.
Fonte: Organizado pelo autor.

Outra experiência de produção camponesa que expressa a diversidade da produção espacial no Baixio das Palmeiras é a família de Seu Antônio de Lu, também anteriormente citado quando analisamos o processo de formação territorial das comunidades do Baixio. Na unidade familiar, ele trabalha com sua esposa, filhos, filhas, netos e netas. Uma de suas filhas é professora de Geografia, Cristina Nobre, que muito

nos ajudou na realização da pesquisa e na construção dos mapas sociais que apresentamos em tópico anterior. Na sua unidade produtiva, eles criam gado, galinhas e porcos, que servem para alimentação da família e para comercialização. Sua casa está construída na beira de um dos maiores riachos do Baixio e, no entorno, um convidativo e sombreado alpendre é ladeado pelos espaços de criação. A família cultiva em um espaço de 10 tarefas deles mesmos, assim que não pagam renda, fato que os distingue de outras famílias do Baixio. Suas terras foram conseguidas a partir de esforço, por décadas, da família em trabalho e economias.

Na safra de 2015 da família de seu Antônio de Lu, foram colhidos nas 10 tarefas 100 sacos de milho e dois sacos de fava. O valor do milho nos meses de colheita varia entre R\$ 35,00 e R\$ 40,00 e o saco da fava pode chegar a R\$ 650,00 (no mês de dezembro, a fava pode ser vendida por até R\$ 1000,00) e o saco de feijão é comercializado no período da realização do campo por em média R\$ 40,00. Seu Antônio de Lu é também integrante do Grupo Cultural Maneiro Pau.

(...) Hoje, a gente planta em umas dez tarefas, só eu e meu filho mesmo. Os outros têm os afazeres deles, mas sempre tem umas pessoas pra ajudar nas limpas e colheitas. A terra é nossa mesmo, não pago renda mais. Sacrifiquei muito pra adquirir esse pedaço de terra. Quando eu vim morar aqui, só tinha o canto da casa, o resto era arrendado e eu sonhava com aquilo de ter uma terrinha. Aí, eu fui e terminei comprando. [...] O terreno tem igual daqui onde nós estamos tem 723 braças, que nem diz a história no linguajar d'gente de nascente a poente. É estiradão, como se fosse uma tirona. Quando chega lá em baixo tem 20 tarefas por trás, que é mais largo [...]. Uma braça é 2 metros e um quebrado, 2,20 m. Eu comprei essa terra em [19]85 eu fui comprando, primeiro um pedaço, depois outro, depois essa área mais larga e agora já o ano passado eu comprei mais dez tarefas no mesmo sentido desse. [...]. Essa última eu comprei dobrando assim para o lado do Muquém. Contudo, ficou 47 tarefas. Depois de tanto tempo trabalhando, fui conseguindo, conseguindo. Eu planto nessas tarefas, a gente planta mais milho e fava. Feijão no baixio a gente não planta bem não, porque, quando chove, o feijão fica pequeno. [...]. Esse ano vai dar mais de cem sacos de milho [...], uns 130 sacos de milho. A gente reparte aqui entre o que precisa para as criações galinha, porco e tem o gado também e o restante vende. [...] Vende no tempo mesmo, quando o cinto tá apertando, a gente vai vendendo. [...] A fava é porque, olhe, um saco de feijão mulatinho hoje é mais de cem pouco, um saco de feijão é de 40 reais e dá pra comer as família e os porcos, feijão limpo, limpo. Aí, um saco de fava os meninos de Zé Izídio venderam por R\$ 650,00 hoje. E se esperar pra vender em dezembro é que dá dinheiro, ela já chegou a R\$ 1000,00. Vende na feira mesmo; quando chega lá, é os caba tomando, vende ligeiro. [...] A fava veio pouca esse ano, veio dois sacos de fava, mas só plantei em um pedaço. Se tivesse plantado em tudo, o caba ia bater uns doze a quinze sacos de fava, mas dá trabalho demais. O trabalho dela só é a mão-de-obra pra colher, que é praticamente abaixada. De qualquer maneira, o caba se maltrata. É bom se tiver uma turma grande, o serviço da fava é atrasado. [...] o saco de milho nesse tempo tá sustentando uns R\$ 40,00, mas do ano passado pra cá, mesmo com essa crise, o milho não tem subido de preço (teve ano que ele deu R\$ 50,00, mas hoje tá sustentando o preço). Se planta muito

milho nesse baixio. Eu planto o milho do híbrido, uns plantam do 1051, outros plantam do verdadeiro, o de espiga grande, varia mesmo na roça. [...] Eu não uso defensivo, não foi passado de nada de veneno. Até no mato que os caba é acostumado de passar esse ano foi tirado todo o mato na enxada. Quem comer dessa fava e desse milho vai comer sem agrotóxico. [...]

A colheita do milho da família é feita por máquina, que ensaca e deixa pronto para guardar ou vender - muito do milho produzido pela família é guardado para consumo dos animais de criação durante o ano.

As Figuras 50 e 51 são fotografias de um cultivo da família de Dionísio Caetano, mais conhecido como Pio, também integrante do grupo cultural de Maneiro Pau. Sua experiência foi relatada no tópico anterior. Esse agricultor também recusa o uso do veneno e paga renda pela produção em dois hectares – ele, como outros, tem que pagar renda até mesmo em anos que, por eventuais problemas, não plantem; caso contrário, perdem o **direito** de permanecer cultivando na terra.

Figura 50 – Roça de Dionísio Caetano



Pio demonstra na foto o tamanho do pé de milho quando esse é de semente crioula.
Fonte: Foto capturada pelo autor.

Figura 51 – Colheita



Milho ensacado, pronto para transporte em animal para sua casa onde será debulhado.

Fonte: Foto capturada pelo autor.

As camponesas e os camponeses das comunidades do Baixio das Palmeiras constroem geografia em seu cotidiano, produzem espaço em significado e materialidade, esses espaços de encontros, diálogos, circulação, diversão e trabalho são a base material dos seus modos de vida. Uma organização espacial é desenhada pelas estruturas edificadas ao longo da história dessas comunidades e pelos objetos construídos pela natureza, mas simbolicamente apropriados pelas relações sociais, como o pé de Tamarindo, que é o marco que divide a comunidade de Baixio das Palmeiras e Oitis. Se constroem nesse espaço conflituosas relações de poder e imposição sustentadas pela posse concentrada da terra, que não impedem a reprodução do campesinato enquanto modo de vida. Desenha-se, pois, nessa localidade, uma territorialidade camponesa.

Territorialidade que ganha sentido com as relações de trabalho que integram a vida cotidiana. Entre os espaços íntimos, do interior das casas, das cozinhas, e os espaços abertos, mas também íntimos, como as distâncias entre uma carreira de milho e outra, ou dentro do rancho na roça, acontece a vida dessas pessoas.

Cada uma das comunidades do Baixio das Palmeiras tem um templo religioso católico. Não há nas comunidades templos de religiões evangélicas ou de matriz africana. As festas religiosas que cultuam os santos católicos, padroeiros dessas capelas, são um marco para as comunidades. Nesse período, um novenário é celebrado com culminância no dia do santo ou santa, quando peregrinos percorrem os caminhos cantando e rezando. A festa mais expressiva é a do Coração de Jesus, no mês de junho. Todas as capelas das comunidades são ligadas à Paróquia de São Francisco na cidade do Crato localizada no Bairro Pinto Madeira, cujo padre é Arileudo Oliveira.

É marcante na paisagem das comunidades a Capela do Coração de Jesus, nas proximidades da sede da associação. Nos períodos do novenário, a capela fica rodeada por barracas organizadas pela comunidade e há festividades religiosas e profanas. A igreja integra, pois, a paisagem como um símbolo religioso, espaço de socialização e encontro, um símbolo que avisa presença por meio do sinal sonoro emitido pelo sino que compõem a paisagem audível das comunidades do Baixio das Palmeiras. Em três toques, as pessoas são avisadas da missa; nas proximidades das últimas badaladas, a igreja, com muita gente, prepara-se para o rito. O sino também convida toda terça à noite os moradores para o Terço dos Homens, realizado desde o início de 2015, por iniciativa de alguns moradores que sentiam um distanciamento dos homens da igreja. É conduzido por três pessoas que fazem as orações e os presentes respondem, sempre a partir das 19 horas. Após o terço, são oferecidos café e chá e nas escadarias das igrejas os homens sentam e conversam de tudo, sempre com muita gargalhada.

O sino informa a autoridade da igreja católica na comunidade, a imponência do prédio que guarda os símbolos cultuados pelos fiéis. A audácia de ser ouvido em toda a comunidade o faz um meio de comunicação que transmite não somente a informação da proximidade da missa, mas toda a indumentária de valores judaico/cristãos, como a monogamia, heteronormatividade, o trabalho como dignificante, o monoteísmo. É, pois, a ação de tocar o sino um componente educativo dentre vários outros que compõem a igreja católica, como missas, velórios, terços, procissões. Nesses espaços, reproduzem-se as doutrinas e são recriados os significados dos santos e das santas.

Outro componente notório da paisagem audível das comunidades é a circulação dos ônibus de estudantes, em vai e vem entre a escola Rosa Ferreira, na comunidade do Muquém, e as escolas da rua, como são chamadas as escolas da cidade. Ao terminarem o Ensino Fundamental II, os estudantes têm que estudar fora da comunidade em contextos de educação que refletem pouco sobre seus modos de vida.

As madrugadas são silenciosas de barulho mecânico. É audível em bom tom o cantar da natureza. Os pássaros noturnos, a mãe da lua, um cantar intenso e bonito, a assustadora rasga mortalha que percorre os céus com um cantar que é quase um grito e as corujas. Antes mesmo do sol, as pessoas começam a circular as veredas entre as casas e o baixio, principalmente em dias de segunda, quando ouvem-se carros subindo as ladeiras para irem à feira.

As vivências no processo de pesquisa nos revelaram que as comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras foram formadas a partir dos processos de colonialidade e da construção do Estado e seus impactos na região do Cariri, que contou com atuação decisiva da igreja, e, mediante embates, forjou uma centralidade que conseguiu ao longo dos séculos perpetuar a posse concentrada da terra.

Podemos dizer que se constitui, no entanto, uma territorialidade camponesa. Um modo de vida com racionalidade distinta das relações tipicamente capitalistas de produção, com noções diferenciadas das relações sociedade/natureza e trabalho. Que, mesmo com dificuldades de acesso à terra, as famílias camponeses construíram diferenciadas estratégias de r-existência, conseguindo materializar os saberes ligados a produção de alimentos para reprodução da vida cotidiana camponesa.

Entendemos que os conflitos territoriais que se ensejam com a construção do CAC nas comunidades do Baixio das Palmeiras são frutos da tentativa de sobreposição de uma racionalidade distinta que altera a dinâmica local. Impondo outra relação com a natureza, alterando significativamente o cotidiano com um fixo artificial de circulação de água que, para sua construção, exige a consecução de um tempo distinto, um ritmo de trabalho que dilui a tranquilidade e altera de maneira irreversível o espaço, na medida em que, esse local no mundo, passa a dispor de um atrativo fundamental para expansão do capital, água, com fluxo racionalizado.

Assim, a conflitualidade que passaremos a analisar no capítulo seguinte é fruto não somente do desejo das famílias de permanecerem em seus locais de trabalho e vida, mas da oposição inconciliável de duas racionalidades. Uma pautada na convivência conflituosa e contraditória da cotidiana (re)invenção do modo de vida camponês. Outra baseada na ideologia do enfrentamento às secas, que apresenta com álibi vencer as adversidades do clima, mas que, na prática, tem proporcionado a expansão da agricultura irrigada tipicamente capitalista.

6. O BAIXIO PREOCUPADO: OS CONFLITOS PELA PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES FRENTE AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CAC

No último capítulo da dissertação nos detemos mais especificamente aos conflitos territoriais ensejados no contexto de construção do CAC, os diferentes danos nas comunidades e os processos de resistência. Nos utilizamos das falas de moradores (as) das comunidades do Baixio conservando a maneira de se expressar de cada um/uma.

6.1 Conflito de paradigmas

As obras do CAC foram iniciadas no segundo semestre de 2013, após a Presidenta Dilma Rousseff e o Governador do Ceará, Cid Gomes, anunciarem, na capital cearense, em um evento que reuniu ministros do governo, deputados, senadores e o corpo técnico da SRH, em julho de 2013. O trecho 1 do CAC teve, nessa ocasião, o valor estimado em R\$ 1,5 bilhões, dos quais R\$ 1,1 bilhão são recursos do PAC e R\$ 393,4 milhões investidos pelo estado do Ceará. As obras iniciaram com a construção de uma barragem na cidade de Jati/CE, concomitante à construção de canais, túneis e sifões, que conduzirão as águas advindas do Rio São Francisco, alimentando a Barragem e percorrendo até o rio Cariús, no município de Nova Olinda (perfaz-se um total de 151 km). As obras, em atraso, tinham previsão de término para o final de 2015.

Muito embora as obras tenham iniciado em 2013, o debate sobre águas no Cariri tem sido uma constante, tendo em vista o contexto conflituoso das formas de apropriação das terras/águas – de maneira mais sistemática, após o ano de 1999, quando foi criada, mediante a solicitação de um comitê de debates sobre gestão de águas na região, a COGERH, foram organizadas reuniões e seminários, contexto que construiu um espaço permanente de diálogo entre as instituições gestoras dos recursos hídricos, a Câmara Técnica de Água Subterrânea do Cariri e o Comitê da Bacia do Rio Salgado.

A partir dessas instituições, o Estado vem construindo, ao longo dos anos 2000, o mote do *déficit* hídrico da região, segundo o qual as reservas de águas subterrâneas e as fontes da Chapada do Araripe não supririam a ampliação da demanda por água com o

crescimento da região. Foi corriqueiro nesses espaços ouvir representantes do Estado construírem a noção de que a **região não pode parar de crescer, o déficit hídrico não pode barrar o desenvolvimento do Cariri.**

Constrói-se um ambiente de certeza antes mesmo do CAC ser concebido pelo Estado e proposto pelo Governo Cid Gomes como integrante do PAC, calcado em estudos realizados pela COGERH, que denunciavam o decréscimo das reservas hídricas e o comprometimento delas com a poluição das reservas subterrâneas (tese contestada por estudo realizado - mas não publicado - pela CPRM em 2012, sobre cujo assunto já tratamos no tópico “Caminhos das águas entre as nascentes e o vale”).

Com o início das obras da Transposição do Rio São Francisco, em julho de 2007, e todo o debate relacionado aos conflitos que incitavam a obra, bem como os estudos que contestavam a viabilidade do projeto, constroem-se ambientes de diálogos no Nordeste nos espaços acadêmicos e políticos, sobretudo nos ligados a movimentos sociais do campo. Instituições políticas do campo construíram o movimento São Francisco Vivo, que teve repercussão nacional e adesão de religiosos, como o Bispo D. Cáprio, da Diocese de Barra na Bahia, que, em 2005, em forma de protesto, fez greve de fome.

No Ceará, o discurso político alicerçado na tática de convencimento utilizando as secas como instrumento de arguição é contestado por movimentos sociais que buscam embasamentos teóricos, construindo um paradigma de entendimento do sertão a partir da convivência. Aliás, o argumento das secas sempre em voga nas instituições do Estado e fortalecido por estudos acadêmicos ligados à gestão de recursos hídricos e ao saneamento ambiental, que alegavam *déficit* hídrico se valendo da premissa que no Estado se evapora mais água do que ocorrem precipitações.

Os movimentos sociais e acadêmicos, desde, sobretudo 1999, com a criação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) não contestam a noção de escassez, o *déficit* hídrico ou a necessidade de se pensar políticas públicas de captação e armazenamento de água para o sertão nordestino. Seguindo outros referenciais teórico/práticos, passaram a contestar o sentido político/econômico das grandes obras hídricas, principalmente da Transposição do Rio São Francisco, que se constrói sem um processo de revitalização do Rio.

Para execução de grandes projetos hídricos, o Estado se utiliza da fatigada tática de convencimento embasado nas secas, mas o sentido político não é mais alimentar o latifúndio e o poder dos donos de terras locais que gerenciavam a distribuição de água

segundo critérios próprios em carros-pipas ou na concessão de direitos de irrigação ou de retirada de água em **seus** açudes, construídos com dinheiro público. A lógica territorial da expansão das grandes obras está alinhada com o movimento contemporâneo de reprodução do capital, conjuntura na qual o Brasil tem aprofundado o seu papel agrário/mineral/hidro energético-exportador.

As grandes corporações vêm provocando um processo de reestruturação produtiva no sertão do Nordeste, exigindo do Estado uma postura interventiva de modo a garantir fluxo constante de água e a manutenção ou o aprofundamento da propriedade concentrada da terra. Dados do Atlas da Questão Agrária Brasileira (2008) demonstram acentuada concentração de terra nos estados do Nordeste, mediante o índice Gini (quanto mais próximo de 01, mais é concentrado). No Ceará, esse índice, em 2003, foi de 0,691; Pernambuco, 0,742; e Rio Grande do Norte, 0,752. Dados do IBGE (2009) apontam o índice Gini do Brasil em 0,872, de estados como Alagoas 0,871 e Maranhão 0,864. As grandes obras hídricas, construídas sobre uma estrutura fundiária excludente, apresentam-se como agressivas aos pequenos proprietários de terras, quando esses são removidos e indenizados ou quando, residentes no entorno, acabam não resistindo às pressões especulativas do capital ou à presença contaminadora do monocultivo, precisando se desfazer de suas propriedades e ampliando a concentração fundiária e o poder das grandes corporações.

Acreditamos que haja *déficit* hídrico no sertão do Nordeste caso se deseje empreender nesse espaço atividades econômicas com elevado grau de uso e contaminação de bens naturais, como mineração e agrohidronegócio. As populações tradicionais, as comunidades quilombolas, os (as) indígenas, os (as) pescadores (as) artesanais e os (as) camponeses (as) construíram seus modos de vida ao longo de milhares de anos, criando tecnologias e ações de convivência que lhes legaram saberes que garantiram a r-existência por milhares de anos - pessoas em condições climático-ambientais semelhantes às apresentadas hoje. As secas cíclicas, as quadras invernosas, as cheias, as agruras de solos pedregosos e o latifúndio são desafios enfrentados por esses povos com variadas estratégias, que lhes legaram saberes que garantiram a reprodução da vida.

Os espaços de destino das obras hídricas realizadas no Ceará, sobretudo os perímetros irrigados Jaguaribe-Apodí, Tabuleiro de Russas e Morada Nova, que totalizam um espaço irrigado de 10.865 hectares (ADECE, 2008), são de uso extrativo da natureza, realizado por empresas multinacionais com apoio do Estado. No Ceará, ao

todo, são 06 polos de irrigação, perfazendo um total de 454 mil hectares de área de plantio em perímetros públicos, fazendo com que o Ceará, em 2013, atingisse uma produção de 1.650 mil toneladas de frutas com destino principal para exportação – contando, para isso, com dois portos (Muciripe e Pecém), aeroporto com câmara fria que conserva flores, pescado e frutas, conectados com a Europa e Estados Unidos (ADECE, 2015). Não estaria o Ceará ocupando o terceiro lugar em exportação de frutas em 2013 no Brasil se ocorresse nesse estado *déficit* hídrico ou estivesse esse em situação de emergência hídrica.

Deseja-se, verdadeiramente, reproduzir os modelos de gestão dos bens naturais nas outras porções do estado, como vem ocorrendo nos espaços considerados **avançados**, como o polo irrigado Jaguaribe-Apodi. Para esse fim, há estado de emergência hídrica, na medida em que a produção de melão, um dos expoentes desse perímetro, realizada com tecnologia sofisticada, requer, em clima semiárido, cerca de 50,58 litros de água por quilo produzido (BRAGA et. al, 2009). E o Nordeste, segundo COSTA (2007), é responsável por 99% da produção de melão do país, produzindo o Ceará 35,5% do total nacional. Há *déficit* hídrico para expandir esse modelo.

Esses paradigmas que investem entendimentos e ações práticas no sertão do Ceará são conflitantes e inconciliáveis, os sujeitos sociais que constroem cada um deles se põem em campos distintos na política. Os povos do sertão realizam marchas, romarias, ocupações de terras, de perímetros irrigados, prédios públicos, constroem alternativas de convivência com as secas e exigem do Estado normatização e financiamento de projetos como o programa Um Milhão de Cisternas, que não poderia ter sido concebido dentro de uma noção de extração. Os agentes de reprodução concentrada do capital têm acesso direto aos órgãos estratégicos do Estado e, mediante investimentos financeiros em campanhas eleitorais, montam e comandam blocos de poder que manobram as políticas de gestão ambiental a serviço das estratégias de expansão da produção capitalista do espaço. O Estado monta a estrutura, financia a expansão e se omite na fiscalização.

As experiências do agrohidronegócio, no Ceará, sobretudo no médio Jaguaribe, são verdadeiras violações à humanidade. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho do Ceará⁶⁵ (2015), a cidade de Limoeiro do Norte, após o crescimento das atividades agrícolas **modernas**, 99% dos agricultores têm exposição direta a

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.prt7.mpt.gov.br/informe-se/noticias-do-mpt-ce/620-uso-de-agrotoxicos-aumenta-em-38-mortalidade-por-cancer-em-limoeiro-e-regiao>>. Acesso em: 29 dez.2015.

agrotóxicos, ainda que os casos de câncer na cidade tenham crescido nos últimos anos 38%. Dados de pesquisa do Grupo Tramas (2012) registraram contaminação por agrotóxicos na água que as pessoas consomem no município. Dados da CPT (2013) demonstram que conflitos envolvendo obras hídricas nas cidades de Limoeiro do Norte e Morada Nova envolvem 120 famílias. Essas são as experiências “avançadas” que só foram possíveis com a construção do Canal da Integração (atual Eixão das Águas), um investimento bilionário que traz água do Castanhão, disponibiliza para os vales da Chapada do Apodi e bombeia para o topo do relevo elevado e tabular, onde é distribuída em canais e utilizada por multinacionais. Esse é o espaço mais elaborado do paradigma que tem como álibi o enfrentamento às secas e que se deseja reproduzir no Estado.

Esse debate de paradigmas foi pautado pelos movimentos sociais na região do Cariri, muito influenciados pelas articulações de resistência à transposição do Rio São Francisco e pelos primeiros rumores de que haveria uma grande obra no Ceará que seria extensão da referida transposição, o CAC. Entidades sociais passaram a realizar vários espaços de debates que culminaram na construção de um movimento de cunho socioambiental, **O Baixio Preocupado**, que, em 2015, passa a construir o **Fórum Popular das Águas do Cariri**.

Os movimentos sociais entenderam que os espaços de diálogos do Estado, como o Comitê da Bacia do Rio Salgado e a Câmara Técnica de Águas Subterrânea, são apenas órgãos consultivos, com pouco poder de decisão. Legitimavam as ações do Estado, o qual utiliza a existência dessas entidades como ente legitimador de suas ações, afirmando serem essas democráticas, tendo sido aprovadas nessas instâncias. Pesa-se, nesses espaços, exercício diferenciado de poder das entidades e sujeitos sociais nesses ambientes de diálogos, onde técnicos e representantes do Estado são preferidos na condução das atividades e na exposição das ideias em detrimento de representantes de movimentos sociais.

Entidades como ACB, GEA, Cáritas Diocesana do Crato, GRUNEC, CPT, Associação Rural dos Moradores do Baixio das Palmeiras, CALIGEO, Associação dos Assentados do 10 de Abril, AGB seção Fortaleza, RENAP, RESAB, STTR/Crato, URUCONGO Grupo de Arte, PAJE, partidos políticos como PSOL e PSTU, construíram na região do Cariri avançados debates políticos sobre a questão ambiental, mais especificamente sobre Água e impactos de obras hídricas, bem como realizaram ações práticas que passaram a questionar o modelo de desenvolvimento construído pelo Estado, além de proporem alternativas.

O movimento estudantil de Geografia do Nordeste e do Cariri fez de suas atividades políticas espaços de diálogos e questionamento dos grandes projetos hídricos, chegando a atuar diretamente na construção do movimento Baixio Preocupado e do Fórum Popular das Águas do Cariri. Em novembro 2007, na cidade de Fortaleza, as entidades desse movimento realizaram o Encontro Regional dos Estudantes de Geografia – EREGENE. Na ocasião, pesquisadores e representantes do Estado debateram a Transposição do Rio São Francisco e o movimento lançou na plenária final do evento uma moção de repúdio ao projeto. No Crato, em agosto de 2008, o Centro Acadêmico Livre de Geografia – CALIGEO – organizou o I Colóquio de Geografia, do qual participaram acadêmicos, representantes do Estado e de movimentos sociais para debater o tema: **Transposição do Rio São Francisco: Um grande projeto ou uma sentença de morte?** Nessa ocasião, técnicos do Estado expuseram ideias sobre o *déficit* hídrico de águas no Cariri e os movimentos sociais anunciavam os primeiros resultados do projeto Um Milhão de Cisternas.

Em maio 2009, novamente, o CALIGEO coloca a temática em debate, convidando pesquisadores e movimentos sociais para dialogar sobre o tema: **Impactos das grandes obras hídricas no Nordeste**, na VII Semana de Geografia da URCA. Em janeiro de 2010, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária – GEA – da URCA, realizou o I Colóquio de Geografia Agrária do Cariri Cearense, trazendo o tema para universidade. Nesse momento se ouviam os primeiros rumores da realização do CAC. O GEA, como o CALIGEO, tornam-se parceiros das comunidades e passam a frequentar, corriqueiramente, o Baixio das Palmeiras e construir com eles suas atividades políticas.

Nesse período, ganhava coesão um grupo formado por pesquisadores(as), estudantes da URCA e entidades sociais de base que debatiam educação do campo. Articulado pela Associação Cristã de Base – ACB, Rede de Educação Cidadã e Cáritas Diocesana do Crato, reuniam-se mensalmente no Centro de Expansão ou na URCA. O grupo desejava criar no Cariri a Rede de Educação para Convivência com o Semiárido – RESAB. Insatisfeitos com poucas políticas e ações direcionadas à educação contextualizada, como fruto dessa articulação, dois importantes projetos foram realizados na região do Cariri: o curso de graduação PROCAMPO e o Projeto Solari.

O PROCAMPO é uma graduação ligada ao Programa de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – realizado pela URCA. Habilita professores(as) do campo para atuarem na educação básica nas áreas de ciências humanas, linguagens e códigos e

ciências naturais. Tem quatro anos de duração e atualmente está prestes a concluir a primeira turma. Nas atividades desse curso, foram realizadas aulas de campo para o Baixo das Palmeiras, bem como debates sobre os impactos do CAC nas comunidades.

O Projeto SOLARI foi coordenado pela Cáritas, foi construído em parcerias com PROCAMPO, GEA, GRUNEC, ACB, RECID, URUCONGO e CPT. Financiado por entidades ligadas à igreja católica, capacitou jovens de dez comunidades da Diocese do Crato, mediante curso com metodologia baseada na pedagogia da alternância. Jovens do Baixo das Palmeiras participaram do curso e, após sua realização, construíram um grupo de jovens e passaram a produzir com prática agroecológicas e estimular as famílias ao não uso de agrotóxico. Esse grupo construiu uma rádio comunitária, uma feira agroecológica e realizava intercâmbios de saberes em comunidades do Chico Gomes e 10 de Abril, também no município do Crato. Segundo o entendimento de Nobre (2015), esse projeto foi importante para a redução do uso de agrotóxicos nos cultivos familiares e um articulador da juventude no Baixo. As comunidades beneficiadas receberam placas de energia solar, estrutura para montar rádio comunitária e material para feiras agroecológicas, tendo os jovens participado de cursos de radiodifusão, produção agroecológica e campesinato no Brasil.

Tem sido de fundamental importância para o movimento ambientalista do Cariri o Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação. Criado no ano de 1999, possui ações itinerantes da região do Araripe⁶⁶, questionando os projetos de desenvolvimento e os impactos socioambientais. Segundo Jorge Pinto⁶⁷, um dos fundadores do Fórum,

Pela primeira vez se instituiu na região do Araripe um espaço plural baseado na construção coletiva de proposições e na execução de políticas de defesa do meio ambiente, tendo como foco especial, o debate da prevenção e o combate à desertificação. [...] O destaque foi a participação efetiva de organizações e representantes governamentais dos três estados da região, Ceará, Pernambuco e Piauí. Todo este movimento fortaleceu um debate qualificado, que culminou posteriormente com a mudança da visão arcaica do combate à seca, para um olhar humanizado e consciente sobre a necessidade da convivência com a realidade local. [...]. Esta caminhada foi marcada pelo fortalecimento do debate científico e político, onde foram debatidos temas como a transposição do rio São Francisco, a degradação ambiental decorrente do uso do recurso madeireiro da APA Araripe, a poluição dos rios, como o Granjeiro e o Cariús. Contribuí, ainda, na realização de seminários sobre as águas,

⁶⁶ A região do Araripe ou biorregião do Araripe, como destacam os documentos do Fórum, é composta pelos municípios que fazem parte da Bacia Sedimentar do Araripe, envolvendo os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. O Fórum conta com participação efetiva desses representantes estaduais.

⁶⁷ Disponível em: <<http://agoracariri.blogspot.com.br/2011/04/forum-araripense-de-prevencao-e-combate.html>> Acesso em: 29.dez.2015.

desertificação, mutirões de plantio de mudas em comunidades rurais, tendo sempre o referencial da realidade local. [...] O marco da ação articulada do Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação foi a escolha para sediar em 2006 o VI ENCONASA – Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro, encontro que reuniu mais 600 participantes de associações, STRs, ONGs, representações governamentais, de todos os estados do Nordeste, além de Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal. [...]. Tornou-se a instância política de decisões da sociedade civil em atuação em 29 municípios da região do Cariri Cearense. Ao longo de sua história, foi marcado por momento de crise e ascensão, chegando a mais de uma década cheia de experiências exitosas, momentos de reflexão e avaliação, e principalmente, com a vontade e a esperança de continuar realizando “esta grande revolução silenciosa pela vida no semiárido”.

O referido Fórum colocou, nesse período, no centro do debate, o CAC e os impactos nas comunidades tradicionais do Araripe, tendo realizado reuniões e encontros que debateram a temática, uma das quais no Baixio das Palmeiras. O Fórum atualmente reúne-se todo mês, sempre na última terça-feira. A cada dois anos, entidades ficam sob a responsabilidade de articularem as atividades, estando atualmente incumbidas dessas ações ACB, Cáritas e Levante Popular da Juventude.

De acordo com a organicidade do movimento Baixio Preocupado, a questão enfrentada pelas comunidades foi ganhando visibilidade e passando a ser de abordagem obrigatória em eventos que debatiam a questão agrária ou ambiental no Cariri. Integrantes do movimento passaram a ser convidados para eventos de modo geral na região e pautarem o debate sobre o CAC. Participaram das Semanas de Águas do Crato, em 2009 e 2010; dos Encontros Estaduais de Estudantes de Geografia EEEGE, que aconteceram no Crato; do XXII, em 2012 e em Fortaleza na UFC; do XXIII, em 2013; do II Colóquio GEA na URCA, em dezembro de 2014; do Colóquio de Economia, em outubro 2015; e da Semana de Economia, em agosto do mesmo ano, todos na URCA. Tais eventos debateram a temática das grandes obras e seus impactos na região do Cariri e realizaram atividade de campo para o Baixio.

6.2 A sobreposição de conflitos territoriais com o CAC e a organização política das comunidades

As primeiras notícias do CAC chegaram em 2010, mas com pouco crédito. Muito embora o Estudo e o Relatório de Impactos Ambientais tenham sido elaborados

nessa época, e o projeto básico em 2012, pouco se sabia na região sobre o traçado do projeto, as suas intenções e as comunidades que por ele seriam atingidas. Mediante demarcação de pontos por onde passaria a obra pelas empresas executoras, os moradores foram tomando conhecimento.

De diferentes maneiras, passaram a reagir à execução da obra. Muito embora o ambiente de desinformação tenha sido igual para todos, pois somente mediante solicitação na justiça o Estado forneceu às comunidades alguns estudos oficiais sobre a obra, a preocupação gerada por esse contexto e as formas de articulação foram diferenciadas, dadas a disparidades dos impactos sofridos pelos moradores do Distrito e o envolvimento das associações das comunidades. Assim, as comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras, sendo elas, a sede do Distrito homônima, Baixio dos Oitis, Chapada do Baixio e Muquém, têm situações singulares de impactos.

Em geral, os moradores do Baixio dos Oitis não possuem terras-de-morar, como ressaltamos no capítulo anterior, assim como alguns moradores do sítio Chapada do Baixio. Os moradores do Baixio das Palmeiras, em geral, possuem terras-de-morar, alguns cultivam terras da família ou arrendam. Dessa forma, a problemática dos impactos gerados pelo CAC no Distrito Baixio das Palmeiras se soma ao ambiente de conflitualidade⁶⁸, resultado de uma estrutura fundiária concentrada.

As cinco famílias que vivem no Baixio dos Oitis que serão atingidas, segundo as últimas atualizações da Secretaria de Recursos Hídricos, já vivenciam relações de violência e violação de direitos por não possuírem terra e as obras do CAC se somam a esse ambiente de insegurança, pondo vulneráveis a receber quantias oferecidas como indenização e tendo condicionado o recebimento ao reconhecimento do proprietário das terras onde vivem e construíram casas tais pessoas.

A quantia de cinco famílias atingidas é uma estimativa do Estado, baseando-se nas informações prestadas pelos que se dizem donos das terras. Esse número é superior, uma vez que aos filhos e às filhas era permitido construir somente casas de taipa e encostado às casas de seus pais e mães, para que não constituísse uma nova família de moradores. Após os rumores que o CAC passaria na propriedade, o proprietário orientou a família do morador que fiscaliza o terreno de modo a impedir que

⁶⁸ “[...] conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. [...] O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento, utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante, alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2004, p 02)

construísem casas, banheiros, chiqueiros para criar porcos ou galinhas, mesmo banheiros de taipa estão tacitamente proibido de construir.

Em conversa com moradores(as), constatamos essa situação de conflitualidade gerada pela estrutura fundiária concentrada, em que o proprietário se utiliza de ameaças que cerceiam e impedem a liberdade das pessoas que vivem há décadas naquele espaço⁶⁹. Como nos relata Muçambê⁷⁰ sobre o contexto de vida de sua família:

Somos moradores. O dono é José Cleber Calou [...], ele é vivo ainda. Só é assim: a dona mesmo é a mulher dele, só que ela vive acamada em Fortaleza, é em um hospital que ela vive, é Marília Calou. [...]. Sempre fomos moradores, desde Vó até hoje, ela tem 92 anos. Deu AVC nela, ela nem fala nem anda, é como uma criança. Ela mora aqui desde quando nasceu. O povo daqui todim, de geração em geração. Pagamos renda por tarefa de terra e por ano. Aqui a renda que paga é pelo plantio, dois sacos por tarefa, aqui paga só com o milho. Ele deixou nós morar aqui, mas ninguém paga nada daqui onde nós mora; o pagamento é só de onde a gente planta. A gente faz benefício nas terras que mora, agora tá meio seco por causa das falta de chuvas, mas cuidamos bem aqui. [...]. Tem propriedade que é desse dono que tem tanta fruteira que dá é gosto. [...]. Aqui são várias dificuldades, em primeiro lugar, aqui pra fazer uma morada melhor de tijolo ninguém pode, por causa do dono da terra, ele não autoriza. [...] Ele nem explica porque não pode, só diz que não é pra fazer e pronto. [...] Minha mãe [...] tem 07 filhos, tem esse daqui junto e mais dois casados, uma mora aqui agora, o outro já mora em outro lugar, não mora aqui mais não. [...] Mãe nunca deixou de morar aqui em vó, ela teve família, mas ela não teve um marido pra morar, tem um marido, mas não mora com o marido, nós mora mais vó. Desde que nós nascemos, nós mora mais vó. [...]. As roças é tudo pra baixo pra frente é casa da fazenda que nem diz. [...]. Eu acho que a hora propícia [de resolver o problema da terra] era agora com essas questões do rio, com essas cinco pessoas que vai ter que sair, é aqui e mais três pessoas ali atrás, nós ainda não recebemos nossa indenização. Pela conversa que ele disse é que depois que nós for indenizada não vai querer deixar mais nós morar. [...] A declaração que ele tem que dar é dizendo que a casa foi o morador que realmente fez. Se ele não der essa declaração, nós não vamos receber indenização do rio. Aí, ele está se acomodando com essa situação de não dar essas declarações. Ele disse que não vai dar essa declaração porque as pessoas do rio [CAC] ainda não falaram com ele, só aconteceu uma ligação e quem tá cuidando do movimento todo é uma advogada. (MUÇAMBÊ, 2015).

Recentemente, como nos conta a mesma entrevistada, informação confirmada pelo Delegado Sindical do Baixio, Raimundo: uma moradora da comunidade, tendo tido **autorização** verbal concedida pelo proprietário da terra, comprou material para construir uma casa nova para a família, foi **proibida** de seguir com a construção e precisou vender o material comprado.

⁶⁹ Como no início do capítulo, preservaremos os nomes dos(as) entrevistados(as) que vivem em contextos de conflitualidades, envolvendo latifundiários locais.

⁷⁰ Entrevista realizada em agosto de 2015, na comunidade Baixio do Oitis para a presente pesquisa.

[...] uma moradora aqui que ele já tinha dito que podia fazer, ela comprou todos os seus materiais para fazer uma casa (foi pra coitada construir a casa). Ele veio e disse que ninguém podia fazer casa de tijolo aqui. Ela teve que vender tudo que comprou e teve prejuízo, as filhas delas tiveram que vender rápido para conseguir o dinheiro e construir a casa de taipa, aí teve prejuízo, ele não deixou fazer. [...]. Logo quando ele falou que podia fazer casa, ninguém pegou em ata o que ele falou, porque, se tivesse pegado em ata, registrado em cartório, era um documento válido, mas ele disse por dizer e depois, quando foi pra fazer, ele não deixou. (MUÇAMBÊ, 2015).

No Baixio dos Oitis, além de pagarem renda, é comum às famílias terem suas propriedades invadidas pelo gado do proprietário. Algumas famílias chegam a pagar renda por fruteiras que plantam e alegam que, mesmo pagando renda, têm seus pomares invadidos e saqueadas frutas.

Nasci aqui e meus pais também, já morreram, pai e mãe. Meu pai morreu com 84 anos. Vieram pra cá com cinco anos. Eu planto aí pra baixo, milho, feijão e fava. Pago renda, dois sacos por tarefas [...]. As bananeiras que eu plantei nas terras onde eu pagava renda com banana verde pra ela cozinhar, ele vinha [o responsável pela terra] e levava demais sem dizer nada. Eu deixei de andar lá, eu vou zelar uma coisa pra outro vir aqui e pegar? [...] Vieram, mas pararam [representantes do Estado]. Depois, de um tempo pra cá, não vieram mais - contaram os pés de caju, de pinha e os outros. Nós não somos dono da terra, aí, enfrenta dificuldade nessa questão da obra. [...] Com 55 anos que a gente nasceu aqui e que mora a vida toda não tem direito nem a uma morada. (TRISTÃO GONÇALVES, 2015).

Na entrevista concedida por moradora da comunidade, Bárbara de Alencar, de 56 anos, fica evidente o cotidiano de conflitualidade, no qual o proprietário tem se negado a assinar papéis referentes à aposentadoria, configurando uma ameaça ao direito de aposentadoria rural. Quanto à obra do CAC, a desinformação é notória; não foram informados oficialmente sobre o roteiro do canal e as visitas de técnicos terminam alimentando a preocupação das famílias, uma vez que, segundo a entrevistada, os técnicos afirmaram que, após a medição e contagem de fruteiras, qualquer benefício realizado nas casas não serão cobertos pela indenização. Além de serem impedidos pelo proprietário da terra, se realizarem qualquer benfeitoria, não repercutirá nas indenizações, ficando, pois, cindidos, sem poder fazer melhorias simples em suas casas. Vale ressaltar que as primeiras visitas de técnicos da SRH para tratar de indenização e demarcação dos espaços onde passará o canal ocorreram em 2012.

E o pior é que esse povo não vem logo pra resolver e a gente saber. Eles vieram aqui, mediram e disseram que tinha três casas e ninguém sabe qual é a que vai sair. As reformas das casas eles disseram que, se arrumar, perde. Vieram fazer as medições todas e, se fizer algum benefício, eles não se

responsabilizam. Quer que esperem eles até a casa cair. Essa calada aí botei esse pau aí. [...] Porque essa casa aqui tá toda rachada, todo inverno eu não durmo direito, eu passo o inverno aqui, eu durmo com medo, só ouvindo essa estraladeira de pedra, e desse outro lado tá rachada também. [...] O pior é que não tem ninguém que dê uma palavra por a gente, uma pessoa que entenda. [...] Disse que na reunião que se foi o dono da casa, se foi o dono da terra que fez com os moradores eles vão dar só dos plantios, mas aqui nenhum dono de terra fez casa pra ninguém morar não. [...] É muita ganância. [...] No tempo que eu fui me aposentar, ele não assinou não e ainda disse assim: “eu não sei nem se a senhora paga a renda”. Era bom que a gente tivesse gravado, ele não assinou não, foi preciso eu procurar o INCRA de outra pessoa lá do Muquém. [...] Ele [o dono da terra] ainda disse, “deixe que a senhora se aposenta no ano que vem, que se a senhora se aposenta com a terra da senhora, quando passar esse rio [CAC]”, Esperar quê, eu já tinha idade, mas eu tinha que esperar, a mulher do sindicato disse “vamos sair daqui se não a gente briga com esse velho”. E ele não assinou, de jeito nenhum. [...] Disse que um banheiro de tijolo ninguém pode fazer aqui, a gente aqui no sacrifício, o mato daqui nesse tempo é do jeito que é. [...] Eu ajuntei umas pedras ali no riacho pra mim arrumar essa calçada, aí, pensei: “será se não vão empatar de trazer essas pedras?”. Uma roça que esse homem tinha [sem esposo] tomaram pra plantar capim, e não vieram dar satisfação alguma, com vinte um anos que ele trabalhava ali pagando renda, direto, pagando renda, e, às vezes, ele dava mais dinheiro do que era. Quando ele pensou que eu ia plantar lá, botaram o trator e passaram a plantar capim, não deixaram ele plantar lá e nem deram outra em outro canto para plantar. [...] Aí, no dia, eu fui lá por conta de um conversa, porque, quando nós estávamos catando a fava ali, eles botaram as vacas dentro e nós catando a fava com medo. Aí, eu fui lá reclamar a ele, ele disse “mas disse não é seu esposo que trabalha lá”, eu disse que sim. Ele disse que tinha que resolver enquanto família isso. O gado comeu e ficou comido, perdemos mais de um saco de fava. Aqui é costume acontecer isso, as pessoas perder e não ir atrás. (BÁRBARA DE ALENCAR, 2015).

Entendemos que a violência exercida pelo que se diz dono da terra é uma estratégia para cansar os(as) moradores(as) com um cotidiano difícil e intimidador, para que desistam da permanência ou de buscar judicialmente direito de propriedade. Esses, mesmo tendo condições de fazer melhorias em seus espaços de reprodução da vida, são impedidos e intimidados, por vezes, sendo ameaçados de terem suas casas derrubadas. Assim, chegam a desistir de morar na propriedade, mesmo tendo o direito concedido pela LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981, conhecida como Lei de usucapião, que afirma em seu parágrafo primeiro,

“Art. 1º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis. (BRASIL, 1988).

Essa estratégia de cansaço e repetido cotidiano de violência fez com que uma das moradoras, segundo a Associação dos Moradores do Baixio dos Oitis, desistisse de

permanecer na propriedade após a morte de seu marido, tendo se mudado para outra comunidade; não se habituando à nova morada, solicitou retorno à propriedade e teve o direito negado de forma intransigente pelo proprietário, que ficou com as benfeitorias realizadas pela família, como casa, fruteiras, espaços de criação, podendo, inclusive, receber indenização por essas estruturas espaciais produzidas pela família camponesa expulsa por esse contexto de conflitualidade.

Figuras 52 e 53 – Comunidade Oitis



Baixio dos Oitis. Casa em verde é residência da filha da moradora.

Fonte: Foto capturada pelo autor.



Na fotografia, três casas estão conjugadas ou próximas, forma como autoriza a construção o proprietário.

Fonte: Foto capturada pelo autor.

Figuras 54 e 55 – Casas que serão afetadas com o CAC



Baixio dos Oitis. Casa que será atingida pelo CAC.

Fonte: Foto capturada pelo autor.



Baixio dos Oitis. Casa que será atingida pelo CAC, sentado morador da comunidade, Francisco Xavier 56 anos, em pé Raimundo, Diretor Sindical na Comunidade.

Fonte: Foto capturada pelo autor

Entendemos também que a forma como vêm sendo conduzidas as desapropriações pelo Estado tem usado como elemento estratégico a desinformação e o tratamento individualizado da questão. O sentido dessa ação é a desmobilizar a coletividade, mediante pagamento e tratamento diferenciado. Algumas famílias foram sondadas com antecedência, principalmente no Baixio das Palmeiras, não havendo resistência, suas indenizações foram pagas, sem que seja disponibilizado em sites do governo como Portal da Transparência ou Diário Oficial do Estado do Ceará o valor e documentos sobre a transação financeira. Em seguida, essas deixam o movimento de resistência e passam a ser um canal de diálogo entre as empreiteiras, interessadas na saída das famílias e as que serão atingidas. Como nos relata o Advogado Geovane Tavares⁷¹, que contribuiu com a comunidade em debates sobre o CAC,

O grande problema está na forma como eles estão executando essa obra, inclusive sem um plano de execução prévio e os moradores são pegos de surpresa por visitas de assistentes sociais e assinam documentos sem saber exatamente o que vai acontecer com eles. E essa insegurança é o que gera insatisfação e preocupação daqueles moradores: a violação do direito deles é fundamentalmente ligada ao direito da informação, de saber o que vai acontecer. E tem outra questão, que é uma questão política, que aquela obra está passando ali porque é mais barato e porque não prejudica pessoas do interesse político do governador, então isso é o grande problema dessa obra. Então, o grande desafio dos moradores é saber porque que é aqui efetivamente e como é possível fazer com que os impactos sejam o menos possível. (TAVARES, 2013).

Atualmente, o Baixio dos Oitis vive uma situação controversa no processo de conflito envolvendo o CAC e a estrutura fundiária da comunidade. O presidente da Associação dos Moradores do Baixio dos Oitis, José Salviano da Silva, é integrante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Crato – STTR, sendo delegado sindical. As pessoas da comunidade, no entanto, participam pouco das atividades políticas para debater o CAC promovidas pelo movimento Baixio Preocupado, não estando presentes nas reuniões de construção do Fórum Popular das Águas do Cariri. Entendemos que contribui para esse contexto a conflitualidade envolvendo o cotidiano de violência exercida pelo proprietário da terra e pela violação de direitos a partir das ações do Estado com poucas informações.

⁷¹ Em entrevista concedida ao Cariri TV UFCA. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=nK090EPqT3I>>. Acesso em 27.dez.2015

Bem como se soma a esse contexto de desarticulação a recente eleição do STTR, em que concorreram em chapas divergentes moradores do Baixio das Palmeiras, Baixio dos Oitis e Chapada do Baixio. Esse fato contribuiu para a divisão entre as entidades representativas das comunidades. A Associação dos Oitis, fundada em 2010, passou a agir de maneira independente e sem se fazer presente nas atividades mobilizadas pela Associação do Baixio das Palmeiras, criada no final da década de 1970. Fato que, somado à ausência das mobilizações de moradores que receberam indenizações, contribui para desarticulação do movimento.

O STTR, por sua vez, esteve presente nas atividades mobilizadas pela Associação do Baixio das Palmeiras quando cobrada sua participação. O atual Secretário Geral da entidade, Zilcélio Alves, afirmou, nas ocasiões em que esteve presente, ser favorável às obras do CAC e que o STTR não poderia participar de atos contrários à elas, entendendo ser uma controvérsia, uma vez que pessoas do Sindicato são favoráveis, restringindo a participação aos momentos de contestação a forma como o Estado vem executando, com pouco diálogo. Mesmo com esse pensamento, os articuladores do movimento Baixio Preocupado, que hoje estão construindo o Fórum Popular das Águas do Cariri, entendem como necessária a contribuição da entidade e realizam as reuniões do referido Fórum na sede do STTR.

Na comunidade Chapada do Baixio, duas casas serão diretamente atingidas pelo traçado desejado pelo Estado para realização do CAC. Na referida comunidade, a situação se assemelha à vivenciada pelo Baixio dos Oitis - serão atingidas diretamente as pessoas que vivem e trabalham nessas terras há décadas, mas não são proprietárias, tendo igualmente suas indenizações condicionadas ao reconhecimento da família proprietária da terra. As duas famílias vivem em um ambiente de intensa preocupação e desinformação. Receberam visitas que fizeram contagem das árvores frutíferas e a medição das residências. Como no Baixio dos Oitis, nessa comunidade, a família que detém escritura da terra proíbe os moradores de construírem casas de tijolo ou qualquer melhoria em suas residências. Relataram-nos, quando em campo, que, atualmente, são impedidas de cultivarem no entorno da casa que moram roças de feijão, milho e fava, dada circulação constante de criações pertencente à família proprietária.

A comunidade é dividida em dois núcleos, um aglomerado de cinco casas, onde moram familiares e onde foi construída uma capela que devota como padroeiro São José. Essas famílias camponesas são proprietárias de terras e não terão suas casas destruídas pela passagem do CAC. Ao redor desse pequeno aglomerado, de maneira

dispersa, os moradores vivem em regime de trabalho de parceria e acumulam benfeitorias no entorno das residências, fruto de décadas de trabalho.

Figuras 56 e 57 – Comunidade Chapada



Igreja da comunidade Chapada do Baixo. Crato.
Fonte: Foto capturada pelo autor.



Casa na comunidade Chapada do Baixo que será atingida diretamente pelo CAC.
Fonte: Foto capturada pelo autor.

Figuras 58 e 59 – Casa de moradores, Comunidade Chapada



Casa que será atingida pelo CAC na comunidade Chapada do Baixo.
Fonte: Foto capturada pelo autor.



Banheiro de uma das casas que serão atingidas pelo CAC na comunidade Chapada do Baixo. As famílias são impedidas de construir estruturas de tijolo.
Fonte: Foto capturada pelo autor.

O poeta Raimundo Oliveira, mais conhecido como Didi, que reside na comunidade Chapara do Baixo, será atingido na propriedade de sua família, que reside ao redor da pequena capela. Didi, poeta desde criança, tinha, na oralidade, sua principal expressão e forma de divulgar sua poesia, até quando aprendeu a ler, após aposentar-se e passou a escrever sua poesia, que tem muita relação com seu cotidiano e sua vida. No ano de 2012, fez um cordel amplamente divulgado na região do Cariri que expressa com

muita pertinência a angústia que passaram a viver as pessoas que vivem no Baixio, dada a preocupação com as obras do CAC. *O Baixio Preocupado*, epíteto de sua obra, passou a ser a expressão que identificava as articulações na região do Cariri contrárias ao CAC ou a forma como o Estado conduz a obra. Segue trecho do Cordel de Didi.

O Baixio Preocupado

O Distrito do Baixio
Nesta justa ocasião
vive um momento sombrio
não é exagero não
tem gente pisando em brasa
e o motivo e a causa
é a tal transposição.

Topógrafos, engenheiros
pesquisadores peões,
chegam aqui sorrateiros
sem nos darem explicações
botam marcos, fazem
entradas
e saem sem dizer nada
como se fossem chefões.

Invadem propriedades
derrubando plantas e mato
também fazem medições
pra sair tudo exato
não desviam construções
causando apreensão
num novo simples pacato

Sem informarem ao povo
sobre esta decisão
sempre aparecem de novo
fazendo observação
desculpas, se errei peço
se pra eles, isso é progresso
pra nós é destruição.
(...) Vai ser grande o prejuízo
pra toda a população
avaliar é preciso
pra saber quem tem razão
vamos lutar, sem preguiça
para que haja justiça
e não fiquemos na mão.

São tantos que se esforçaram
para um dia construir
agora que terminaram
vem o projeto surgir
sem saberem quase nada

se sentem de mão atadas
sem terem pra onde ir.
Além das nossas moradas
quem muitos teme perder
famílias são isoladas
pois a gente assim prevê
tudo nem a consciência
sem falar da violência
que pode acontecer.

Falamos em violência
é bem provável, pois não
nós ouvimos com frequência
no rádio televisão
que muitos trabalhadores
são bobos exploradores
em busca de diversão.

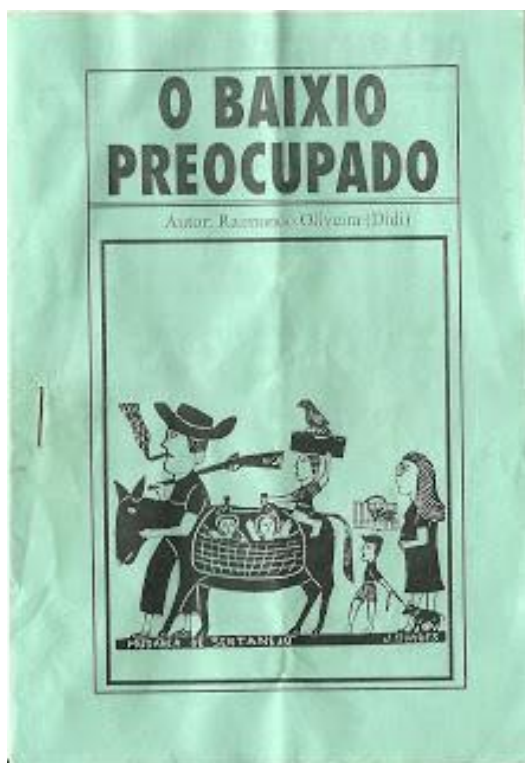
(...) Existe outro motivo
para preocupação
é que em nosso distrito
gerou grande produção
tem boas propriedades
e está entre as três cidades
maiores da região.

Sabendo que é provável
que após a construção
a equipe responsável
despertando a ambição
possa se interessar
e quere se infiltra
aqui em nossa rincão.

Que todas as autoridades
e o povo caririense
sintam a grande verdade
que a gente unida vence
com fé em Deus salvador
defendamos com ardor
aquilo que nos pertence.
(OLIVEIRA, 2012).

O Cordel *Baixio Preocupado* foi um dos principais símbolos da resistência das comunidades, teve circulação regional e contribuiu para que muitas pessoas ficassem sabendo da problemática que enfrentava as comunidades do Distrito do Baixio das Palmeiras.

Figuras 60 e 61 – Didi Poeta



Cordel O Baixio Preocupado. Autoria de Raimundo Oliveira (Didi).



Raimundo Oliveira (Didi). Poeta da Comunidade Chapada do Baixio. Fonte: Foto capturada pelo autor.

As comunidades do Distrito do Baixio das Palmeiras foram inicialmente as únicas a apresentarem resistência à construção do CAC e à forma como o Estado tem executado a obra. Outras comunidades, como Barro Branco na cidade de Barbalha, aceitaram as propostas de indenização e encontram-se em processo de remoção de suas moradias e espaços de cultivo para um espaço nas proximidades. Outras comunidades, como 10 de Abril, Monte Alverne, também na cidade do Crato, aceitaram indenizações.

As primeiras visitas às comunidades de técnicos contratados pelo Estado foram em 2010, quando realizavam estudos oficiais para obra, topógrafos, antropólogos, engenheiros, acompanhados de operário da construção civil, adentravam nas propriedades sem pedir

autorização e, quando solicitados esclarecimentos pelos donos das propriedades, diziam que estavam realizando demarcações para obras da transposição do Rio São Francisco.

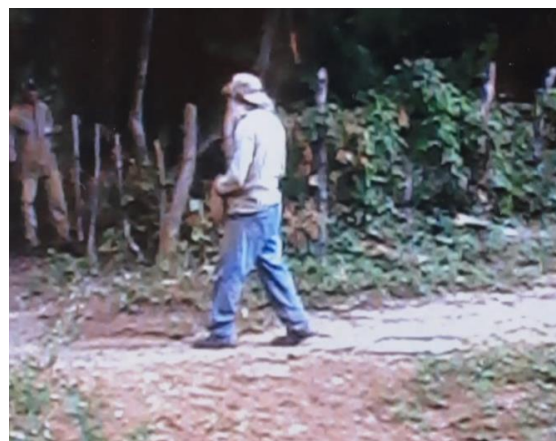
[...] Mas o [...] tempo foi passando. Aí, a gente ouviu mesmo os comentários; depois de um tempo, chegou a passar um povo aqui; diziam que eram de terra e tudo e pintavam de vermelho as cabeças das estacas e botavam uns letreiros. Ninguém sabia de nada, nem o que era aquilo, nem o que estava acontecendo. Por isso que a comunidade reagiu. Pegaram despreparados. Só pra tu ter uma ideia, quando começou a engrossar mesmo o caldo e que passaram ai, descia carro que nem esse aí. [se referindo a uma Hilux passando na estrada]. Agora, com vidro fumê; você não identificava. Pra mim, quem anda assim com vidro fumê e invade propriedade dos outros [...] fica pra bandido. Quando descia, fechava a porta daquele carro, não tinha crachá de nada pra identificar. Até que, uma vez, nós estávamos tudo na roça e mãe viu umas batidas ali pra cima e ficou pensando o que era, se nós estávamos todos no Baixio nas roças. “Quem é que está tirando lenha ali, perguntando ela”. Ora, já eram eles abrindo as ali nas matas e já vinham de longe com roçadeiras e tudo. Eram muito homens, ficava uma turma aqui, e 8, 10 lá na frente. E 8, 10 mais pra trás. E vinham arregaçando e ninguém sabia o que era. Rapaz,, o caba chega, ele pode saber muito bem que pode ter um cachorro brabo lá atrás ou uma armadilha e invadir assim. Dentro de nossa comunidade, aqui, com a pior das intenções. Aí, foi que a comunidade foi se ajuntando e disseram: “agora chegou nossa vez, vamos botar pressão também”. E perguntamos, “que vocês querem aqui?”. E eles disseram “não, é um rio que tá passando aqui”. Aí, nós tivemos quatro audiências grandes. Mas tudo procurado pela comunidade, não foram eles que vieram de lá pra cá marcando com a comunidade, não foram eles que vieram marcando [...] (VALDEMAR, 38 anos, 2015).

As invasões de propriedade por parte de técnicos contratados pelo Estado aumentaram no ano de 2012, quando os estudos técnicos para realização do CAC estavam feitos e aprovados, e as empreiteiras passaram a realizar marcações nos terrenos. Até então, nenhuma audiência pública havia sido realizada, nem tampouco as associações ou os próprios moradores comunicados oficialmente. Os técnicos passaram a utilizar maquinário para desmatamento, como registrado em fotos por moradores.

Figuras 62 e 63 – Invasões de propriedades



Invasão de propriedades realizada por técnicos contratados pelo Estado no Baixio das Palmeiras. Fonte: Acervo da Associação do Baixio das Palmeiras



Invasão de propriedades realizada por técnicos contratados pelo Estado no Baixio das Palmeiras. Fonte: Acervo da Associação do Baixio das Palmeiras

As primeiras articulações das comunidades foram provocadas pela indignação, dada a falta de informação sobre como era conduzido o processo, assim como pelo fato de o ambiente de preocupação algumas pessoas ter passado a adoecer, aumentando o sentimento de injustiça e revolta dos (as) moradores(as). Ao ser informada de que teria sua casa demolida pela passagem do canal, uma mulher, aflita, perdeu um filho que esperava, tendo que ficar por dias internada. Ainda, idosos passaram a ser hospitalizados com maior frequência, sendo constatado crescimento de hipertensão nas comunidades. Fatos que faziam com que famílias inteiras fossem para as reuniões e passassem a se posicionarem contra o CAC.

Em 2011, o GEA/URCA realizou uma visita à comunidade Baixio das Palmeiras, tendo sido na oportunidade estudantes e a Professora do Departamento de Geografia, Roberta Piancó, acompanhados por Raimundo, que, na época, participava das ações da Associação. Nessa ocasião, estudantes do GEA, também integrantes do CALIGEO, passaram a visitar as comunidades com mais frequência, gravaram um vídeo, Baixio Preocupado, com entrevistas de lideranças da comunidade, divulgaram nas redes sociais e o movimento passou a ter maior visibilidade.

Figuras 64 e 65 – Visita de integrantes do GEA ao Baixio das Palmeiras



Professora Roberta Piancó, de camisa branca, Raimundo de camisa verde, visitando a casa de Seu Zé Izídio.

Fonte: Foto capturada pelo autor.



Visita do GEA às comunidades.

Fonte: Foto capturada pelo autor.

Ainda nesse ano, as comunidades passaram a construir o Seminário das Comunidades do Baixio das Palmeiras, com proposta de ser realizado anualmente, envolvendo as comunidades do Distrito e outras convidadas como Chico Gomes, 10 de Abril, Monte Alverne, Barro Branco, Barro Vermelho, entre outras e entidades como GEA/URCA, STTR,

ACB, PAJE. Ao final de cada Seminário, era redigida uma carta e organizados encaminhamento a serem construídos pelas entidades presentes.

Desde o ano de 2011 o movimento se torna mais coeso e tem como principal instituição articuladora a Associação Rural dos Moradores do Baixio das Palmeiras e como entidades apoiadoras PAJE, CALIGEO, GEA, ACB, Cáritas. Timidamente, o movimento ia congregando pessoas e construindo atos e encontros na sede do município e nas comunidades. As principais lideranças do movimento são José Cícero Braz, mais conhecido como Zé de Teta, agricultor, organizador da casa de sementes crioulas do Distrito e realiza atividades que complementam sua renda como pedreiro; Assis Santos, presidente da Associação, agricultor aposentado, fundador do STTR/Crato e integrante da Federação dos Trabalhadores Rurais do Cará – FETRAECE; Francisco Wlirian Nobre, mais conhecido com Liro, professor de Geografia, tendo feito graduação na URCA, cursa mestrado na UFCA, autor de livro sobre o Baixio, reside na comunidade com a esposa Mikaele Nobre e seu filho Gabriel nas imediações da casa de seu pai Willian Nobre; José Cesar Gomes, técnico da COELCE aposentado, residente na comunidade Baixio do Muquém, sua família é proprietária de terra e possui um aviamento (casa de farinha) que foi doada à comunidade e é tida como um patrimônio (uma vez por ano, no mês de julho, moradores se reúnem para fazer farinha, dançar maneira pau e rememorar os tempo de grande produção de farinha e goma do Baixio); Cristina Ferreira Nobre, professora de Geografia da Escola Rosa Ferreira no Baixio do Muquém, reside nas Palmeiras e tem somado de maneira singular na articulação das atividades da escola com as do movimento. Muitos outros moradores da comunidade participam das reuniões, atividades políticas e judiciais envolvendo o CAC, no entanto, os citados articulam e mobilizam as entidades.

Eu sou Zé Cícero, conhecido por Zé de Teta, 46 anos. 46 anos que moro nesse lugar, nasci e me criei. Sou descendente de uma família alagoana e pernambucana também. Essa família mora aqui desde 1914, tem dos mais velhos, que é minha tia, que hoje se vê em uma cama por conta do CAC (ao saber dessa história, ela se preocupou com duas filhas que tem em casa, em deixá-las sem saber para onde vão, a questão dessa obra que está prestes a passar aqui, e ela teve um AVC, e hoje se encontra bem dizer vegetando em cima de uma cama). [...] A gente se sente como uma formiguinha perante os elefantes, porque nosso país eles só pensam em lucrar, lucrar e não importa por cima de quem tá passando, de pessoas, de histórias como aqui histórias rurais, histórias de famílias, histórias de vizinhanças, que isso pode ser extinto, né?! [...] A gente vê com essas obras faraônicas do governo o desalento às comunidades e às famílias que de pouco poder aquisitivo. Mas, enquanto associação, a gente vem desenvolvendo uma luta desde 2010, na qual a gente quer dialogar com o governo, discutir o projeto, ver a melhor maneira para a comunidade, digamos, que nós não somos contra a obra e sim a forma como o governo implanta essas obras nas comunidades menos favorecidas e desinformadas. Você ainda analisa essas obras, todas se encaixam: o Cinturão das Águas, a Região Metropolitana, o Aterro

Sanitário, a construção do CEASA, agora, por último, a aquisição da usina Manoel Costa Filho - segundo dizem, é pra funcionar em 2015. Isso tudo a gente ver que não é em benefício do pequeno, porque o pequeno tem outras alternativas, tem a agricultura familiar, que não tem assistência, não tem. [...] Usam do assistencialismo apenas para se beneficiar politicamente, quando poderiam estar instruindo o pessoal a estar produzindo, viver da agricultura familiar, não empurrar uma grande obra dessa. Hoje nós estamos nos sentindo como cobaias - dos 151 km do trecho por onde esse canal vai passar, os primeiros serão aqui. (ZÉ CÍCERO BRAZ, 49 ANOS).

Cristina Ferreira Nobre, professora de Geografia da comunidade, vem desempenhando atividades educativas que envolvem as problemáticas enfrentadas pelas comunidades. Pautando em feiras de ciências, aulas e atividades de campo os danos que o CAC pode provocar no Distrito Baixio das Palmeiras.

Depois de a gente estar buscando informações é que a gente soube, de fato, que realmente o projeto vai passar pela comunidade, vai desapropriar muitas pessoas e que vai ser perdida muita coisa, tanto na questão ambiental, quando na própria história. Então, é a nossa história que está sendo colocada em risco. A ideia era que o governo olhasse mais para as pequenas propriedades, para os pequenos agricultores, e, infelizmente, a gente sabe que essa água do Cinturão das Águas, da Transposição, ela não vai beneficiar o pequeno, o pequeno agricultor. (CRISTINA FERREIRA NOBRE, 2015).

Wlirian Nobre, além de integrante do movimento, professor de Geografia, nos últimos anos, vem se dedicando à pesquisa e utilizando-a como ferramenta de luta e resistência da comunidade. Lançou em 2015 o livro **Baixio das Palmeiras: Apontamentos geográficos e historiográficos**, um dos principais símbolos do movimento. Uma obra riquíssima, que coloca em evidência aspectos do cotidiano da vida camponesa no Baixio, além de ser um contraponto ao estudo antropológico elaborado pela Fundação Casa Grande, financiado pela VBA. Mais recentemente, Liro, como é conhecido, cursa mestrado na Universidade Federal do Cariri – UFCA e pesquisa os danos do CAC nas comunidades do Baixio das Palmeiras.

A gente sabe é que existe um Projeto Básico que a gente ainda não tomou conhecimento e nesse consta que existiriam quatro traçados para esse Cinturão das águas e a gente precisaria ter acesso a essas informações, porque vai passar aqui, será se é porque é um distrito com pessoas que vivem em pequenas propriedades, pessoas pobres, agricultores. [...] O mais grave ainda é você ter que ouvir um discurso de que a obra [...] vai passar e que não tem alternativa. (WLIRIAN NOBRE, 2015).

Em abril de 2012, com a realização do Fórum Araripense de Combate à Desertificação no Baixio das Palmeiras, na sede da Associação, mais pessoas tomaram conhecimento das invasões de propriedade que vinham ocorrendo nas comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras e passaram a se solidarizar com o movimento em defesa das comunidades.

Nesse período o movimento lançou um panfleto expondo o ambiente de conflitualidade que viviam na ocasião as comunidades. O primeiro com o título ‘Transposição Chega ao Distrito Baixio’ das Palmeiras e traz no texto críticas contundentes às obras,

Nesses últimos dias, o movimento nas comunidades do distrito de Baixio das Palmeiras tem aumentado. Engenheiros, topógrafos, pesquisadores e trabalhadores em geral, simplesmente invadem propriedades, fazem medições, roçam as matas e estudam os solos. Muitos deles não se identificam e dizem que são as obras da Transposição das Águas do Rio São Francisco que estão prestes a começar. (...) Sem saber de nada, a população do Distrito está assustada, não se sabe o local exato aonde o cana vai passar ou quem será removido. O fato é que direta ou indiretamente todos serão atingidos. Além da desapropriação de muitas propriedades a vida de milhares de trabalhadores será um foco de conflito, é possível ter um aumento da violência, uso de drogas e prostituição. Será o fim da tranquilidade e da privacidade nas comunidades devido ao trânsito de máquinas e equipamentos, haverá também o aumento de emissão de poeira durante a construção, barulho, especulação imobiliária ao longo dos canais, migração, desaparecerá antigas formas de trabalho, surgirão novas somente durante as obras, enfim, a população ficará dividida e o modo de vida e os laços comunitários serão afetados trazendo mazelas sociais. [...] Sabemos que a transposição é uma falsa solução pra o problema da falta de água no Nordeste brasileiro, ela não foi pensada prioritariamente para matar a sede do pequeno agricultor. Iniciada em 2007, o custo da obra já pulou de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 8,2 bilhões e é destinada principalmente à irrigação, à carcinocultura e ao Porto do Pecém. (ASSOCIAÇÃO RURAL DO BAIXIO DAS PALMEIRAS, 2012).

Nesse período, o Estado lança um folder com informações sobre o CAC, que fica disponível à distribuição nos órgãos estaduais. Pode ser considerado o primeiro informativo público sobre a obra. Com informações apresentadas no EIA-RIMA, expõe a problemática da seca no Ceará e anuncia o CAC como solução do *déficit* hídrico que vive o Ceará.

No ano de 2012, as principais estratégias de enfrentamento à obra realizada pelo movimento foram a divulgação em eventos da região, as entrevistas em canais de rádio e televisão, bem como a apresentação de denúncias no Ministério Público Federal, Procuradoria da República Polo Juazeiro do Norte Iguatu. Alguns moradores protocolaram na instituição repetidas denúncias contra a VBA, empresa executora do estudo e do processo de desapropriação e contra o Estado.

Um dos principais resultados dessas denúncias foi uma Audiência Pública realizada pelo Ministério Público para discutir situação relatada na representação subscrita pelos membros da Associação Rural dos Moradores do Baixio das Palmeiras relatando inconvenientes do projeto do Cinturão das Águas. A reunião foi presidida pelo Promotor de Justiça do Juizado Especial do Crato. Estiveram presentes Dra. Mônica Holanda Freitas, Coordenadora de Infraestrutura da SRH – COINFRA, Sâmia Pinto, engenheira civil da VBA, Jacira Matos Vieira, assistente social VBA, Francisco Wirilian Nobre, Valdemar de Sousa

Vieira, José Cícero Braz e José Lira Neto e grande número de populares interessados em tomar conhecimento sobre o assunto e as deliberações.

Na ocasião, os moradores da comunidade expuseram suas indignações com a forma como vêm sendo conduzidas as obras do CAC. As representantes da VBA e do Estado explicaram os procedimentos de construção da obra hídrica. A Associação Rural do Baixo das Palmeiras apresentou quinze solicitações referentes à execução das obras do Cinturão das Águas, sobre as quais, segundo o documento, “houve o reconhecimento da justeza e razoabilidade dos pleitos, comprometendo-se a observar todas as solicitações, informando ainda que haverá uma supervisão das obras, inclusive disponibilizando um setor de ouvidoria para as reclamações”.

Esses são os pontos⁷² apresentados pela Associação como exigência para continuidade das obras hídricas nas comunidades:

- Avisar com antecedência as lideranças e/ou moradores do distrito todo o procedimento referente à execução da obra com informações detalhadas;
- Identificação dos funcionários e respeito às famílias;
- Desviar o canal de áreas residenciais;
- Em caso de deslocar moradores, providenciar alocação próxima;
- Reduzir ao máximo a largura do canal, de preferência ser fechado;
- Cronograma da obra com uma previsão de início e fim;
- Horário de trabalhos definidos respeitando horários de repouso;
- Responsabilizar a construtora pela obra em caso de acidente e incidentes que porventura que aconteçam com moradores/as;
- Atenção espacial na construção do canal em passagem aos riachos das comunidades;
- Evitar tráfego de veículos grandes da construtora pelas estradas do distrito;
- Evitar explosão de pedras durante as obras, caso ocorra avisar com antecedência, responsabilizando a construtora por qualquer dano material nas residências;
- Evitar que canteiros de obra sejam no distrito, bem como a alocação de trabalhadores;
- Acessos aos dois lados da propriedade cortada pelo eixo central do canal;
- Sinalização e construção de passarela onde for necessário;
- Indenização justa em tempo hábil.

Os pontos foram descumpridos pelos executores da obra e pelo Estado e as denúncias continuaram alegando violações graves de direitos. O Estado passou a adotar postura

⁷² Fonte: Acervo da Associação Rural do Baixo das Palmeiras.

diferenciada: reduziu as visitas no Baixio das Palmeiras e modificou o andamento de execução do CAC. As comunidades do Baixio das Palmeiras que apresentaram resistência foram retiradas temporariamente do cronograma de obras e os trabalhos reiniciaram no final do trecho 01, com a construção de túneis e sifões. Somente algumas residências individualmente foram visitadas pela construtora, descumprindo os acordos previstos na audiência. Três famílias do Baixio das Palmeiras que integravam o processo de resistência contra a obra cederam às investidas do Estado e receberam em tempo hábil indenizações.

Os trâmites para essas ações foram mantidos em sigilo, como informado pela SRH em Audiência Pública, alegando que esse fato zelaria pela segurança dos beneficiários, mas descumprindo a exigência de transparência na atuação do Estado. As famílias que receberam indenização passaram a não frequentar as reuniões e se tornaram um canal de diálogo entre moradores tentados por receber indenização, a VBA e o Estado.

O movimento também mudou de estratégia entendeu que a mudança de cronograma por parte da empresa e do Estado foi resultado da mobilização política das comunidades, percebeu também que a obra ganhou aceitação entre a população, mediante o discurso das secas propagado pelo Estado e que a luta e a resistência deveriam enveredar pela soberania das comunidades tradicionais do Cariri frente aos grandes projetos de integração hídrica.

Nos discursos das lideranças, o enfrentamento passou a expor as irregularidades da obra e os danos causados de maneira ilegítima nas comunidades. As denúncias aumentaram, as invasões de propriedades diminuíram e o ano de 2013 foi o de mais dinâmico na construção o movimento.

No início de 2013, o CALIGEO na URCA passou a ser sede das reuniões do movimento, onde periodicamente se reuniam integrantes dessa entidade, da Associação dos Moradores do Baixio das Palmeiras, do Programa de Assistência Jurídica Estudantil – PAJE, do GEA, da ACB. Ao todo, cerca de dez encontros nos finais de tarde encaminharam importantes ações do movimento. Aos finais de semana, principalmente nos domingos, os encontros eram na sede da Associação no Baixio das Palmeiras, que se estendiam por horas nos alpendres da casa de Liro, distraídas conversas que entravam nas madrugadas.

Uma entidade que nesse período foi muito importante para o movimento foi a AGB seção Fortaleza, mediante contribuição de dois pesquisadores em Geografia que trabalhavam no Cariri nesse período, Priscila e Rodrigo, militantes de movimentos de esquerda articularam entidades em Fortaleza que acompanham comunidades atingidas por grandes projetos. A AGB além de contribuir financeiramente com atividades de integração dessas comunidades

lançou documento em apoio às comunidades. Integrantes do GEA eram assíduos nesses encontros, principalmente Gustavo Ramos⁷³, Ohana Pajeú e Patrícia Alencar, as duas últimas eram também gestão do CALIGEO nesse período, pelo PAJE Danielle Clemente, advogada passou a assessorar as lideranças do movimento e contribuir com as atividades políticas, Antônio Rodrigues, hoje integrante da ACB, jornalista, assessora o movimento em comunicação social.

Provocadas por essa articulação, o morador da comunidade Trilha do Senhor, Manuel Quelé, da cidade de Fortaleza, nas imediações do Bairro Aldeota, visitou a Comunidade Baixio das Palmeiras, veio a convite de Rodrigo, com auxílio da AGB Seção Fortaleza, socializar as estratégias de luta do Movimento de Luta em Defesa da Moradia – MLDM (articulação questiona a expansão do VLT na capital cearense e os impactos causados nas comunidades pobres). Ainda em 2013, Zé de Teta retribuiu a visita, indo à capital do Estado e participando de atividades na referida comunidade. Na ocasião, visitou casas ameaçadas pelo projeto e dialogou em reuniões do MLDM.

Zé de Teta participou ainda de atividades na UFC, no curso de Geografia, ainda, nesses quatro dias que permaneceu na capital cearense, esteve na sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Solicitou que o órgão federal estivesse nas comunidades do Distrito e realizasse estudo arqueológico, alegando esse que existem nelas registros arqueológicos e a ocorrência expressiva de fósseis. O estudo foi realizado com acompanhamento de Zé de Teta nas comunidades. Os pesquisadores constataram a presença de Sítio Arqueológico nas comunidades de Lagoa Encantada e Sítio Taquari, ambas serão afetadas pelo CAC, bem como, segundo o referido morador: “Nesse mesmo estudo os pesquisadores levaram artefatos indígenas da comunidade”. O estudo não serviu de base para questionamento do EIA-RIMA do CAC pelo fato do IPHAN não o publicar.

Nesse período, com mais frequência, pessoas passaram a visitar as comunidades e se solidarizar com as mobilizações. Merece destaque a visita de estudantes de ensino médio da Escola Estadual José Alves de Figueiredo, localizada no Bairro Vila Alta, município do Crato – ocasião em que realizaram uma pesquisa orientada pelo professor de Geografia da escola que foi apresentada na Feira de Ciência da referida escola, constataram os seguintes dados:

Em pesquisa de campo com 50 moradores, os estudantes do terceiro ano do ensino médio constataram que 86% dos moradores são contrários à obra [CAC]. De acordo com a pesquisa, 96% dos moradores não têm problemas com escassez ou má

⁷³ “Gustavo e Danielle desenvolveram um projeto pedagógico com os alunos da Escola Rosa Ferreira de Macêdo que consistia em construir Câmeras fotográficas com latas de alumínio.” (NOBRE, 2015 p. 132).

qualidade de água, 98% afirmaram que não foram consultados e 77% se dizem surpresos com a construção do canal e que não foram devidamente notificados. Dentre as preocupações dos moradores, a maioria teme um aumento considerável do uso de drogas pelos jovens das comunidades com aumento do fluxo de pessoas e aquecimento da economia da comunidade. 78% dos moradores apontam que a obra causará grandes impactos com desmatamento em áreas nativas, assoreamento de riachos, extinção de espécies de animais, poluição sonora durante a execução, comprometimento do lençol freático em caso de contaminação com combustível, entre outros. 93% também acreditam que essa água somente beneficiará a agricultura do agronegócio. 88% destacam que o valor da indenização não será justo e 97% apontam que preferem permanecer no seu lugar. 78% afirma que a obra alterará as tradições culturais e o cotidiano da população. (NOBRE, 2015 p. 133).

Outro grupo que visitou as comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras, que contribuiu com a divulgação das violações de direitos e dos conflitos que ocorrem, foi coordenado pelo Projeto Percursos Urbanos, em janeiro de 2013. O Percursos Urbanos consiste em um projeto de extensão do curso de Jornalismo da UFCA, em parceria com o BNB, que elege roteiros mensais com temáticas pertinentes à região. Nessa ocasião, mediu o percurso a integrante do GEA, Hilda Daniel, e o debate promovido questionou a ideia de Cariri oásis, trazendo como argumento as estratégias de apropriação das terras/águas na região.

Figuras 66 e 67 – Projeto Percursos Urbanos Cariri



Hilda Daniel, integrante do GEA realizando debate com os participantes do Projeto Percursos Urbanos. FONTE: PERCURSOS URBANOS UFC, 2013



Projeto Percursos Urbanos Cariri, na sede da Associação Rural dos Moradores do Baixio das Palmeiras. FONTE: PERCURSOS URBANOS UFC, 2013

Em abril de 2013, foi realizada, na quadra da Escola Rosa Ferreira, no Baixio do Muquém, uma grande reunião, que contou com a presença de 176 pessoas entre moradores das comunidades, representantes de entidades que contribuem com o movimento e do Estado, como Mônica Holanda, Ramon Rodrigues, ambos da SRH, Souza Neto, da VBA e do

Ministério Público Federal. Nessa ocasião, era latente o discurso contrário à obra. Debateram-se os pontos exigidos pela comunidade para realização da obra, quando, novamente, os representantes do Estado se comprometeram a cumpri-los.

Após essa reunião sobre a justificativa de zelar pelo dinheiro público investido no CAC e dando prosseguimento às denúncias feitas por moradores do Baixio, o Ministério Público Federal celebra com a Secretaria de Recursos Hídricos um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Assinado pelo Promotor da República, Rafael Ribeiro Rayol, e pelo Secretário Cesar Augusto Pinheiro, o documento determina por parte da SRH o cumprimento de 09 exigências para a continuidade das obras, dentre as quais,

I – Todas as informações técnicas e gerenciais da SRH, relativas às obras de construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – Trecho I – Jati-Cariús, serão previamente submetidas à apreciação do Ministério Público Federal. (...) VII Configurando o não atendimento, total ou parcial, dos compromissos encerrados nas cláusulas desse Termo de Ajustamento de Conduta, por omissão e/ou descumprimento de recomendação do Ministério Público Federal, sujeitam-se os representantes da SRH a uma correção de natureza jurisdicional, com repercussão civil, administrativa e/ou criminais. (TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 003/2013/JN/CE).

O Ministério Público solicita toda documentação, nesse momento, para SRH por suspeitar que a Legislação Ambiental estava sendo descumprida, com a realização do CAC, na medida em que o a obra passa por dentro de uma APA, fato constatado pelo órgão.

Em razão da continuidade das invasões de propriedade e dos desacordos por parte das instituições do Estado e da VBA, foi protocolado no Ministério Público Federal duas denúncias no dia 09 de maio de 2013. Uma delas por José da Anunciação Lira Neto, morador que teve importante atuação no movimento antes de receber indenização, tendo sido um dos primeiros das comunidades a ser contemplado. Segundo, o Processo Administrativo nº 1.15.002.000294/2012-12, já que o autor teve, por três vezes, a sua propriedade invadida por pessoas não identificadas que realizaram medições e coleta de material para pesquisa, mesmo sendo desautorizados pelo referido morador. O documento aponta, ainda, que, na terceira invasão de suas terras, três homens não identificados, provavelmente representantes da VBA, disseram ter autorização do presidente da Associação Assis Santos para essas atividades, mostrando para o morador assinatura respectiva. José Lira, além de negar a entrada dos suspeitos, certificou-se com Assis Santos sobre a informação de autorização, a qual foi totalmente desmentida, negando-se ter assinado qualquer documento que autorizasse os representantes da VBA. Ainda segundo a petição, em uma quarta visita, os representantes

ameaçaram chamar a polícia para entrarem na propriedade para realizarem o estudo, que, frente à essa ameaça, tiveram acesso liberado pelo morador.

Em outra denúncia registrada no MPF (Processo Administrativo nº 1.15.002.000294/2012-12), pelo Secretário da Associação Rural do Baixio das Palmeiras, Francisco Wlirian Nobre afirmou que Jacira Maria Vieira, assistente social contratada pela VBA, rondava a comunidade solicitando assinatura dos moradores, afirmando que a sua finalidade seria para autorizar a entrada para realização de pesquisa nas propriedades, quando, na realidade, as assinaturas eram realizadas em documentos que autorizavam a abertura do processo de indenização, estando o(a) morador(a) de acordo.

Essas graves denúncias feitas ao MPF fizeram com que o Procurador Rafael Ribeiro Rayol solicitasse em ofício nº 0965/2012 PRM/JN/CE e nº 0697/2013/PRM/JN/CE ao Subprocurador Geral da República, Mário José Gisi, em Brasília, autorização para acompanhar a execução das obras do CAC, argumentando que esse percorre importante área de floresta úmida, protegida pela FLONA Araripe, e por se tratar de uma área com um dos maiores patrimônios fossilíferos do mundo. Argumentou, ainda, o Promotor, que a obra prevê em seu trecho 01 o investimento de vultosa quantia, referindo-se a mais um bilhão de reais.

Tendo concedida autorização, exigiu do Secretário de Recursos Hídricos, César Augusto Pinheiro, solicitou no prazo de dez dias úteis que,

a) encaminhe, em mídia digital, cópia dos Projetos Básico e Executivo da obra relativo do Projeto Cinturão das Águas do Ceará – CAC; b) encaminhe cópia das propostas de implantação do projeto em comento, apresentadas à população afetada, foram uma vez que, segundo informações de representantes da Comunidade Baixio das Palmeiras, foram apresentadas cinco propostas, tendo uma delas sendo aprovadas, contudo, sem a participação de referida comunidade na discussão e escolha; e c) informe de que forma estão sendo divulgadas as audiências públicas relativas à implantação de mencionado projeto nas comunidades envolvidas. (OFÍCIO Nº 0963/2013/PRM/JN/CE, MAIO DE 2013).

Vale ressaltar que, até esse momento, nenhuma audiência pública tinha sido realizada, fato que compromete legalmente a realização do projeto, e que as comunidades afetadas não foram notificadas oficialmente, nem tampouco lhes foi disponibilizado qualquer estudo referente à obra. As comunidades do Baixio das Palmeiras apresentaram resistência à realização do CAC e vivem em graves contextos de violação de direitos. Imaginemos como o processo de desapropriação e andamento das obras ocorreu em comunidades que não resistiram a esse processo.

O Estado, via SRH, enviou para a comunidade os Estudos de Impactos Ambientais e os Relatórios de Impactos Ambientais referentes ao CAC, como exigidos pelo Promotor Rafael Rayol. Encaminhou também os cinco traçados estudados para passagem da obra, mas descumpriu a exigência do Ministério Público Federal e não enviou para as comunidades os Projeto Básico e Executivo pertinentes.

Em reunião na Defensoria Pública do Município do Crato, no dia 01/10/2013, moradores das comunidades exigiram a saída da VBA das negociações, bem como a mudança da equipe da SRH que atua diretamente no Baixio das Palmeiras. Denúncias feitas por Valdemar de Souza Silva (Dema) de violação de propriedade e ameaça aos moradores fizeram com que o Estado acatasse a exigência das comunidades.

Ainda em maio de 2013, foi realizado no Crato o XIII Encontro Regional de Agroecologia – ERA, com o tema: A juventude do campo e da cidade: semeando a transformação que sonhamos, entre os dias 1º e 5, no Instituto de Federal de Educação do Ceará – IFCE. O XIII ERA foi organizado pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, coordenado por estudantes de agronomia da UFCA, contou com participação de entidades como MST, MAB, MPA, Via Campesina, ACB, GRUNEC e Cáritas Diocesana de Crato. O evento oportunizou um importante diálogo sobre duas grandes obras que estão sendo realizadas na região do Cariri, o CAC e o Aterro Sanitário, que afetam comunidades camponesas da região, principalmente as comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras, no Crato, e Sítio Gravatá em Caririaçu. Os organizadores do evento articularam um protesto pelas ruas do Crato, com participação de moradores das comunidades, estudantes da UFCA e URCA, bem como entidades que atuam no campo na região do Cariri. O ato político aconteceu no dia 04 de maio, com saída no bairro Seminário, percorrendo importantes ruas da cidade em um sábado povoado. Fizeram falas durante o percurso, distribuíram panfletos e fizeram grafites nas ruas do centro do Crato.

Figura 68 – Manifestação pelas ruas do Crato



Ato organizado pelos estudantes de agronomia da UFCA. Bairro Seminário.
Foto: Acervo da Associação Rural do Baixo das Palmeiras.

O ato encerrou na Praça de Sé com atividades culturais e falas de moradores das comunidades atingidas pelos projetos e de estudantes que organizaram o evento. O grafite feito nessa ocasião reproduz uma frase que é um dos símbolos do movimento “Somos Todos Baixo das Palmeiras”. Além dessa frase, foi grafitada nas ruas do centro a afirmativa “Agrotóxico mata”.

Figura 69 – Grafite no centro do Crato



Grafite na Rua Dr. João Pessoa, que expressa apoio à luta das comunidades atingidas pelo CAC.
Fonte: Foto capturada pelo autor.

No panfleto elaborado pela Associação Rural dos Moradores do Baixio das Palmeiras, foram feitas críticas aos Governos do PT e ao PAC. Na oportunidade, a entidade se solidariza com outras comunidades afetadas por grandes projetos.

Com uma política pseudo-desenvolvimentista, de caráter segregador e excludente para com as populações pobres, o governo tem anunciado grandes obras previstas no pacote federal do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, como a Transposição do Rio São Francisco, à qual, aliás, estamos resistindo, bem como inúmeras outras relativas do turismo. [...]. Desde o anúncio da copa do mundo de futebol de 2014, o Brasil vive um clima de terror, principalmente nas comunidades pobres das grandes capitais que sofrem o pavor do anúncio de seus despejos para grandes obras, em áreas justamente de grande interesse imobiliários. Em Fortaleza temos notícias de resistência das comunidades dos Trilhos contra os despejos para construção de um VLT, construindo um momento de luta auto-organizado pela própria comunidade, como o Movimento de luta em defesa da moradia – MLDM. (PANFLETO DISTRIBUÍDO PELA ASSOCIAÇÃO RURAL DO DISTRITO BAIXIO DAS PALMEIRAS, 2013).

Concomitante à essa mobilização, um grupo de moradores decidiu por conta própria realizar reuniões na Escola Rosa Ferreira e autorizar a entrada de contratados da VBA para realizarem estudos. Com o avançar de diálogos, um grupo de três famílias recebem indenizações e passam a derrubar suas casas e construir em outros locais, tendo adquirido terreno com recurso recebido referente à indenização.

Resultado desse processo: no dia primeiro de maio de 2014, o agricultor aposentado José Francisco Feitosa, conhecido como Seu Zé de Dona Moça, casado com Maria Miguel Feitosa, faleceu esmagado por uma das paredes de sua residência que estava sendo demolida para aproveitamento de material para construção da nova. O ocorrido enlutou as comunidades e ampliou o sentimento de recusa com o CAC. Os moradores consideram Seu Zé como vítima da obra.

As visitas permaneceram no primeiro semestre de 2013; agora, os representantes da VBA passaram a questionar a propriedade dos moradores do Baixio, alegando que esses não possuíam título que a reconhecesse, ampliando o ambiente de ameaças e pressionando os moradores a aceitarem as propostas de indenizações. A Associação, orientada pela advogada Danielle Clemente, sugeriu aos associados que não disponibilizassem nenhum documento que comprove posse das terras, dado o fato de não serem obrigados. Como resposta à recusa, os técnicos da SRH ameaçavam a saída dos moradores das suas casas sem indenização.

Para garantir que nas visitas realizadas pela SRH e VBA os moradores não fossem ameaçados, todas as pesquisas topográficas ou visitas em residências foram acompanhadas por Zé de Teta, que lia os documentos antes de serem entregues aos moradores e orientava

que esses assinassem somente papéis referentes à autorização de entrada em suas casas e propriedades

Acatando a solicitação dos moradores do Baixo das Palmeiras, o Vereador Marquim do Povão convoca o poder legislativo do município do Crato para uma Audiência Pública para debater os impactos do CAC nas comunidades. A SRH, SEMACE e VBA não atenderam à solicitação do referido legislador. Estiveram presentes os vereadores Amadeu de Freitas, Bebeto, Guri, Expedito Anselmo, Fernando Brasil, Thiago Esmeraldo e Paulo de Tasso. Novamente, uma Audiência Pública só ocorre por solicitação das comunidades e, dessa vez, o Estado se omitiu. Vale ressaltar que na reunião de abril de 2013 o Estado considera como audiência pública, também realizada por exigência do movimento, não contando com participação de nenhum vereador. A ausência de audiências públicas torna a obra irregular.

No mês de julho de 2013, acontecia no Crato a 62ª EXPOCRATO, uma tradicional feira agropecuária que congrega empresários, políticos e populares do Nordeste e de outros Estados do país. Um momento de efervescência e movimento na região do Cariri, que teve atividades comerciais e culturais, uma vitrine onde são expostas marcas ligadas à produção agropecuária e demais setores da economia. Nessa ocasião, os movimentos sociais do Cariri convocaram a população para um protesto com duas pautas principais: os impactos do CAC nas comunidades do Cariri e o machismo, pautado pela Marcha das Vadias Cariri.

Ao entrarem no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, no dia 14 de julho, durante a abertura do evento, que contava com participação do então governador do Estado, Cid Gomes, e Secretários do Governo, os(as) manifestantes foram surpreendidos(as) com o aumento do volume do som – tática da organização do evento para que os(as) presentes não ouvissem as palavras de ordem do protesto que ocorria na ocasião.

A manifestação percorreu todo o parque com instrumentos musicais, palavras de repúdio ao machismo e ao CAC. A repercussão em jornais, blogs e sites de notícias fez com que se noticiassem mais visões contrárias ao projeto na mídia. Durante o ato, integrantes da Associação Rural do Baixo das Palmeiras distribuíram panfleto explicativo do movimento.

Figura 70 – Protesto na Expocrato 2013



Da esquerda para a direita, segurando a faixa: Zé Cícero (Zé de Teta), sua esposa Maria, Leomar de Souza, Didi Poeta e Verônica Neves (GRUNEC).
Fonte: Acerto da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.

Nesse período, o Governo do Estado lança um folder explicativo do CAC contendo informações básicas sobre o projeto, buscando agregar positivities, não abordando a temática dos danos causados nas comunidades. Trazendo na capa um homem com sorriso largo, chapéu de palha, aparentemente agricultor, rodeado de frutas, sugerindo satisfação, o folder traz, ainda, o nome CAC e dois subtítulos afirmativos: **Mais água para o Ceará** e **Mais desenvolvimento para o Ceará**. Duas premissas que constroem a noção de certeza e necessidade do projeto.

Em agosto de 2013, uma atividade convocada pela Rede Nacional de Advogados Populares na cidade de Juazeiro do Norte colocou novamente o tema do CAC e do Aterro Sanitário em debate. O chamado Julgamento Popular fez em ato simbólico a condenação das obras do CAC e das instituições que estão invadindo as propriedades camponesas e ameaçando de despejo as famílias do Baixio. A atividade antecedeu o lançamento do Fórum de Justiça no Cariri, no dia 31 do mesmo mês, uma articulação de advogados populares que realizam debates e ações jurídicas. O Julgamento Popular encerrou com uma passeata pela Rua São Pedro (principal rua do centro da cidade), da qual participaram estudantes da Escola Rosa Ferreira do Baixio do Muquém, moradores da comunidade Gravará, atingida pelas pretensões de construção de aterro sanitário na cidade de Caririaguá e representantes das entidades que compõem o Fórum Justiça.

Figuras 73, 74, 75 e 76 – Protesto na Rua São Pedro Juazeiro do Norte



Wlirian Nobre (Professor de Geografia) e estudantes da Escola Rosa Ferreira em protesto. Agosto de 2013. Fotos: Acervo da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.



Protesto na Rua São Pedro. Agosto de 2013. Fotos: Acervo da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.



Protesto na Rua São Pedro. Agosto de 2013. Fotos: Acervo da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.



Protesto na rua São Pedro. Agosto de 2013. Fotos: Acervo da Associação Rural do Baixio das Palmeiras.

Ainda em agosto de 2013, o movimento organizou no Baixio das Palmeiras a I Tertúlia do Baixio. Na noite do dia 10 do referido mês, moradores do Distrito reuniram-se nas

imediações da sede da Associação, acompanharam o lançamento do Curta Baixio Preocupado, feito pelo Coletivo Nigéria, e do Cordel do Poeta Didi da Chapada do Baixio. Foi uma noite de celebração à articulação que constrói o movimento e um momento de interação entre os moradores do Baixio e pessoas que não residem nas comunidades, mas contribuem com a sua luta.

Em 2013, motivadas pelos debates de gênero que vinham ocorrendo nos momentos políticos proporcionados pelo movimento e em resposta a posturas machistas de lideranças da Associação Rural do Baixio das Palmeiras, as mulheres das comunidades lançaram o Movimento de Mulheres do Baixio das Palmeiras. Isso foi entendido, inicialmente, como uma cisão dentro do movimento e acabou oportunizando a participação com mais expressividades de mulheres nas reuniões. Nessas ocasiões, questionavam as formas de execução do CAC, a ponto de algumas mulheres pretenderem hoje a presidência da Associação, fato recebido com animação pelas lideranças que atuam há mais tempo na entidade.

Pensamentos machistas são corriqueiros nas mobilizações populares e são frutos da formação social moderna/colonial. A formação da unidade familiar camponesa é permeada de valores judaico-cristãos que reduzem o papel da mulher frente ao homem na organização da vida familiar. Essa construção social repercute nas mobilizações políticas contra hegemônicas, sendo a organização de uma entidade de mulheres dentro de um movimento social um resultado do desgaste desse modelo.

Foi comum durante a realização do nosso campo da pesquisa ouvir integrantes fazerem afirmativas como: “Aqui no Baixio, quem pode falar sobre as desapropriações são os homens; “Se não puderem vir para a reunião, mandem suas mulheres”; “As mulheres jovens precisam guardar sua virgindade para conseguirem casar”. Não são somente palavras, mas atitudes que cerceiam a possibilidade de as mulheres agirem como sujeitos em suas vidas e participarem das decisões políticas da família e da comunidade. Vivem sob ambiente de subalternidade, nesse sentido, tendo o direito de decidir sobre seu corpo exposto em uma reunião pública do movimento. São questionadas também a alteridade da diversidade gênero e a sexualidade. As mulheres, homossexuais, bissexuais e transexuais são tidas como inferiores até em processos de questionamento da ordem posta.

A articulação das mulheres do Baixio é sinal de que elas exigem respeito, querem ser ouvidas e desejam participar ativamente do movimento, não somente cumprindo tarefas complementares, mas participando dos debates e das decisões e dos rumos do movimento.

Opressões em movimentos de militâncias contestadoras da ordem social imposta incorporam valores e atitudes machistas pelo fato de o ambiente dessas pessoas reproduzir, de maneira repetitiva, a premissa da superioridade masculina. A luta contra essas posturas é elemento renovado nos conflitos sociais no Brasil e tem oportunizado o debate sobre a necessidade de superar todas as formas de opressão. O movimento de mulheres permanece realizando reuniões permanentes e construindo atividades, como feiras e espaços de diálogos.

Certamente, o ano de 2013 foi um período de afirmação do movimento que questiona a forma como vêm sendo executadas as obras do Cinturão das Águas do Ceará. As comunidades conseguiram organizar um movimento que, além de se afirmar e conseguir fazer com que se reduzisse a forma ilegal da atuação do Estado nas comunidades, oportunizou o fortalecimento da coletividade, na medida em que os(as) moradores(as) precisaram congregiar forças, pensamentos e direções para construir atividades em defesa de seus modos de vida.

Diversas estratégias de divulgação foram utilizadas pelo movimento, desde entrevistas concedidas em veículos de comunicação, como as rádios Araripe, Educadora, Setema, Princesa, São Francisco, Padre Cícero; canais de TV, como Verdes Vale e Verdes Mares e o Jornal Diário do Nordeste. Criaram um site permanente (somostodosbaixiodaspalmeiras.com.br), criaram páginas em redes sociais, produziram grafites, cordéis, livros. Nesse período, o movimento nasceu e se coloca como um dos principais espaços de diálogo sobre águas e grandes obras no Nordeste brasileiro.

Atestam essa constatação a solidariedade recebida por entidades sociais que atuam em diversas partes do país, como a RENAP, que, em seu Encontro Nacional no Rio Grande do Sul em novembro de 2013⁷⁴, lançou moção de solidariedade ao movimento e repúdio à forma como vem sendo executado o CAC.

O XVII Encontro da RENAP aprova a moção de repúdio à utilização do Projeto chamado Cinturão das Águas, no Ceará, para atender aos interesses do agronegócio e da indústria, e não para o interesse público e o bem comum. Não está sendo respeitado o direito à consulta e à participação de comunidades impactadas, dentre elas a Comunidade Baixo das Palmeiras, Crato/CE (RENAP, 2013).

A associação não realizou em 2013 o Seminário das Comunidades, em virtude da quantidade de atividades realizadas. No início de 2014, no mês de janeiro, a entidade convoca parceiros do movimento e associações de outras comunidades para realização do II Seminário das Comunidades do Baixo das Palmeiras, que aconteceu no dia 22 do referido mês, na sede

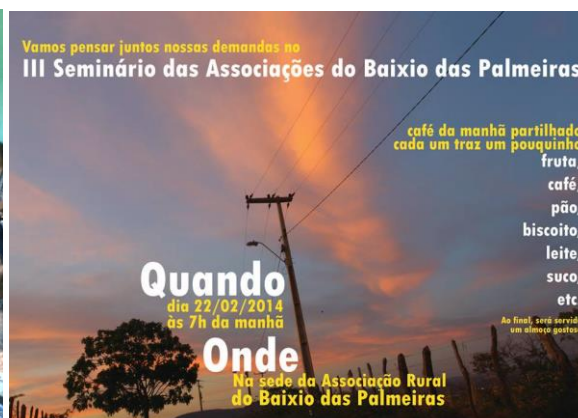
⁷⁴ Disponível em: <<http://www.danielaefelix.com/2013/11/a-renap-realizou-seu-xvii-encontro-no.html>>. Acesso em 20 dez.2015.

da Associação. Participaram do Seminário as Associações das comunidades Palmeiras, Muquém, Oitis, Monteiros, Belo, Chapada do Calenges, Currais de Cima, Conselho da Igreja da Chapada do Baixio, Delegacia sindical do Romualdo, STTR, FEC, CMDS, Secretaria de agricultura, Coelce e Levante Popular da Juventude.

Figuras 77 e 78 – III Seminário das Comunidades do Baixio



Debate durante o III Seminário das comunidades do Baixio. Fonte: Foto capturada pelo autor.



Cartaz de divulgação do III Seminário do Baixio das Palmeiras. Fonte: Acervo da Associação do Baixio.

O tema do III Seminário foi **Baixio Preocupado**, uma alusão ao cordel feito pelo poeta Didi da Chapada. Estiveram presentes 19 entidades, entre movimentos sociais, ONGs e grupos de estudos. Nessa edição, o evento se constrói como um dos principais espaços populares de diálogo das comunidades do Crato. Os cerca de 50 participantes, depois da acolhida e café da manhã coletivo, dividiram-se em cinco grupos de trabalho incumbidos de debater temas pertinentes às comunidades e construir encaminhamentos práticos a serem construídos pelas entidades presentes. Os grupos foram: saúde e gênero, política, cultura, arte e religiosidade, produção e água. Ao final do evento, delegou-se uma comissão para construir uma carta expondo os principais encaminhamentos do Seminário e repudiando a ausência de órgãos do governo convidados, como SRH, COGRH, SEMACE, ICMBio, Secretarias Municipais de Educação e Cultura. A carta ressalta, ainda, a ausência da igreja católica nos debates sobre o CAC. Segundo a associação, o pároco da comunidade, Arileudo Oliveira, nunca esteve presente em nenhuma atividade em defesa das comunidades.

As entidades presentes cobraram postura de defesa das comunidades por parte do Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) Rurais do Crato. O representante da entidade, Zilcélio Alves Ferreira, comprometeu-se em articular um seminário para debater o CAC, envolvendo

os associados. O Seminário ocorreu no mês de abril de 2014, com ausência das entidades estatais nos debates, foi um momento importante de diálogo sobre os danos do CAC na região, e até em outras comunidades afetadas, como 10 e Abril e Monte Alverne, que, tampouco, tinham dialogado com o movimento construído pelo Baixio das Palmeiras.

No dia 03 de abril de 2014, a Defensoria Pública Geral da Comarca do Crato convoca uma Audiência Pública, repercutindo repetidas denúncias encaminhadas pelos moradores do Baixio: Valdemar de Sousa Silva (Dema), Francisco Wlirian Nobre (Liro) e José Cícero Braz (Zé de Teta). Estiveram presentes representantes da VBA e SHRA. Na ocasião, o Defensor Público Emmanuel Leal de Santana, que coordenou a atividade, solicitou explicações sobre as violações de direitos denunciadas pelos moradores e o descumprimento das exigências elaboradas pelas comunidades em 2012, as quais as instituições comprometeram-se em cumprir. Novamente a empresa e os representantes do Estado reiteraram a justeza das solicitações e se comprometeram em cumpri-las. Nesse momento, o Defensor oficializou um Termo de Ajustamento de Condutas, no qual as entidades se comprometeram em cumprir as exigências das comunidades. O movimento enxergou esse TAC como um avanço, pois, a partir desse momento, poderia cobrar judicialmente, caso tivessem suas propriedades invadidas ou os moradores coagidos a assinarem documento cujo conteúdo desconheciam.

Em agosto de 2014, na sede do GEOPARK na URCA, seguindo determinação do Ministério Público Federal, o Estado lança um Programa de Compensação ambiental. Trata-se de um projeto que envolve capacitação em educação ambiental para as famílias atingidas pelo CAC em educação ambiental. Maiores esclarecimentos não foram concedidos na ocasião, quando os representantes do Estado aproveitaram para conceder informações operacionais sobre o CAC (o andamento das obras e as dificuldades encontradas na sua execução, a declividade dos terrenos por onde passa etc.). Representantes das comunidades estiveram presentes e questionaram a obra. Até então, o Estado não apresentou um plano de ação da política de compensação ambiental – vale ressaltar que a obra provocará desmatamento em uma Área de Proteção Ambiental e a remoção de famílias. Estas, inclusive, assim como órgãos ligados à conservação da natureza e entidades ambientais da região não foram convidadas para debater compensação, se quer o projeto previa compensação ambiental, como contatado pelo Ministério Público Federal, que solicitou do Estado a elaboração.

Após esse período, as obras do CAC foram paralisadas em razão do contexto de crise política provocada pelas denúncias envolvendo a Petrobrás em esquemas de corrupção. As investigações envolviam também empreiteiras que executavam a obra. As visitas às

comunidades por parte do Estado para processo de indenização foram paralisadas e o movimento passou a sentir com a ausência de seus integrantes, que passaram a cursar pós-graduação fora do estado, como Danielle Clemente, Gustavo Mourão, entre outros. Permaneceu, porém, articulando-se em reuniões internas semanais e recebendo visitas de pesquisadores e entidades que se solidarizavam com a causa.

Foi o caso de uma atividade de campo que envolveu estudantes e professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ao todo, cinquenta integrantes da instituição, coordenados pelos professores Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves, Ms. Plácido Junior e Dr. Rodrigo Dutra, visitaram as comunidades que estão em ambiente de conflitualidade envolvendo o CAC. Lá, aplicaram questionários e construíram relatórios de campo e trabalhos acadêmicos.

No ano de 2015, o movimento articula duas de suas mais expressivas atividades políticas: a Audiência Pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o IV Seminário das Comunidades do Baixo das Palmeiras. Oportunizado pelo mandato do Deputado Estadual Renato Rosedo, a Audiência Pública é fruto de diálogos que se vêm desenvolvendo com a comunidade desde dezembro de 2014, quando visitou o Baixo das Palmeiras, antes de tomar posse, e se comprometeu a contribuir com a luta das comunidades.

A Audiência aconteceu no dia 1º junho de 2015, na Câmara dos Vereadores do Crato, e foi coordenada pelo Deputado Zé Airton Brasil, do Partido Progressista, presidente da Comissão de Direitos Humanos. Além dos referidos Deputados, participaram da Audiência Pública representantes da SRH, Germana Matos e Francisco Plutarco; do Ministério Público Federal, Promotor Rafael Rayol; da COGERG, Iarley Brito; do ICMBio, Francisco Willian Brito; da Secretaria de Meio Ambiente do Crato, Ildo Moraes de Brito; da secretaria de desenvolvimento agrário e AGROPÓLOS, Senhor Romão; SOHIDRA, José Carlos Asfor; SSTR/Crato, Antônio Alves Gama; os Vereadores Fernando Brasil, Robério Alves, Raimundo Soares e Amadeu de Freitas, do Baixo da Palmeiras; da Igreja Católica, Padre Paulo Moura Rocha; da comunidade Monte Alverne, Vanda; e, ainda, representante da comunidade 10 e Abril e do GEA, Roberta Piancó. Participaram também representantes das comunidades que serão afetadas pelo CAC.

Foi seguramente um momento de importante diálogo e esclarecimento sobre a obra e os impactos na região, por ter sido convocada pela Assembleia Legislativa do Ceará, órgão máximo do poder Legislativo do Estado, os órgãos executores do CAC compareceram na

atividade. Os trabalhos foram conduzidos pelos Deputados que integram a Comissão de Direitos Humanos e iniciou com fala de presentes que expuseram insatisfações com as obras e suas dúvidas. Em seguida, falaram os convidados.

As demais reclamações nossa se trata pelo que falou inclusive o nosso deputado, se trata logo pela comunicação. Não houve nenhum tipo de comunicação com relação à nossa comunidade e, sim, invasões dos seus direitos. Uma propriedade como uma casa é inviolável. Como é que você chega numa propriedade sem se identificar e dizer que vai ser executado e a pessoa tem que permitir? Eu acho que isso não é legal. (...) A obra ninguém sabe quem vai ser atingido, quem vai receber, quem não vai receber. Tem pessoas lá com 96 anos de idade que é o caso de um pai que vai ser atingido. Nunca recebeu um documento, nunca passou ninguém lá dizendo, “seu Zé Gomes, a obra vai passar aqui”. Como é que vive uma pessoa dessa? Que todo dia chega à minha casa perguntando como é que está a obra. Acho que tem que ter uma sensibilidade maior e um tratamento digno com as pessoas. Desculpe que fiquei muito emocionado... porque tem pessoas que vão ser relocadas e não sabem para onde ir. Tem pessoas lá na sua moradia que está com água, luz, estrada e vai para onde? Passar no avião é bonito, você vai até lá onde vai desembocar e vim a água para cobrir as residências das pessoas, mas passe de pé. Era isso que eu queria falar. (JOSÉ CÉSAR GOMES, BAIXIO DO MUQUÉM)

O representante da comunidade Baixio das Palmeiras, Raimundo Crispim da Silva, questionou a finalidade da obra e a forma como vem sendo executado o projeto nas imediações do assentamento que é acompanhado pelo IDACE,

O assentamento e muitas comunidades como vocês sabem, estão no aberto, porque esse rio atinge mais ou menos umas 70 a 100 braças de largura, que estão destruindo. E onde tem uma cerca... se o dono não for logo tirar a cerca ele já passa com a máquina por cima, deixando tudo no aberto. Onde o gado lá do assentamento estão passando precisão, porque realmente as roças que nós temos se formos botar o gado agora quando for no período do sequeiro que é a área do capim, o gado vai passar fome, porque nós estamos botando o gado dentro agora, a roça de gado comendo no período do inverno é na roça da mata. Está tudo aberto, onde é que esse gado vai comer? [...] Outra coisa também, falar sobre a destruição da madeira. Se vocês quiserem comprovar isso eu, desde já, faço o convite a todos, o pessoal do Baixio das Palmeiras foram lá visitar também juntamente conosco e viram o tamanho da destruição da madeira que está. Era bom que a Semace fosse lá, olhasse como é que está essa questão, porque a destruição é triste, onde nós que somos pobres agricultores se derrubarmos um pé de pau é perigoso nós apodrecermos na cadeia, e onde eles vão ficar? Sentimos isso na pele, o companheiro chorou, a mágoa dele não só é dele, é nossa porque nós todos somos pobres, nós todos estamos sendo atingidos com esse rio. [...] Um projeto como esse desse rio ninguém esteja pensando porque não vão me enganar e nem a muitos pobres que tem por aí que vão ser beneficiado com a água desse rio. A água desse rio é igual a um avião a jato que vai passando lá por cima, como é que eu vou pegar aquele rio que está passando lá por cima, aquele avião? É igualzinho. Quer dizer que se esse rio está passando dentro do terreno mas ele está cercado com 13 fios de arame, debaixo de um túnel, como é que eu vou me beneficiar dele? Essa água só vai beneficiar os ricos. A Usina Manoel Costa Filho, todos sabem que está com mais de 10 anos que está fechada, e depois que foi anunciada esse projeto do Cinturão das Águas já vão renovar as máquinas para ser reaberta. Por quê? Porque tem água do Cinturão das Águas que vai beneficiá-los, e nós vamos ficar bebendo água lá do barreiro se quisermos sobreviver. Realmente a realidade do pobre é essa. (ATA DA AUDIÊNCIA

PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2015).

O Promotor Rafael Rayol apontou as irregularidades do projeto do CAC, quando esse não apresenta plano de compensação ambiental e que nos estudos realizados pela obra não foi devidamente observada a legislação ambiental, pois o CAC sobrepõe área de APA, o que a legislação proíbe, como apresentamos no início do capítulo. O Promotor reproduziu as denúncias feitas pelas comunidades do Baixio das Palmeiras e cobrou explicações da representante do setor de desapropriação da SRH Germana Matos, a qual afirmou,

A política de desapropriação da Secretaria dos Recursos Hídricos visa o social e a transparência, respeitando as particularidades de cada caso. No social, buscamos na parte do reassentamento impactar o mínimo possível. [...] Em 2012, foi publicado o Decreto de desapropriação aqui do Cinturão das Águas, e, desde então, eu passei a vir trabalhar aqui [...]. Tiveram algumas audiências públicas, a secretaria se fazendo presente e tinha uma coordenadora, Dra. Mônica Holanda, na qual ela participava. E eu confesso para vocês, que já desapropriei mais de 1.000 famílias e é a coisa mais difícil que tem de se trabalhar é em um canal, devido ao acesso às propriedades, enquanto que no açude é mais fácil, porque há uma concentração de comunidade, ali você trabalha, ali você consegue desenvolver um trabalho. [...] aproveitar a oportunidade de pedir desculpas se aquelas pessoas que vieram no primeiro levantamento cadastral adentraram nos imóveis de vocês e por acaso tenham causado alguma coisa. Eu não garanto que tenha ou não tenha acontecido, não posso assinar embaixo, porque não estive presente. Eu realmente recebi várias reclamações e é em nome disso que eu digo para vocês, estou sempre presente. [...] O senhor me desculpe representante do Ministério Público Federal, mas é assim que eu trabalho, porque nós temos sempre que ver o lado do mais pobre, aquela pessoa que é mais sofrida, porque também sou do interior e sei o que é que vocês estão passando. Não tem indenização nenhuma que pague o bem-querer, o bem-querer é uma coisa sem preço. Eu estou dizendo isso mais uma vez, que sinto na pele o que é isso que vocês estão passando. E o senhor representante do Ministério Público já explicou muito bem o que significa a parte legal da coisa. (ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2015).

O Deputado Renato Roseno, entendendo ser o não acesso à informação uma das principais violações de direitos cometidas pelo Estado, sugere aos representantes do Estado que se comprometam em realizarem reuniões mensais com as comunidades que serão atingidas, disponibilizando documentos informativos sobre o andamento dos processos. Germana Matos aceitou prontamente a proposta do Deputado e disse que seriam facilitadas essas reuniões pelo fato de ela estar residindo na cidade de Brejo Santo, na região do Cariri. Ela disponibilizou telefone pessoal e endereço eletrônico, afirmando que poderiam as comunidades se comunicar quando precisarem sobre as reuniões.

No período de realização do campo, até setembro de 2015, três meses após a referida Audiência Pública, nenhuma das comunidades que estiveram presentes conseguiram qualquer

reunião sobe desapropriação. A Associação do Baixio das Palmeiras tentou contato com Germana Gomes, que não confirmava presença nas reuniões por falta de agenda. Nos últimos contatos, o número disponibilizado para contato sequer recebia ligações. Apesar da servidora pública ter afirmado na Audiência Pública que estaria à disposição para reuniões periódicas com as comunidades, nenhuma reunião ocorreu para debater a temática das desapropriações com presença do Estado no ano de 2015, após a Audiência Pública.

[Fala de Germana Gomes][...]. Eu vou ficar por aqui. Só, nosso deputado, eu vou fazer aqui só um adendo, que nós estamos aqui dispostos, nem que vá noite adentro, mas o nosso compromisso é deixar vocês realmente satisfeitos e sem mais nenhuma dúvida. Eu gostaria que tivesse inclusive mais reuniões desse tipo, para que nós pudéssemos chegar mais vezes juntos e tentar resolver. Isso me parece muito com a obra do Castanhão, uma obra de grande porte, ela causa grandes impactos e isso é normal. Eu confesso para vocês que nós somos até um pouco acostumados com isso. (ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2015).

Figuras 79 e 80 – Audiência Pública na Cidade do Crato



Deputado Estadual Renato Roseno (PSOL) no uso da palavra. Fonte: Foto capturada pelo autor.



Presenças na Audiência Pública representantes de comunidades e de entidades que atuam no campo caririense. Fonte: Foto capturada pelo autor.

No mês de setembro de 2015, as comunidades do Baixio das Palmeiras organizaram o IV Seminário, com o tema Semiárido Vivo, educação do campo e resistências, convocaram parceiros para construir encaminhamentos políticos e realizarem avaliação da conjuntura política do Cariri e Brasil. Nessa edição, o movimento expandiu a programação do evento em dois dias e inseriu a escola do Baixio do Muquém, Rosa Ferreira, como sede do evento e da organização. No dia 11, sexta-feira, o movimento ocupou a escola com uma proposta de atividade político-pedagógica.

Figura 81 – IV Seminário



Cartaz de divulgação do IV Seminário das Associações Rurais das Comunidades do Baixo das palmeiras. Disponibilizado na internet.

Foram construídas pelos parceiros do movimento 06 oficinas destinadas a professores(as) e estudantes da escola Rosa Ferreira. Ao meio dia, após a acolhida, todos os presentes participaram da abertura do Seminário. Em seguida, dirigiram-se para as salas, onde ocorreram oficinas de Stencil, ministradas pela ACB; de Música, pelo Grupo de Arte URUCONGO; de Fotografia, pelo Coletivo Camaradas; de Cinema, por Paulo Bento, professor da Escola Paraíba; de Fanzine, pelo Movimento RUA; e de Hortas suspensas e defensivos naturais, pelo Levante Popular da Juventude. As oficinas tiveram momentos iniciais de discussão e foram seguidas de atividades práticas; ao final, todos os presentes se reuniram no pátio da escola e confraternizaram ao som de Maracatu. No dia seguinte, estudantes que estavam na organização do Seminário foram expor um breve resumo das atividades que realizaram.

A realização do IV Seminário na escola foi uma estratégia de envolver a escola nas atividades políticas das comunidades. A professora de Geografia da Comunidade, Cristina Nobre, articulou com o núcleo gestor e representantes de diferentes entidades que passaram a organizar e custear o evento, que foi feito com trabalho coletivo e doações de parceiros. Moradores doaram alimentos, trabalho e se fizeram presentes nas atividades.

Dentro de um contexto em que escolas do campo pouco repercutem os contextos de vidas de seu entorno, o Seminário realizado na escola estimula o comprometimento dos sujeitos educativos com as questões das comunidades.

No dia seguinte, após a acolhida e realização de mística, organizou-se uma plenária com a palavra livre intitulada “Fila do povo”. Nas falas iam sendo tecidos a conjuntura das comunidades, as dificuldades enfrentadas por essas e os impactos das obras do CAC na região do Cariri. Estiveram presentes no seminário representantes das entidades Associações Rurais de Baixio das Palmeiras, Monteiro, Sítio Jenipapo, Oitis, Muquém, Alves, Romualdo, Engenho da Serra, Batateira, Dom Quintino, Lameiro, Alto da Penha, Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Regional do Cariri (URCA) Cáritas Diocesana de Fortaleza, Cáritas Diocesana de Crato, Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), Casa de Sementes Senhor dos Exércitos, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Crato, Casa de Sementes de Baixio das Palmeiras, Escola Estado da Paraíba, Nós Mulheres (Baixio das Palmeiras), PIBID URCA, Secretaria de Agricultura (Crato), PROJOVEM, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), Grupo de Estudos Agrários (GEA), Associação Cristã de Base (ACB), Instituto Flor do Pequi, Grupo Maneiro-Pau do Baixio das Palmeiras, Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), Programa de Assistência Jurídica Estudantil (P@je – URCA), Federação das Entidades Comunitárias do Cariri (FEC), Associação Belo Horizonte, Carrapato Cultural, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Fórum Cearense Pela Vida no Seminário, Articulação do Semiárido ASA), Levante Popular da Juventude, RUA – Juventude Anticapitalista.

As pessoas presentes se dividiram em quatro Grupos de Trabalho, sendo eles, Água e CAC; Juventude, cidadania, escola e comunidade; Agroecologia e sementes crioulas; Terra e latifúndio; e Gênero e saúde popular. Após debates, levaram para plenária final encaminhamentos a serem construídos coletivamente. O principal encaminhamento do Seminário foi a construção do Fórum Popular das Águas do Cariri, que está sendo construído pelas entidades que estiveram no Seminário.

Figuras 82 e 83 – Oficinas durante o IV Seminário das Comunidades do Baixo.



Oficina sobre sementes crioulas e agroecologia com pesquisadores do curso de Agronomia da UFCA e Seu Juvenal da Batateira.



Oficina de Gênero e saúde popular.

Figuras 84, 85, 86, 87 e 88 – IV Seminário das Comunidades do Baixo





Oficina de sementes com crianças da escola.



Oficina de horta vertical com professores(as).



GT Conflitos por terra.



Mística de abertura do evento.

As entidades que participaram do Seminário se reuniram mais duas vezes em 2015, no dia 07/11 e dia 19/12, para construção do Fórum Popular das Águas do Cariri. O Fórum está em processo embrionário de construção, mas tem como acúmulo debates que vêm sendo feitos sobre conflitos envolvendo obras hídricas no Cariri desde 2010 pelas comunidades atingidas pelo CAC.

Congrega instituições de pesquisa, como GEA/URCA, LEPEC/UFPE, jurídicas como PAJE/URCA, movimentos sociais como Cáritas Diocesana de Crato, ACB, GRUNEC e será coordenada pelas Associações Rurais das comunidades atingidas. Planeja realizar reuniões mensais e, em 2016, construir seminários pautando o CAC, construir panfletos e atos políticos nas cidades da região do Cariri, bem como intenciona construir uma cartilha explicativa sobre os conflitos suscitados com a implantação do CAC.

Uma das exigências iniciais do Fórum apresentadas para o Estado é a transparência quanto aos dados sobre suficiência hídrica da região do Cariri, contidos em pesquisas feitas

pela COGERH e não publicadas. Tem-se, ainda, como objetivo solicitar que a SRH divulgue os documentos dos trâmites de indenizações que já ocorreram e o planejamento de ações para os próximos anos. Outra exigência do Fórum é que a entidade componha um ambiente de debate sobre a construção de projeto de compensação ambiental, as comunidades exigem serem escutadas pelo fato dos danos serem causados nas suas localidades.

Entendemos que a sobreposição de conflitos territoriais na região do Cariri, proporcionada pela construção do CAC, é expressão do desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo. O ambiente de conflitualidade existente nas comunidades antes de o Estado anunciar a referida obra hídrica suscitou a construção de estratégias de resistências singulares à essa conjuntura.

Os **moradores** desenvolveram táticas cotidianas para reproduzirem as suas vidas naquela territorialidade, construídas com trabalho camponês de base familiar. Assim, uma gramática de instituições e de movimentos sociais foi elaborada por essa conjuntura, tendo como produto mais elaborado das resistências e estratégias de permanência no campo o Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais do Crato. Essa entidade foi vitoriosa em embates com latifundiários da região e os(as) camponeses(as) tiveram suas terras-de-morar concedidas por essa ocasião. Algumas, no entanto, tiveram perduradas essas relações de mandonismo, subalternidade, imposição e cerceamento do direito de construir moradias melhores, fazendo do cotidiano dessas famílias algo intensamente conflituoso, já antes da intervenção do Estado com o CAC.

O Cinturão de Águas do Ceará ampliou a *conflitualidade* (Fernandes, 2001) nas comunidades, na medida em que passou a pôr ameaçadas as famílias que possuem terras conquistadas com movimentos sociais ou que adquiriram com economias familiares, sobrepondo os conflitos que permeiam o cotidiano das famílias que não possuem títulos de terras.

Nesse sentido, o CAC, que é a expressão do desenvolvimento do capitalismo na medida em que congrega em sua realização, exploração do trabalho e produção ampliada e concentrada de lucro – conferindo à região maior poder de atração de investimento de empresas, pois terá acrescido um fluxo de água artificial pondo em ameaça o modo de vida vigente pela especulação galopante das terras. É notório o poder destrutivo dessa grande obra, já que vai alterar, de forma irreversível, o relevo das comunidades, os cursos d'água, a vegetação e a dinâmica social como um todo, inserindo novos sujeitos sociais em seu

processo de construção e de usos dos canais. Ela possui, ainda, potencial capacidade de impor diferentes ritmos de circulação de pessoas e diferenciadas atividades econômicas.

O movimento social que se organizou nas comunidades do Distrito Baixio das Palmeiras é uma expressão coletiva de defesa de um modo de vida, que se vê ameaçado com a passagem do canal. As famílias que resistem às investidas do Estado em oferecer e pressionar para que aceitem indenizações não recusam somente pelo fato de serem inferiores ao valor desejado. Elas entendem que com a construção do CAC seus cotidianos poderão ser alterados por uma dinâmica social caracterizada pela exploração do trabalho e pelo controle do tempo, por noções e práticas cotidianas que destoam de suas experiências vivenciadas hoje.

A prática do Estado de chegar silenciosamente, invadir propriedades e deixar de maneira distorcida as informações se propagarem não é algo em vão. Essas estratégias garantiram que as desapropriações ocorressem sem conflitos desde a cidade de Jati até o Baixio das Palmeiras. Ações como essas são corriqueiras em grandes obras no Brasil, como Belo Monte, Transposição do Rio São Francisco e Porto de Suape. As Audiências Públicas ocorrem somente quando as comunidades exigem esse direito judicialmente, ou mesmo quando são desvendados os estudos realizados para construção desses grandes projetos.

Vale ressaltar que a extensão do CAC é superior à da Transposição do Rio São Francisco, uma vez que esse pretende percorrer 1.338 km pelo Estado, enquanto a Transposição pretende perfazer em canais um total de 700 km. Quanto ao investimento, o até então previsto para o CAC é semelhante ao investido até o momento na Transposição: 8 bilhões de reais. Com dados assombrosos, essa grande obra desperta atenção pelo desconhecimento das pessoas em relação a ela, seja em eventos acadêmicos ou políticos. Nesse sentido, não foram devidamente debatidas com a sociedade a necessidade e a viabilidade de construção de um projeto tão ousado, que é quase o dobro em extensão da Transposição do Rio São Francisco, em torno da qual houve um amplo ambiente de contestação por parte dos movimentos sociais antes mesmo de ter suas obras iniciadas.

Os movimentos que questionam o avanço do CAC, a forma como vêm sendo conduzidas as obras e a viabilidade desse projeto são organizações políticas muito alinhadas com o contexto de novos movimentos sociais em construção no Brasil. A grande causa que defendem é o direito de existir como singulares, com suas temporalidades. É a soberania das suas territorialidades frente à expansão do capital financeiro global, que se alimenta com a destruição das comunidades tradicionais. Os grandes projetos são demandas dos agentes

hegemônicos globais do capitalismo contemporâneo e as comunidades tradicionais que se fizeram nos caminhos traçados por esses planos de extração são tidas como empecilhos.

Nesse sentido, a estrutura clássica de organização sindical, herança de atuações políticas que concebem os sujeitos sociais cindidos em classes não é bastante para congregar pessoas em defesa de um modo de vida, na medida em que os movimentos são compostos por diferentes sujeitos e as pautas para além de uma afirmação classista. A alteridade de seus modos de vida, a tranquilidade, a identidade e a autonomia de gênero e sexualidade são pautas e ações políticas que empurram o pensamento social para uma prática política de intervenção mais abrangente.

Afirmamos, no entanto, que a sólida questão tem sua raiz na estrutura fundiária concentrada e excludente, mas os sujeitos sociais e as táticas políticas abrangem uma diversidade mais expressiva de enfrentamento, pondo os próprios movimentos e sujeitos sociais, seus privilégios e suas condições de subalternidade em questionamento.

Entendemos que está em processo a emergência de novos movimentos sociais que têm sido influenciados por uma nova conjuntura, questionando os sentidos clássicos das organizações sociais, incorporando fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero e auto definição coletiva. Esses movimentos apontam para o caráter emancipatório das lutas pautadas em uma politização da própria cultura e de modos de vida “tradicionais” (CRUZ, 2007), ou seja, um processo de politização dos “costumes em comum”, produzindo uma espécie de “consciência costumeira” que vem ressignificando a construção das identidades dessas populações – que, ancoradas nas diferentes formas de territorialidade, “se afirmam num processo que, ao mesmo tempo, as direciona para o passado, buscando nas tradições e na memória sua força e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política.” (CRUZ, 2007. P. 15).

Esse vocabulário de conceitos, enfrentamentos e afirmações ganha coesão e força as entidades de mobilização social, como Fóruns, Associações, coletivos, partidos políticos. As entidades se constroem e têm suas existências legitimadas mediante seus atos políticos (reuniões, passeatas, romarias da terra, panfletagens, ocupações), realizando movimentos de socialização e de desafios, que vão acrescentando conteúdo à coletividade. Assim, os movimentos sociais se constroem como sujeitos pedagógicos. As suas lideranças e integrantes são formados no interior das atividades, onde são construídos os valores de coletividade, companheirismo, subversão e empoderamento.

Dá-se, pois, nesse contexto, a construção de uma **cultura do ativismo** (CALDART, 2000), que reforça as noções de comunidade e de pertencimento ao lugar onde se desenvolve o conflito. O legado desse processo é a construção de um conflito social contra hegemômico.

É nessa perspectiva que entendemos a sobreposição de conflitos territoriais ensejadas com a construção do Cinturão das Águas do Ceará. Como componentes de uma questão agrária produzida por uma estrutura fundiária concentrada e excludente, que, contraditoriamente, garante possibilidades de r-existências de comunidades tradicionais postas ameaças por uma intervenção do Estado que em si representa a expansão do capitalismo por envolver interesses e decisões que pesam diferentes exercícios de influências.

Nesse ambiente de conflitualidade aspectos da organização social comunitária ganham latência como estratégia de defesa do modo de vida, tais como, coletividade, companheirismo, parceria, auto-organização e são incorporadas nas práticas o componente político da defesa da territorialidade. Aspecto expresso, por exemplo no Maneiro Pau, dança típica das comunidades que em suas apresentações recentes expressam o repúdio à obra, igual como ocorre na construção de cordéis pelo poetas, nos diálogos nas feiras, nas renovações, o movimento ganha organicidade, agenda, concepção no interior das relações interpessoais e expõe como bandeira de defesa a permanência das comunidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso esforço de entendimento sobre o contexto contemporâneo de sobreposição de conflitos que ocorre na região do Cariri, provocado pela construção do CAC, fez-nos deparar com questionamentos que fizeram parte de nossa trajetória acadêmica nos últimos anos. É, pois, na presente dissertação de mestrado que construímos o resultado de reflexões, sob lentes geográficas, acerca de dúvidas como: Quais conjunturas se sobrepueram nos diferentes momentos de desenvolvimento do capitalismo na região do Cariri? Como pensar o Cariri no contexto de desenvolvimento do capitalismo? Que método utilizar? Que conceitos? É possível, necessária e útil uma periodização desses processos? Como se formaram as comunidades do entorno da Chapada do Araripe? Por que o Ceará dispõe, hoje, de infraestrutura e gerenciamento hídricos mais avançados que outros Estados? Que fatores políticos influíram nesses processos? Quais os significados dos “governos das mudanças” nas políticas de gerenciamentos dos bens naturais? Quais os conflitos gerados por esses processos? Como o CAC se insere na conjuntura político-econômica contemporânea no Brasil e na América Latina? Quais os efeitos desses processos nas comunidades?

Para encarar esse desafio, optamos por construir, sob as orientações da teoria da regulação, uma periodização que nos servisse de base para compreendermos os processos de transformações territoriais que ocorreram na região do Cariri. Utilizamos, pois, as categorias **Estado**, **desenvolvimento** e **conflito**, na tentativa de entender a alternância de períodos de estabilidade, o conjunto de instituições e cultura política gerados por esses momentos, alinhados com os processos maiores de desenvolvimento global do capitalismo, e os conflitos sociais que fizeram ruir essa relativa estabilidade política e econômica. Foi, então, nossa intenção demonstrar que esses processos influíram decisivamente na formação das comunidades que hoje estudamos.

Os autores que constroem a teoria da regulação e que nos inspiraram nessa busca de entendimento, assim como alguns pesquisadores da região do Cariri e do Ceará, privilegiaram em suas aventuras acadêmicas os aspectos tidos como formais da coalisão de forças, da política e economia. Pondo luz sobre a formação e a cisão de grupos partidários, elites conservadoras ou desenvolvimentistas, emergência de grupos considerados inovadores, dadas relações patrimonialistas com as instituições. Assim, as organizações políticas populares, via

de regra, estão omitidas da história e da geografia que se contam do Ceará. É comum entre os estudos que se utilizam da referida teoria a abordagem sobre o Estado, o desenvolvimento sobre um aspecto da política formal e da composição e diluição de elites políticas e econômicas e a formação de partidos políticos.

Vimos, pois, no desafio de entender como se formaram as comunidades tradicionais da região do Cariri, os conflitos territoriais ensejados pelos sujeitos sociais que as compõem e a conformação espacial e territorial contemporânea desses sujeitos – partindo de referenciais teóricos que pouco aludiam à existência e à articulação política de certos grupos. Foi-nos indispensável o diálogo com teóricos que constroem os estudos descoloniais, e, a partir desses, o questionamento de premissas consagradas dos atos político e social de fazer pesquisa – como o distanciamento dos contextos estudados, a imparcialidade do pesquisador e a noção monolítica de objeto de estudo.

A história das pessoas nos instruiu na caminhada, os diálogos nos alpendres, nos caminhos da roça, da feira, nos terreiros das renovações. Esses nos instruíram sobre quais categorias de análise utilizar na pesquisa e quais ensejam nas comunidades rurais, sejam camponesas, quilombolas ou indígenas, a formação de organizações políticas que põem em questionamento a noção clássica de classe social. As pautas, cada vez mais abrangentes repercutem o empoderamento de sujeitos sociais como mulheres, negros e negras, moradores e moradoras. A defesa da alteridade de seus modos de vida é colocada na centralidade da ação política. O direito de ter uma vida cotidiana diferenciada da experienciada nos núcleos urbanos – a tranquilidade, a não exploração destrutiva dos bens naturais, a permanência de diferenciadas maneiras de posse da terra – é pauta que se apresenta nesses movimentos sociais.

As comunidades conformaram, ao longo de décadas, fronteiras, centralidades, ambientes de cultivo, locais coletivos de socialização, estradas e veredas percorridas por rituais religiosos, danças tradicionais, atividades econômicas, que acabaram por amoldar um jeito próprio de ser e de produzir espaço. Assim, o complexo de comunidades que compõem o Distrito Baixo das Palmeiras está embebido de suas questões cotidianas, opressões, calendário agrícola, festividades religiosas. Vida cotidiana marcada por conflitualidades ligadas à posse da terra e pela convivência de diferentes formas de propriedade, verdadeiras estratégias de reprodução do campesinato como modo de vida, mesmo com ausência de posse formal do chão. Vida cotidiana invadida pelos planos territoriais do Estado, concebidos e executados por multinacionais. Esse sentido de pertencimento e de coletividade tem sido

movido inserindo os sujeitos sociais na construção de movimentos sociais que questionam a atuação do Estado e das empreiteiras.

Constatamos em nossas pesquisas que se constrói, no momento atual, uma conjuntura muito dinâmica, em que alguns dos principais aspectos são o caráter cada vez mais hostil do Estado em implementar grandes projetos de infraestrutura e o potencial invasivo/destrutivo para com as comunidades que estão em seus caminhos. Tem crescido a quantidade de estudos, dossiês, ou mesmo de grandes esquemas de investigação policial sobre as formas de atuação das empreiteiras para implementação de grandes projetos de infraestrutura no Brasil.

Esses renovados agentes sociais se colocam com mais força na imposição de seus interesses no âmbito político, aspecto no qual se destacam as empreiteiras, que tiveram, nas primeiras décadas do século XXI, vultosos apoios financeiros e institucionais do Estado para seu crescimento. Estão hoje ampliando seu poder de intervenção, diversificando os destinos de atuação econômico-financeira e se colocam na centralidade das decisões políticas do país, ao ponto de imporem alterações na legislação para alcançarem uma atuação mais flexível de seus empreendimentos. Esse crescimento veloz desses agentes econômico-financeiros não teria sido possível sem a realização de abruptas manobras políticas que abriram caminhos para a legalidade prático-formal dos grandes projetos. São táticas ou esquemas que, quando desmascarados, escancaram aos holofotes, políticos e executivos como coordenadores de verdadeiros esquemas hediondos de corrupção.

Essas circunstâncias estão intimamente ligadas à ascensão de um grupo político ao poder, que não só dá continuidade como aprofunda o caráter extrativo-exploratório do capitalismo no Brasil, mediante os incentivos à expansão do agrohidronegócio e da mineração. Os mais expoentes planos estruturais empenhados pelos governos que se sucederam após o ano de 2003, bem como o arranjo de políticas regionais, sejam de delimitação de novas fronteiras de desenvolvimento ou políticas de educação, estiveram alinhadas ao projeto de ampliar as possibilidades de inserção do Brasil na economia global como agrário-minero-hidroenergético exportador, consolidando sua dependência tecnológica e assegurando para as próximas décadas garantia de investimento extrativo por grandes empresas. O empenho avantajado do Estado para realização dos grandes projetos de infraestrutura não tem precedente na história do país.

Essa constatação nos leva a crer que, para consecução de suas intencionalidades, esses agentes se colocam em embates políticos em variados lugares do país, provocando sobreposição de conflitos. As comunidades tradicionais camponesas, nas suas mais diversas

territorialidades, constroem seus modos de vida em ambiente de latentes conflitualidades, garantidas por uma estrutura fundiária cada vez mais concentrada, pela persistência do latifúndio improdutivo, pela grilagem de terras e pela ação violenta dos empresários do agronegócio. A resposta dos sujeitos sociais tem sido uma atuação política renovada, que tem contribuído para criar uma cultura política do ativismo que rejeita grandes generalizações. A incorporação de pautas indigenistas, feministas, étnicas ou geracionais, que outrora eram olvidadas, fazem diferentes esses novos movimentos sociais.

No Ceará, esse processo é precedido por décadas de atuação do Estado na implementação de ousados projetos hídricos. Acumulam-se infraestrutura e políticas de gerenciamento hídrico que passaram a ser modelo para adoção da política nacional de água em 1996 e 2000, bem como para outros Estados. Constatamos que essa posição de vanguarda que cumpre o Estado está associada à atuação de algumas instituições que passaram a agir estrategicamente nesse âmbito, sobretudo o DNOCS e o BNB. O DNOCS acumulou, até a década de 1960, a experiência de construção de grandes açudes, forjando o paradigma do combate às secas. É notória sua intervenção no Ceará na construção de reservatórios que não conseguiram vencer a guerra técnica contra as condições ambientais, senão, agiram no aprofundamento das contradições sociais, fortalecendo o poder das oligarquias que indicavam o direcionamento das ações do órgão, via de regra, em seu benefício.

O BNB, por sua vez, tinha coordenadores mais alinhados com a ideologia desenvolvimentista em voga nas décadas de 1950 e 1960. Centraram seus esforços no projeto de industrializar o Ceará, agindo, desse modo, na concessão de empréstimos e na articulação de incentivos que facilitaram a formação de uma elite industrial urbana. Foi um dos principais agentes responsáveis pela construção de Distritos Industriais na capital do estado. Acreditamos, no entanto, que uma das ações do banco que mais reverberou os signos gerados pelo processo de modificações do capitalismo no momento foi sua atuação na educação profissional. Os cursos oferecidos pelo BNB formaram um quadro técnico que passou a atuar no estado em setores estratégicos como bancos e secretarias. Foram, nesse período, convidados a atuar em outros Estados, como Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia.

Essa geração de executivos, empresários e altos funcionários de agências financeiras e do Estado ocuparam a cena política a partir da década de 1980, fortalecida pelas relações estabelecidas com os diversos agentes como Banco Mundial, empresas multinacionais, partidos políticos nacionais. Reativaram ou criaram instituições patronais industriais e se colocaram no cenário político como representantes do novo, sob o epíteto de **governo das**

mudanças. Os jovens empresários, herdeiros diretos do regime militar, foram contrários à coalisão que compuseram antes da abertura política e consolidaram um rígido bloco de poder que se alterna no comando do Estado até hoje.

Dado o acúmulo de obras hídricas, os “governos das mudanças” endossaram o discurso contra as secas, que vinha sendo construído pelas gerações anteriores, mas com uma roupagem empresarial, sob os signos da eficiência e da internacionalização do Ceará na economia global. Foi bastante útil o quadro técnico formado pelo BNB, que atuou na consecução de uma política de austeridade severa que, por um lado, enxugou o quadro de servidores públicos, mas, por outro, passou a seguir as novas exigências de contratação de servidores mediante concurso público, enaltecendo esse último aspecto como qualidade que os diferenciava dos “coronéis”, quando na verdade estavam cumprindo a lei.

Merecem destaque os ousados empreendimentos técnicos projetados por essa geração de políticos, alguns concluídos por esses, como o açude Padre Cícero (Castanhão) e o Canal do Trabalhador, e outros concluídos nos governos que seguiram, como o Canal da Integração (Eixão das Águas). Essas grandes obras conectadas por seis projetos de integração de baías garantem o funcionamento de perímetros irrigados, sobretudo no Médio Jaguaribe, o abastecimento da RMF e do CIPP, bem como dão suficiência aos empreendimentos turísticos no Litoral Leste do Estado. Ao todo, possui capacidade de armazenar mais de 18 bilhões de m³ de água, metade da capacidade de armazenamento de todo o Nordeste.

Sob a justificativa de que os esforços engendrados pelo Estado até então não teriam sido bastantes para vencer as adversidades ambientais e que existem comunidades difusas que necessitam de abastecimento urgente, alicerçados sobre o discurso criado do *déficit* hídrico (acrescido de verdade por pesquisadores, mídia hegemônica e órgãos do Estado), o Governo Cid Gomes, rebento da geração que se anunciava como mudança, lança o CAC, produto mais elaborado desse bloco de poder que se reveza no comando do estado. O projeto foi elaborado pela VBA, empreiteira coordenada por antigos secretários do Estado.

O projeto diz que construirá uma **sinergia hídrica** entre as próteses artificiais que barram o correr das águas no solo cristalino do território cearense. Uma obra ousada que visa integrar todas as onze macrobacias do Ceará, fazendo chegar água onde as outras grandes obras não atingem. Cabe ressaltar que o eixo prioritário de ação das grandes obras pretéritas do CAC, Médio e Baixo Jaguaribe-Banabuiú-Bacia Metropolitana, não é o que tem maior escassez hídrica do Estado, nem tampouco, conseguiu atender com esses investimentos comunidades que, ainda hoje, enfrentam dificuldades com abastecimento nas proximidades

desses empreendimentos. Os sentidos territoriais dessas grandes obras foram, visivelmente, o abastecimento de empreendimentos alhures.

Assim, o Ceará chega ao ano de 2013 com a maior transposição hídrica executada no Brasil (Eixão das Águas), o maior açude para múltiplo uso da América Latina (Castanhão) e sendo o maior exportador de melão do país, todo produzido por multinacionais em perímetros irrigados públicos, utilizando-se da já gasta tática de convencimento, “vencer à seca”, para construir uma obra de integração de bacias, em extensão e tempo de construção, maiores do que a Transposição do Rio São Francisco.

Em 2014 o Ceará, segundo dados da ADECE, foi o terceiro maior exportados de frutas do Brasil, ficando atrás de Bahia e Pernambuco, respectivamente. Se destacam as exportações de manga, que gerou um saldo de US\$ 1,8 milhão (128% a mais que o ano anterior quando exportou 0,8 milhão) e melão, US\$ 90,7. Ainda segundo a ADECE, desde 2010 o Ceará exporta 50% ou mais de todo o melão exportado pelo Brasil, como podemos visualizar no quadro 03.

Quadro 03: Exportações de melão Ceará e Brasil (2010 - 2014)

ANO	CEARÁ		BRASIL		CE/BR
	US\$ 1000	T	US\$ 1000	T	
2010	74.259	103.416	151.817	196.850	52,5%
2011	76.392	95.710	147.580	191.413	50,0%
2012	78.589	101.299	134.114	181.768	55,7%
2013	88.714	109.863	128.354	169.576	64,8%
2014	90.712	111.045	121.970	177.829	62,4%

Fonte: ADECE. Disponível em: < <http://www.ceasa-ce.com.br/index.php/noticias/43866-ceara-ocupa-o-1o-lugar-em-producao-e-exportacao-de-melao-no-brasil-> > Acesso em 20/10/2015

Os dados de exportações do Ceará, que demonstram a predominância de frutas, produtos de inserção barata no mercado global, nos permitem questionar a premissa construída pelo Estado de escassez hídrica, uma vez que a produção de monocultivos de melão e manga no semiárido só é possível utilizando grande quantidade de água, como contatamos no capítulo 05. Assim, a **sinergia hídrica** desejada pelo Estado para o Ceará intenciona conceder garantias hídricas para expansão extrativa do capital.

A resposta dos movimentos sociais, sobretudo após o anúncio de que o PISF seria executado, foi a realização de movimentos políticos articulados que demonstravam a existência do paradigma da convivência com o semiárido. Noção diametralmente oposta aos investimentos financeiros que, em tese, anunciavam o combate às secas, mas, na verdade,

alimentavam as ascendentes empreiteiras e tinham seus sentidos territoriais alinhados com o desenvolvimento do agrohidronegócio.

Essa nova gramática de organizações políticas, que tem como articuladores instituições como ASA e RESAB, realiza encontros periódicos, como o ENCONASA, nos quais socializam e denunciam estratégias que foram forjadas no processo de construção dos modos de vida sertanejos – patrimônio de milenar produção espacial, legando para as gerações hodiernas um conjunto de saberes que lhes garante a reprodução da vida.

Constatamos que esse paradigma não repudia a noção de escassez hídrica, nem, tampouco, rejeitam a ideia de que as comunidades sertanejas necessitam de políticas públicas relacionadas ao gerenciamento de bens hídricos. Esses sujeitos sociais acreditam que reside no diálogo de saberes entre as comunidades a construção de estratégias de convivência.

Não são, assim, de caráter repudiável as obras hídricas de contenção de corpos de água ou a construção de adutoras, mas no sentido dessas obras é onde reside o problema, pois que plenamente questionável. Via de regra, são projetos financeiros concebidos por agentes econômicos cuja realização garante o crescimento corpulento de aglomerados empresariais, que se fazem para dar cabo aos empreendimentos.

Foi nesse sentido que, a partir de 2010, moradores das comunidades do Distrito Baixo das Palmeiras iniciaram uma articulação política que questiona a ação corriqueira do Estado na implementação desses grandes projetos, comumente, caracterizada pela ausência de diálogo com as comunidades atingidas.

Em resposta a invasões de propriedades rurais camponesas por funcionários do Estado ou de empreiteiras (quando nessa ocasião as famílias foram informalmente notificadas que teriam suas casas demolidas pela passagem da obra, e, para isso receberiam indenização), inicialmente, as comunidades se articularam coesas na ideia de se negarem ao diálogo e impedir a entrada de técnicos em suas propriedades.

As instituições do Estado, porém, dispõem de larga experiência no trato dessas questões – legado de grandes obras anteriores. Seus técnicos tiveram treinamentos em **solução de conflitos** em instituições como Banco Mundial. Algumas das mais latentes premissas dessa indumentária de táticas de convencimento são: o tratamento individualizado dos danos, provocando a desmobilização da coletividade e um diferenciado valor às indenizações; a falta de transparência no processo, alegando segurança aos beneficiários; assim, não são disponibilizados documentos oficiais sobre valores e procedimentos de

pagamentos para entidades políticas de defesa das comunidades e uma inabalável persistência nas visitas.

Essas circunstâncias garantiram que algumas famílias cedessem às propostas de indenização e, além de receberem indenizações, retiraram-se do processo de mobilização, tornando-se elo de diálogo entre novas famílias a serem indenizadas e a VBA. A desmobilização do movimento fez as entidades populares cambiarem de estratégias após 2014. As manifestações políticas, as denúncias e as audiências públicas, bem como a exigência de participação das comunidades nos debates relacionados à compensação ambiental, deram-se por exigência de mais transparência no processo, mediante, por exemplo, a disponibilização de todos os estudos realizados para a obra.

Construíram-se com o movimento **Baixio Preocupado** verdadeiros espaços de diálogos sobre água, obras hídricas e suas ações políticas, que exigiam autonomia das comunidades frente aos grandes projetos hídricos, como o CAC.

Mais recentemente, o movimento passou a construir o Fórum Popular das Águas do Cariri, uma entidade que reúne várias organizações sociais atingidas pelo CAC. As comunidades exigiram que o STTR fosse parceiro na construção da articulação, e, desde novembro de 2015, as reuniões ocorrem no sindicato. Uma das principais pautas do movimento, além do acompanhamento das obras do CAC, é a transparência quanto à suficiência hídrica subterrânea do Cariri, pois, constatamos, em nossas pesquisas, que os órgãos do Estado que realizam estudos sobre essa temática não disponibilizam dados oficiais gerados por suas pesquisas.

É, pois, notório que a questão agrária na região do Cariri está acrescida de dinâmicas singulares de nosso tempo histórico, que anunciam transformações territoriais planejadas pelo Estado, evidentes na sua ação em conjunto para empurrar modos de produção espacial tipicamente capitalistas no campo. E esse processo não ocorre sem encontrar a resistência de homens e mulheres dos Baixios e das Chapadas, que apresentam seus modos de vida como projeto societário possível e humano.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo, Ateliê, 2010.

ADECE. **Perímetro Irrigados do Ceará (2011)**. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. Fortaleza, 2011.

ALVES, Tarcísio M. **A Santa Cruz do deserto**. Recife, Livro Rápido, 2010.

ANDRADE, Manoel C. de. **A Terra e Homem no Nordeste**: Contribuição para ao estudo da questão agrária do Nordeste. 7º Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Modernização e pobreza**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

ASSIS, Raimundo Jucier S. de; SAMPAIO, José Levi F. Formação territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). Em: *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 32, n. 2, p. 139-157, jul./dez. 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Ata da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, para debater os impactos do projeto Cinturão das Águas, realizada no dia 01 de junho de 2015, na Câmara Municipal do Crato – ce**. Enviada por e-mail pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, 2015.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadencia da contradição. ARAUJO, Nancy Gonçalves. A Industrialização do Ceará: breves considerações. Em: *Boletim Goiano de Geografia*. V. 27. Nº 2 p. 97-114. Jan/jun. Goiânia, 2007.

B. & WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo. Relações e contradições entre urbano e rural**. Outras expressões. São Paulo, 2013.

BARBOSA, Altair Sales. Elementos para entender a transposição do rio São Francisco. In: *Caderno do CEAS*, Julho/Setembro 2007 nº 227, Salvador.

BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. Em: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucélia de A (Org.). **O Brasil republicano**. Volume 01. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BERNADELLI, Mara Lúcia F. da H. Contribuições ao debate sobre o urbano e rural. *In*: SPOSITO, Maria E. B. & WHITACKER, Arthur M. (Org.) **Cidade e campo**. Relações e contradições entre urbano e rural. Outras expressões. São Paulo, 2013.

BESERRA, Fábio Ricardo S. Reestruturação do capital e indústria calçadista na região do Cariri – CE. *In*: *R. RAÍGA*, Curitiba, n. 18, p. 89-101. Editora UFPR, 2009.

BOURDIN, Alain. **O Urbanismo depois da Crise**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67799/2/4234.pdf>>. Acesso em: 10 set.2014.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____ **Decreto N° 1.298, de 27 de outubro de 1994**. Regulamento das Florestas Nacionais.

_____ **Bolívia Comércio Exterior**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2014.

_____ **Argentina Comércio Exterior**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2014.

_____ **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Agência Nacional das Águas – ANA. Brasília, 2005. Disponível *in*: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/pisf.aspx>> Acesso em 27/06/15. > Acesso em 19/12/2014.

_____ **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai.2015.

_____ **Projeto do Rio São Francisco**. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco>> Acesso em 27/06/15.

_____ **Lei N° 12. 462/2011** Regime Diferenciado de Contratação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm>. Acesso em 30/07/2015.

_____ **Lei N° 8.666/1993**. Licitação e Contratos da Administração Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em 20/05/2015>. Acesso em 19/11/2015.

_____ **Decreto de 04 de agosto de 1997.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5587.htm>
Acesso em 02/12/2015.

_____ **Programa de Aceleração do Crescimento.** Disponível em:
<<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez.2015.

BRAGA, Marcos Brandão et. al. **Produtividade e qualidade do melão em função da cobertura do solo no submédio do vale do São Francisco.** em: Anais do 43º Congresso Brasileiro de Olericultura. Lindoia, 2009.

BRITO, Anderson Camargo R. **O CAC – Cinturão das Águas do Ceará e as (des)continuidades das grandes obras na América Latina.** In: Anais do XI ENANPEGE: Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/13/417.pdf>>. Acesso em: 15.dez.2015.

BRITO, Francisco W. C. **O mercado de Águas da fonte da Batateira no Cariri e a nova política de águas no Ceará – Desafios da transição.** Fortaleza: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos UFC, 2001.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo, Expressão Popular, 2000.

CARLOS, Ana F. A. C. **A questão da cidade e do campo. Teoria e Política.** In: Revista MERCATOR, ano 03, número 05. Fortaleza, 20015.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimento e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Serv. Soc. Soc. (São Paulo. Online), Nº 112, p. 613-636, out/dez, 2012.

CECEÑA, et. al. **Territorialidad de la dominación.** Disponível em:
<<http://www.geopolitica.ws/media/uploads/IIRSA.pdf>> Buenos Aires, 2007.

CPT. **Cadernos de conflitos no campo.** Goiânia 2005 – 2015.

CRUZ, Valter. C. **Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia.** Em: Onildo Araújo da Silva; Edinuzia Moreia Carneiro Santos; Agripino Souza Coelho Neto. (Org.). **Identidade ,Território e Resistência.** 1ªed.Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v. 1, p. 37-72.

_____ Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 1ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012, v. 1, p. 594-600.

_____ Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: Frederico Guilherme Bandeira Araújo; Rogério Haesbaert.. (Org.). **Identidades e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos**. 1 ed. Rio de Janeiro Rj: ACCESS, 2007, v. 1, p. 93-122.

CRATO. **Lei Municipal N° 2.590/2009**. Plano Diretor Municipal.

_____ **Lei Municipal N° Lei 3064/2014 de 12 de dezembro de 2014**.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Ideologia, memória e esquecimento e as ressignificações dos lugares**. In: Revista Binacional Argentina Brasil. V. 3 nº 01. p. 25-39: Vitória da Conquista, 2014

CORDEIRO JR. A Legião Cearense do Trabalho. Em: SOUZA, Simone. **Uma nova história do Ceará**. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

COSTA, Duarte Nivaldo. **O Cultivo do Melão**. Edited by Foxit Reader. Em: < <http://www.hortibrasil.org.br/jnw/images/stories/Melao/m.69.pdf>. > Acesso em 29 de dezembro de 2015.

CPRM. **Rede integrada de monitoramento das águas subterrâneas. Relatório Diagnóstico Aquífero Missão Velha Bacia Sedimentar do Araripe**. Volume 01. CPRM Serviço Geológico Brasileiro: Belo Horizonte, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: MOREIRA, Roberto J. & BRUNO, Regina (Org). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2010.

DELLA CAVA. Ralf. **O milagre de Joazeiro**. Rio de Janeiro, Companhia das letras, 2014.

DINIZ, Aldiva S. **A construção de perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão**. In: ELIAS, D. & SAMPAIO, José Levi F (Org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____ **A intervenção do Estado e as relações de poder na construção de perímetros irrigados**. In: Revista Casa da Geografia ano I n. I p. de 81 a 90. Sobral, 1999.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ. Edição de 19 de abril de 2013.

_____ Edição de 22 de maio de 2015.

DNPM. **Análise hidrogeológica da Bacia Sedimentar do Araripe**. Crato: Crato: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2008.

ELIAS, Denise (Org). **O novo espaço da produção globalizada**. O Baixo Jaguaribe – CE. Fortaleza: FUNECE, 2002.

_____ Integração competitiva do semi-árido. *In*: ELIAS, D. & SAMPAIO, José Levi F (Org.). **Paradigmas da agricultura cearense**. Modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y pratica social. *In*: MATO, Daniel (org.) **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas, p. 17-31, 2005.

ESTEVA, Gustavo. et. al. **Cuando hasta las piedras se levantan**. Oaxaca, México, 2006. Buenos Aires: GEMSAL, 2008.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial** (2011). Disponível em: <
http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf> Acesso em 27/02/2016.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Vol. 09. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Histórias do Cariri III**. Fortaleza: Coedições SECULT/Edições URCA/Edições UFC, 2010.

_____ **História do Cariri IV**. Fortaleza: Coedições SECULT/Edições URCA/Edições UFC, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz [et. al.]. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: Política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. Em: GONÇAVES, Reinaldo [et. al.] **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucelia de A (Org.). **O Brasil republicano**. Volume 01. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucelia de A (Org.). **O Brasil republicano**. Volume 01. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.

FREITAS, Amadeu de. **INFORMATIVO DO MANDATO LEGISLATIVO**. Distribuição pública: Crato, 2014.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1972.

_____ **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2005.

FUNES-MONZONE, Fernando R. **La cuestión agrária y agroecología**. Em: Campo-território, revista de Geografia Agrária do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun, 2014.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Ed: São Paulo, 2010.

GIARRACCA, Norma. Notas metodológicas: “experiencias de investigación” desde lugares diferentes. *In*: ESTEVA, Gustavo. Et. al. **Quando hasta las piedras se levantan**. Oaxaca, México, 2006. Buenos Aires: GEMSAL, 2008.

GONDIM, Linda M. P. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). Em: SOUZA, Simone. **Uma nova história do Ceará**. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GONÇALVES, Claudio U. & OLIVEIRA, Cristine F. de. Rio São Francisco: **As águas correm para o mercado**. Revista Boletim Goiano de Geografia (Goiânia. Online). V. 29, n. 2, 113-125, 2009.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Ética e diferenciação interna na ordem territorial e ambiental do Cariri cearense: solidariedade e conflito**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFF, 2005.

_____ **Ética e trabalho na construção do Cariri do Padre Cícero**. Em: Anais do XIII Congresso brasileiro de sociologia, Recife, 2007.

GONÇAVES, Reinaldo. **A Herança e a Ruptura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____ **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GONÇALVES, José Yarley de Brito [et. al]. **Um sistema local de gerenciamento e alocação de água – o caso da fonte da batateira Ceará – Cariri – Brasil.** Em: Anais do XI Congresso Brasileiro de Recursos Hídricos, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Projeto de Estudos de Impactos Ambientais do Cinturão das Águas.** Disponível em: <http://atlas.srh.ce.gov.br/arquivos/documentos/Aprenset_Cinturao_das_Aguas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. **Projeto Básico do Cinturão das Águas do Ceará.** Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará: Fortaleza, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira.** (2008). Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>> Acesso em 24/06/2015.

GRAS, Carla & HERNÁNDEZ, Valeria. **El Agro como negocio.** Producción, sociedade y territorios em la globalización. 1º Edição. Buenos Aires: Editorial Biblos Sociedad, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablune, 2005.

_____. **O Enigma do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **O novo imperialismo.** 8ª Edição São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERMANN, Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. Em: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucélia de A (Org.). **O Brasil republicano.** Volume 01. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.

HISSA, Inah Abreu. **Análise da realidade da fonte da batateira no Cariri – CE: Aspectos econômicos e legais do mercado de águas.** Fortaleza: Programas Regionais de Pós-graduação em desenvolvimento e meio ambiente. UFC, 2005

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Brasil, grande regiões e unidades da federação. Brasília, 2006.

ICMBIO. **Plano Operativo de preservação e combate aos incêndios da Floresta Nacional Araripe-Apodí.** Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Crato: 2006.

_____. **Plano de Ação Nacional para conservação do Soldadinho-do-Araripe.** Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Brasília, 2011.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

IIRSA. **Agenda de Implementação Consensuada 2005 – 2010**. Relatório de Avaliação – Junho de 2010.

_____ **Agenda de Projetos Prioritários – API**. Novembro de 2011.

_____ **Informa de Actividades 2014**. Foro Técnico IIRSA 2014. XXV Reunión de Coordinadores Nacionales del IIRSA. UNASUR/SONSIPLAN: Montevideo, 2014.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve antes de tudo para fazer a guerra**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LENCIONE, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. In: GEOUSP – Espaço e tempo. Nº 24. São Paulo, 2008.

LIMAVERDE, Rosiane. **Os registros rupestres na Chapada do Araripe, Ceará, Brasil**. In: Clio Arqueológica Nº 21 – Vol. 02, 140-154, 2006.

_____ **Diagnóstico arqueológico na área do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – Etapa 01 – Trecho Jati – Cariús**. Processo nº 0146900073/2012-16 – Relatório final. Governo do Estado do Ceará: Nova Olinda, 2013.

LINDOSO, Dirceu. **Na aldeia de la-ti-nhá: etnografia dos índios tapuias do Nordeste**. Almeida, L. S. Resistência, memória e etnografia. Maceió: UFAL, 2007.

LINS, Cíntia dos S. **Impactos territoriais e socioeconômicos do canal da (des)integração no Ceará no contexto do médio e Baixo Jaguaribe**. Dissertação de Mestrado. UECE: Fortaleza, 2008.

MAGALHÃES, João Paulo de A. Estratégias e modelo de desenvolvimento. Disponível in: GONÇAVES, Reinaldo [et. al.] **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MAIA, Doralice S. **Desvendando o campo na cidade. Notas metodológicas**. In: GEOTEXTOS, 2010.

MALVEZI, Roberto. Rio das Rimas. In: **Caderno do CEAS**, Julho/Setembro 2007 nº 227, Salvador.

MARQUES, Marta I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: Revista NERA. Presidente Prudente, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo a terra**. 2ª edição. São Paulo: LECH, 1981.

_____ **O poder do atraso**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MASARO, Alysson L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MENDEL, López. **Dos três elementos**. São Paulo: Editora Escala, 2010.

MENEZES, Edith. O Cariri Cearense. In: SILVA. José Borzachiello & [et. al.] (org). **Ceará: Um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011

NEVES, Margarida de S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucelia de A (Org.). **O Brasil republicano**. Volume 01. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.

NOVY, Andreas. **A (des)ordem da periferia**. São Paulo: Vozes, 2002.

NOBRE, Francisco Wlirian. **Baixio das Palmeiras**. Apontamentos geográficos, culturais e historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

OLIVEIRA, Antonio J. de. **Engenhos de rapadura no Cariri: trabalho e cotidiano – 1790-1850**. In: Anais do V Encontro Nordestino de História e V Encontro Estadual de História. Recife, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. Ática: São Paulo, 1986.

_____ **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____ **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Raimundo. **O Baixio Preocupado**. Cordel, distribuído na feira do Crato, 2012.

PASSARINHO, Paulo. Apresentação. GONÇAVES, Reinaldo [et. al.] **Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PARENTE, Francisco J. C. Uma política pública de sucesso: o Banco do Nordeste e a modernidade cearense. Em: **Revista políticas públicas e sociedade**. UECE Vol. 01, nº 02 p. 71-81. Fortaleza, 2001.

PARENTE, Francisco R. L. O Ceará dos “coronéis” (1945-1986). SOUZA, Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PORTO-GONÇALVES. **A natureza da globalização e a globalização da natureza**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

_____ **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 1996.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Fortaleza: Coedições SECULT/Edições URCA/Edições UFC, 2010.

PONTES, Lana Mary V. [et. al.]. **A questão dos limites municipais do Estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. [et. Al.] **Problematizando a Integração Regional: As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Brasil**. Revista IDEAS. (Rio de Janeiro. Online) V. 7, n. especial, pp. 260-304, 2013.

REIS JUNIOR, Darlan. **Senhores e trabalhadores no Cariri: Terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese de Doutorado. UFC, 2014.

_____ **Trabalho e uso da terra no Cariri cearense, 1850-1860**. In: Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

ROCHA, Marcio Mendes Rocha. **A relação cidade/campo no contexto de uma sociedade global: Alguns limites e horizontes**. Em: Dossiê Cidade-Campo. Nº 16. São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Formação do povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Simone Cardoso. **Etnogeomorfologia sertaneja**. Crato: RDS Editora, 2014.

SAMPAIO, José Levi F. As águas, a seca e o Estado. SILVA. José B. & [et. al.] (org). **Ceará: Um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SAMPAIO, José Levi F. & LIMA, Anna Erika F. **O saber camponês: apropriação dos recursos do sertão dos Inhamuns – CE**. Em: MERCATOR – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo. Globalização e espaço técnico-científico informacional**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

SANTOS, Renato E. **Ativismo cartográficos e notas sobre representação espacial e jogos de poder**. Em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Nuevastechnologias/Cartografiatematica/21.pdf> (2011). Acesso em 27/06/2015>

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ. **EIA-RIMA – Estudo de Impactos Ambientais para construção do Cinturão das Águas – CAC**. SRH: Fortaleza, 2010.

_____ **Projeto Básico do Cinturão das Águas do Ceará**. SRH: Fortaleza, 2013.

SÁVIO, Domingos. **Um beato líder**. Rio de Janeiro: Editora KELPS, 2013.

SILVA, Luiz Inácio L. da. **Carta ao povo brasileiro**. Disponível in: Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf > Acesso em 27/06/15.

SILVA. José Borzachiello & [et. al.] (org). **Ceará: Um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, J. V. R. & JUNIOR, A. T. **Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR)**. In: Cadernos de Geografia. Revista Colombiana de Geografia. Bogotá, 2014.

SILVA, João P. F. da. **A experiência organizacional dos trabalhadores rurais no município do Crato – CE (1960 – 1970)**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFC, 2010.

SILVA, Judson J. **Caldeirão e Assentamento 10 de Abril – passado e presente na luta pela terra no Cariri Cearense**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFC, 2010.

SILVA, Rafael R. da. **O sertão como espaço a ser conquistado: doação de sesmarias e formação de uma elite conquistadora na Capitania do Siará Grande (1679-1750)** In: Anais do XXVII Simpósio Nacional do história: Natal, 2013

SILVA, Vlândia da & ALENCAR, Amaro Gomes de. **Formação territorial do Ceará, das 16 vilas originais 184 município atuais.** In: Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 35, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBRINHO, T. Pompeu. (1956) **Povoamento do Cariri.** Disponível: <http://www.ceara.pro.br/acl/revistas/revistas/1956/ACL_1956_32_O_Povoamento_do_Cariri_Cearense_Th_Pompeu_Sobrinho.pdf>. Acesso em 05 jun.2015.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Em: CASTRO, Iná E. [et. al]. **Geografia: Conceitos e temas.** 14ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Simone. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará.** 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SPOSITO, Maria E. B. & WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo. Relações e contradições entre urbano e rural.** Outras expressões. São Paulo, 2013.

SUASSUNA, João. As águas do Nordeste e o projeto de transposição do rio São Francisco. In: **Caderno do CEAS**, Julho/Setembro 2007 n° 227, Salvador.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **AUDITORIA. FISCOBRAS 2013. SRH/CE. IMPLANTAÇÃO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ.** Disponível em: <http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/003.478.2013-0%20Cintur%C3%A3o%20das%20%C3%81guas%20CE%20COMP_13.pdf> Acesso em 05/07/2015.

TEIXEIRA, Zulene Almada. [et. al.]. **Implantação de estruturas de monitoramento quantitativo na fonte guaribas, Barbalha, Ceará.** In: XX Congresso Brasileiro de Recursos Hídricos. Bento Gonçalves, 2013.

THÉBERGE, Pero. **Esboço histórico sobre a província do Ceará.** 2ª Ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucelia de A (Org.). **O Brasil republicano.** Volume 01. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.

VIANA, José Ítalo B. A “tendência ardorosa de *cratenizar* o Cariri: escrita da história e representação do passado na produção do Instituto Cultural do Cariri. Em: **Revista Historiar** UFC, Vol. 06, nº 10, ano 2014.1. p. 81-97.

ANEXOS

Obras hídricas estratégicas no Ceará entre 1960 e 2015.

Período	Obras hídricas	Informações	Bacias envolvidas
Açude concluído em 1960	Túnel Orós – Lima Campo	Extensão: 1.300 m Vazão: 7,83 m ³ /s	Jaguaribe, Baixo Jaguaribe
Plácido Castelo (1966 – 1970) início de operação em 1970	Perímetro Irrigado de Morada Nova (Morada Nova e Limoeiro do Norte)	Desapropriação: 11.025,12 ha Implantada: 3.737,00 ha	Médio Jaguaribe
Plácido Castelo (1966 – 1970) início de operação em 1973 (Governo César Cals)	Perímetro Irrigado de Icó – Lima Campos (Icó)	Desapropriação: 10.583,18 ha Implantada: 2.712,00 ha	Salgado
Adauto Bezerra (1975 – 1978) Início em 1974. Operação no ano de 1975	Perímetro Irrigado de Curu – Pentecoste (Pentecoste e São Luiz do Curu)	Desapropriação: 5.016,00 ha Implantada: 3.836,00 ha	Curu
Adauto Bezerra (1975 – 1978) Início em 1974. Operação no ano de 1975	Perímetro Irrigado de Curu - Paraipaba	Desapropriação: 12.347,00 ha Implantada: 3.357,00 ha	Curu
Adauto Bezerra (1975 – 1978) Início em 1974. Operação no ano de 1977	Perímetro Irrigado de Araras (Sobral)	Desapropriação: 8.942,80 ha Implantada: 615,00 ha	Acaraú
Gonzaga Mota (1983 – 1987). Iniciada operação em 2001 (Governo Tasso).	Perímetro Irrigado Baixo Acaraú	Desapropriação: 12.407 ha Irrigável: 12.407 ha Implementa: 8.816,61 ha	Acaraú
Tasso Jereissati (1987 – 1991)	Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas (Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte)	Desapropriação: 18.915 ha Área Irrigável: 15.508 ha	Médio Jaguaribe
Tasso Jereissati (1987 – 1991)	Perímetro Irrigado Jaguaribe – Apodi (Limoeiro do Norte)	Área desapropriada: 13.229 ha	Médio Jaguaribe
Governo Ciro Gomes (1991 – 1994)	Canal do Trabalhador (Integração de Bacias)	Extensão: 113 Km Vazão: 6m ³ /s	Médio Jaguaribe, Banabuiú, Metropolitanas

Tasso Jereissati (1995 – 2002)	Açude Castanhão (Padre Cícero)	Capacidade 6 bilhões de m ³ de água	Médio Jaguaribe
Cid Gomes (2007 – 2011)	Sítio Novo – Pecém em Caucaia (Integração de Bacias)	Extensão: 24 Km Vazão: 2 m ³ /s	Bacias Metropolitanas
Cid Gomes (2011 – 2015)	Piranji – Lagoa (Integração de Bacias)	Extensão: 12 Km Vazão: 0,17 m ³	Bacias Metropolitanas
Cid Gomes (2011 – 2015)	Fogareiro – Pirambu (Integração de Bacias)	Extensão: 10 Km Vazão: 0,11 m ³	Banabuiú
Lúcio Alcântara (2003 – 2007) Cid Gomes (2007 – 2011)	Eixão das Águas (Canal da Integração)	Extensão: 256 Km Vazão: 22 m ³ /s	Médio Jaguaribe – Banabuiú – Bacias Metropolitanas
Cid Gomes (2011 – 2015) Camilo Santana (2016 – Em exercício).	Pedra Branca – Fogareiro. (Integração de bacias) Quixadá – Quixeramobim – Banabuiú.	Extensão: 60 Km Vazão: 0,11 m ³	Banabuiú

Organizado pelo autor.

Fonte: DNOCS (2015); INESP (2009); LINS (2010); PORTAL HIDROLÓGICO DO CEARÁ (2015); ADECE (2011); IPECE (2015).